

De Serviçais a Funcionárias Rurais: estudo sobre a participação e trabalho femininos na economia agrícola santomense nos anos de 1950 a 1999.

Maria de Nazaré Dias de Ceita

Orientadora: Professora Doutora Sónia Frias Piepoli

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, especialidade em Desenvolvimento Socioeconómico

Lisboa
2020

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Folha de Rosto

De Serviçais a Funcionárias Rurais: estudo sobre a participação e trabalho femininos na economia agrícola santomense nos anos de 1950 a 1999.

Maria Nazaré Dias de Ceita

Orientadora: Professora Doutora Sónia Frias Piepoli

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,
especialidade em Desenvolvimento Socioeconómico

Júri:

- Presidente:
Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Professor Catedrático e
Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e
Políticas da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Carla Margarida Barroso Guapo da Costa, Professora Catedrática
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Doutora Teresa Maria da Conceição Joaquim, Professora Auxiliar
Universidade Aberta;
- Doutora Sónia Infante Girão Frias Piepoli, Professora Auxiliar
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa,
orientadora;
- Doutora Cláudia Sofia Santiago Ribeiro Vaz, Professora Auxiliar
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Doutor Lúcio Lima Viegas Pinto, Professor Titular
Universidade de São Tomé e Príncipe.

Lisboa
2020

Dedicatória

Em memória do meu saudoso pai

e

às mulheres rurais santomenses, guerreiras na sobrevivência quotidiana.

“Irmãs, do meu torrão pequeno

Que passais pela estrada do meu País de África

É para vós, irmãs, a minha alma toda inteira”.

Alda Espírito Santo, Mulheres da Minha Terra, in, *É Nosso o Solo Sagrado da terra*”, 2ª edição, Lisboa 2010, p.86.

Agradecimentos

Chegada ao fim desta etapa da minha vida académica quero deixar expressos os meus agradecimentos, primeiramente à Deus por me ter conduzido sempre nas caminhadas e desafios mais difíceis da vida.

Depois, à Direcção do ISCSP, na pessoa do Professor Doutor Manuel Meirinho por ter sempre incentivado a cooperação com S. Tomé e Príncipe, razão de fomento desse projecto de Doutoramento e minha chegada à meta. Ao Gabinete dos Estudos Avançados, que sempre se colocou à minha disposição para responder às questões burocráticas da formação.

À minha orientadora, Professora e amiga Sónia Frias Piepoli pela paciência, olhar técnico, sugestões pertinentes, interrogações metodológicas, profundo conhecimento da realidade feminina e africana, perspicácia e rigor científico. Sem ela, decerto que, não chegaria até aqui.

Aos restantes Professores Doutores do Programa de Doutoramento, cujas aulas marcaram profundamente a minha compreensão através da transmissão do conhecimento e domínio profundo das várias áreas do desenvolvimento socioeconómico: Carla Costa, António Rebelo de Sousa, Sandra Balão, Heitor Romana, João Catarino e Cláudia Vaz.

Aos meus pais, que sempre me motivaram ao estudo, pesquisa e à melhor compreensão do mundo. Durante a elaboração da presente dissertação faleceu meu pai. Dele recebi a herança de trabalho abnegado e a filosofia de vida traduzida na frase que sempre pronunciava: “Senhor Rei mandou marchar, não mandou chover!”

À minha família que tantas vezes se sentiu abandonada por mim, sem reclamar. Ao meu marido Alcino Sousa, que ouvindo a leitura de algumas partes do trabalho, chamava atenção para a necessidade de precisões lógicas e mudanças de títulos em função do conteúdo. Sem o seu amor e suporte este trabalho seria impossível.

A minha colega de doutoramento, Maria das Neves Sousa, pela preocupação e incentivo.

Às minhas inúmeras entrevistadas, entrevistados e informadores das antigas roças, zonas piscatórias e das actuais comunidades rurais que me abriram as suas portas, deixando-me tomar conta das suas histórias de vida e que continuam a sonhar por dias melhores.

Aos membros das ONGs e das várias associações que me deram informações. Aos funcionários do Ministério da Agricultura, do INE, que me confiaram documentos preciosos.

À todos que contribuíram de uma forma directa e indirecta, entre eles: Doutor Filipe Bonfim, Sílvio e Quitéria Sousa, Annia Sousa, Antónia Rita, Djanaína do Espírito Santo, Ilvécio Ramos e Anabela Barroso.

Aos meus alunos de Licenciatura em História da USTP, Fradique Ramos e Olderito Africano que percorreram de motorizada as mais diversas roças e comunidades para a aplicação do questionário.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico, dos vários projectos e Cooperativas que vêm fazendo o acompanhamento das mulheres rurais, os meus profundos agradecimentos.

À todos a minha enorme gratidão!

Resumo

O presente trabalho pretende ser uma leitura sobre a participação feminina na vida económica, social e familiar das roças de S. Tomé e Príncipe, desde 1950 a 1999, um intervalo temporal que inclui dois importantes momentos da história do país. O primeiro, sob domínio colonial e o segundo, que sucede a independência de STP e se estende até 1999, para tentar perceber o verdadeiro lugar e papel da mulher serviçal e, posteriormente, funcionária rural na Economia Agrícola.

Com efeito, de 1950 a 1975, propõe-se descortinar a importância da mulher na esfera produtiva, sobretudo, nas plantações de cacau numa sociedade colonial, cuja divisão social de trabalho era marcada pela orientação sexual e excessiva valorização da supremacia masculina.

De 1975 a 1999, vários acontecimentos tiveram lugar em S. Tomé e Príncipe, entre os quais, a independência nacional, a nacionalização e posterior privatização das propriedades agrícolas, o 1º Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), a abertura democrática em 1990, a liberalização económica, a reforma do Sistema financeiro e a institucionalização do Banco Central em 1992. Estes acontecimentos mudaram o *status* das Ilhas e das serviçais e mudaram ainda, a atitude da mulher em sociedade e a forma de agir e pensar dos santomenses, em geral.

Nestes termos, através da análise bibliográfica e documental e do recurso a histórias de vida e às entrevistas às ex-serviçais e às pessoas ligadas ao sector agrícola no período em análise, pretendemos aprofundar o conhecimento sobre o nosso objecto de estudo e indagar, ao longo do período em observação, se a ascensão pós-colonial de serviçais à trabalhadoras agrícolas, era uma mera designação, ou se foram, de facto, instituídos novos paradigmas e modelos de participação da mulher, que implicassem direitos e salário iguais para o mesmo trabalho.

Palavras – chave: economia agrícola, economia roceira, roças, serviçais, funcionárias rurais, trabalho rural.

Abstract

This paper intends to be a reading about the female participation in the economic, social and family life of São Tomé and Príncipe's Roças (fields), from 1950 to 1999. A time interval that, includes two important moments of the country's history. The first, under colonial domination and the second, that comes after the independence of STP and extends until 1999, to try to understand the true place and role of female servant and later rural worker in the Agricultural economy. From 1950 to 1975, it is proposed to unveil the importance of women in the productive sphere, especially in cocoa plantations in a colonial society, whose social division of labor was marked by sexual orientation and excessive appreciation of male supremacy.

From 1975 to 1999, a number of events took place in Sao Tome and Principe, including national independence, nationalization and subsequent privatization of farms, the 1st Structural Adjustment Program (PAE), the democratic opening in 1990, the economic liberalization, the reform of the financial system and the institutionalization of the Central Bank in 1992. These events changed the status of the Islands and the servants, and also changed the attitude of women in society and the way of acting and thinking of San Tomean in general.

In this way, through the bibliographic and documentary analysis and the use of life stories and interviews with ex-servants and people linked to the agricultural sector in the period under analysis, we intend to deepen the knowledge about our object of study and inquire, along the way. from the period under observation, whether the postcolonial rise of female servants to agricultural workers was merely a designation, or if indeed new paradigms and models of women's participation were instituted that implied equal rights and wages for the same work.

Key words: agricultural economy, economy of roças, roças, servants, rural workers, rural work.

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iv
Abstract	v
Siglas e Abreviaturas.....	x
Índice de Ilustrações e Fotos	xii
Índice de Tabelas.....	xii
Lista de Gráficos	xiv
INTRODUÇÃO	15
PARTE I - Contextualização histórico-teórica.....	19
Nota introdutória	20
Capítulo 1. São Tomé e Príncipe: resenha sobre dois momentos da sua história.....	21
1.1. S. Tomé e Príncipe: notas geográficas e estrutura populacional (1950-1991)	21
1.1.1. STP: Apontamentos geográficos	21
1.1.2. Estrutura populacional (1950-1991).....	22
1.2. Sobre a delimitação periódica do estudo	27
1.2.1. S. Tomé e Príncipe nos finais do séc. XIX: conjuntura, investimento, produção e comércio.	28
1.2.2. Observando o período 1950-1975	35
1.2.3. O advento da mudança	36
1.2.4. O Período de 1975-1999 em observação.....	38
1.3. Breve alusão a teorias e modelos de desenvolvimento socioeconómico	40
Capítulo 2. A exploração roceira e o desenvolvimento socioeconómico em STP.	52
2.1. As roças e seu funcionamento: contribuição teórica	52
2.2. Teorizando papéis e lugares das mulheres na economia roceira	58
2.3. O contributo das ONU e outras organizações rumo à visibilidade feminina	66
PARTE I - Síntese conclusiva.....	72
PARTE II - Contextualização prática.....	73
Nota introdutória	74
Capítulo 1. Metodologia.....	74
1. Planificação do trabalho metodológico	74
1.1. Especificidades do processo metodológico da pesquisa	74
1.2. Estudo exploratório: uma peça chave na construção da pesquisa	75

1.3. Realização da pesquisa: alguns apontamentos	77
1.3.1. Levantamento dos dados nos arquivos e nas bibliotecas.....	77
1.3.2. O trabalho de terreno e desafios da investigação	79
1.3.3. Entrevistas sobre a mulher no período pós-colonial.....	85
1.3.4. Inquéritos por questionário às beneficiárias de terras nos anos 90.....	88
PARTE II - Síntese conclusiva.....	90
PARTE III - A mulher no contexto laboral, organizacional e produtivo das roças	91
Nota introdutória	92
Capítulo 1. As serviçais no epicentro do trabalho roceiro	93
1.1. O trabalho nas roças: caracterização	93
1.2. Uma alusão à distribuição do tempo do trabalho serviçal	96
1.3. Serviçais: a problemática da saúde insegurança no trabalho e assistência médica	97
1.4. Desigualdades salariais no trabalho roceiro	101
Capítulo 2. Serviçais: a problemática de tutela, migração e recrutamento	102
2.1. A problemática da tutela dos(as) serviçais: da Curadoria ao Instituto do Trabalho.....	102
2.2. Serviçais: migração, dieta alimentar, violência e acomodação	108
2.3. O recrutamento de mão-de-obra feminina para STP.....	114
Capítulo 3. Mulheres e gestão de conflitos no espaço roceiro	118
3.1. Gestão do trabalho feminino: conflitos e ordenamento étnico-cultural	118
3.2. Desigualdade salarial entre mulheres e homens nas roças	123
3.3. Mulheres: acidentes no trabalho, doenças, o parto e a orfandade	126
3.4. Uma breve alusão a “patroas” nativas.....	129
3.5. A invisibilidade do trabalho feminino: os lugares e papéis das serviçais das roças.....	130
3.6. O que dizem as entrevistadas e entrevistados	135
PARTE III – Síntese conclusiva.....	142
PARTE IV -A independência de S. Tomé e Príncipe: o período revolucionário e as reformas.....	144
Nota introdutória	145
Capítulo 1. Da ruptura com o sistema colonial ao trilho de novos caminhos	146
1.1.A independência nacional, a primeira reforma agraria e os novos rumos.....	146
Capítulo 2. De serviçais à funcionárias rurais.....	157
2.1. Mulheres na ruptura com o passado colonial	157
2.2.Mulheres: actividade e re remuneração nas roças pós-coloniais.....	158
2.3. Os primeiros projetos rurais de carácter feminino	162
2.3.1.Projeto Rio Vouga.....	164
2.3.2. Projeto Letón Cantagalo.....	168

2.3.3. Projeto para a Melhoria das Técnicas de Fumagem de Peixe	169
2.4. Presença de ONGs e outras organizações em projectos femininos:	175
2.5. Outras reformas socioeconómicas da época em análise	176
2.6. Envolvimento do cidadão, apoio alimentar e a problemática do empoderamento da mulher no período estudado.	183
2.6. O sistema agrícola santomense à beira do colapso: outras intervenções no sector entre 1980-89	189
2.7. A segunda vaga da globalização: breve alusão ao impacto socioeconómico do PAE e da gestão multilateral do comércio Internacional	193
2.7.1. Breve alusão ao impacto socioeconómico do PAE em STP	193
2.7.2. Gestão multilateral do Comércio: implicação na competitividade externa dos PMA;	196
PARTE IV – Síntese conclusiva	199
PARTE V - A (d)estatização da economia (1990-1999)	200
Capítulo 1. Tentativa de novo desenho socioeconómico	202
1.1. O novo período fundiário (1990-1999). O recenseamento agrícola e a política de distribuição de terras	202
1.2. A privatização agrícola: êxito ou colapso?	209
1.3. As mulheres e a nova reforma agrária	212
1.3.1. Zona Norte	213
1.3.2. Zona Centro	214
1.3.3. Zona Sul	216
1.3.4. Região Autónoma do Príncipe	217
1.4. O papel das mulheres nas Unidades Agrícolas Familiares	219
Capítulo 2. Projectos rurais femininos em tempos de mudança	238
2.1. Como se desenharam as mulheres na nova realidade. Tentativa de romper com a pobreza	238
2.2. Associação das horticultoras de Blublú	241
2.3. Cooperativa das mulheres agricultoras de Claudino Faro	244
2.4. Associação Mengai Palaiê de Angolares	246
2.5. Outros pequenos projetos rurais femininos	248
2.6. Mulheres e novas formas de financiamento: o crédito, seu retorno e formas de poupança	250
Capítulo 3: Inquérito por questionário	258
3.2. Breve incursão às amostras	259
Capítulo 4. O que nos diz a pesquisa	261
4.1. Pretextos para uma reflexão	261
4.2. O que mudou com a mudança de regime?	263

PARTE V – Síntese conclusiva.....	265
Considerações finais.....	266
Bibliografia	274
ANEXOS.....	289

Siglas e Abreviaturas

AFVP- Association Française des Volontaires du Progrés

AHSTP – Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe

APM- Associação para o Progresso da Mulher

BAD- Banco Africano do Desenvolvimento

BADEA- Fundo Árabe para o Desenvolvimento

BIT-Bureau International du Travail

BM- Banco Mundial

BNU- Banco Nacional Ultramarino

CAP- Comissão Administrativa Provisória

CATAP- Centro Agro- pecuário

CCCE- Comissão Europeia

CENFOPA- Centro de Formação de Profissional Agrária

CIDR- Centre International de Développement et de Recherche

CLSTP- Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe

CLUSA- Liga das Cooperativas dos Estados Unidos

DES- Direito Especial de Saque

DL- Decreto-Lei

EMOLVE- Centro de Transformação de Óleo de Palma

FAC- Agência de Cooperação Francesa

FAO- Fundo das Nações Unidas para a Agricultura

FENU- Fundo dos Equipamentos das Nações Unidas

FIDA- Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola

FMI-Fundo Monetário Internacional

FNUAP- Fundo das Nações Unidas para a População

GATT- Sigla em Inglês que significa acordo geral sobre tarifas e comércio

GIEPPA/STP- Grupo dos Interesses Económicos das palaiês e dos pescadores Artesanais de S. Tomé e Príncipe

IDA- Internacional Development Association

INE – Instituto Nacional de Estatística

MARAPA – Associação Mar, Ambiente e pesca Artesanal

MLSTP – Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe

MUMICOOP- Associação das Mulheres da Roça Milagrosa

OMC- Organização Mundial do Comércio

OMSTEP- Organização da Mulher de S. Tomé e Príncipe

ONG- Organização Não Governamental

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

PAM- Programa Alimentar Mundial

PLCP/DR- Projecto de Luta Contra a Pobreza para o Desenvolvimento Rural

PMA- Países Menos Avançados

PNAPAF- Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPADPP- Projecto de Privatização Agrícola e do Desenvolvimento de Pequenas Propriedades.

RAR – Companhia Refinarias de Açúcar Reunidas

STP- S. Tomé e Príncipe

TDR- Termos de Referência

UAF- Unidades Agrícolas Familiares

UNIFEM- Fundo das Nações Unidas Para a Mulher

ZATONA ADIL - Acção para o Desenvolvimento de Iniciativas Locais

Índice de Ilustrações e Fotos

Ilustração 1: Mapa físico de S. Tomé e Príncipe	xiv
Ilustração 2: Posição geográfica de STP no Golfo da Guiné	21
Ilustração 3: Valores de comércio com a Metrópole entre (1910-1914)	30
Ilustração 4: Capacidade Tributária das Colónias (1910 -1914)	32
Ilustração 5: Sede de antiga Roça Rio do Ouro. Ao fundo, a sanzala e o hospital.....	54
Ilustração 6: Escolha do cacau, Roça Diogo Vaz (Mulheres cabo-verdianas e tongas).....	118
Ilustração 7: Mulheres na quebra e enchendo tinhas de cacau/ Roça Água Izé	131
Ilustração 8: Divisão Sexual do Trabalho. Mulheres na quebra do cacau.....	135
Ilustração 9: Período Revolucionário: Jovens deslocando-se às roças para o trabalho cívico	151
Ilustração 10: O período Revolucionário: dirigentes políticos no trabalho cívico.....	155
Ilustração 11: Fábrica de Farinha de Mandioca, Margarida Manuel e Buzina (Mé Zóchi) ...	249

Índice de Tabelas

Tabela 1: Distribuição da população por sexo entre os anos 1950 a 1991	22
Tabela 2: Evolução da Distribuição da população por distritos entre 1950-1991	23
Tabela 3: Distribuição Espacial da População por Sexo e por distrito entre os anos 1970-1991	24
Tabela 4: Evolução da população urbana e rural, por distrito, entre os anos 1970 a 1991	25
Tabela 5: Distribuição da população urbana e rural por sexo e por distritos entre 1970 e 1991	26
Tabela 6: Composição das exportações das províncias ultramarinas	33
Tabela 7: Sobre o número de Entrevistas/ H. de Vida.....	81
Tabela 8: Entrevistas realizadas na Roça Água Izé	82
Tabela 9: Entrevistas realizadas em Rio do Ouro(actual Agostinho Neto)	82
Tabela 10: Entrevistas realizadas em Monte Café.....	82
Tabela 11: Entrevistas semi - estruturadas aos antigos funcionários do Estado, responsáveis de projetos, associações e ONGs	87
Tabela 12: Roças com maior quantidade de serviçais	95

Tabela 13: Relação de serviçais que podem ser aproveitados em serviço moderado	106
Tabela 14: Nº de Serviçais existentes em Água Izé de Janeiro a Julho de 1956.....	110
Tabela 15: Nº de Serviçais em Água Izé existentes de Julho a Dezembro de 1957.....	110
Tabela 16: Número de Serviçais em Água Izé existentes de Julho a Dezembro de 1958.....	111
Tabela 17: Nº de serviçais, Sociedade Agrícola de Valle Flôr (Roça Rio do Ouro).....	111
Tabela 18: Nº de Serviçais, Sociedade Agrícola de Valle Flôr (Roça Rio do Ouro),	111
Tabela 19: Num. de Serviçais da Roça Diogo Vaz (Janeiro-Fevereiro de 1964).....	111
Tabela 20: Campainha Ilha do Príncipe/ Salário Homem/Mulher(Jan. 1956)	124
Tabela 21: Campainha Ilha do Príncipe/ Salário Homem/Mulher (Jul. 1956).....	124
Tabela 22: Campainha Ilha do Príncipe/R. Sundry, Salário Homem/Mulher(Out. 1956).....	124
Tabela 23: Sociedade Agrícola Vale Flor.....	124
Tabela 24: Sociedade Agrícola Vale Flor,.....	125
Tabela 25: Salário Homem/ Mulher da Roça Java,	125
Tabela 26:Salário Homem/ Mulher da Roça Água Izé, (Jan a Dez de 1954).....	125
Tabela 27: Salário Homem/ Mulher da Roça Diogo Vaz(Jan a Jul de 1964)	125
Tabela 28: Roças e proprietárias nativas	129
Tabela 29: As grandes empresas estatais agrícolas	153
Tabela 30: Relação salário Homem /Mulher e jovens entre 14-17 anos (1975-1979).....	161
Tabela 31: Projecto Rio Vouga, gastos previstos para a fase preliminar	167
Tabela 32: Terra distribuída entre 1988-1991	186
Tabela 33: Relação ajuda alimentar (1983/1985).....	187
Tabela 34: Número de agricultores seguidos pelo Centro de Mesquita	192
Tabela 35: Situação da distribuição de terras/Norte	213
Tabela 36: Distribuição de terras na zona Centro: Geral e Mulheres.....	215
Tabela 37: Distribuição de terras na Zona sul	216
Tabela 38: Distribuição de terras na Região Autónoma do Príncipe	218
Tabela 39: Relógio de actividades diárias	223
Tabela 40: Caixas rurais e sua localização	251
Tabela 41: Percentagem da população adulta, membros das caixas	252
Tabela 42: Distribuição dos membros das caixas rurais por sexo	252
Tabela 43: Evolução dos créditos concedidos	253
Tabela 44: Distribuição do número de créditos concedidos em 1998.....	253
Tabela 45: Percentagem de créditos concedidos em 1998	253

Tabela 47: Repartição da afectação dos créditos concedidos durante o ano de 1998	255
Tabela 48: Síntese do Inquérito por Questionário	261

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Balança Comercial de PMA (em Milhões de USD)	198
Gráfico 2: Percentagem Beneficiários, Zona Norte/sexo	214
Gráfico 3: Percentagem da distribuição de terras por sexo na zona Centro	215
Gráfico 4: Zona Sul: Distribuição de terra por sexo	217
Gráfico 5: Região Autónoma do Príncipe: Percentagem de distribuição por sexo	217
Gráfico 6: Distribuição de terras por Género e por Zonas/ Geral	218
Gráfico 7: Distribuição Género por Ilhas (%) /Geral, País	219
Gráfico 8: Emprego/desemprego, Homem/Mulher	239
Gráfico 9: Percentagem dos membros das caixas rurais por sexo	252
Gráfico 10: Percentagem de crédito concedido por sector de atividade	254

Ilustração 1: Mapa físico de S. Tomé e Príncipe



Fonte: www.mnec.gov/st/indx.php país. Acesso em 13/02/201

INTRODUÇÃO

Quando começamos em 2003 a pesquisa para a tese de mestrado intitulada “Para uma História da Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos de S. Tomé e Príncipe, 1875-1926”, demos-nos conta, de que constavam inúmeras mulheres, das listas dos serviçais que chegavam a São Tomé provenientes de Angola, Moçambique, Cabo Verde, e de outros territórios da região africana. Paralelamente, pudemos notar também, a quase inexistente alusão à sua participação na esfera laboral e no sucesso e estabilidade das roças naquele período.

Este facto que tanto nos intrigou foi determinante na escolha do nosso objecto de estudo “De Serviçais a Funcionárias Rurais: estudo sobre a participação e trabalho femininos na economia agrícola santomense nos anos de 1950 a 1999”. Impunha-se particularizar uma leitura diacrónica sobre os lugares, os papéis, e a participação das mulheres na economia roceira de S. Tomé e Príncipe durante o período colonial.

É nosso entendimento que esta proposta, por si só, seria objeto bastante para uma tese de doutoramento. Entretanto, alargamos o nosso interesse para também espreitar um período posterior, compreendido entre 1975 e 1999, para indagar, entre outros, a sorte da mulher serviçal e das propriedades agrícolas face à independência nacional, a nacionalização e privatização de sociedades, essencialmente agrícolas, entre outros, acontecimentos que, moldaram profundamente a conjuntura sociopolítica e económica das Ilhas.

Para a melhor compreensão das razões da ausência feminina nas análises sobre o empreendimento roceiro no período 1950-1975 socorremo-nos de vários estudiosos dentre os quais, Ceita (2006) para revisitar o virar do séc. XIX para o XX, quando tiveram lugar a expansão das plantações latifundiárias, o crescimento de contingentes de trabalhadores serviçais contratados, a complexidade do processo produtivo e da estrutura dos mesmos, de modo a depreender melhor a génese deste fenómeno e como teria acentuado de forma marcante a divisão sexual do trabalho. Por outro lado, Nascimento (2002) em “O Sul da Diáspora, Cabo-verdianos em Plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique” também comunga a preocupação da ausência de referências sobre o lugar da mulher nas roças, particularmente, nas plantações de S. Tomé e Príncipe o que justifica em pleno a importância e atualidade do nosso objeto de estudo.

Assim, para dar início ao processo de pesquisa começamos com a seguinte questão de partida: quais as modalidades da participação feminina na economia agrícola santomense durante o período de 1950 a 1999?

Face a esta pergunta de partida, definimos como objectivo geral de estudo: aprofundar o conhecimento sobre a participação feminina na exploração roceira nos períodos compreendidos entre os anos de 1950 e 1975, e de 1975 a 1999.

E deste último decorrem os seguintes objetivos específicos:

- Indagar e analisar as principais abordagens histórico-teóricas no contexto da bibliografia sobre a participação feminina em atividades agrícolas, com particular realce para S. Tomé e Príncipe.
- Analisar os contextos políticos, económicos e sociais que condicionaram o *status* da mulher serviçal no período colonial em estudo;
- Identificar as principais atividades adstritas às serviçais e compreender em que medida contribuíam para a estabilidade produtiva das roças no período de 1950 a 1975;
- Compreender o que mudou relativamente à situação profissional destas mulheres, quando no período pós-colonial, sob um novo paradigma político, se institui que deixavam de ser designadas por serviçais das roças e passam a designar-se funcionárias rurais / trabalhadoras agrícolas;
- Compreender que mudanças as trabalhadoras das roças assumem ter experimentado nas suas vidas na década de 90.

Em conformidade com estes pressupostos, estruturamos a nossa dissertação em torno de cinco (5) Partes. Na parte I fomos tentadas por uma contextualização histórico-teórica, onde fizemos a análise do estado da arte da história agrícola e roceira de S. Tomé e Príncipe, bem como a sua evolução. No 1º capítulo aludimos à propriedades roceiras santomenses entre 1950 e 1975, enfatizamos as problemáticas económicas, sociais e tributárias e a um conjunto de construções teóricas sobre mão-de-obra, particularizando as, mulheres.

No 2º capítulo, consagramos o período 1975-1990, a respeito do qual nos debruçamos sobre a independência nacional e as mudanças socioeconómicas e culturais delas decorrentes. Aludimos, também, a vários pensamentos teóricos relativos às estes assuntos,

Na parte II, dedicamos à contextualização prática, procedendo ao desenho dos percursos metodológicos que orientaram a execução do presente estudo.

Na parte III, vergámo-nos aos imperativos relacionados com a mulher roceira no contexto laboral, organizacional e produtivo das roças, dando realce às respetivas questões idiossincráticas que lhes diziam respeito face aos perigos e insegurança no trabalho e às desigualdades praticadas no domínio de salarial.

Na parte IV referimo-nos, essencialmente às reformas pós-coloniais, às mudanças de paradigmas socioeconómicos no período revolucionário e ditatorial de Partido-único, às crises económicas e entrada do FMI e BM em cena e ao olhar atento das Nações Unidas sobre a problemática da mulher, através de suas organizações especializadas, numa década proclamada de Desenvolvimento da Mulher em 1975 no México.

Na parte V, que contém 4 capítulos, consagramos à d/estatização da economia e ao novo período fundiário. Nela, analisamos também, a privatização das terras agrícolas, a situação das mulheres na sua nova condição: títulos de posse, as Unidades Agrícolas Familiares (UAF), novos projetos criados a favor da mulher e a proliferação de Associações de carácter rural e a problemática de poupança e créditos atribuídos com forte envolvimento de agências internacionais e ONGs nacionais.

No capítulo 3 da parte em apreço, tratamos e analisamos o inquérito por questionário sobre o impacto da distribuição de terras na vida de suas beneficiárias.

Seguem-se depois do capítulo 4, onde encontramos os pretextos para uma breve reflexão conclusiva sob o título “O que nos diz a pesquisa” ao que interpelamos, “o que mudou com a mudança de regime?” e nas considerações finais fizemos uma conclusão, identificamos as

modestas contribuições para a história económica de S. Tomé e Príncipe, nos referimos às limitações da investigação e finalmente às pistas para trabalhos futuros.

Na verdade, a ideia com que ficamos a chegar ao fim, é que, este poderia ser o ponto de partida para vários outros trabalhos de pesquisa.

Importa ainda, deixar aqui uma nota sobre a bibliografia: optamos por não separar a Bibliografia propriamente dita, da Webgrafia. Foi uma opção tomada em função do reconhecimento sobre o valor das consultas *online* para este trabalho.

Do exposto, decorre a ambição do nosso estudo que pretende aprofundar o conhecimento de uma temática sobre a qual existem várias referências avulsas que importa tratar a fim de se poder dar melhor luz à participação feminina na história económica e social de S.Tomé e Príncipe.

PARTE I - Contextualização histórico-teórica

Nota introdutória

Indagar e analisar as principais abordagens histórico-teóricas no contexto da bibliografia sobre a participação feminina em atividades agrícolas, com particular realce para S. Tomé e Príncipe, eis o objetivo que pretendemos alcançar com a parte I desta nossa dissertação

Contextualização teórica, a designação da parte (I) um desta tese, contém 2 capítulos. No primeiro que se intitula, “S: Tomé e Príncipe: resenha sobre dois momentos da sua história, aludimos à delimitação periódica do estudo”, acerca da qual nos referimos, no essencial, a contribuições teóricas de vários estudiosos sobre a história das serviçais no contexto laboral, organizacional e produtivo das roças no período colonial de 1950 a 1975, ao advento da mudança, para de seguida na mesma perspectiva tratarmos o período de 1975 a 1999.

“A exploração roceira e o desenvolvimento socioeconómico em S. Tomé e Príncipe” é o título do segundo capítulo. Nele aludimos a contribuições teóricas sobre o funcionamento das roças, aos papéis e lugares das mulheres na economia roceira e ainda, ao contributo da ONU e outras organizações para a visibilidade feminina em STP no período estudado.

Assim, os temas a que nos referimos, nesta parte, serão tratados apenas do ponto de vista de contribuição teórica de grandes estudiosos numa perspectiva de revisão de literatura o que ao mesmo tempo, acaba justificando a importância e a urgência do nosso objeto de estudo. Porém, serão devidamente aprofundados, ao longo dos demais capítulos das partes subsequentes deste estudo.

Capítulo 1. São Tomé e Príncipe: resenha sobre dois momentos da sua história

1.1. S. Tomé e Príncipe: notas geográficas e estrutura populacional (1950-1991)

1.1.1. STP: Apontamentos geográficos

As Ilhas de S. Tomé e Príncipe, tal como se mostra na ilustração 2, situam-se na costa ocidental de África no Golfo da Guiné. Do conjunto arquipelágico, onde se incluem pequenos ilhéus, a Ilha do Príncipe dista do continente africano 296 km e S. Tomé, 330 Km.

Segundo Neves, 1989: 11, o clima das ilhas é fortemente influenciado pela sua situação no vale depressionário do equador, pela frente intertropical e pela corrente quente do golfo que se caracterizam pela existência de duas estações, a das chuvas e a da seca, e com variados micro-climas resultantes do relevo. Chove com abundância durante todo o ano, originando uma elevada humidade; a amplitude térmica anual é fraca e os dias têm a mesma extensão das noites. Fortemente acidentada tem a sua maior elevação a 2024 metros e uma série de outros picos com mais de mil metros, que num sistema dissimétrico caem bruscamente para o mar.

Ilustração 2: Posição geográfica de STP no Golfo da Guiné



Fonte: Internet, Secretariado Executivo do Golfo da Guiné, obtido em 14/4/018

1.1.2. Estrutura populacional (1950-1991)

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), de 1950 a 1960, a população masculina foi sempre superior à feminina. Nestes anos, a população masculina registou 59.93% e 55.53% contra 40.07% e 44.47% do sexo feminino. Esta diferença deveu-se, sobretudo, à importação em maior número de serviços de género masculino. Porém, apartir de 1970, os efeitos conjugados da evolução natural da população crioula e a redução de importação de mão-de-obra (os expatriados), com o regresso de vários milhares de santomenses da diáspora em Angola e Guiné Equatorial, constata-se um certo equilíbrio entre os sexos, tal como consta na tabela 1 que se segue:

Tabela 1: Distribuição da população por sexo entre os anos 1950 a 1991

Ano	População total	Homens	Mulheres	Homens %	Mulheres %
1950	60158	36054	24104	59.93%	40.87%
1960	64263	35687	28576	55.53%	44.47%
1970	73800	37186	36614	50.38%	49.62%
1981	96611	48046	48565	49.73%	50.27%
1991	117504	58040	59464	49.39%	50.61%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Diagnóstico da situação da população e género em S. Tomé e Príncipe, Resumo, Fevereiro de 2001

Entretanto, a tabela 2, no igual período, apresenta a distribuição desta mesma população pelos espaços que, no período pós-colonial, passaram a designar-se distritos e Região Autónoma do Príncipe, de acordo com a nova divisão política, administrativa e territorial em vigor. Pois, importa realçar que através da Lei nº 1/77 de 22 de Fevereiro de 1977 publicado no Diário da República nº5, o Governo da República decretou a sua primeira divisão Administrativa pós-colonial, redimensionando antigas roças, vilas, localidades diversas e criando distritos e cidades capitais dos mesmos nas antigas vilas. De acordo com a sua aplicação, essas leis tomaram novos contornos e sofreram reajustes, tendo sido publicado no Diário da República nº 53 de 21 de Novembro a Lei nº 5/80, Lei da Divisão Administrativa. A ilha do Príncipe tornou-se Autarquia especial através das Leis nº4/94 de 20 de Setembro de 1994, Diário da República 13, Suplemento, tendo sofrido alterações na Lei nº 1/95 de 13 de Janeiro doreferido

ano. Com a revisão constitucional de 2003 a ilha ascende à categoria de Região Autónoma consumada na Lei nº 4/2010.

De acordo com a referida tabela, regista-se no Distrito de Mé Zóchi a maior concentração da população no horizonte temporal que vai dos anos 50 a 60 do séc.XX, bastando adicionar a este distrito dois dos três mais populosos para se alcançar mais de 50% da população. Porém, a partir dos anos 70, os dados da população começam a alterar-se, significativamente, acabando o distrito de Água Grande por destronar o de Mé-Zóchi. Assim, estes dois distritos, em 1991, acabam por albergar mais de 60% da população santomense.

Dos anos 70 a 91, à exceção do distrito de Água Grande, todos os demais incluindo a Região Autónoma do Príncipe, ainda que ligeiramente, perderam o peso populacional. Para além do fluxo migratório da diáspora santomense, o salto populacional do distrito de Água Grande também se explica pelo intenso fluxo migratório dos outros distritos em direcção à capital do país (São Tomé) bem como pelo facto de ex-serviçais enquanto homens livres poderem circular a seu belo prazer, como consequência, das mudanças que tiveram lugar no meio rural dos finais dos anos 80 a princípios de 1991. Com o advento dos transportes coletivos que passaram a ligar os distritos à capital e dos que o Estado concedera na ocasião às empresas agrícolas para o transporte dos seus efectivos do respetivo lugar de concentração às roças e vice-versa, muitos passaram a residir nos subúrbios da capital, não obstante continuarem a trabalhar nas empresas agrícolas.

Tabela 2: Evolução da Distribuição da população por distritos entre 1950-1991

Distritos	1950		1960		1970		1981		1991	
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
A. Grande	7821	13.0	9586	14.9	19636	26.6	32375	33.5	42331	36.0
Mé Zochi	18056	30.4	20374	31.7	20550	27.9	24258	25.1	29758	25.3
Cantagalo	8568	12.9	9758	15.2	9697	13.1	10435	10.8	11433	09.7
Caué	6942	11.0	5874	09.1	3757	05.1	4607	04.8	5322	04.1
Lembá	6196	11.4	6196	09.7	6206	08.4	7905	08.2	9016	07.1
Lobata	8190	15.2	7875	12.3	9361	12.7	11777	12.2	14173	12.1
R. Do Príncipe	4402	07.3	4544	07.1	4593	06.2	5255	05.4	5471	04.7
Total	60631	100	60175	100	73800	100	96611	100	117504	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Diagnóstico da situação da população e género em S. Tomé e Príncipe, Resumo, Fevereiro de 2001

Através da tabela 3, pode verificar-se que a estrutura da população por sexo nos distritos foi, ao longo dos anos bastante heterogénea. Em 1970 apenas Mé-Zóchi possuía mais mulheres que homens (51% contra 49%). Todos os restantes distritos apresentavam uma maior percentagem da população masculina com especial destaque para Lembá e a Região do Príncipe. O Distrito de Água Grande, que também apresentava, em 1970, uma certa superioridade da população masculina sobre a feminina, passou a apresentar uma nova estrutura em 1981, quando a sua população masculina foi apenas 48% da sua população total.

Em 1991 todos os distritos, com excepção de Água Grande e Mé-Zóchi, continuaram a ter mais homens que mulheres (quadro 3). Isto deve-se, fundamentalmente, ao facto de serem distritos onde se localizavam as empresas agrícolas mais relevantes com necessidade extrema de mão-de-obra masculina.

Tabela 3: Distribuição Espacial da População por Sexo e por distrito entre os anos 1970-1991

Distrito	1970		1981		1991	
	M	F	M	F	M	F
Água Grande	50.2	49.8	48.0	52.0	48.0	52.0
Mé Zochi	49.0	51.0	49.6	50.4	49.0	51.0
Cantagalo	51.0	49.0	51.0	49.0	50.3	49.7
Caué	52.5	47.5	52.0	48.0	52.0	48.0
Lembá	53.0	47.0	51.0	49.9	51.0	49.0
Lobata	51.0	49.0	50.0	50.0	50.5	49.5
R. Do Príncipe	53.0	47.0	54.3	49.7	51.0	49.0
Total	50.7	49.3	49.7	50.3	49.0	51.0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Diagnóstico da situação da população e género em S. Tomé e Príncipe, Resumo, Fevereiro de 2001, p.14

Analisando, ainda, os dados por distritos (quadro 4) pode-se verificar que apenas o de Água Grande teve uma grande predominância da população urbana sobre a rural pelo facto de ser onde se localizava a capital da província, depois do país. Tal status levou-a a ter uma situação especial. A diminuição relativa da população urbana no centro do distrito (94.3% em 1970 para 90.7% em 1991) deve-se ao facto de ter havido o aumento de uma população migrante

vinda dos demais distritos (incluindo do exterior)¹ que passou a ocupar os arredores e os subúrbios do mesmo (zonas rurais), em toda a sua extensão.

Todos os outros distritos possuem o maior efetivo da sua população a residir nas zonas rurais. No entanto, o de Lembá tem vindo a conhecer uma evolução positiva da sua população urbana, que passou de 5.9% em 1970 para 44% em 1991. Esta evolução deve-se ao facto de a maior parte da sua atividade económica se concentrar nas indústrias cervejeira e petrolífera, ambas situadas na cidade de Neves, com grande parte dos seus operários fabris e suas famílias a viver naquela área urbana.

Outros distritos não conheceram evolução significativa nas suas zonas de residência, preservando-se a superioridade da população rural em todas as suas extensões. No Príncipe, porém, manteve-se um certo equilíbrio entre ambas populações, verificando-se um relativo aumento da população urbana no período em análise.

Tabela 4: Evolução da população urbana e rural, por distrito, entre os anos 1970 a 1991

Ano	1970		1981		1991		% de 1970		% de 1981		% de 1991	
População	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Água Grande	18517	1119	29415	2960	38387	3944	94,3	5,7	90,9	9,1	90,7	9,3
Mé Zochi	2843	17707	4661	19597	3873	22885	13.8	86.2	19.2	80.8	23.0	77.0
Cantagalo	1117	8520	2774	7661	3499	7934	21.1	87.9	26.6	73.4	30.6	69.4
Caué	762	2995	1183	32424	1502	3820	20.3	79.7	25.7	74.3	28.2	71.8
Lembá	367	5839	2890	5015	3965	5051	5.9	94.1	36.6	63.4	44.0	56.0
Lobata	837	8524	1423	10353	2810	11363	9.0	91.0	12.1	87.9	19.8	80.2
R. Do Príncipe	1418	3175	1768	3487	2215	3256	30.9	69.1	33.6	66.4	40.5	59.5
Total	25921	47879	44114	52497	59251	58253						

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Diagnóstico da situação da população e género em S. Tomé e Príncipe, Resumo, Fevereiro de 2001,p.15

¹ Resultado dos confrontos militares em Angola em 1975, muitos santomenses residentes naquele país, regressaram à STP, contribuindo para o aumento da pressão urbana nos arredores da cidade de São Tomé, Nota da autora-

Na análise da população urbana e rural por sexo constata-se um número relativamente maior de mulheres a residirem nas áreas urbanas. Em 1970, cerca de 50.4% da população urbana era constituída por mulheres passando este número para 51.6% em 1991.

Segundo os dados do recenseamento de 1991, o Distrito de Água Grande é o que possui maior desequilíbrio entre os sexos da sua população urbana com uma percentagem de 47% para os homens contra 52.1% para as mulheres. Esta situação explica-se porque é na cidade de S. Tomé onde se concentra a principal actividade comercial (mercado) que é, fundamentalmente, exercida por mulheres “palaiês” e “candongueiras” (vendedoras de peixe e vendedoras ambulantes), o que atrai mulheres imigrantes dos diferentes distritos do país.

Neste contexto, o Distrito de Caué é a única exceção, pois que desde 1970 até 1991 teve sempre uma população urbana masculina maior que a feminina.

Quanto à população rural, os homens sempre superaram as mulheres desde 1970. Esta situação se deve ao facto segundo o qual a base da economia continuou sendo a agricultura, sector que até hoje absorve um grande número de homens. Nos arredores dos Distritos de Água Grande e Mé-Zóchi, um grande contingente da população rural feminina vinda de outros distritos se concentrou mais próximo desses espaços urbanos, onde se dedicam, geralmente ao comércio de produtos agrícolas, roupa de fardo (roupas usadas), comida cozinhada, entre outros.

Tabela 5: Distribuição da população urbana e rural por sexo e por distritos entre 1970 e 1991

Distrito	1970				1981				1991			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Água Grande	50.2	49.0	50.8	49.2	47.7	52.3	49.7	50.3	47.9	52.0	47.3	52.7
Mé Zóchi	48.0	52.0	49.4	50.6	48.3	51.7	50.0	50.0	48.2	52.0	49.8	50.2
Cantagalo	47.6	52.0	51.8	48.2	47.0	52.2	51.6	48.4	48.6	51.0	51.0	49.0
Caué	66.5	53.0	54.0	46.0	51.0	49.0	52.4	47.6	52.1	47.0	51.7	48.3
Lembá	49.9	50.0	53.3	66.7	49.7	50.3	51.7	48.3	49.7	50.0	52.0	48.0
Lobata	47.7	52.0	51.7	48.3	47.2	52.8	50.5	49.5	50.7	49.0	50.5	49.3
R. Príncipe	49.2	50.0	55.1	44.9	52.0	48.0	55.6	44.4	48.4	51.0	52.9	47.1
Total	49.6	50.4	51.4	48.6	48.2	51.8	51.0	49.0	48.4	51.6	50.4	49.6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Diagnóstico da situação da população e género em S. Tomé e Príncipe, Resumo, Fevereiro de 2001, p.17

Das tabelas inerentes a evolução e distribuição populacional (1950 – 1991) se pode constatar uma grande mobilidade populacional e um intenso fluxo migratório da população para os centros urbanos e seus arredores, com maior ênfase para o distrito de Água – Grande. Esse facto, leva-nos a concluir que por motivos de trabalho ou outros, a população pretende concentrar-se nos locais que lhe permitem melhorar as condições de vida e obter mais facilmente os meios necessários de sobrevivência.

1.2. Sobre a delimitação periódica do estudo

O nosso estudo centra-se ao período compreendido entre 1950 - data em que governava a província Carlos de Sousa Gorgulho² - e o período da independência em 1975, prosseguindo até à década de 1990. O facto que nos levou a prolongar a nossa observação por cerca de quinze anos após a independência do país, prende-se com a circunstância de considerarmos importante trazer aqui alguma informação sobre as mudanças ocorridas em STP no período que se seguiu à descolonização. Tais mudanças transformaram a conjuntura política, social e económica e tiveram grande impacto na vida dos camponeses e camponesas santomenses (muito especialmente na vida destas últimas), quer ao nível do seu quotidiano, quer em termos de visibilidade e reconhecimento do seu trabalho.

Temos consciência de que poderia ser mais cauteloso centrarmo-nos apenas no período 1950 – 1975, arriscamos, contudo, avançar um pouco para além dessa data, porque consideramos importante falar sobre a mudança ocorrida, e fazer referência ao que se tentou construir posteriormente, já num país independente, e num campo tão importante para o seu

²Entre 1948-1953, Carlos de Sousa Gorgulho foi Governador das ilhas de STP. Ele tomou algumas medidas para a solução definitiva do problema de mão-de-obra, que persistia de forma bicuda. A modernização de Angola e Moçambique na década de 50 passou a ser pretexto para a ameaça do corte de fornecimento de mão-de-obra para STP, tratando-se de países de dimensões maiores e, obviamente, com a maior capacidade de absorção da força de trabalho interna. Tal busca de solução passaria pela possibilidade de contratação à força da mão-de-obra nativa através da aplicação de um plano subtil que a utilizaria nas obras de fomento levadas intensamente a cabo, baseadas em investimentos de receitas internas. Tal situação resultou em violência e no maior massacre contra a população denominado Massacre de 1953, tendo tido como base as rusgas, prisões arbitrárias, mortes e outros tipos de violência (Ceita, M.N. Factores do Massacre de 1953, trabalho policopiado para a cadeira de Nações e Estado em África, Faculdade Letras da Universidade de Lisboa, 2004).

desenvolvimento socioeconómico. Propomos esta análise, dadas as mudanças por que passou a conjuntura rural santomense durante o momento em observação, e por ser a produção agrícola, um elemento chave do desenvolvimento socioeconómico do país, desde há vários séculos.

1.2.1. S. Tomé e Príncipe nos finais do séc. XIX: conjuntura, investimento, produção e comércio

A formação das roças a partir do século XIX deveu-se a imperativos económicos sociais e políticos. Os ciclos anteriores, nomeadamente o de cana de açúcar (séc.xvi) e o de tráfico de escravo (sec.xviii) perderam relevância. Assim, emerge o ciclo de cacau a partir do século XIX que não só moldou toda a vida socioeconómica de S. Tomé e Príncipe como também definiu a forma como as ilhas seriam determinantes no projecto económico do Portugal colonial e do seu comércio internacional. Para Nascimento (2001), na sequência da queda abrupta da actividade negreira em Angola por volta de 1850, e de permeio com o afluxo de alguns europeus, entre os quais degredados, iniciou-se a formação das roças em São Tomé. Foi um processo que impôs um relacionamento preferencial das ilhas com a Metrópole. Assim, desde a década de 1850 passaram a importar-se do Brasil (donde vieram o café e o cacau) e de Angola, capitais, técnicas e mão-de-obra. S. Tomé acabou por tornar-se então, um mercado para exportação dos libertos de Angola. O café tornou-se objecto de exportação sistemática e forte base de prosperidade das ilhas.

Segundo Pedreira (2000) a economia de São Tomé, onde a agricultura sempre desempenhou um papel significativo, converteu-se numa verdadeira economia de plantação. Várias condições concorriam para o referido desiderato. Por um lado, havia terrenos agrícolas disponíveis, por outro, o Estado, que possuía extensas propriedades, arrendava-as ou vendia-as a preços convidativos, o que não impediu o processo de expropriação, por meios mais ou menos violentos, dos camponeses locais. Constituíram-se assim as grandes roças com capitais metropolitanos ou acumulados nos negócios africanos, entre os quais o do tráfico de escravos. Esta experiência, que já havia sido ensaiada por outros negociantes de escravos, foi retomada por João Maria de Sousa Almeida (Barão de Água Izé), um antigo traficante, natural do Príncipe, que chegara a ser governador interino de Benguela, que se estabeleceu em S. Tomé

em 1835, tendo-se tornado um dos grandes proprietários e empreendedores locais do exercício da roça, cujo título nobiliárquico fez dele um cidadão notável.

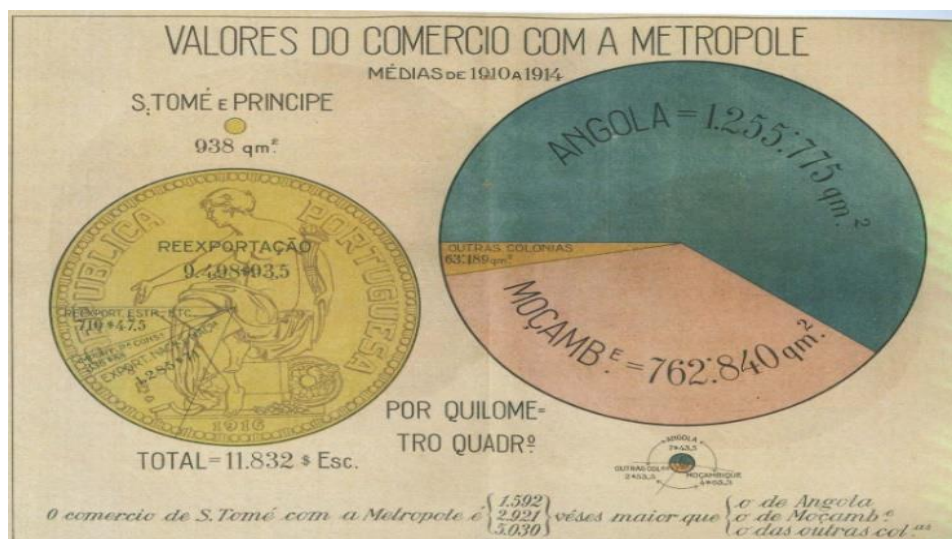
Para Nascimento e Dias (1990) outros capitalistas metropolitanos dispuseram-se a investir também nas roças. Tais proprietários, que mantinham ligações próximas aos meios mercantis, encontram na Associação Comercial de Lisboa a instituição que haveria de patrocinar os seus interesses junto do governo e da opinião pública. A abertura da linha de navegação pela companhia União Mercantil e a importação de mão-de-obra de Angola (sob forma de trabalhadores contratados ou “libertos”, mas em condições idênticas às dos escravos, o que não deixou de causar alguns problemas políticos e diplomáticos), encorajaram o investimento na agricultura de plantação de S. Tomé, que atravessou então um franco período de desenvolvimento, reforçando as relações económicas com a Metrópole.

A alteração das pautas de São Tomé desde 1869 conservou direitos diferenciais em favor das mercadorias nacionais (que pagavam menos 80% do que as estrangeiras transportadas sob a bandeira de outras nações), mas eliminaria o favor à reexportação de produtos depositados nas alfândegas portuguesas como sublinha Alexandre (2000). É por isso que Catarino (2014: 33) vem alegar que “o estudo das finanças públicas nestes períodos fornece o enquadramento diacrónico necessário para compreender o fenómeno financeiro em geral, da receita pública e do gasto e do dispêndio público”, o que permite compreender as bases da fundação das finanças públicas modernas das ilhas.

O café, o algodão, o cacau e o açúcar viram aumentar a sua parte, não no abastecimento do mercado metropolitano (no quadro do comércio ultramarino, sempre haviam ocupado um lugar de relevo, quando não dominante) mas nas próprias reexportações. Estas eram as mercadorias mais procuradas pelos comerciantes estrangeiros que adquiriam os produtos africanos nos portos portugueses. Mais do que isso, a economia de plantação, exclusivamente em São Tomé, consolidou-se e prosperou; em 1869 cabia ao arquipélago, não obstante a sua diminuta dimensão territorial e demográfica uma parte praticamente idêntica à de Angola no provimento do mercado interno português (Pedreira, 2000:259). Nas condições de então, o cacau revelou-se assaz compensador e a sua produção não cessou de crescer, mesmo em zonas mais tarde consideradas desadequadas para o seu cultivo, e à custa de processos perversos como a desmatção, tal como sublinha Nascimento (2001).

A ilustração nº 2 demonstra, que apesar da sua pequena dimensão territorial, graças ao cacau, no período de 1910-1914, os valores do comércio entre São Tomé e Príncipe e Portugal eram cerca de 1592 vezes maior do que os de Angola, 2921 vezes maior do que os de Moçambique e 5030 vezes maior do que os das outras colónias.

Ilustração 3: Valores de comércio com a Metrópole entre (1910-1914)



Fonte: AHSTP, Fonseca (Março de 1918), As Ilhas de S. Tomé e Príncipe desconhecidas.

Os capitalistas portugueses viram nessa plantação em expansão a forma de se enriquecerem muito rapidamente. De acordo com Ferrão (2008) o mercado internacional, influenciado pelo aumento do consumo dos produtos derivados do cacau e sua industrialização exigia o aumento da sua comercialização através do qual se foram atingindo valores fabulosos, pelo que “ter cacau significava ter dinheiro”. Daí que a entrada em cena do Banco Nacional Ultramarino (BNU) como banco emissor, de fomento e comercial das colónias em 1864 sob a aparência da introdução de operações mais modernas, não serviu senão, segundo Clarence-Smith (1985), para alargar ao antigo sistema de créditos aos plantadores. A preferência do Banco pelo adiantamento de fundos tomando como garantia a colheita seguinte não permitia a realização de benfeitorias amortizáveis a mais longo prazo, e mantinha o crédito no quadro estrito do modelo comercial. O BNU, ao aceitar receber colheitas para liquidação dos empréstimos, tornou-se um escritório de corretagem dos géneros coloniais em Lisboa e acabou por ficar na posse de numerosas propriedades, tanto por meio de execuções judiciais interpostas por falta de pagamento de créditos avançados, como por aquisição, quando eram vendidas ao desbarato por plantadores à beira de bancarrota (Pedreira, 2000:253).

Os grandes proprietários, sobretudo das maiores roças de São Tomé e Príncipe, muitos dos quais eram capitalistas de Lisboa, ou tinham ligações próximas aos círculos dos negócios da capital portuguesa facto que fez com que tivessem uma base de partida mais sólida, pouco ou nada sofreram com as perturbações do mercado internacional de géneros tropicais. Foi, por exemplo, o caso de Francisco Mantero, que foi administrador do Banco Nacional Ultramarino e sócio da Companhia do Príncipe, companhia que teve origem numa concessão de terrenos baldios a Alfredo Mendes da Silva. A companhia, estabelecida em 1894 com um fundo inicial de 500 contos (moeda portuguesa), para explorar essa concessão e para aproveitar a isenção dos impostos que em 1892 contemplou o comércio entre a ilha e a metrópole, elevou o seu capital a 1500 contos em 1898, ano em que adquiriu ao BNU a roça Água Izé em São Tomé (Neves, 2008).

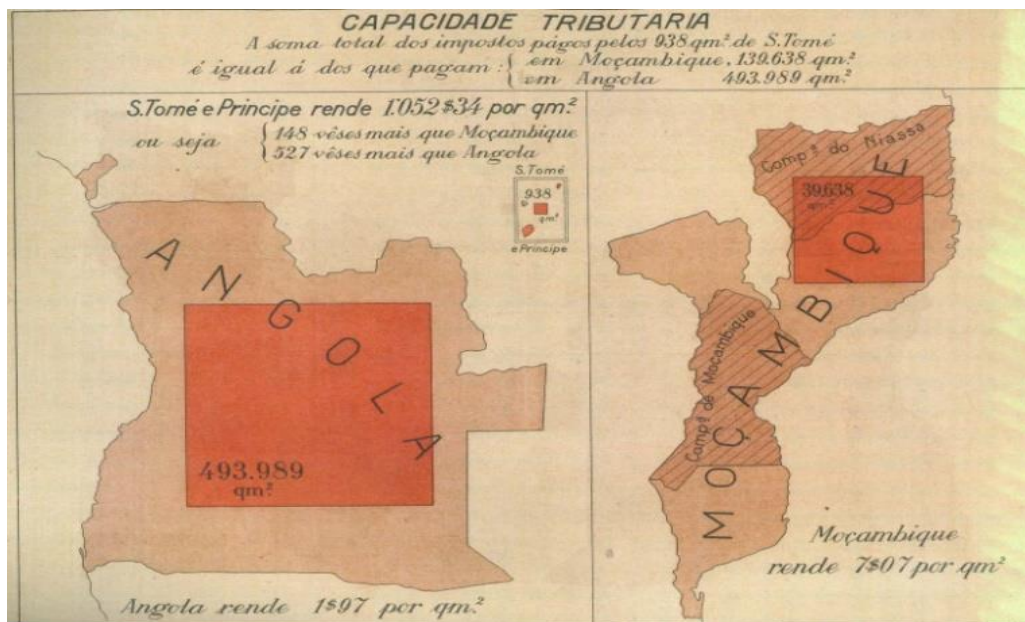
De cariz capitalista, as maiores roças no início do séc. XX passaram a formar e integrar importantes Sociedades e Companhias, como foram os casos da Sociedade Agrícola de Valle Flor; da Companhia Agrícola Ultramarina; da Sociedade Terras de Monte Café; da Companhia Agrícola da ilha do Príncipe; da Companhia Agrícola Porto Real e Bela Vista; da Companhia Agrícola das Neves e Colónia Açoriana, Lda; Sociedade Agrícola das Roças Plateau e Milagrosa; da Sociedade Agrícola Ribeira Furada; da Companhia Roça Vista Alegre; Companhia Roça Porto Alegre, entre outras (Ferrão, 2008: 107).

Segundo Neves e Ceita, (2004: 71), “no princípio do séc. XX a produção do cacau em S. Tomé e Príncipe atingiu o auge. Em 1910 as ilhas, produzindo aproximadamente 16% da produção mundial, eram ainda o segundo produtor mundial. Os roceiros em Lisboa alardeavam riqueza, alguns investiam na melhoria das suas propriedades e as ilhas tornaram-se um autêntico *eldorado*”. Daí que a pequena dimensão do território não obsteu a que a colónia atingisse a liderança mundial de exportação em 1919, facto significativo, ainda que parcialmente imputável ao fim da Iª Guerra Mundial (Nascimento, 2001).

Em termos tributários, as Ilhas demonstravam ser, efectivamente, superavitárias. O quadro que se segue tem a pretensão de apresentar a capacidade tributária das ilhas em relação às restantes colónias portuguesas. Para Fonseca (1918) autor do quadro em questão, a soma dos impostos pagos pelos 938 km² de São Tomé era igual à soma do que pagavam em Moçambique e Angola, cujas superfícies territoriais eram, respectivamente 139 638 km² e

493 989 km². S. Tomé e Príncipe rendia na época, à Metrópole, cerca de 1 052.34 escudos por km², ou seja, 148 vezes mais do que Moçambique e 526 vezes mais do que Angola tal como se pode observar na ilustração número 3.

Ilustração 4: Capacidade Tributária das Colónias (1910 -1914)



Fonte: AHSTP, Fonseca (Março de 1918), As Ilhas de S. Tomé e Príncipe desconhecidas

Uma análise à tabela 1 que se encontra em baixo demonstra a importância da especialização da economia cacaueira em S. Tomé e Príncipe, que se destaca com evidência na composição das exportações das províncias ultramarinas entre 1901 e 1921.

Tabela 6: Composição das exportações das províncias ultramarinas

Produtos	1901			1913			1921		
	volume	valor	%	volume	valor	%	volume	valor	%
Gado (a)	540	13	0,1	6 016	93	0,4	8 202	2 622	0,4
Peixe seco e salgado	11 314,2	736	6,0	11 464,1	769	3,7	16 941,0	32 913	4,9
Açúcar	1 942,0	163	1,3	34 063,0	2 331	11,2	69 871,4	87 749	13,2
Café	7 898,4	1 122	9,2	6 793,1	1 440	6,9	12 552,1	67 917	10,2
Cacau	14 927,9	4 180	34,1	33 355,6	7 172	34,4	17 127,7	83 987	12,6
Milho	3 441,6	90	0,7	13 839,3	287	1,4	97 372,7	55 341	8,3
Sementes oleaginosas	23 779,0	913	7,4	51 065,0	3 081	14,8	118 696,4	183 046	27,5
Óleos vegetais	414,2	34	0,3	971,7	99	0,5	4 360,7	11 273	1,7
Borracha	2 720,9	3 326	27,1	3 852,8	2 367	11,4	233,4	1 395	0,2
Couros	339,1	69	0,6	627,5	222	1,1	1 215,6	7 481	1,1
Cera	845,7	511	4,2	1 244,4	660	3,2	1 114,2	14 258	2,1
Algodão	78,1	9	0,1	324,8	80	0,4	1 997,4	16 639	2,5
Sisal	11,1	n d	n d	358,0	17	0,1	4 705,8	14 810	2,2
Tabaco	1,1	n d	n d	61,7	11	0,1	380,6	833	0,1
Sal	15 014,8	73	0,6	27 408,0	60	0,3	34 037,6	4 041	0,6
Madeira	1 522,3	44	0,4	1 985,5	62	0,3	2 979,9	1 299	0,2
Carvão	-	-	-	-	-	-	4 500,6	389	0,1
Diamantes (b)	-	-	-	-	-	-	180,3	38 498	5,8
Ouro ©	18,0	n d	n d	222,1	n d	n d	324,7	4 449	0,7
Outros		974	7,9		2 091	10,0		36 937	5,5
Total		12 257	100,0		20 842	100,0		665 877	100,0

Valores: contos de réis e milhares de escudos
Volumes: toneladas, excepto: (a) número de cabeças; (b) quilates; (c) grama
Fonte: Salgado, 1939: mapas 12-a e 12-b

De referir que entre 1890 e 1899 os níveis de exportação do cacau (produto de referência) subiram de 3000t para mais de 11000t anuais. No entanto, é no intervalo entre 1899 a 1919 é que a importância do cacau se afirma no gráfico das exportações coloniais. Na verdade,

- Em 1913 a exportação atingiu o seu pico máximo com 36500 toneladas;
- A partir de 1920 começa a observar-se alguma oscilação;
- De 1920 - 1925 a exportação desce para 20000 toneladas;
- Entre 1926-1939 a exportação situa-se em redor de 8000 e 14000 toneladas, descendo depois em 1940 para 7000 toneladas.

A posição cimeira que as ilhas ocupavam duraria, como estes dados já indicavam, por pouco mais tempo. Na verdade, diz-nos Francisco Tenreiro (1961:227) que essa posição: “... manter-se-ia por cerca de 20 anos: em 1908, São Tomé produzia 14,8% do cacau mundial, enquanto a Costa do Ouro elevava já a sua exportação para 6,7%; em 1918, porém, São Tomé ocupava já o 2º lugar entre os territórios africanos na produção mundial (6,3%), sendo ultrapassado decididamente pela Costa do Ouro (24,6%); tal situação iria agravar-se, pois em 1928

contava-se já em 3º lugar (2,9%); em 1938 em 4º (1,8%), em 1948 em 5º (1,2%), cabendo os primeiros lugares à Costa do Ouro, à Nigéria e Camarões, à Costa do Marfim e à Fernando Pó, que então se começavam a impor como produtora do cacau. Nos anos 50 a posição de São Tomé agravar-se-ia, e, entre os territórios africanos, viria a ocupar o 6º lugar, situando-se num nível médio de 8000 toneladas, enquanto a Costa do Ouro por exemplo, produzia em média cerca de 230000 toneladas”.

Uma das críticas feitas a Portugal pelos cientistas e agrónomos de então (Lains e Silva 1958; Tenreiro, 1961) que, ao observarem tão significativa quebra de produção, foi a de que, Portugal, preocupado com os mais altos ideais do império, de missão civilizadora e, posteriormente, do projecto luso-tropicalista, ignorara “projectos tendentes à valorização da agricultura dos trópicos, e continuou, por isso, erros e preconceitos conducentes à exaustão da fertilidade do solo. Só quando a devastação atingiu níveis irreversíveis e a escassez de terras virgens ameaçava a estrutura agrícola, é que se pôde compreender o valor destas observações. Diz-nos Lains e Silva (1958:109) que, “... para melhor compreensão deste cenário, importa não esquecer que, no seguimento do decreto da abolição da escravatura nas ilhas (em 29 de Abril de 1875), os empresários agrícolas tropicais vêm-se confrontados com condições gravosas para o custo de produção. A produção baseada no trabalho escravo fica definitivamente arruinada como todas as actividades subsidiárias da escravatura. Reduzido o rendimento com base na exploração sobre o trabalhador, tornava-se indispensável aumentar, pela técnica, o rendimento do trabalho”.

Os maus resultados da produção do cacau são atribuídos, não somente à senilidade das plantações, acompanhada da exaustão da fertilidade do solo, mas também, a sua utilização de forma intensiva com a consequente diminuição dos seus valores nutritivos e o surgimento de doenças características do cacau como o *rubrocintus* (phytophthora palmivora) e pragas congéneres. Consequentemente, alguns proprietários encontraram solução na substituição do cacau pelas oleaginosas - copra e coconote (sobretudo na zona sul de S. Tomé) mas, sobre uma estrutura agrária arcaica e com fragilidades estruturais e sistémicas já apontadas.

1.2.2. Observando o período 1950-1975

O período que decorreu entre 1950-1975 é caracterizado pelo aumento do contingente de trabalhadores onde se incluem também as serviçais, vindas, fundamentalmente, de Cabo Verde e Moçambique, no seguimento de uma enorme crise de mão-de-obra, que culminou na diminuição drástica do contingente oriundo de Angola (predominante até aos anos de 1930). No intervalo temporal em questão, S. Tomé e Príncipe ocupava, no intervalo temporal em questão, no contexto do mundo colonial português, um lugar de destaque com a economia orientada para a monocultura do cacau (como já fizemos referência), produção que exigia grande número de mão-de-obra, força de trabalho essa, que as Ilhas não tinham condições de fornecer. Este foi, durante anos, um verdadeiro problema para a administração colonial, pese embora a contratação de serviçais de Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Importa sublinhar que, após a Primeira Guerra Mundial, os preços do cacau subiram consideravelmente, mas dado que não havia em STP braços suficientes para a sua produção, e isso acabou por não trazer ganhos maiores, não se tendo conseguido por esta via, garantir a estabilidade macroeconómica e da balança de pagamentos da colónia (Ceita, 2006) que continuou deficitária durante as décadas seguintes. Por essa razão, no final da época colonial, a economia de S. Tomé e Príncipe continuava dependente das explorações tradicionais do cacau e do café.

Não obstante as medidas tomadas para a solução definitiva do problema da mão-de-obra para as ilhas, o mesmo persistia. A modernização de Angola e Moçambique na década de 50 passou a ser pretexto para a ameaça de corte do fornecimento de trabalhadores agrícolas para S. Tomé e Príncipe uma vez que, tratando-se de países de dimensões maiores tinham, obviamente, maior capacidade de absorção da força de trabalho interna. Era, pois, necessário, animar e incrementar novos modelos para que esses espaços pudessem atrair a emigração metropolitana, que agiria em função da nova Lei Orgânica do Ultramar Português, a qual procederia juridicamente às reformas políticas, sociais e económicas que se adequassem ao dado momento da colonização, contrariando o caos do povoamento com os degredados, política já ridicularizada pelos críticos da actuação portuguesa. O impasse da situação arrastou-se durante os anos de 1951-1952, pelo que se tornava necessário encontrar uma solução para alguns sectores da população. Assim, em Janeiro de 1953 o Inspector da

Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos Franco Rodrigues expôs no jornal “A Voz de S. Tomé”, N.º 91, 8 de Janeiro de 1953, o plano governamental para a resolução do problema da mão-de-obra. O referido plano previa:

- A promulgação das normas de trabalho que tivessem como pressuposto a obrigatoriedade da prestação de serviço por conta de outrem no período de seis a nove meses seguidos ou intercalados de acordo com o Código de Trabalho em vigor;
- A prática das regras definidas em 28 de Maio de 1948 que regulamentavam a fixação de famílias e distribuição de terrenos a todos os grupos residentes nas ilhas, nomeadamente, forros, angolares, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos e tongas (filhos de serviçais que nasceram e ficaram a residir em S. Tomé).

Para os nativos tratava-se mais uma vez de um plano subtil para os contratar como mão-de-obra num momento crucial em que as obras de fomento levadas intensamente à cabo deveriam ser baseadas em investimentos de receitas internas e, obviamente, no aumento de produção das culturas de rendimento. Na verdade, entre 1950 a 1953, o clima de tensão continuava a subir com prisões em massa, erradicação de determinados grupos sócio-profissionais, situação agravada pelas rusgas constantes que culminou no Massacre de Fevereiro de 1953, que acabou por vitimar algumas centenas de santomenses (Ceita 2004). Esses acontecimentos terão dado azo à fundação do movimento nacionalista CLSTP (Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe) em 1960 (Pinto de Andrade 1997; Seibert 1999; Espírito Santo, 2012) que, transformado em MLSTP em 1972, conduziu o país à independência. De referir que os anos 60 foram caracterizados pela continuação da baixa de produção do cacau, do reforço da vinda dos serviçais cabo-verdianos, da agudização das contradições entre os trabalhadores serviçais e roceiros (Nascimento 2001; Ceita 2004; Espírito Santo 2012).

1.2.3. O advento da mudança

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, as ilhas, tal como todo o espaço colonial português conheceram grandes transformações políticas e socioeconómicas. Em STP, a partir de Junho daquele ano os trabalhadores agrícolas promoveram diversas acções

reivindicativas de natureza salarial (que foram gradualmente politizadas) e transformadas num mecanismo de luta. A 18 de Junho um grupo de 200 trabalhadores das roças chegou a concentrar-se diante do Palácio do Governo a fim de apresentarem as suas reivindicações aos delegados de Junta de Salvação Nacional, que visitaram as Ilhas. Informados sobre esse movimento em diversas roças outros trabalhadores rurais também participaram na luta revolucionária da época “... Roças como Diogo Vaz, Bela Vista, Santa Margarida, Rio do Ouro (na zona norte), Milagrosa, Bindá, Pedroma, Monte Café, Vila Moura (na zona centro) foram palco de inúmeras greves, ao mesmo tempo que aumentava o número dos que participavam activamente nas manifestações que tinham lugar na capital, organizadas pela Associação Cívica pró MLSTP (uma organização juvenil que mobilizou o país para a luta pela independência), enquanto não chegavam os dirigentes do MLSTP, forçados a viver no exílio, nomeadamente em Libreville no Gabão, em Accra no Gana e Guiné Equatorial, durante a luta de Libertação Nacional” (Espírito Santo 2012:282-283).

Uma das manifestações mais importantes da época foi a organizada pela primeira vez na história das ilhas por mulheres (cidadinas e rurais, palaiês-vendedeiras retalhistas, sobretudo de peixe- e outras) em 19 de Setembro de 1974. Vestidas de luto exigiram em frente ao Palácio do governo a independência total e completa de STP.

Segundo Espírito Santo (2012) a medida que prosseguiram fortes investidas político-económicas contra as estruturas do sistema colonial, os administradores, técnicos e empregados portugueses das propriedades agrícolas foram-nas abandonando, procurando segurança na capital do país, exigindo medidas duras de reposição do normal funcionamento das instituições e do poder dos roceiros.

No limiar da independência, a estrutura económica e social de S. Tomé e Príncipe era um exemplo típico de economia extrovertida baseada na exploração colonial, em que mais de 99% dos produtos ricos - cacau, café, oleaginosas pertenciam às empresas agrupadas em companhias, sendo que quatro delas controlavam cerca de 30% da produção dos produtos coloniais (Castro, 1980).

1.2.4. O Período de 1975-1999 em observação

Em 1975, com a independência, o Estado não foi capaz de inverter muitos dos problemas estruturais que constituíam bloqueio ao seu desenvolvimento socioeconómico. Continuou a apostar fortemente na economia cacaueira apesar das dificuldades constatadas, pois que se tratava de uma maneira certa e tradicional de entrada de receitas no país, não obstante os grandes investimentos feitos na época com respeito à diversificação dos produtos agro-pecuários na época.

Segundo Owusu (1998:357), “as preferências atribuídas às culturas de exportação normalmente conduziram às chamadas economias de sobremesa e da bebida fundadas na cultura de produtos como o chá, o cacau, o açúcar, o café destinado aos fabricantes das sobremesas do mundo ocidental”. Tal distorção data da época colonial, mas ela, no entanto, persistiu, pela simples razão de serem necessárias divisas para importar outros produtos ao mesmo tempo que o país se sujeitava a todas as regras impostas pelos mais diversos parceiros bilaterais e multilaterais, com base na produção das mais diversas teorias e modelos de desenvolvimento e de crescimento económico, cuja aplicação, na maior parte das vezes, se manifestava desajustada da realidade existente. Daí que, por uma questão de sobrevivência, ausência de quadros especializados, pouca noção das prioridades, do desconhecimento profundo das nossas reais necessidades, os vários desajustes institucionais na formulação de políticas claras de desenvolvimento que estiveram na base das cooperações e Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) a STP, o endividamento externo se mantivesse muito elevado (Graça, 2011).

No período entre 1975 e 1987 até às primeiras privatizações de terra, um conjunto de 45 médias e grandes empresas do sector agro-pecuário ou, simplesmente agrícola, provenientes da era colonial, e na sua maioria pertencentes a colonos portugueses ou seus descendentes, foram nacionalizadas pelo Governo e unificadas em 15 grandes explorações estatais (Santo 2008). As primeiras razões dessas nacionalizações foram o abandono por parte dos trabalhadores, das propriedades latifundiárias. Contribuiu também para tal, a instabilidade social causada por greves sucessivas dos referidos trabalhadores. Partindo desses pressupostos, o Estado recorre à lei da nacionalização que lhe vai conferir a propriedade de terras e dos bens móveis e imóveis, das explorações agro-pecuárias existentes em todo o país.

Esta primeira experiência de gestão daquilo que o mesmo considerou ser a maior fonte de fornecimento de divisas certas ao país, lidaria com vários constrangimentos, nomeadamente a falta de recursos humanos dispondo do necessário *know-how* e uma reconhecida incapacidade de ruptura com o *status quo* e/ou o modelo económico-colonial, pelo que, segundo Murteira (1995),

“A economia vivia assim dependente das cotações desses produtos no mercado mundial, sobretudo do cacau. Aliás, na segunda metade dos anos setenta, a seguir à independência, STP beneficiava de um período de forte valorização internacional do cacau, que permite disfarçar por algum tempo a inépcia da gestão económica do jovem Estado africano. Mas esta debilidade estrutural torna-se flagrante quando, nos começos dos anos oitenta, a quebra na cotação internacional do cacau se junta à redução do volume de produção e o país atravessa uma grave crise de pagamentos externos” (. Murteira 1995: 126)

Segundo Jones (2006), apesar da manutenção das grandes plantações e de um preço favorável no mercado do cacau, entre 1975 e 1980, as produções baixam dramaticamente, uma tendência que já se vinha afirmando anteriormente, e que veio provocar um aumento dos encargos com o pessoal, acentuado inexoravelmente naquele período. De referir que na década de 50 os salários já representavam 70% das exportações das roças. Pese embora terem sido aumentados os salários, estes continuavam longe de satisfazer as despesas de alimentação dos trabalhadores, situação que concorreu para a redução do tempo de trabalho efectivo nas plantações. Paradoxalmente, o controlo tornou-se deficitário, as pessoas não se dedicavam seriamente ao trabalho.

Em 1981-1982 uma seca de carácter regional afectou seriamente o sector agrícola tendo sido o maior factor endógeno da crise que assolou a economia nacional naquele período. Com uma exportação cada vez mais decadente e a impossibilidade de aumentar a importação através de aumento da produção e/ou de rendimentos devido ao défice crónico da balança de transações correntes, o Estado santomense solicita ajuda alimentar externa. Com a intensificação da crise no período entre 1985 e 1987, dados os resultados catastróficos das nacionalizações e de demais políticas pouco assertivas de estatização da economia, passa a ser aplicado o Programa de Ajustamento Estrutural, caracterizado pela aplicação com as medidas de índole neoliberal, que impôs ao sector da agricultura, políticas de que falaremos posteriormente neste trabalho.

1.3. Breve alusão a teorias e modelos de desenvolvimento socioeconómico

A problemática relativa ao desenvolvimento socioeconómico faz parte dos grandes temas da humanidade e tem gerado discussões a vários níveis, conduzindo a uma panóplia de teorias e modelos desde do albar do séc. XIX aos nossos dias. É nosso entendimento, que a natureza do presente de estudo “De Serviçais a Funcionárias Rurais: estudo sobre a participação e trabalho femininos na economia agrícola santomense nos anos de 1950 a 1999” não impõe, necessariamente, uma abordagem alargada e aprofundada sobre as teorias de desenvolvimento socioeconómico em geral. Entendemos, no entanto, que concorrem directa ou indirectamente para melhor compreensão de todos os fenómenos relativos ao nosso objecto de estudo as reflexões inerentes aos modelos teóricos sobre o desenvolvimento económico. Assim, considerando a área de especialização da nossa tese e sem pretender com esta nossa abordagem esgotar aqui o conjunto das teorias de desenvolvimento e dos modelos que as sustentam, eis o que se nos oferece sobre o assunto em apreço: os vários modelos económicos introduzidos por clássicos como Adam Smith, Ricardo, Malthus, Say e Marx, passando para os neo-clássicos -Jevons, Walras e Marshall, os keynesianos (tendo à cabeça John Maynard Keynes, o pai da macroeconomia) até aos estruturalistas, o crescimento económico esteve sempre no centro das suas teorias económicas, abarcando distribuição dos rendimentos, rendimentos crescentes, riqueza, redistribuição, consumo, poupança, índices de preços, inflação e deflação, terra, renda, capital, juro, utilidade marginal, equilíbrio, oferta, procura, elasticidade, recursos, eficiência económica, curvas da procura e da indiferença, concorrência, reajustamentos, etc, etc.

Na opinião dos vários teóricos da economia, o crescimento económico é um fenómeno de longo prazo e a taxa de crescimento deve exprimir basicamente a variação do produto independentemente das flutuações de curto prazo (Figueiredo & all, 2012:27), que em economias menos sólidas e dependentes (dos chamados países em vias de desenvolvimento) podem gerar instabilidades como a inflação e o crescimento da dívida.

Diferentes teorias e abordagens vêm ao longo dos anos trazendo aportes às questões de desenvolvimento socioeconómico, tal como fazem referência Moreira e Crespo (2012):

- ✓ **Teorias da modernização** com o “ Grande impulso” Rosenstein-Rodan (1943);2) O “crescimento equilibrado” de Nurkse (1952-53) que ficou conhecido como o “ círculo vicioso da pobreza”;3) Estratégia de “crescimento desequilibrado de Hirschman” (1958); 4) a tese da “causalidade circular e cumulativa” de Myrdal (1957); 5) “ os polos de crescimento” de Perroux (1955); O modelo dos dois sectores com oferta limitada e força de trabalho de Lewis (1954,1955); 7) a “ descolagem” da teoria das etapas de crescimento de Rostow (1956,1960).
- ✓ **Teorias de Dependência e modelos de pensamento estruturalista**, intimamente relacionadas com os autores latino-americanos da CEPAL (Comissão Económica para a América Latina) tais como, Celso Furtado, Raul Prebisch e Osvaldo Sankel; outros teóricos como Lewis, Rostow, Ranis, Fei e Chenery.
- ✓ **Teoria do Sistema-mundo** de Emanuel Wallerstein, que dominou a academia nos anos 70 com críticas sobre a modernização e a dependência. Apostando numa visão sistémica do desenvolvimento no sistema-mundo, este se comporia em centro, periferia e semiperiferia num suporte trimodal (com base nas antigas teorias de Braudel sobre a economia-mundo).
- ✓ **Modelo neo-marxista de Samir Amin**, cuja contribuição epistemológica viria a revolucionar os conceitos desenvolvimento/subdesenvolvimento ao cercear as antigas concepções deterministas de carácter eurocêntrico, que permitiam considerar o subdesenvolvimento como uma condição isolada e objeto de teoria específica. Após consolidarem o seu sistema económico nacional de maneira autocentrada, por via da sua reprodução, as economias centrais procederiam a sua ampliação à escala mundial, dando forma à natureza extrovertida da economia periférica (Machado, 1999).
- ✓ Novas abordagens do desenvolvimento socioeconómico mais propaladas pelas Nações Unidas, tais como o desenvolvimento sustentável e Desenvolvimento humano trazido à tona por pensadores como Sen e ul Haq.

Dada a vastidão das abordagens teóricas, falaremos apenas de algumas delas, mais próximas do nosso objeto de estudo.

Das teorias de dependencia e dos modelos estruturalistas:

No final da 2ª Guerra Mundial tornou-se evidente que se aproximavam novos tempos com principal tónica na queda dos impérios coloniais e criação de novos estados africanos e asiáticos considerados atrasados no seu desenvolvimento socioeconómico, colocados perante o paradigma da modernização na década de 1950-60.

Negrão (2001), baseando-se em Lewis (1954) é de opinião que os supracitados pressupostos estão na base do surgimento dos modelos dualistas em que o tradicional e moderno, o rural e o urbano, a agricultura e a indústria se assumem como versões do referido modelo as quais advogavam que se deveria investir num sector moderno com uma economia orientada para o mercado e alimentada com os excedentes da força de trabalho provenientes de um outro sector onde se vivia de uma economia de subsistencia.

Na mesma linha de análise, Espírito Santo (2008) faz referência ao facto do supracitado autor ter procedido à análise dos países em desenvolvimento, tendo ressaltado sua dualidade dada a existência de dois sectores económicos bem demarcados: o rural e o urbano. No sector urbano a produtividade do trabalho é muito maior do que no rural, onde existe uma oferta de trabalho suficientemente elástica precedente das zonas rurais. Tendo o sector rural excesso de mão-de-obra, a produtividade de trabalho é muito baixa. Assim, a produtividade marginal do trabalho rural é praticamente nula, o que significa que a emigração de “braços” do campo para a cidade não provoca diminuição da produção agrícola.

Para Sousa, 2004: 152, o modelo de Lewis é um modelo dualista, facilmente aplicável à economias subdesenvolvidas, assentando na consideração de um sector tradicional e de um sector moderno, bem como em alguns pressupostos simplificadores, reflexões essas que também feitas por Ranis e Fei.

A teoria de Ranis e Fei (2004), por sinal, muito próxima de Lewis vem contribuir, sobremaneira, para explicar o modelo de especialização primária, principalmente nos países subdesenvolvidos. Para Ranis (2003), a interacção entre os sectores agrícolas e não agrícolas reside fundamentalmente no coração do estágio inicial de muitos países desenvolvidos. Para Sousa, 2009: 107, o referido modelo dá-nos uma visão completa e integrada acerca do

processo de transição das economias, i.é., acerca do processo de acordo com o qual uma economia tradicional no estado de estagnação secular chega a um crescimento auto-sustentado, depois de superada a fase de arranque, a qual constitui um dos eixos analíticos fundamentais desse processo explicativo. Segundo o autor em referência ” as hipóteses subjacentes ao modelo são:a) dotação pouco variada de recursos; b) grande percentagem da população activa na agricultura; c) taxas elevadas de crescimento demográfico; d) elevado desemprego oculto no sector agrícola; e) papel pouco dinamizador do comércio externo. Partindo destes pressupostos, o modelo de Ranis e Fei considera que perante uma economia provida de um sector moderno (que compreende o sector industrial) e um sector tradicional (que para todos os efeitos, compreender o sector agrícola), é de se sustentar analisando a forma como a expansão do primeiro pode ser sustentada pela oferta de trabalho proveniente do sector tradicional, com baixos níveis salariais” (Sousa, 2009: 107-108).

Continuando a fazer referência à Ranis e Fei , ambos consideram que a reafectação do factor produtivo trabalho está na base do processo de desenvolvimento (reafectação da agricultura, cuja produtividade marginal é muito baixa ou mesmo nula), para o sector moderno em que a produtividade marginal se apresenta superior, sendo, ainda, de realçar que a transição englobaria três fases: uma primeira, em que se verifica o aparecimento ou formação do sector moderno e que pode designar-se de fase de pré-arranque, a qual se prolonga, posteriormente, por um processo de arranque , propriamente dito, ao longo do qual se concretiza o “ esforço mínimo crítico”; uma segunda em que se verifica, nos dois setores um processo de elevação das produtividades em que se atinge o “shortage point” (com o aumento dos salários reais na indústria, induzido pelo incremento dos preços agrícolas); uma terceira, em que se entra num processo de crescimento auto-sustentado no âmbito do qual se atinge o “commercialization point”(Sousa, 2009:108).

Hugon, 1997:33-34, diz que “as análises dualistas ao invés de considerarem que o sector tradicional tem um papel passivo de fornecedor de mão-de-obra com uma taxa determinada pela renda de subsistência, analisa-o em seu dinamismo e em seu papel positivo”. Segundo esses mesmos autores, o sector tradicional (de subsistência pré-capitalista) recobre realidades e ramos diferentes, [sendo que] em muitos modelos ele é assimilado pela agricultura de consumo. Pelo contrário, o modelo de Lewis inclui no sector de subsistência a agricultura tradicional, os serviços domésticos e os pequenos ofícios urbanos, definindo esse sector de

subsistência pela ausência de capital reprodutível. Dois casos diferentes podem ser considerados para explicar a determinação dos salários: o caso tomado por Lewis em que, dentro de uma óptica neoclássica, o sector de subsistência fornece somente trabalhadores e faz pressão sobre o mercado de trabalho ao nível da sua oferta, o caso dos modelos clássicos, em que o sector de subsistência faz subir o salário do sector capitalista, diminuindo a oferta do trabalho, [sendo que] no segundo caso faz baixar os salários reais.

Segundo Furtado (1992) a adopção de padrões de consumo imitados de sociedades de nível de riqueza muito superior torna inevitável o dualismo social. Dada a orientação tecnológica que necessariamente assume a industrialização substitutiva, mantém-se elástica a oferta de mão-de-obra. Sendo os salários mais altos no sector industrial do que no conjunto da economia - o que se deve a uma maior produtividade e também à protecção tarifária de que se beneficiam as indústrias -, a taxa média de salário terá que elevar-se na medida em que cresça relativamente o emprego industrial. Mas a pressão dos custos de reprodução de formas de consumo cada vez mais sofisticadas e as exigências de capital de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra reforçam os fatores estruturais que operam no sentido de concentrar a renda. Daí que a industrialização nas condições de subdesenvolvimento, mesmo ali onde ela permitiu um forte e prolongado aumento de produtividade, nada ou quase nada haja contribuído para reduzir a heterogeneidade social.

O modelo de Lewis e outros estruturalistas suscitou, entretanto, algumas críticas, porque:

“Não teria atendido ao factor aleatório das colheitas agrícolas não considerou a possibilidade de a absorção do excedente de mão-de-obra do sector tradicional pelo moderno terminar prematuramente, em virtude de poder vir a registar-se um aumento do salário industrial, [cuja] competição conduziria a uma redução dos lucros...e abrandamento do crescimento económico; [não] estabeleceu inter-ligações dos dois sectores em termos de investimento...; não teve em linha de conta as diferenças relativas ao acréscimo populacional entre economias distintas, o que poderá estar na origem de taxas de crescimento diferenciadas; a consideração de que a propensão marginal a poupar dos capitalistas é igual a um, constitui um pressuposto excessivamente simplificador” (Sousa, 2004:154-155).

Também, Negrão (1996), criticando o modelo, refere-se ao facto segundo o qual a ideia de que o desenvolvimento estaria dependente da existência de ricos detentores da modernização e de pobres fornecedores da força de trabalho, foi sendo questionada e substituída pela do que estes podiam fazer desde que a produtividade fosse aumentada.

Outros teóricos do estruturalismo vão conduzir as suas reflexões sobre padrões de desenvolvimento e modelos alternativos de crescimento aplicados às economias de transição. Nele podemos incluir Chenery, Gunnar Myrdal e Alfred Hirschman.

Chenery (1969) e outros autores que também se destacaram na década de 1970 desenvolveram um modelo baseado em dados empíricos de padrões de desenvolvimento colhidos de diversos países no período do pós-guerra. O cruzamento de dados obtidos a partir de países com diversas características de renda *per capita* e estágios de desenvolvimento permitiram identificar vários processos de desenvolvimento. Nele se destaca a mudança do eixo económico da produção agrícola para a produção industrial, acumulação estacionária de capital físico e humano, mudanças nos padrões de consumo no sentido de bens básicos – comida e artigos de necessidade primária - para itens e serviços cada vez mais variados, êxodo rural e de pequenas cidades provocando crescimento dos grandes centros urbanos, a redução do tamanho das famílias na medida em que os pais passam a valorizar cada vez mais a qualidade (educação) no lugar de quantidade (mais mãos para ajudar em tarefas produtivas básicas), crescimento populacional acelerado no início do processo de desenvolvimento e que desacelera à medida que o desenvolvimento atinge estágios mais elevados. Os criadores deste modelo ressaltam a existência de vários países, cujas particularidades e padrões de desenvolvimento os diferem uns dos outros, fazendo com que os efeitos desse mesmo desenvolvimento, em cada um, sejam também diferentes.

Sousa, 2009:154, diz que para Chenery a transição das economias subdesenvolvidas para as industrializadas pode ser explicada, entre muitos outros, pelo conjunto dos factores de uniformidade e dos factores de diversidade, variações no consumo e rendimento, acesso à tecnologia semelhante e internacional, existência de diversos objectivos sociais e políticos, diferentes recursos naturais, dimensões dos países, graus diferenciados de acesso aos recursos externos, À medida que a economia vai crescendo as importações tornam-se cada vez mais sofisticadas, sobretudo no que diz respeito ao aumento, nas exportações, do peso relativo do sector industrial. Aumentando o PNB, o capital- intensivo vai ocupar, progressivamente o lugar do trabalho-intensivo.

Negrão, 2011: 58, refere-se que Myrdal, por exemplo, foi em 1968 um dos criadores do paradigma da pobreza em que se basearam os modelos produtivistas aos quais se seguiram

outros, tais como os que deram corpo à Revolução Verde entre 1960-70. Entre as inúmeras contrariedades encontradas na aplicação desses modelos, destaca alguns, cujos contornos não foram tomados em conta no momento da sua concepção, tais como:

- Exigência de grandes investimentos públicos na investigação e disseminação de novas técnicas e tecnologias que contribuem para o aumento da inflação;
- Marginalização da mulher e das famílias mais pobres na distribuição dos rendimentos devido à pressão para se repor o crédito em *inputs* recebido nos pacotes tecnológicos;
- Aumento incontrolável do arrendamento de terras por acumulação das dívidas dos mais pobres;
- Permanente tensão entre o Estado e o mercado na determinação dos preços dos *inputs* e *outputs* para a produção agrícola.

Na verdade, foram produzidos durante décadas tantos modelos que não resolveram as várias questões que se punham ao desenvolvimento, acabando por surgir rupturas epistemológicas que organismos internacionais, agências e governos, tentavam superar, criando novas abordagens e soluções, que merecem de seguida a nossa abordagem.

Abordagens teóricas sobre desenvolvimento/ subdesenvolvimento

Logo após a Segunda Guerra Mundial cria-se a Organização das Nações Unidas em São Francisco em 26 de Junho de 1945.

Partindo dessa dinâmica internacional, a problemática do desenvolvimento tornou-se um dos temas mais tratados no mundo, dadas as inúmeras catástrofes socioeconómicas que se verificaram na época pós-conflito.

A Carta Magna que esteve na base da sua criação observava nas suas cláusulas as inquietações com o desenvolvimento económico e social, situação notória desde a introdução do documento, onde foram incluídas as questões sobre os mecanismos internacionais, visando promover o progresso socioeconómico dos diferentes povos, ao reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade dos direitos

entre homens e mulheres em nações grandes e pequenas. O art.55 da Carta é o que mais se debruça sobre o assunto:

“Com o fim da criação das condições de estabilidade e bem-estar baseados no princípio da igualdade, as Nações Unidas promoverão a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e o desenvolvimento económico e social”. (Carta das N.U, p.13).

Foi conseqüentemente criado o Conselho Económico e Social, órgão que deveria fazer o seguimento do exposto no supracitado artigo, cujas principais atribuições eram de proceder ao estudo e produção de relatórios sobre os assuntos internacionais de carácter económico, social de saúde e conexos.

Seriam, desse modo, seguidos os países em conflito, os desalojados, os sem trabalho e sem abrigo, entre outros, passando estes a ocupar um importantíssimo espaço na produção científica do último século.

Nestes termos, para Furtado, 2004:91, o conceito “desenvolvimento” é seguramente um dos mais ambíguos nas ciências sociais, ainda que se possa dizer que existe um relativo consenso quanto ao seu significado, bem como a possibilidade da sua aplicabilidade”. Adianta o mesmo autor que “o desenvolvimento invadiu a esfera pública, vindo ao longo dos anos sendo assumido como um valor, um desejo universal, um objectivo a atingir o progresso económico e social, contrariando o outro lado indesejável a que não se deve chegar: o subdesenvolvimento ou “não desenvolvimento” definido na sua negatividade, designa o patamar em que um dado país se caracteriza em função dos seguintes desideratos:

- Baixa produção económica ou sua estagnação;
- Pobreza
- Acesso restrito aos bens básicos (alimentação, saúde, educação, habitação, etc).

Silva,1999: 12-13, é de opinião de que o sentido imediato da palavra desenvolvimento na linguagem corrente não corresponde a uma unanimidade deste mesmo conceito no campo semântico tanto no domínio da teoria económica e na da sociológica, bem como na prática das políticas públicas ou na intervenção social. O mesmo vocábulo pode indicar realidades muito

distintas, algumas até antagónicas. Uma tal distinção, adianta, corresponde ao entendimento de que o desenvolvimento de cada território seria uma questão de tempo e que para acelerar o processo não haveria mais do que aplicar o mesmo método destinado a permitir o crescimento económico nos países menos desenvolvidos mediante o recurso a novas tecnologias de cultura intensiva, a criação de infraestruturas (vias de comunicação, electrificação, acesso à água, entre outros), criação de indústrias para exportação e substituição das importações, tudo na base de recursos externos e com abertura ao mercado e preços internacionais.

Os economistas acham que para se compreender a dinâmica do crescimento económico deve-se ter uma perfeita noção dos efeitos indutores e multiplicadores no rendimento, que comportam variações na propensão marginal para o consumo e investimento, as quais devem passar por uma política de investimentos públicos e privados (Sousa, 2009), Samuelson e Nordhaus (1998).

Sousa (2009:82), fazendo referência à necessidade de crescimento equilibrado recorre ao modelo de Harrod-Domar, que apresenta, na sua opinião, instrumentos de análise sugerindo importantes níveis de reflexão que se adaptam às economias ditas subdesenvolvidas em situação de desequilíbrio, partindo dos seguintes pressupostos: 1) O desequilíbrio nas economias em desenvolvimento decorre do facto de os centros de decisão tenderem a fixar a sua atenção no acréscimo de investimento sem contarem com o suficiente alargamento do mercado externo e negligenciando as condições de equilíbrio no mercado interno; 2) a possibilidade de realização de um estudo comparativo de casos concretos permite concluir que nos países subdesenvolvidos o coeficiente capital-produto tende a ser mais elevado e a taxa de investimento é modalmente mais baixa, quando comparados com os países industrializados; 3) Consequentemente, a escolha do tipo de investimento a realizar em articulação com a dotação de factores existentes e com a opção a realizar entre a canalização de recursos financeiros para actividades com um coeficiente capital-produto elevado ou realização de investimentos em sectores com um coeficiente capital-produto mais baixo pode gerar problemas no alargamento de recursos e nas taxas de crescimento demográfico, já que quanto maior for a taxa de expansão demográfica menor será a taxa de crescimento do produto *per capita* (muito característico neste tipo de economias).

Para Sousa (2009), o crescimento económico distingue-se do desenvolvimento económico na medida em que este implica saltos quantitativos e modificações qualitativas no processo económico que carecem de inovação introduzidas nesse processo por agentes interiores em permanente busca de equilíbrio (entre o crescimento da população e da riqueza).

Ora, se repararmos nos supracitados conceitos nenhum se aplica e se desenvolve da mesma forma em cada país e mesmo nas mais diversas regiões do mesmo país, tais são as discrepâncias das realidades socioeconómicas e culturais sobre as quais as mesmas se assentam.

Não obstante se reconhecer que o crescimento económico, é, sem dúvida, um importante factor do desenvolvimento ele não tem sido condição suficiente para o atingir em plenitude, pois que mesmo países que apresentam taxas de crescimento consideradas “aceitáveis” têm cidadãos a viver em condições precárias com elevadas taxas de pobreza e de desigualdade social.

Face ao intensificar das desigualdades que se vêm acentuando nos rendimentos dos países ditos subdesenvolvidos, que os torna cada vez mais dependentes porque marcados pelo agravamento da pobreza, desestruturação das comunidades rurais, novos modelos de consumo face ao declínio da produção agrícola local, a desestruturação das lógicas locais de divisão de trabalho no campo, a massiva migração para os centros urbanos, o aumento do custo de vida, (sentido com muita acuidade pelas camadas sociais mais vulneráveis como as mulheres, crianças, migrantes, desempregados, trabalhadores a prazo, entre outros) foi surgindo no campo da teoria económica uma massa crítica sobre os diversos modelos de crescimento económico.

Silva (2012) faz menção a autores como Celso Furtado, Gunnar Myrdal, Richard Jolly, Dudley Seers, Raul Prebisch como pioneiros da crítica ao crescimento económico com enfoque posto na dimensão quantitativa baseado em indicadores, até hoje válidos como o PIB e PNB, carregam por si, sinais de discriminação nos indicadores entre uns e outros países.

O neo-liberalismo

As teses neo-liberais suportaram a segunda vaga de globalização marcada pela institucionalização de novos mecanismos de gestão do comércio internacional com a criação de OMC e as políticas draconianas do FMI e BM. Assim, afigura-se-nos imperiosa uma breve alusão teórica a estas teses, uma vez que STP iria também passar por essas experiências a partir dos finais dos anos 80.

Segundo Sousa, (2014) o neo-liberalismo - nasceu da reacção teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social keynesiano. A concepção neoliberal foi formulada pela primeira vez em 1947 por Friedrich August von Hayek através do texto "O Caminho da Servidão" escrito para criticar o Partido Trabalhista inglês. Partia do princípio de que o mercado deveria servir como base para organização da sociedade.

Segundo tal corrente de pensamento, o indivíduo teria mais importância que o Estado. Essa concepção caracteriza-se pela valorização da competição entre as pessoas e liberdade do comércio, ao mesmo tempo em que é a favor da diminuição dos gastos estatais com previdência social, saúde e educação.

Em síntese o neoliberalismo propõe o afastamento do Estado da economia o que pressupõe abertura económica, privatização das empresas estatais e uma certa desregulamentação da economia para aumentar os fluxos de capitais, mercadorias e informações, reduzindo a capacidade de intervenção e controle do Estado sobre esses fluxos.

Aplicada inicialmente pelos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, a partir dos anos 1980, tornou-se uma tendência económica vigente no mundo globalizado. Neste sentido, o Estado restringe a sua responsabilidade social e relega ao mercado e às empresas privadas parte das suas responsabilidades.

Oferece-nos também a ocasião de aludir ao diamante de Poder por razões que se prendem ao desmantelamento das empresas agrícolas e sua distribuição em pequenas unidades. Entretanto trataremos este assunto numa das partes subsequentes deste estudo.

O “diamante” de Porter

Michael Porter (1990) incorpora a construção das vantagens competitivas das nações num ambiente estratégico sistémico, a partir do famoso Diamante que considera que a competitividade se estrutura em volta de três vectores: o vector empresarial (gestão financeira, de recursos humanos), o estrutural (as interacções da firma no mercado) e o sistémico (as políticas macroeconómicas, sociais, de infra-estruturais ou educativas do país). Assim, a vantagem competitiva advém da eficiência e eficácia com que são combinados recursos humanos e físicos, tecnologia e *know-how*, capital e infra-estruturas. Conclui, também, que o Estado a partir das políticas públicas deve ser um catalisador de mudanças e que face às fragilidades estruturais das economias em desenvolvimento nas várias faces do *Diamante*, os países desenvolvidos são os que detêm as melhores condições para a construção da vantagem competitiva.

Capítulo 2. A exploração roceira e o desenvolvimento socioeconómico em STP.

2.1. As roças e seu funcionamento: contribuição teórica

Importa ter em conta que, a dinâmica económica santomense era de base agrícola e se inscrevia num sistema económico maior, internacional, a que necessariamente estava ligada a monocultura cacaeira, que constituía o *superavit* da economia colonial portuguesa da primeira à segunda década do séc. XIX. Acresce, como já se viu, que a produção do cacau continuou também a ser a grande aposta para o séc. XX, isto apesar dos poucos investimentos na produção, cuja queda, contrariamente ao desejado, se foi acentuando no tempo, ainda que, sempre sustentada por mão-de-obra serviçal expatriada, que vivia controlada num sistema baseado no trabalho forçado durante todo o período colonial (Ceita, 2004). De notar que, era considerado serviçal aquele que se contratasse para o trabalho apenas agrícola ao serviço de outrem para o desbravamento das matas, tratamento, colheita de produtos, entre outros.

As produções quer do cacau, como de café, eram exploradas, tal como já se foi adiantando, nas Roças. Importa explicar aqui o conceito de roça e para tal tomamos a proposta de Tenreiro, que estabelece a sua comparação com as fazendas brasileiras:

“Na sua essência a palavra roça significa rompimento de terras para cultivo. Assim, depois do derrube da maioria das árvores e da sega ou roça do mato que muitas vezes se acumula em montículos larga-se o fogo, que reduzindo á maioria dos detritos à cinza, deixa o solo “preparado” para a lavoura ou para a sementeira que antecede às primeiras chuvas... Conforme as aptidões das terras ou a riqueza do património alimentar, a roça pode ser feita para um ou mais produtos, mas sempre no início para produtos de subsistência... A palavra “roça” representaria na ilha de S. Tomé desde o séc. XVI até meados do séc. XIX um pequeno estabelecimento agrícola, que tendo resultado do acto de roçar se destinava a culturas de subsistência. É possível que a palavra roça, levada pelos portugueses para o Brasil, tenha sido introduzida em pleno “renascimento” de São Tomé com o estabelecimento de empreendimentos agrícolas em vários quadros, ora apresentados como roças ou fazendas, ou só como roças” (Tenreiro, 1961:142 a 144).

Continuando a estabelecer paralelismos com Portugal, acrescenta ainda o autor, que:

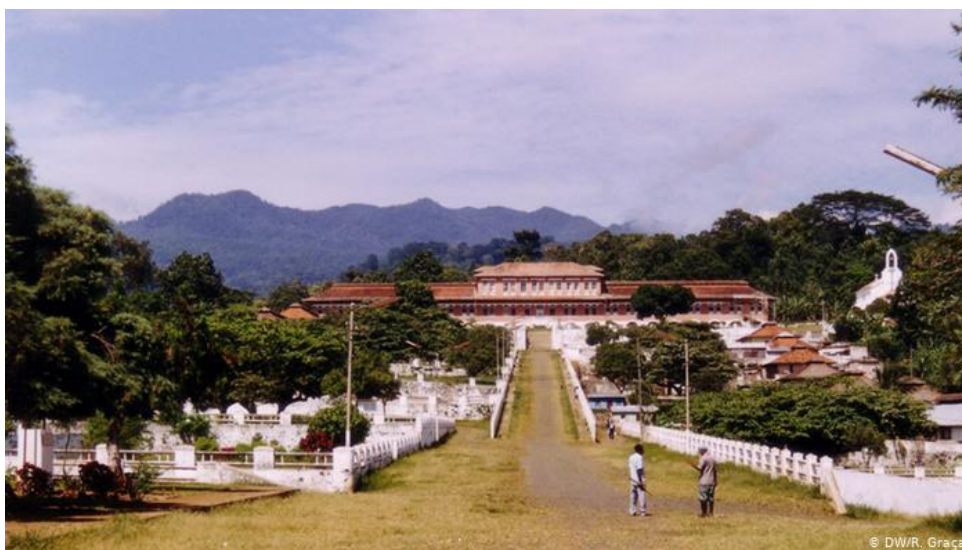
“(...) esta estrutura agrária, que prenuncia nos trópicos o sistema capitalista de exploração da terra, representa uma forma de ocupação do solo já experimentada no Mediterrâneo, tendo como base um produto lucrativo (o trigo). Não longe da casa do senhor estendiam-se as instalações para a criadagem servil. Campos de pão para subsistência e comércio, divisão em folhas permitindo a criação de gado e matos que constituíam a reservas florestal e solo; um centro agrícola, pátio e terreiro para onde convergiam os produtos e os homens e onde concentravam os edifícios e as alfaías necessárias.”. (Tenreiro, 1961: 154).

Outros estudiosos também trouxeram contributos para esclarecer o conceito de roça. Berthet (2012) explica que o termo "roça", comporta vários significados, uma vez que pode significar terreno onde se roça o mato; terreno de pequena lavoura (para o cultivo de mandioca, milho, feijão etc.); conjunto de uma zona rural; ou campo. Capinar, ou roçar a vegetação, levou ao uso do nome roça para designar o resultado dessa atividade.

Também Tenreiro (1961) nos diz que para derrubar o mato, ou proceder ao "rompimento de terras para culturas" foi utilizada a técnica agrícola que envolve o verbo roçar. Outros autores como Pape (2004), Nartey (1986), Eyzaguirre (1986) exploram a definição do conceito, propondo o primeiro que na língua forro de São Tomé "roça" significa "floresta domesticada" ou "cleared piece of matts". Berthet (2012:4) sugere que nas últimas décadas se vem fazendo o uso do termo "plantação", cujo paralelismo se pode fazer com as roças, pelo menos com as roças do período colonial, que, entendemos, teriam de facto características de *plantation*, como adiante desenvolveremos.

Voltemos, porém, à Ilha de S. Tomé e a Tenreiro porquanto este autor descreve a organização social e do espaço da roça, para introduzir a questão da exploração roceira, explicando que ela estava na base do povoamento de toda a ilha ao congregar nas suas instalações numerosos trabalhadores rurais negros e o pequeno número de europeus que exerciam cargos de mando ou de gestão. A casa da administração, a sanzala dos trabalhadores, os armazéns, os fermentadores e secadores, o hospital privativo e demais instalações, que a tornavam autênticas povoações. Consoante a sua extensão, organização, muitas, além de dezenas de empregados europeus, possuíam populações servis que oscilavam entre 100 a 1000 ou mais indivíduos trazidos das outras colónias portuguesas (Tenreiro 1961).

Ilustração 5: Sede de antiga Roça Rio do Ouro. Ao fundo, a sanzala e o hospital



Fonte: Internet, acesso em 22/09/2019

Nesta mesma linha, Gorender (1989:73) escreve que “...tanto na escravidão como na servidão a exploração do produtor direto se faz mediante coação extra-económica, num tipo geral de sujeição pessoal. Quando se trata das relações de produção concretas, da estrutura económica e de leis, a diferença entre ambos é substancial nas colónias, onde as plantações servem para acumular o trabalho abstracto, o monopólio e o lucro”.

Pode considerar-se que o sistema da *plantation* se constituía num sistema coercitivo que se expandiu em diversas partes do mundo, carregando na sua essência a coação e a relação dominante/dominado, e ao qual foi submetida a mão-de-obra local e aquela imigrante. Nesta linha de interpretação, pode ser mais fácil definir as roças de S. Tomé e Príncipe, se as compararmos a outros exemplos do sistema de *plantation* (Berthet2014). A mão-de -obra agrícola contratada no sistema colonial do Novo Mundo, por exemplo, baseou-se em diversas formas de trabalho compulsório. O trabalho livre e assalariado constituía uma exceção, reservado que era aos trabalhadores especializados (mestres do açúcar) ou às funções intermediárias como as de capataz ou feitor (*mayordomo*). No Brasil este sistema existiu através das *fazendas*, no México e no Peru através das *encomiendas*, na Guatemala através das *fincas*, e em outros países da América do Sul através das *haciendas* ou ainda dos *latifúndios*. Tanto Berthet (2012) como Eyzaguirre (1993), defendem que os latifúndios de STP se aproximam do modelo da *hacienda* ibérica ou da *fazenda* lusitana.

Importa seguir referindo que, a exploração roceira em STP, levou à criação de novos paradigmas com uma lenta, mas contínua exploração das terras agrícolas pelos colonos, mas deixando nas mãos dos africanos as pequenas plantações, as chamadas “roças de forro” (espaços pertencentes aos antigos escravos alforriados entre os sécs XVI a XIX), caracterizadas na sua maioria, por uma vegetação confusa na base de experiências pluriculturais e orientada para a economia familiar (Henriques 2000). Outrossim, a procura de lucro com a consequente intensidade de trabalho conduziria à *coisificação* dos serviços, destinados ao trabalho forçado, cuja justificação se baseava na necessidade de os educar pelo trabalho, recuperando a antiga tese da “barbárie negra” e da necessidade do reforço da missão civilizadora (Nascimento 2004).

Augusto Nascimento, conceituado autor com vários artigos publicados sobre as questões das roças de S. Tomé e Príncipe, dentre eles: *Escravidão e trabalho forçado em STP nos sécs XIX-XX* (2004); *O Ethos dos Roceiros: pragmático ou escravagista e, ainda e sempre, avesso à liberdade?* (2010); publicou também o livro, *O Sul da Diáspora, Caboverdianos em Plantações de STP e Moçambique* (2003), faz uma análise interpretativa das mutações sociais e políticas de S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX, com uma visão do arquipélago, marcada pelo cacau e pelas roças, imediatamente associada ao carácter retrógrado do colonialismo português. Na sua obra de referência: *Poderes e Quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe* (2002), o autor faz uma incursão de grande interesse sobre a gestão do quotidiano dos referidos espaços, trazendo à tona os paradoxos, as idiossincrasias, a acomodação dos serviços, a reprodução e o controlo sociais, a hierarquia, a coerção e violência, entre outros assuntos, realizando uma análise interpretativa de base sociológica sobre a produção, sustentada nos dados estatísticos disponíveis.

Na linha de análise sobre a importância das roças no desenvolvimento das Ilhas podemos também destacar Medina (1998) quando sublinha que durante um século as ilhas de São Tomé e Príncipe eram para os portugueses as *pérolas do oceano*, as *jóias das colónias lusitanas* ou mesmo o *paraíso terrestre*. Com efeito, São Tomé no início do século XX apresentava orçamentos consideravelmente superavitários, movimentando cerca de 2000 toneladas de carga, quase exclusivamente constituída pelo cacau, que representava 95% das exportações, tendo sido em 1913 o maior produtor mundial de cacau ao atingir uma produção de 36500t (Ceita, 1992). Estes níveis de produção assentavam em numerosa mão-de-obra,

sendo que, para suprir a sua escassez no período pós-escravatura, instituiu-se a prática de angariação de trabalhadores, que numa primeira fase eram, na sua maioria, provenientes de Angola, por contratos de trabalho a termo certo, e que na maioria dos casos não eram respeitados, sobretudo, no que concerne as condições mínimas de trabalho e a obrigação do repatriamento (Medina e Henriques 1996).

Outro autor sobre o assunto é Maciel Santos (2012), cuja pesquisa tem sido também muito relevante para se compreender as características de S. Tomé e Príncipe como colónia roceira, vem a este respeito propor, para um melhor esclarecimento sobre os lucros nas roças através da utilização do trabalho “escravo” na agricultura, uma tese que reforça as asserções sobre a *coisificação* do escravo/serviçal. Constrói a sua análise apoiando-se no modelo marxista, segundo o qual o capital divide-se numa componente “variável” (a força de trabalho) e numa componente “constante” (matérias primas e amortizações das instalações e equipamentos). Tais distinções influenciaram a sua proposta respeitante à capacidade dos *inputs* da mais-valia (taxa de exploração), traduzida nas horas a mais que o trabalhador faz, aumentando o lucro, mas recebendo o mesmo salário (normalmente reduzido), o que se traduz na fórmula: $\frac{P}{c+v}$ (noção associada à corrente clássica marxista, segundo a qual “a taxa de lucro era considerada a percentagem do rendimento do capital adiantado, bem como dos custos correntes das matérias primas e capital fixo”, como podemos ver em Barber, 1987:100. Nesse caso, os serviçais das roças, na sua condição hermética, sujeitos à coacção e excessivas horas de trabalho podem ser considerados, segundo Santos (2012) como capital variável.

Pode também considerar-se que a especialização de STP na economia cacaueira entre os sécs XIX e primeiro quartel do XX, conduz-nos à uma ligação ao modelo *Ricardiano* das vantagens comparativas. Apesar da sua pequenez territorial face ao comércio internacional e, não obstante tratar-se de uma colónia periférica de Portugal, a produção cacaueira seguia para a metrópole e daí era reexportada para a Inglaterra e Alemanha direccionada ao fabrico do chocolate que posteriormente era transportado já transformado, para São Tomé, para ser vendido nas Ilhas a preços exorbitantes, sem que todos pudessem ter acesso ao mesmo. STP possuía, na altura, duas vantagens propícias à efectivação favorável do comércio internacional: o *superavit* da produção cacaueira (que era a sua especialização) e a disponibilidade de mão-de-obra barata.

Ceita, (1992:9) alega que “A tendência geral é que cada país tende naturalmente a especializar-se na produção dos bens para os quais os seus custos de produção são mais baixos relativamente a outros países, seus concorrentes no comércio internacional. A partir daí, os excedentes que são gerados em diferentes economias por processo de especialização são trocados, o que torna possível o maior consumo de bens e serviços pelas nações”[envolvidas].

Segundo Costa, 2010:102, o conceito das vantagens comparativas ou relativas, proposto por David Ricardo, permite a máxima segundo a qual um país pequeno como STP possa negociar com um país maior, conseguindo ambos benefícios mútuos. A mesma autora refere por exemplo que:

“Para demonstrar a sua teoria, Ricardo vai seleccionar dois países, Portugal e Inglaterra, numa das demonstrações que originaram a assinatura de um dos mais famosos tratados do comércio internacional. O Tratado de Methueen também referido como Tratado de Panos e Vinhos, foi um diploma assinado entre Inglaterra e Portugal em Dezembro de 1703 (...). De acordo com os termos do tratado, Portugal comprometia-se a adquirir os têxteis britânicos e, em contrapartida, os britânicos, os vinhos de Portugal com uma redução dos direitos aduaneiros habitualmente aplicados (...). O conceito de vantagem comparativa ou relativa permite determinar padrões de especialização e troca” (Costa, 2010:102-103).

Podemos trazer também à discussão autores como Samuelson e Nordhaus (1999) que reforçam a ideia de que cada país beneficia do princípio da vantagem comparativa com a especialização na produção e exportação dos bens que pode produzir com um custo relativamente menor. A este propósito vem também Manteau (2008) referir-se que na sua forma mais simples, o modelo de Ricardo assume dois países, dois bens e apenas um factor de produção, normalmente trabalho, sem mobilidade entre países. Os bens são produzidos com rendimentos constantes à escala e em concorrência perfeita. O principal conceito do modelo de vantagem comparativa é apenas uma questão de eficiência relativa e expressa que todos os países podem ter ganhos se se especializarem na produção dos bens em que são relativamente mais eficientes a produzir. A autora completa o seu raciocínio fazendo menção ao facto segundo o qual ainda que um país tenha uma maior produtividade em todos os sectores em relação ao outro, ou seja, o país que tenha vantagem absoluta em produzir tudo é possível demonstrar que os dois países possam comercializar em benefício mútuo. A teoria das vantagens comparativas foi, porém, posteriormente, sujeita a várias críticas, devido,

fundamentalmente, às suas premissas um pouco irrealistas do ponto de vista da tecnologia, a estrutura industrial, condições macroeconómicas e a mobilidade dos factores de produção, trabalho e capital.

Na verdade e de acordo com a análise documental que fizemos, não foi muito longo o tempo da vantagem comparativa para S. Tomé e Príncipe com base na sua especialização colonial. Estudos feitos no terreno por Helder Lains e Silva e Francisco Tenreiro entre 1958 e 1961, respectivamente, permitem concluir que os resultados agrícolas dos períodos áureos entre 1890 a 1920, baseados na subjugação do homem à terra e ocupando-lhe excessivas horas de labor, mascararam a caducidade deste sistema de produção, o que veio a tornar-se evidente em 1921 com as infortáveis e incontornáveis baixas de produção que sucederam a 30 anos de glória.

2.2. Teorizando papéis e lugares das mulheres na economia roceira

No contexto laboral que vimos descrevendo, não se pode descurar a presença da mulher, principal objecto de estudo dessa dissertação, cuja participação se tornou incontornável nessa realidade. Na época em que incide a nossa análise, o trabalho feminino também não era considerado nas análises económicas. Só actualmente se começam a tentar estudos que visam dar alguma luz à sua presença e à sua inequívoca participação. Na verdade, e, segundo a nossa investigação, apesar da sua invisibilidade no sistema, a divisão sexual de trabalho nas roças era um facto, e o papel das mulheres nessa divisão, um factor de estabilidade em momentos de falha braçal. A não identificação da mulher como produtora agrícola, resulta não somente na desvalorização da sua capacidade produtiva, como na sua real integração nos programas de desenvolvimento roceiro, cujo público-alvo são os produtores da economia agrícola de ambos os sexos. No entanto, várias literaturas, sobretudo coloniais, põem claramente em prática a divisão sexual do trabalho, onde não incluem de forma clara, entre homens, a produtora agrícola entre os homens. Dessa forma, a participação da mulher é ignorada, pelo que não pensam sequer em incluir o feminino, como fazem com os homens (Melo, 2012, 2014; Shmitz e Santos, 2013; Leal 2015). Na prática e segundo foi possível apurar, a sua contribuição era essencial para o garante do sistema produtivo e na segurança dos resultados de trabalho (como adiante detalharemos); contudo, a sua invisibilidade enquanto trabalhadora agrícola, importa sublinhá-lo, devia-se também às leituras que à época se reproduziam sobre

os lugares de homens e mulheres. Em sociedades, como as europeias, onde se contava, naturalmente, a portuguesa, a estrutura de entendimento da Ordem social remetia as mulheres para a penumbra do chamado espaço privado. Na verdade, os estudos sobre o trabalho com base na distinção da participação de homens e mulheres, ou no género, têm vindo a aumentar consideravelmente. Essa é uma realidade, como o é o reconhecimento sobre as diferenças não apenas da participação, mas sobre os resultados dessa participação de mulheres e homens.

Mesmo assim, consideramos que ainda hoje, em muitos os países, as dimensões de análise variam consideravelmente e as razões para tal facto não são bem compreendidas. Embora as diferenças ao nível da participação masculina e feminina assumam nas abordagens em geral, um papel importante, a verdade é que as leituras sobre a participação das mulheres são também indubitavelmente influenciadas por fatores socioculturais relativos aos lugares (e porque não ao tempo) onde são produzidas. Essa razão, em nosso entender, deve ser cautelosamente considerada, uma vez que se devem ter em linha de conta, para além da história, componentes como as crenças amplamente aceites sobre por exemplo, o que é trabalho apropriado para as mulheres, elemento que, como sugere Temudo (2008) acaba tendencialmente, ainda hoje, por legitimar a diferenciação a vários níveis, nomeadamente ao nível do reconhecimento, com o trabalho masculino a ser, em regra, socialmente mais considerado do que o das mulheres.

Um dos desafios que se põe aos novos autores será, de entre muitos outros, o de se identificar a vastidão de dimensões que se poderão atribuir aos conceitos que importa considerar nas análises e de entre essas dimensões, os indicadores pertinentes, pois que é nossa convicção que talvez também importe compreender, lugar-a-lugar, época-a-época, quais os fatores que mais pesam nessa avaliação.

Na prática, na maioria dos países, a distribuição ocupacional de mulheres e homens difere ainda hoje muito substancialmente. É importante não negligenciar essa informação. Essa é, em larga medida, uma situação que também justifica por exemplo, que os rendimentos, no sentido de salários médios sejam também eles, acentuadamente diferentes. Profissões diferentes implicam, pois, salários diferentes. Se os homens têm profissões (social, cultural e preconceituosamente) mais nobres, ou mais importantes, até mais duras, importa pois que auferam de um pagamento superior. Esta é a situação que ao longo do tempo, mais

particularmente ao longo das últimas décadas, tem contribuído para a existência de diferenças substanciais sobre as próprias concepções relativamente à distribuição ocupacional de homens e mulheres. A atribuição de maior nobreza às profissões ditas masculinas tem uma base sociocultural, e veio ao longo do tempo a vincar as diferenças de modo muito estrutural.

Esta linha de pensamento que parece começar a ponderar-se mais recentemente, embora segundo pudemos ir apreciando, de forma ainda tímida, pode auxiliar-nos, no que concerne aos lugares profissionais das mulheres que ora estudamos, as das roças santomenses e, posteriormente (após a independência) as trabalhadoras agrícolas das roças, na tentativa de compreendermos melhor as abordagens clássicas que escondiam não apenas as mulheres, mas o valor do seu trabalho, numa hierarquia de valorização das diferentes actividades profissionais, ou, melhor dizendo, do trabalho.

Desta forma importa de facto tomar a diferenciação de género nas análises sobre a ocupação ou o trabalho das mulheres, pois que esta reflete, sem dúvida, as normas e práticas socioculturais dos países e dos próprios momentos históricos.

Esta é uma questão complexa, que merece, certamente, ser aprofundada. Apesar das intensas mudanças que vêm ocorrendo ao longo do tempo até aos dias de hoje, a verdade é que no período em análise, sobretudo se observado a partir do presente, imperava uma organização social a que hoje chamaríamos androcêntrica e até machista. Essa conjuntura deve pois, ser tida em conta para um melhor entendimento e compreensão sobre o momento e a disposição, no sentido de organização do trabalho e, de modo geral, da economia do trabalho.

A nós, cabe-nos hoje pensar sobre o modo como homens e mulheres, ou melhor dizendo, trabalhadores e trabalhadoras estiveram envolvidos no processo de desenvolvimento de S. Tomé por via da sua participação nos trabalhos de base agrícola levados a cabo nas Roças.

Na verdade, a partir das leituras que pudemos ir fazendo, o que nos é igualmente também dado compreender é que, talvez fosse útil ponderar, para estes espaços, para além da divisão sexual do trabalho, uma diferenciação das desigualdades que teriam por base a reprodução antiga de verdadeiros preconceitos (Scavone 2004). Posto isto, e no sentido de se seguir

aprofundando os estudos sobre estas matérias, consideramos que importaria trazer de igual modo para estas discussões uma reflexão sobre a necessidade de se compreender a dinâmica do Preconceito, nomeadamente dos preconceitos de época, assunto que, pelo que conseguimos apurar a partir da nossa pesquisa, não tem gerado grande interesse no âmbito da História enquanto disciplina, ou sequer das ciências sociais.

Consideramos ainda que para o estudo de alguns aspetos como o são, por exemplo, as relações interpessoais e mesmo as relações entre grupos (como o são por exemplo as relações entre grupos de trabalho), importaria que as próprias ciências sociais, ousassem explorar, cruzar e discutir dimensões culturais e relacionais do preconceito, que urge ainda estudar.

O preconceito, como já sugerimos, não é um tema novo. O que acontece é que, ao que nos foi dado apurar, não tem havido trabalho teórico no sentido de o trazer como elemento de análise para os estudos sobre o trabalho das mulheres no confronto com o trabalho dos homens; muito menos, ainda, no sentido de o trazer para as análises históricas. Na prática não nos foi possível encontrar muitas pistas teóricas sobre a questão, mas a mesma assaltou-nos ao longo da pesquisa, muito particularmente aquando da realização das entrevistas e conversas informais havidas com as pessoas com quem fomos falando, sobretudo com as mulheres. Muitas vezes nos discursos sobretudo das mulheres mais velhas, mas também de algumas relativamente mais novas e que se envolveram nos processos de mudança gerados já no período pós-independência, pareceu-nos gravitar a ideia de preconceito. Nunca verbalizada, muito provavelmente porque nunca compreendida em todo o seu alcance, embora se assumisse como algo que nos parecia latente. Este foi um dos motivos que nos fez levantar aqui a questão, infelizmente não aprofundada porque, como já pudemos ir fazendo referência, não foi fácil encontrar estudos em que nos pudessemos apoiar para aprofundar esta análise. Encontram-se estudos sobre preconceitos no campo das tensões raciais, preconceitos contra homossexuais (sobretudo artigos científicos mas também grande profusão de artigos jornalísticos), no campo religioso, preconceitos de classe, mas parece não estarmos ainda compenetrados, como nos dizem Bandeira e Batista (2002), da importância de se alargar a análise sobre o preconceito a fenómenos histórico-conjunturais e neste nosso caso mais em concreto, como já anteriormente dito, aos domínios do trabalho e do género.

As mesmas autoras, atualmente docentes da Universidade de Brasília, apesar de se dedicarem ao estudo da discriminação e violência, não deixam de sublinhar a importância de se abordarem as implicações do preconceito em aspetos muito díspares da vida em grupo e das relações pessoais e sociais, acentuando de forma muito precisa a ideia de como o preconceito influencia, é influenciado e reproduzido pelos hábitos.

Antunes, Soares e António (2008) autores que se dedicam ao estudo do *bullying*, ainda sobre a questão do preconceito, referem-se à existência de Padrões, no tocante quer à ordem social, quer aos comportamentos, claramente diferenciados para homens e mulheres. Encontramos nalguns estudos (embora mais particularmente nestes dois que referimos), um eco interessante sobre estas nossas preocupações facto que de alguma forma, nos tem ajudado a ponderar reflexão (que importará também aprofundar futuramente) sobre se o preconceito poderá ter sido negligenciado, ou desconsiderado, a ponto de se terem distorcido ao longo da história, interpretações sobre a realidade.

As pesquisas documentais talvez possam, até mais do que outras (sobretudo para os estudos que importem a História), ser de grande ajuda neste campo. Dão-nos na maior parte dos casos uma variedade de dados estáticos (Casimiro 2011) que pelas suas características se poderão abrir a leituras multifacetadas. Poderá o seu reexame ou a proposta de novas leituras sobre os fenómenos, leituras que contemplem o preconceito como elemento a ter em conta nas análises, trazer à luz novos significados no que respeita ao conhecimento sobre a sociedade e Ordem (ens) social (ais).

De tudo quanto fica dito, esta constitui uma valiosa contribuição para um amadurecimento das abordagens e das próprias questões de pesquisa o que necessariamente se irá espelhar na natureza da informação que se vai conseguir obter. Importa assim procurar alcançar uma compreensão mais dinâmica da realidade, fundamental para o avanço da teoria e do conhecimento mais preciso sobre os fenómenos.

Na prática, podemos considerar que a representação de trabalho doméstico (trabalho de mulheres), não deixaria então de se consubstanciar numa expressão de hierarquia social, sendo os trabalhos dos homens considerados trabalhos superiores (Oreskes 1996). Do ponto de vista atual, o valor do trabalho masculino estaria então à época (e por muito tempo)

associado ao reconhecimento social do valor do trabalho de homens e mulheres nas roças, como na sociedade. Tal caracterizava a vida das famílias nas roças, para além delas e muito para além das Ilhas.

Esta é uma das razões porque consideramos de grande importância que se observem igualmente as questões de género também nestas análises de pendor histórico, pois que elas são centrais para uma melhor compreensão da heterogeneidade dos mundos das classes trabalhadoras para além de auxiliarem, como sugerem Araújo, Amorim e Ferreira (2017), a tornar mais visíveis os sentidos dos trabalhos das mulheres, sobretudo se atendermos ao contexto e reconhecendo que sobre o mesmo continua a haver muito por explorar e por dizer.

É hoje é profícua a literatura no domínio dos estudos sobre mulheres, estudos de género e estudos feministas, mas importa, contudo, sublinhar que a literatura mais especializada sobre estas matérias, começou a ser dada à estampa sobretudo a partir dos anos 1980, quando se verifica um aumento de produção científica dedicada às Mulheres. Este facto foi certamente influenciado pelas resoluções da I Conferência Mundial da Mulher que teve lugar em 1975 no México e cujo lema foi, “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Para além do reconhecimento sobre a necessidade de se tratar melhor e com mais profundidade os assuntos ligados às mulheres, a citada Conferência, ao pôr a tónica nas questões sobre o Desenvolvimento, vai dar luz à situação de um segmento importante desse grupo, até então e, em regra, bastante invisível nos próprios estudos que já se iam realizando sobre as mesmas. Tal é o segmento das mulheres em contextos rurais, um mundo por si bastante invisível porque apartado dos lugares citadinos, em geral situados mais ao Norte, onde se produz a maior parte dos referidos estudos.

Com estes novos materiais, aumenta a visibilidade das mulheres camponesas sobretudo a partir das seguintes vertentes: aumento da produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; dá-se luz aos discursos das trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; aumentam as pesquisas etnográficas sobre campesinato, comunidades rurais, comunidades piscatórias etc.

De sublinhar que a ação coletiva das mulheres agricultoras foi, sem dúvida, uma das grandes novidades do cenário político da época. Em vários locais do mundo, no início dos anos 80,

pequenos grupos de mulheres passaram a se reunir para conversar sobre as suas vidas e o trabalho e demais matérias. (Negrão, 1998, Scott e Cordeiro, 2007).

É então que, entre a literatura de referência encontramos vozes vindas de outros contextos regionais que não o euroamericano com preocupações sobre o papel das mulheres no desenvolvimento económico. Exemplo disso são os trabalhos de autores como Karen Sacks (1979,1983), Lourdes Beneria e Gita Sen (1981), Deere e Leon de Lea (1981, 2001), e antes destes, os trabalhos de Meillasoux (1977) e antes ainda, os de Esther Boserup entre outros e outras autoras. De notar que no seu texto *Women, Production, and Reproduction Accumulation, production, and "Women's Role in Economic Development"*: Boserup Revisited (Beneria e Sen 1981) enfatizando a visão de uma das maiores construtoras do pensamento teórico sobre a mulher, deixa o seguinte ponto de vista:

“Esther Boserup emphasized gender as a basic factor in the division of labor, as prevalent across countries and regions; Even at the most primitive stages of family, autarky there is some division of labor within the family, the main criteria of the division being that age and sex” (Beneria e Sen, 1981:279).

Na verdade, o viés androcêntrico das análises, sobretudo as de linha económica, como já nos referimos, relegava a contribuição feminina ao silêncio nas normas e valores que determinam um contrato particular entre os sexos, o que limita o seu contributo para o crescimento e o bem-estar de modo consentâneo com as suas capacidades e competências como nos dizem Frias (2006) e Coelho (2011). Com efeito, revisitadas algumas das teorias que sucederam ao pensamento clássico da economia (neoclássico, keynesiano, entre outros), compreende-se como nas análises, o contributo da mulher se diluía, regra geral, redutoramente, ao espaço doméstico. É também de se salientar que, apesar da existência de estudos sobre a exploração agrícola em concreto, seja em período colonial, seja em período após a independência, rareiam as análises sobre os papéis e os lugares das mulheres nesses momentos da história da exploração agrícola, muito particularmente na história agrícola de S. Tomé e Príncipe.

Antes de avançarmos aproveitamos a oportunidade para clarificar estes conceitos de lugares e papéis (neste caso, concreto, das mulheres). Têm sido sobretudo os antropólogos, sociólogos e psicólogos a dedicar-se à discussão destas matérias. Na verdade, elas começaram a ser

tratadas de forma específica por Linton (1970). Posteriormente, foram matérias que interessaram também a King (1981), Moreno (1978 e 1980) e têm vindo a ser na actualidade discutidas ainda presentemente por autores como, Albuquerque (2009), Borsa e Nunes (2011), entre muitos outros.

Adotemos neste trabalho o conceito de papel social proposto por Rubini (1995), o qual defende que:

“Papel social pode ser identificado não apenas como as normas, mas igualmente com o *status* em seu aspecto dinâmico, definindo-se como um padrão determinado de comportamento que reflecte e caracteriza uma posição especial do indivíduo dentro do grupo social a que pertence. A organização articulada de papéis confere unidade ao grupo, faculta ao indivíduo atingir seus objectivos como pessoa e como integrante de uma colectividade”.(Rubini, 1995:3)

De acordo com Narciso e Henriques (2008) na literatura das ciências sociais podem ainda ser encontrados três tipos de papéis comumente atribuídos às mulheres. O autor propõe a ideia de *women triple role* ou “papel triplo das mulheres “que discrimina da seguinte forma: **i)** o trabalho reprodutivo, que inclui a reprodução biológica, a reprodução geracional e a reprodução do trabalho diário; **ii)** o trabalho produtivo que abrange a produção para consumo doméstico e as actividades agrícolas e não-agrícolas geradoras de rendimento; **iii)** o trabalho comunitário, colectivamente desempenhado.

Importa ainda acrescentar que, no mundo rural, um pouco por toda a África e muito certamente também noutras regiões do mundo, para além dos trabalhos domésticos, a mulher tem o papel primordial de sustentar a família, já que ela é muitas vezes também chefe de família e tem a tarefa essencial de transmitir aos filhos, pela enculturação, os valores e os padrões culturais. Na maioria dos casos, as mulheres africanas são, ainda hoje, analfabetas; porém, tudo fazem para que seus filhos frequentem a escola.

Em relação ao conceito de lugar, tomamos para nós como útil, a definição proposta por Certeau (1994:201-202) que alarga o conceito de lugar a lugar social e que optámos por tomar aqui, dado o seu carácter conciso e prático, que claramente se adequa ao nosso estudo. Assim, segundo o autor,

“Lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de existência; quer dizer que lugar é uma configuração de posições que cada ser Humano ocupa na sociedade” (Certeau 1994:201-202).

2.3. O contributo das ONU e outras organizações rumo à visibilidade feminina

As Nações Unidas (NU) também têm vindo a discutir as questões relativas ao trabalho e à condição das mulheres pelo mundo fora e muito substancialmente em África, presentemente considerado o continente com maior número de países pobres e muito pobres, pobreza essa que afeta particularmente as mulheres.

Importa referir que, na Sessão Extraordinária da Assembleia das Nações Unidas “Mulher 2000: Igualdade entre os sexos, Desenvolvimento, Paz no séc. XXI”, Nova Iorque 5-9 de Junho), foi analisada a questão da feminização da pobreza, que afeta com particular ênfase as mulheres rurais e suburbanas. Segundo o Relatório e o Boletim da referida Sessão, a maioria dos 1500 milhões de pessoas que vivem com um dólar ou menos por dia, é constituída por mulheres. Além disso, o fosso entre mulheres e homens apanhados no ciclo de pobreza não parou de aumentar na última década, fenómeno que tem sido referido como a “feminização da pobreza”, para além de se sublinhar que no mundo inteiro as mulheres ganham em média cerca de 50% menos que os homens.

Ainda no fórum em referência foi feito um apelo aos governos no sentido de tomarem medidas para assegurar que a vida quotidiana das mulheres seja explicitamente visada pelos processos de planificação e de tomada de decisões políticas de modo a pôr em evidência os grandes edifícios sociais da época em que vivemos. Paralelamente, as organizações não - governamentais foram incentivadas no sentido de adoptar métodos de trabalho que incluíssem especificamente temáticas, abarcando acções de defesa do reforço dos direitos das mulheres e da sua paridade nos domínios da tomada de decisão a todos os níveis.

Macedo discute a este respeito, o aspeto complexo de uma pluralidade de fatores, que podem permitir dar visibilidade social aos estudos sobre as famílias chefiadas por mulheres. Segundo o autor este fenómeno, ultrapassa as questões de ordem estatística, pondo em evidencia a

precariedade das condições de vida da população e a ampliação da participação feminina na população economicamente activa, articulada a outros factores, de ordem demográfica – como a ocorrência de novos fluxos migratórios, a redução da fecundidade, o aumento do número de divórcios, ampliação da esperança de vida, estes entre outros, vêm contribuindo, dentre outros, mesmo em África, para a afirmação de novos arranjos familiares, especialmente os do tipo monoparental feminino (Macedo, 2012:11).

Ainda na actualidade, pese embora a sensibilização para a participação das camponesas que alguns Programas das Nações Unidas, nomeadamente a FAO, passaram a espelhar, a nossa pesquisa remete-nos para a ideia de que, na prática, continua a ser bastante escassa a produção de trabalhos e discussões académicas sobre a participação da mulher rural na economia e sociedade.

A título de exemplo, debrucemo-nos nas questões hoje muito discutidas pelos estudiosos sobre a participação feminina nos trabalhos agrícolas no Brasil. Na verdade, importa que se diga, que o Brasil ocupa hoje um lugar de relevo ao nível da produção e das discussões sobre estas matérias ligadas ao trabalho rural, nomeadamente ao trabalho das mulheres em contextos rurais. As questões em causa são na realidade similares às que nos têm vindo a interessar, uma vez que nos remetem, também elas, para o facto de as mulheres terem estado durante décadas, mesmo séculos, apagadas nas apreciações sobre a divisão do trabalho (tal como deparámos face à realidade das roças santomenses).

Diga-se que, até ao presente, a desigualdade de género no mundo rural tem vindo a expressar-se nas relações de trabalho, no âmbito das quais as atividades realizadas pelas mulheres são reconhecidas simplesmente como “ajuda” decorrente do exercício do seu papel de esposa ou companheira. Em alguns contextos, muitas mulheres ainda não se reconhecem como trabalhadoras rurais por incorporarem a visão corrente de que o trabalho feminino é não remunerado, no plano simbólico, caracteriza-se como complementar, o que revela a ideia de “naturalização” da divisão sexual do trabalho. Portanto, a atividade feminina é descaracterizada como trabalho, não tendo o mesmo valor conferido ao trabalho masculino (Filipak et all. 2012). Mesmo quando mulheres labutam com mais afinco e frequência nos lotes, ajudadas pelos filhos (como acontecia e acontece ainda hoje, segundo a literatura, no

Brasil, e também em vários contextos africanos), o rendimento é apoderado ou dividido pelos homens (aconteceu também nas roças de STP, mesmo já após a distribuição de terras).

Melo (2012), por exemplo, um dos autores que tem contribuído para estas análises, faz referência ao facto segundo o qual, na família agrícola se considerar que a mulher atua apenas na condição de “ajudante” no processo produtivo porque, ao contrário do homem, ela trabalha apenas eventualmente, e dedica poucas horas às tarefas ligadas ao sector uma vez que tem a incumbência dos afazeres domésticos. Além disso, adianta o autor, tem-se verificado que se considera que as mulheres, quando intervêm nas atividades agrícolas, desenvolvem um conjunto de atividades ditas leves. O autor continua salientando que, mesmo na visão das famílias camponesas, as mulheres são, em regra, débeis, adoecem com frequência, facto que compromete o desempenho e impede que trabalhem para terceiros.

Estudos realizados por Fischer, Melo & all (2006) e Melo (2012), demonstram, no entanto, que a maioria das mulheres labuta na roça da família durante todo o ano, de segunda a domingo, e participam de todas as actividades (directa e indirectamente) associadas à agricultura (no trabalho propriamente agrícola, cuidado com os animais e comercialização da produção). Porém, realizam principalmente tarefas ligadas à colheita e ao plantio, que a divisão sexual do trabalho agrícola elegeu como atividades femininas. No entanto, quando necessário, a mulher não está isenta de executar trabalhos reconhecidos como masculinos

Os cruzamentos de leituras que vimos fazendo com (e sobre), as fontes sul-americanas, levam-nos a notar que os elementos do sexo feminino constituem uma maioria significativa no conjunto dos chamados pequenos produtores ao produzirem mais alimentos do que os que são consumidos nas suas localidades de origem (facto não negligenciável e a ponderar em termos do valor dos excedentes conseguidos a partir do trabalho das mesmas, questão que raramente se vê considerada nas análises). É de fato, essencial a contribuição que trazem à produção agrícola, não se devendo descurar que nos países em desenvolvimento, se estima que dois terços da mão-de-obra feminina se dedicam às actividades agropecuárias (FAO apud UN/División para el Adelanto de la Mujer/Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, 2008). Com efeito, as mulheres, particularmente nos meios rurais, exercem hoje, na prática, uma importante empreitada do trabalho agrícola, tendo desenvolvido e acumulado ao longo de

gerações conhecimentos e saberes quer sobre o trabalho, quer sobre os produtos que produzem, quer, ainda, sobre o uso e gestão de recursos naturais e ambientais.

Regressando à actualidade, de modo a indagar, em pesquisas mais recentes vias de trabalho ou linhas de investigação e discussão que se possam constituir em orientações úteis ao nosso próprio estudo - apesar do nosso tema implicar uma abordagem a dois tempos (o tempo colonial e o pós-independência, em especial, neste último caso, o período a que poderíamos invocar como socialista até ao momento da aplicação de facto do Programa de Ajustamento Estrutural) – é no relatório do Seminário Internacional Políticas Públicas para Mulheres Rurais na América Latina e no Caribe, realizado em Brasília em 2013, que deparámos com mais uma chamada de atenção para a questão da invisibilidade, ou ocultação de dados sobre a vida produtiva e reprodutiva das mulheres rurais. Os dados que nos são apresentados remetem para um manancial de informação negligenciada e complexa, relativos às desigualdades existentes no mundo do trabalho agrícola, que nos demonstram que o trabalho das mulheres na agricultura não deva constituir um tema a ser tratado de forma meramente metodológica, mas algo que urge aprofundar a fim de tornar visível o papel primordial do trabalho feminino na economia dos países ao longo da história.

O conceito de trabalho é central e deve ser caracterizado segundo o tipo de organização económica, distinguindo-se basicamente o trabalho agrícola e não agrícola, ao mesmo tempo que se procura apreender as várias formas da sua inserção. Em relação ao trabalho agrícola torna-se importante distinguir o trabalho familiar inserido na economia camponesa do trabalho rural assalariado agrícola em suas diferentes formas tal como analisado por autores como Silva e Grossi (1997).

Este facto dá-nos a conhecer que a questão da invisibilidade da participação feminina no trabalho agrícola e no desenvolvimento socioeconómico constitui preocupação de vários pesquisadores. Para Coelho (2011), por exemplo:

“A omissão do papel produtivo do trabalho doméstico expressa-se, não só nas suas análises microeconómicas (que estudam os comportamentos económicos dos indivíduos, famílias e empresas), mas também nas abordagens macroeconómicas, ou seja, aquelas que estudam o comportamento dos agregados económicos de um país

como o produto nacional, o emprego/desemprego, a inflação, etc.”
(Coelho, 2011:6)

O tratamento dado ao assunto é díspar, de acordo com as várias realidades em análise. Assim, não perdendo de vista o que se passa em alguns países de língua oficial portuguesa (com excessão do Brasil, que já foi motivo de nossa abordagem), o relatório da Conferência da ACTUAR, Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (2010), intitulado “Integração de uma abordagem de género na gestão de recursos hídricos e fundiários”, com base nos dados do Banco Mundial de 2009, faz menção aos casos de Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor Leste, sublinhando que os (as) pequenos (as) agricultores (as) assumem um papel central na agricultura, produzindo mais de metade das necessidades alimentares dos seus países.

Na verdade, não se pode descurar a multiplicidade de papéis, competências e contributos das mulheres camponesas (agricultoras ou não) no que concerne ao seu trabalho produtivo e reprodutivo (doméstico/comunitário; público/privado) trabalho como já se viu, e frequentemente não reconhecido, seja em termos económicos (não pago) seja em termos de demais análises (estatísticas por exemplo), circunstancia que também retirou, claramente, às mulheres não apenas reconhecimento, mas sobretudo conhecimento no que tange aos seus direitos em relação à participação decisória e ao acesso e controlo sobre bens e recursos naturais.

É, pois, indiscutível a contribuição das mulheres na construção do bem-estar das famílias africanas (assim como de todas as outras) e, conseqüentemente, das comunidades e das nações. De acordo com os arquivos da FAO sobre mulheres rurais e chefes de família (2009), a participação das mulheres na agricultura varia segundo a produção dos países. Tal requer, por sua vez, que seja dada especial atenção às regiões onde a produção de culturas ainda é feita com base em tecnologias tradicionais, sem mecanização e sem acesso ao crédito. Ainda sobre a participação da mulher, tem vindo a ser cada vez mais discutida a importância da mulher africana, com relação, especialmente, no âmbito do capitalismo agrário moderno, ao cultivo dos produtos de renda de carácter capitalista, nomeadamente a produção do cacau, café, banana, chá, baunilha e amendoim e noz de cola, produtos estes que encontramos em S. Tomé e Príncipe, no Gana, Nigéria, Quénia e Camarões.

Nos seus trabalhos, já Jack Goody (1977), Boserup (1983) e Godelier (1996) por exemplo, empreenderam tentativas, visando entender, a partir da análise de um vasto número de casos, como se têm articulado ao longo da história, a relação entre a economia e a organização social africanas, a qual não deve perder de vista o posicionamento social das mulheres camponesas, assim como o seu contributo económico no sistema capitalista (Frias 2006).

Autores como Friis-Jensen e Kanafani (1992) são de opinião que, na altura, os economistas que se familiarizavam com as questões de género concluíram que nenhum modelo de crescimento económico, a nível macro, fazia referência às mulheres.

Apesar do que fica dito, e para o caso santomense, assim como outras economias africanas, importa reconhecer que a partir dos anos 90 do séc. XX, se foi verificando, na sequência da aplicação dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), uma crescente deterioração das condições socioeconómicas de vida, o que tem levado mulheres e homens a procurar alternativas para a geração de rendimentos no âmbito da economia informal, mas também através de atividades microempresariais de variada natureza e características (Casimiro, 2011:1 e 2).

Também no relatório da UNESCO “Nossa Diversidade Criadora” (UNESCO, 1997) no capítulo “Mulheres, Género e Cultura” se faz alusão ao facto segundo o qual nos países em vias de desenvolvimento as actividades das mulheres se concentram na agricultura e no sector informal da economia, enquanto os homens estão, de um modo geral, desempregados ou subempregados. Da degradação do emprego e do desemprego masculino, resulta que as mulheres acabam por suportar um aumento de tarefas excessivas e pesadas, normalmente sem qualquer reconhecimento.

Apesar de alguma eventual controvérsia que a nossa busca pelos lugares e papéis das mulheres nos períodos em análise possa eventualmente sugerir, a verdade é que é nossa profunda convicção, de que o não reconhecimento da diversidade dos papéis, das diferenças e das desigualdades entre homens e mulheres onde quer que estes se encontrem, representa um sério enviesamento, mesmo uma ameaça, ao conhecimento, e em especial neste contexto, pode influenciar de forma distorcida a história do próprio desenvolvimento agrícola.

PARTE I - Síntese conclusiva

Esta parte do nosso trabalho que designámos por “Contextualização Histórico –teórica” é onde também fizemos a revisão de literatura e delimitámos o período em análise que vai de 1950 a 1999. No âmbito do estudo desta parte dos trabalhos concluímos que o tempo colonial foi dominado pelas grandes roças, cuja produção, essencialmente, de cacau, acabou por moldar até 1975, ano da independência nacional, toda a vida socioeconómica de S. Tomé e Príncipe. Chegámos igualmente à conclusão que o período que se seguiu à descolonização (1975 e 1999), sob novos paradigmas decorrentes do contexto de mudança tem merecido atenção de vários estudiosos, dentre os quais, Nascimento (2000), Seibert (2001), Jones (2006), Espírito Santo, (2008, 2009, 2013) Temudo (2008), Berthed, (2012, 2015) Sousa (2017), bem como muitos outros.

No prosseguimento do estado da arte e da análise do contexto laboral roceiro concluímos que não se pode descartar a presença da mulher, principal objecto de estudo desta tese. São várias as contribuições teóricas que engradem o seu papel, o lugar e a qualidade de sua prestação na economia agrícola. Entretanto, constatamos, que de um modo geral, os dados bibliográficos são ainda escassos quanto à problemática da mulher serviçal e sobre o trabalho feminino na economia agrícola santomense, ficando, por isso, sem merecido tratamento na literatura específica, diluída e invisível num mundo de trabalho androcêntrico.

Concluímos, de igual modo, que no âmbito das contribuições teóricas que se vão alargando acerca da mulher na agricultura, somente a partir dos anos 80, foram surgindo diversas teorizações por parte de especialistas, das Nações Unidas (Ester Boserup, por exemplo) e por estudos comparados produzidos na América Latina e em África, que têm trazido aportes sobre a mulher no desenvolvimento da agricultura familiar, na segurança alimentar e no equilíbrio da ambiental.

Constatámos que os autores portugueses começam, ainda que timidamente a interessar-se pela participação feminina nas actividades agrícolas. São, no entanto, poucos os que se dedicaram exclusivamente a São Tomé e Príncipe e tentaram acompanhar o percurso da mulher serviçal, do período colonial até a sua ascensão à funcionária rural no período pós-colonial.

PARTE II - Contextualização prática

Nota introdutória

Segundo Meirinho e Vaz (2014) a metodologia de investigação diminui a incerteza, aumenta o conhecimento e faz-nos compreender melhor os fenómenos sociais e políticos. Por seu turno, Prodanov e Ernani, (2013), consideram que a metodologia é uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os melhores métodos e técnicas disponíveis para a realização de uma pesquisa académica.

Orientadas pela natureza categórica de tão sábias palavras, fizemos da Parte II, – “Contextualização Prática”, o palco metodológico desta nossa dissertação, ao longo do qual, tentando superar as limitações, nos esforçámos, por encontrar a as técnicas e metodologia mais adequadas. Com base em tais pressupostos, nele abordámos o estudo exploratório, uma peça chave na construção desta nossa pesquisa, passámos em revista alguns apontamentos sobre o levantamento de dados nos arquivos e nas bibliotecas (referimo-nos ao trabalho de terreno, aos desafios da investigação, a entrevistas sobre a mulher no período pós-colonial e aos inquéritos por questionários às beneficiárias de terras dos anos 90).

Capítulo 1. Metodologia

1. Planificação do trabalhometodológico

1.1.Especificidades do processo metodológico da pesquisa

Tratando-se de uma pesquisa no âmbito do doutoramento em desenvolvimento socioeconómico, cujo objeto de estudo é “De Serviçais a Funcionárias Rurais: estudo sobre a participação e trabalho femininos na economia agrícola santomense nos anos de 1950 a 1999”, impõe-se particularizar uma leitura diacrónica sobre os lugares, os papéis, e a participação das mulheres na economia roceira de S. Tomé e Príncipe, tanto no período colonial, como no pós-colonial. São estes pressupostos que nos exortam a indagar quem eram estas mulheres, donde vinham, porque vinham, o que faziam, quanto faziam o que ganhavam e a que contextos políticos, históricos, económicos e sociais conotados com as exigências da nossa pergunta de partida e os multifacetados objetivos previamente fixados, somos remetidos

tendo em vista a quantificação e qualificação de tudo a elas inerentes. Neste sentido, tornou-se impreterível recorrer à metodologia dita mista, porque segundo Creswell (2009), esta comporta elementos próprios de dois métodos, o qualitativo e o quantitativo. Importa, ainda dizer que, a complexidade e a abrangência do nosso objecto de estudo impuseram-nos também, o recurso acentuado à uma abordagem etnográfica. Ao considerarmos as características de algumas das fontes de informação convocadas para este trabalho, parece-nos justificável o método etnográfico. Aliás, no contexto metodológico deste estudo, afigura-se-nos apropriado, porque permite, segundo Knowels (2002; Crang e Cook (2008); e Harris (2008) o recurso paralelo a um conjunto diversificado de técnicas de recolha de dados. Este fato é, de igual modo, suportado por Frias (2006). Esta comunga da ideia de que perante a observação, diferentes tipos de entrevista, um conjunto de estratégias auxiliam a captar melhor a informação decorrente dos significados dos comportamentos e dos discursos, arelacionando-a e compreendendo-a corretamente.

Assim, estruturamos a parte prática da pesquisa em duas fases importantes: a primeira que consistiu no estudo exploratório e a segunda no desenho e preparação da pesquisa propriamente dita.

1.2. Estudo exploratório: uma peça chave na construção da pesquisa

Começamos a nossa pesquisa, primeiramente por um estudo exploratório, de modo a nos aproximarmos do objeto de estudo, no objetivo de lhe conhecermos melhor, os contornos tal como sugerem vários estudiosos, um exemplo dos quais, Moreira (2010).

O estudo exploratório que começou, podemos considerar, quer com as pesquisas documentais para a nossa tese de Mestrado sobre a Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos, quer no âmbito da nossa participação dos anos 90 aos primeiros anos de 2000, num grupo de trabalho de uma ONG, denominada “Acção para o Desenvolvimento Participativo” (ADP) recrutada pelo PNUD para realizar inquéritos sobre o nível de pobreza no mundo rural santomense, permitiu-nos de facto aprofundar conhecimento sobre a matéria em análise, identificar diversas fontes de recolha de dados, compreender que é grande a diversidade de informação a recolher e de atores a entrevistar.

O anterior estudo foi mais recentemente complementado, com base na revisão e actualização de leituras, mas também com a realização de algumas conversas informais (como adiante detalharemos), de grande utilidade e apoio à melhor elaboração do plano de pesquisa que veio posteriormente a sustentar esta tese.

A partir do estudo exploratório demo-nos conta da importância e necessidade de utilização de um conjunto heterogéneo de outras técnicas de recolha de dados. A partir desse conjunto de técnicas, em particular das mais óbvias, ou seja, as que consistem na análise bibliográfico-documental e as entrevistas em geral, assumimos a necessidade de se ponderarem diferentes tipos de entrevistas a aplicar nomeadamente a mulheres e homens trabalhadores das roças ainda durante o tempo colonial, ou seja uma população já bastante idosa, mas que, como pudemos compreender, aquando da realização do estudo exploratório, tem memórias sólidas e muito coincidentes (o que auxilia à validação da informação) sobre os quotidianos e o trabalho roceiros.

Antes de avançarmos achámos importante deixar expressa uma das notas relacionadas com a realização do estudo exploratório, que acabou por limitá-lo, tanto em Monte Café, como em Água Izé: é que durante a realização das entrevistas de grupo houve uma permanente interferência dos homens que achavam que as mulheres não respondiam coerentemente às perguntas e que, certamente, se esqueciam das informações.

Tal experiência nos fez compreender que, se a entrevista a grupos podia ser útil na vertente estudo exploratório, imperava que esse modelo fosse evitado no trabalho futuro. Na verdade, o estudo exploratório foi uma experiência importantíssima, uma verdadeira “escola” no que concerne à preparação posterior para o terreno, pois que não dispendo nós de experiência na prática etnográfica, nos deu a compreender o que pode ser exequível ou não e nos ensinou a lidar com alguns imponderáveis que sempre podem surpreender.

1.3. Realização da pesquisa: alguns apontamentos

1.3.1. Levantamento dos dados nos arquivos e nas bibliotecas

O presente trabalho teve como primeiro pressuposto a recolha de documentos no Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe relativos ao período entre 1950 -1974, tendo sido realizada uma incursão pelo Fundo da Curadoria Geral dos Serviçais e Indígenas, analisadas as suas séries documentais e procedido ao levantamento das seguintes documentos e fontes.

- ✓ Listas dos serviçais por sexo vindos para STP, locais de recrutamento, agentes recrutadores, navios em que foram transportados, roças para onde foram encaminhados como mão-de-obra.
- ✓ Análise de contratos de trabalho e fichas individuais das serviçais.
- ✓ Distribuição dos trabalhos quotidianos e participação sócioeconómica, fundamentalmente, de mulheres, nos trabalhos roceiros.
- ✓ Análise das folhas de salário dos trabalhadores, tendo prestado atenção às diferentes tabelas praticadas, não só em diferentes roças, mas entre os homens e mulheres bem como menores, masculinos e femininos divididos em categorias (7 a 10 anos e 14-18 anos).
- ✓ Mapas estatísticos, especificando movimentos hospitalares das mais diversas roças, dando conta de doenças e acidentes de trabalho que impediam a plena participação socioeconómica, sobretudo de mulheres.
- ✓ Conflitos interétnicos que afectavam de alguma forma o normal funcionamento das roças, condicionando um controlo acérrimo com recurso à violência ou com recurso às decisões da Curadoria Geral dos Serviçais e Indígenas, aonde chegavam processos de resolução bastante complexa, que podiam assumir mesmo carácter judicial.
- ✓ Queixas e denúncias apresentadas pelas mulheres aos patrões e encaminhados à Curadoria Geral.
- ✓ Boletins oficiais de que constavam, entre outras, diversas portarias e regulamentações sobre o trabalho.

- ✓ Cartas confidenciais dos Governadores da Colónia endereçadas ao Ministro das Colónias e aos seus homólogos, dando parte da situação laboral nas ilhas.
- ✓ Correspondências confidenciais dos Curadores Gerais dos Serviçais e Indígenas ao Comandante do Corpo da Polícia Indígena, informando das diversas irregularidades que necessitavam de ser sanadas.
- ✓ Relatórios de várias autoridades portuguesas concernentes à STP.
- ✓ Análise do Jornal “A Voz de S. Tomé”, criado em 1947 durante a governação de Carlos de Sousa Gorgulho, cujas tiragens vão até 1974, ano em que se deu o 25 de Abril e o final da era colonial.
- ✓ Diversas legislações portuguesas, entre outras.

A pesquisa bibliográfica foi feita em Arquivos, Bibliotecas e sítios electrónicos. Foi recolhida informação diversa sobre o desenvolvimento socioeconómico, economia de desenvolvimento, economia rural, mulheres e o mundo rural, etc.

Na Biblioteca Nacional de STP foi feito um levantamento geral da bibliografia e documentos da sala das Nações Unidas, cujo espólio relativo ao período pós-colonial até aos anos 2000, foi transferido para a citada instituição.

Foram analisados espólios, contendo os mais diversos projectos agrícolas financiados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), Caixa Francesa de Desenvolvimento, Departamento do Desenvolvimento das Empresas e das Cooperativas do Bureau Internacional do Trabalho de Génève, passando pela análise do Fundo Japonês posto à disposição, entre outros, para o desenvolvimento da pesca artesanal, entre outros.

Na Biblioteca Nacional em Portugal foram analisadas teses sobre as questões da mulher no desenvolvimento socioeconómico e no rural.

A par do exposto, fez-se o levantamento das questões relacionadas com o processo de distribuição de terras realizado em 1990, fato que marcou indelevelmente a situação do

mundo rural santomense em termos das relações de produção. Teve-se o cuidado de analisar com profundidade a situação da mulher nesse processo.

Foram analisados documentos produzidos pelo Projecto de Luta Contra a Pobreza de 1995-1999 (STP/92/04), examinado o seu impacto sobre as mulheres rurais, o grupo mais vulnerável face aos efeitos da introdução, a partir dos anos 90, da economia de mercado.

Observámos a partir da documentação consultada, a entrada em cena de instituições como o Programa Nacional de Apoio a Promoção da Agricultura Familiar (PNAPAF), Fundo dos Equipamentos das Nações Unidas (FENU), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), Centre International de Développement et de Recherche (CIDR e outros que seriam decisivos nas mudanças havidas no meio rural após a distribuição das terras na década de 90, cujos projectos, começaram a visar, também mulheres.

De salientar que não ficaram despercebidos os diversos relatórios sobre as micro-finanças e créditos disponibilizados aos pescadores e *palaiês* (vendedeiras ambulantes de produtos em retalho como peixe ou produtos agrícolas nos mercados e nas comunidades) nas décadas de 80-90 com vista ao seu empoderamento económico e social. Nesse âmbito, analisamos manuais de formação da mulher rural, por exemplo, na Roça Água Izé com vista à adaptação aos novos tempos. De salientar que as comunidades da Água Izé, nomeadamente, suas ex-dependências, Mato Cana, Anselmo Andrade, Olivais Marim, Bernardo e Claudino Faro foram centros-piloto para a aplicação do projecto de redução de luta contra a pobreza no plano da reforma fundiária de 1991 (Aguiar, 1998) em que se constituíram as Unidades Agrícolas Familiares (UAF).

1.3.2. O trabalho de terreno e desafios da investigação

A aprendizagem que acabámos por empreender, conduziu-nos à seleção das fórmulas de entrevistas a utilizar.

Considerámos que as histórias de vida se poderiam constituir num tipo de entrevista muito útil e adequado para trabalhar depois com a população de antigas funcionárias e funcionários das

roças, uma população mais idosa, cuja maioria da qual já é septuagenária e octogenária. Muitas dessas informações preciosas irão perder-se como passamento dessas mulheres e homens, essenciais para a reconstituição da história das roças, pelo que nos sentimos lisonjeados por termos tido o privilégio de ouvir suas histórias de vida. Foram depois, também usadas essas histórias no trabalho de pesquisa junto de mulheres e homens mais novos e que estiveram envolvidos nas reformas (agrárias) que aconteceram após a independência. Considerou-se, no entanto, vantajoso aplicar igualmente a este grupo, por ser maior, um conjunto de entrevistas semiestruturadas (utilizando-se um guião previamente testado) a fim de se conseguir obter informação mais dirigida o que nem sempre é possível apenas pelo recurso às histórias de vida. Dadas as suas características, as entrevistas semiestruturadas fazem também sentido, nomeadamente pela flexibilidade concernente à sua aplicação (Moreira,2010).

As entrevistas semiestruturadas serviram-nos também para colher informação junto de outro importante segmento da população, nomeadamente, antigos e atuais funcionários do Estado, dispondo de experiência e conhecimentos diferentes (mais de ordem política, técnica e económica), logo com uma outra perspectiva sobre as questões que aqui pretendemos estudar (foram feitos esforços com vista ao contacto tendo sido possível realizar cinco entrevistas a responsáveis políticos envolvidos, nos anos que se seguiram à independência, na dinâmica de desenvolvimento e mudança no âmbito da agricultura.

O nosso modelo de entrevistados foi alcançado, no que respeita às trabalhadoras das roças e a determinados funcionários agrícolas do Estado (camponeses e camponesas no período pós-independência), seguindo-se o processo bola de neve (snowball), ou seja um tipo de amostragem não probabilística que se utiliza em pesquisas sociais quando não é possível identificar previamente os entrevistados, em que os participantes iniciais de um estudo indicam outros indivíduos dentro da sua rede de conhecimentos o que nos facilita o acesso à informação, tal como sublinhado por Baldin e Munhoz (2011), Vinuto (2014) e outros.

No que respeita às entrevistas sobre histórias de vida, foram aplicadas nas roças Água Izé e Agostinho Neto. (Veja-se anexo nº1). Recuperámos também para este trabalho algum material recolhido na roça Monte Café, a roça onde trabalhámos mais demoradamente, aquando da realização do estudo exploratório e onde, no intuito de nos inteirarmos do valor da informação

a recolher, optámos na ocasião pelo recurso a conversas informais e a entrevistas de grupo. Visitamos também, apenas para exploração, roças como Diogo Vaz e Boa Entrada.

Closs & Antonello (2011: 47), defendem que, “não obstante cada história de vida contenha uma óptica individual, a vida humana engloba uma série de dimensões e traz informações sobre a sociedade em que essa pessoa é inserida, sobre os seus valores sociais e culturais, sobre o seu contexto histórico e económico, sobre as organizações e instituições, entre outros aspectos”. Tal opinião é partilhada, por exemplo, por Berteaux (2005) e Bryman (2009), por exemplo.

Devemos, pois deixar expresso que, a aplicação das entrevistas no formato histórias de vida, decorreu no intervalo temporal entre 2015 e 2017 nas seguintes roças: Água Izé, Agostinho Neto e Monte Café.

Ouvimos ao todo: três mulheres na Roça Água Izé; quatro em Agostinho Neto e um grupo de 8 mulheres em Monte Café. A idade das mesmas varia entre 59 e 84 anos.

Pudemos entrevistar também alguns homens: 2 em Água Izé e 3 em Monte Café, a quem, por respeito à sua privacidade, demos os nomes fictícios de flores: Aniz, Dália, Begónia, Hibisco, Margarida, Rosa-de-porcelana, Papoila, Orquídea, Narciso, Bordana, Magnólia, Petúnia, Lírio, Pimenta-da-Jamaica, Zínia, Jasmim, Amor-Perfeito, Lavanda, Alfazema e Bromélia.

Tabela 7: Sobre o número de Entrevistas/ H. de Vida

Roças	Mulheres	Homens
Água Izé	3	2
Agostinho Neto	4	—
Monte Café	8	3

Fonte: quadro elaborado pela autora

Tabela 8: Entrevistas realizadas na Roça Água Izé

Nome	Ano de nascimento	Proveniência	Sexo	Nº de filhos
Aniz	18/04/1950	Pais moçambicanos, nasceu em S. Tomé	F	9
Begónia	5/08/1950	Pais angolanos	F	8
Dália	1935 (sem especificação da data)	Filha de Quilombo (de Malange) e de Bronza/ Angola	F	Não tem
Hibisco	6/08/1925	Mãe moçambicana, pai português	Masc	9

Fonte: quadro elaborado pela autora

Tabela 9: Entrevistas realizadas em Rio do Ouro(actual Agostinho Neto)

Margarida	1/05/1941	Ribeira Grande, Freguesia de S. Crucifixo, Santo Antão	Rio do Ouro	Fem	10
Rosa-de-porcelana	72 anos	Pais angolanos, sem especificação de lugar	Rio do Ouro	Fem	6
Papoila	78 anos	Cidade da Praia, Cabo Verde	Rio do Ouro	Fem	5
Orquídea	84anos	Pais angolanos, s/especificação de lugar	Rio do Ouro		7

Fonte: A autora, a partir do número de entrevistas.

Tabela 10: Entrevistas realizadas em Monte Café

Narciso	66 anos	S. Tomé, é filho de mãe angolana (Ganguela), e pai moçambicano	Monte Café	Masc	10 Filhos
Bordana	Não sabe a idade	Pais angolanos, sem especificação de lugar	Monte Café	Fem	11 Filhos
Margnólia	70anos	Pais angolanos, sem especificação de lugar	Monte Café	Fem	8 Filhos
Petúnia	60 anos	Pais angolanos, sem especificação de lugar	Monte Café	Fem	5 Filhos

Pimenta da Jamaica	86 anos	Nasceu em Chelas(aldeia de Asselê)	Monte Café	Masc	8 Filhos
Lírio	76 anos	Pai angolano, mãe moçambicana	Monte Café	Masc	6 Filhos
Zínia	60 anos	Filha de pais angolanos, naturais de Lobito, nasceu em S. Tomé, os pais foram repatriados para Angola)	Monte Café	Fem	12 Filhos
Jasmim	69 anos	Filha de pai santomense e mãe angolana, sem especificação de lugar.	Monte Café	Fem	4 Filhos
Amor Perfeito	70 anos	Nasceu em S. Tomé, pais cabo-verdianos de São Vicente	Monte Café	Fem	5 Filhos
Lavanda	77 anos	Neta de avós e pais angolanos de Benguela, nasceu em S. Tomé	Monte Café	Fem	4 filhos
Alfazema	68 anos	Nasceu em São Tomé, filha de moçambicanos, sem especificar a proveniência	Monte Café	Fem	3 Filhos
Bromélia	84 anos	Nasceu em S. Tomé, filha de pais angolanos	Rio do Ouro	Fem	12 filhos, 6 vivos

Fonte: A autora, a partir do número de entrevistas.

De sublinhar que a maior parte das nossas entrevistadas, vieram de Cabo Verde, Moçambique e Angola. Algumas delas nasceram em São Tomé, constituindo o grupo dos chamados tongas³, filhas de pais angolanos, moçambicanos ou cabo-verdianos.

³ Tongas são filhos de serviçais nascidos nas ilhas.

Este facto resulta, como é sabido dos movimentos de importação de mão-de-obra que criaram desfasagens demográficas entre o contingente de homens e mulheres, sendo que os elementos masculinos eram, normalmente, maiores que os femininos. Se tal discrepância não se sente com muita acuidade nas listas dos cabo-verdianos, era bastante notório nas listas dos serviçais vindos de Moçambique e de Angola. De notar que o movimento migratório desses últimos passou a ser insignificante nos períodos abrangidos pelo nosso estudo. Nestes termos, houve serviçais, sobretudo moçambicanos e angolanos, que tiveram filhos de serviçais de diferentes proveniências ou com santomenses, facto muito visível em algumas roças, como por exemplo Monte Café.

Dadas as dificuldades quotidianas em que se encontra mergulhada a nossa população rural com particular ênfase nas mulheres, não foi fácil o nosso trabalho no campo.

Por um lado, por causa dos métodos utilizados nas campanhas políticas com vista a angariação de votos nas mais diversas eleições (autárquicas, legislativas e presidenciais) fomos inicialmente confundidos com agentes partidários e sujeitos ao pagamento das informações solicitadas, apesar de, em alguns casos, terem sido feitos, atempadamente, contactos prévios. Por outro lado, há os que foram atempadamente contactados e que acabaram por mostrar resistência em prestar informações, alegando que ao longo dos anos foram dando inúmeras entrevistas a organizações diversas, ONGs, pessoas individuais e que, apesar disso, a sua situação de precariedade em nada mudou e que piora a cada dia.

Valeu-nos muitas vezes, termos tido, durante largos anos, responsabilidades profissionais junto da instituição da Cultura do país e termos o conhecimento de vários agentes culturais, que nas comunidades de origem, ou onde vivem, nos recomendaram aos seus familiares mais chegados para que nos dessem as entrevistas.

O assistencialismo estatal e internacional a que se amarrou a população durante muitos anos é bastante visível nestes momentos quando a mesma considera que quaisquer reuniões e encontros devem contribuir para resolver financeiramente os seus problemas quotidianos e imediatos.

Com excepção da Roça Monte Café, onde notámos um certo desinteresse e indiferença nas respostas às questões colocadas, de um modo geral, nos locais para onde nos deslocamos, os entrevistados sentiram-se satisfeitos em contribuir para a construção de um trabalho académico, tendo até algumas pessoas autorizado que usássemos os seus nomes e fotos no trabalho, ainda que a nossa opção tenha sido desde o início a garantia de anonimato dos nossos entrevistados e entrevistadas pelo que inventámos nomes que depois atribuímos individualmente.

De referir que trabalhámos com imensas limitações financeiras dado que não conseguimos uma bolsa de estudo ou outros meios de auxílio, fundamentalmente, para o trabalho de campo. O Ministério da Educação concedeu-nos, contudo, um pequeno apoio, embora já, numa fase avançada do trabalho de campo.

Importa também referir que algumas das nossas entrevistadas não aceitaram que suas conversas fossem gravadas, o que nos levou a fazer um esforço maior no sentido de apontar com a maior fidelidade possível as informações que nos foram dando.

Por opção própria, em algumas transcrições das histórias de vida decidimos deixar nas entrevistas o português falado pelas ex- serviçais de modo a não perder a sua autenticidade.

1.3.3. Entrevistas sobre a mulher no período pós-colonial.

Para melhor nos embrenharmos nas mudanças que tiveram lugar no período pós-colonial face às inúmeras transformações que se verificaram na propriedade fundiária santomense durante mais ou menos quinze anos, passando das nacionalizações à privatização, decidimos entrevistar cerca de dez intervenientes que, de uma forma ou doutra, foram responsáveis dos projectos aplicados no terreno com vista ao empoderamento económico da mulher.

Da 1ª década da independência ouvimos as responsáveis dos projectos negociados e levados a cabo pela OMSTEP (Organização da Mulher de STP), organização política ligada ao MLSTP, o Partido – estado da altura, nomeadamente:

Na área da agricultura e pescas destacaram-se os projectos:

- Letón Cantagalo e Rio Vouga, projectos rurais da altura que, para além dos trabalhos agrícolas, propriamente ditos, se debruçavam sobre a criação de animais, aves, produção da marmelada e corte/costura/artesanato (Josina Machel):
- Fumagem de peixe (concentrado na cidade de Neves).
- Foi a seguir ouvido um dos principais responsáveis da instituição ZATONA ADIL, ONG que muito contribuiu para a reestruturação do mundo rural santomense, em termos organizacionais, desde os finais dos anos 80.

Dado que se tornou necessário, na década de 90, lidar com as questões de privatização agrícola surgiram inúmeros projectos financiados por organismos internacionais, muitos dos quais, com financiamento multilateral. Nesse âmbito tivemos a oportunidade de conversar com responsáveis e membros dos principais projectos aplicados em STP que tiveram, de uma forma ou outra, como alvo as mulheres rurais. Nestes termos,

- Ouvimos a responsável da área do micro-crédito do CIDR (Centre du Développement e de Recherche/França) e *Micondó*, cujo financiamento contribuiu em muito para a melhoria das condições de vida dos (as) agricultores (as), *palaiês* (vendedoras ambulantes de peixe e produtos agrícolas) e pescadores, criando caixas de poupança e crédito em sete zonas rurais do país.
- Uma responsável da equipa do MARAPA, que trabalhou na autominização das *palayês* e pescadores de várias praias, contribuindo para a criação de associações, sua formação e gestão.
- Entrevistou-se a responsável do projecto Mengai, surgido em 1996, integrando 64 membros, com idades compreendidas entre 19 e 25 anos, associação que na cidade de Angolares (situada na zona sul de S.Tomé) foi iniciativa de um grupo de mulheres para melhorar as suas condições de vida.
- Também se ouviu os responsáveis de duas associações de produtoras da farinha de mandioca, uma situada em Blublú, outra em Bugué (Buzina), ambas no Distrito de Mé

Zóchi. De fabricação doméstica, os rendimentos da produção da farinha ajudaram imensas mulheres a educarem e instruírem seus filhos, muitos deles dotados hoje, com nível superior.

- Encetámos contactos com um dos funcionários do projecto PNAPAF, o programa nacional de apoio para a promoção da agricultura familiar, criado em 1996 pelo Ministério da Agricultura e Pescas com vista a fazer o seguimento dos agregados agrícolas e apoio à formação das associações.

A fim de salvaguardar a identidade dos nossos entrevistados os seus nomes foram de igual modo substituídos por nomes fictícios, baseados em aves e pássaros santomenses.

Tabela 11: Entrevistas semi - estruturadas aos antigos funcionários do Estado, responsáveis de projetos, associações e ONGs

Denominação	Nomes dos entrevistados	Sexo	Natureza
ZATONA ADIL	<i>Tluki sum dêsu</i>	M	ONG (formação, seguimento)
MARAPA	<i>Munkén</i>	F	ONG (organização, formação, seguimento)
Produção de Farinha de Mandioca de Margarida Manuel e Bugué (Buzina)	Papagaio e Falcão	F M	Associações (cariz familiar e de vizinhança)
Menga'i	Bico-de-lacre	F	Associação (organização, busca de financiamento, seguimento)
Leton Cantagalo e Rio Vouga	Pombo e Piriquito	F	OMSTEP e Associação (organização, empoderamento e alfabetização)
CIDR e Micondó	Viuvinha	F	ONG com assistência (organização e concepção de crédito)
PNAPAF	Rola	M	Ministério da Agricultura/Projecto
Horticultores de Blublú	Garça	F	Associação

Fonte: A autora, a partir do número de entrevistas.

1.3.4. Inquéritos por questionário às beneficiárias de terras nos anos 90

Dadas as rápidas mudanças sofridas pelo sistema dos modos de produção que tiveram lugar entre 1975 e 1990 (passando das nacionalizações das roças à sua privatização e sua distribuição em parcelas e lotes), decidiu-se igualmente aplicar (embora apenas para o período correspondente à década de 1990), a par com as entrevistas semiestruturadas, um inquérito por questionário para que se pudesse ter uma visão quantitativa e prospectiva da participação da mulher rural na dinâmica agrícola após a distribuição de terras.

Atentos às vantagens aos benefícios financeiros ou materiais que podiam advir das entrevistas, os beneficiários de terra (incluindo mulheres) aligeiravam as informações, declarando se sentirem usados pelos operadores dos vários projectos que vão surgindo em diferentes comunidades da área. Consideram os mesmos que muitos inquéritos vão sendo aplicados, sem que haja inversão da sua condição de pobreza.

Assim, fomos de opinião que as entrevistas poderiam não espelhar a real situação do terreno. Decidimos, por isso, deslocar-nos a algumas das antigas roças para percebermos o real impacto da distribuição de terras sobre as mulheres. O questionário foi aplicado a 53 mulheres em 24 comunidades dos Distritos de Cantagalo, Caué, Mé Zochi e Lobata, locais amplamente abrangidos pela distribuição, deixando de lado Água Grande e a Região Autónoma do Príncipe, esta devido a descontinuidade geográfica e ambas por pouco expressivas nessa dinâmica estatal. As antigas roças e dependências foram: Água Izé, D. Augusta, Caridade, Santa Cecília, Colónia Açoreana, Roça S. João, Santa Luzia, Roça Amparo I, Mendes da Silva, Ribeira Peixe, Monte Belo, Mato Cana, Água Sampaio, Pinheira Roça, Pinheira Praia, Santa Catarina, Agostinho Neto, EMOLVE, Uba Budo, Santo António, Praia das Conchas, Alto Douro, Roça Castelo e Fraternidade.

Tal questionário foi concebido com base em informação recolhida a partir do estudo exploratório no intuito de apurar qual o grau de engajamento das mulheres no desenvolvimento socioeconómico do mundo rural santomense, passados quase 30 anos após a distribuição das parcelas. Partindo desses pressupostos, depois de pensarmos bem nas informações que queríamos obter, a construção do guião de inquérito teve em conta os objetivos do estudo, atendendo a que deveria ser aplicado a uma população feminina

beneficiária de terra com idade compreendida entre 50 e 80 anos. Quisemos perceber no horizonte das inúmeras terras distribuídas quantas mulheres foram beneficiárias e com que tipo de títulos de posse; perceber quais, na altura, os rendimentos das mesmas; perceber o seu grau de estímulo e engajamento no trabalho agrícola. Procurámos para tal dados no Ministério da Agricultura através de listas de beneficiárias. Foi a partir daí é que as fomos localizar no terreno. Constatámos, porém, que muitas das listas estavam bastante desorganizadas num Arquivo-morto contíguo ao Ministério da Agricultura. Muitos dos nomes que procurávamos mudaram de local de residência ou viajaram, segundo os informadores, o que dificultou em parte o nosso trabalho.

Quisemos também entender as características socioeconómicas e demográficas, o sistema produtivo e, finalmente, perceber como é que se procedia relativamente às sobras dos produtos não vendidos, se contribuía para cobrir a escassez alimentar quotidiana (segurança alimentar), tais os problemas com a regularidade dos transportes para o escoamento e distribuição desses mesmos produtos no mercado interno e o seu tempo de conservação.

Esta opção baseou-se no facto de se considerar que seria mais frutífero o recurso a esta modalidade, uma vez que, após a distribuição de terras em 1993, todas as intervenções para essa distribuição de terras foram sempre feitas com base em informação recolhida por meio de questionários, por na altura se considerar que a utilização de entrevistas era bastante complexa. Assim sendo, optámos aqui por adoptar tais questionários como referência.

A divisão de terras em parcelas foi um processo tenuemente começado em 1985 no quadro da “política do envolvimento do cidadão” pelo MLSTP (cujos contornos explicaremos em momento próprio) e depois de forma mais abrangente, após o recenseamento agrícola em 1990, publicação da Carta da Política Agrícola e da criação do PAPPAD em 1991. Estava então no poder o Partido da Convergência Democrática, tendo sido tomado um conjunto de medidas, visando uma maior participação do cidadão, em geral, na condução das questões fundamentais para o país (Branco e Varela, 1998:60) e tendo ganho maior ênfase com o processo de privatização das empresas estatais nessa época.

PARTE II - Síntese conclusiva

A parte II do nosso trabalho, Contextualização Prática, foi, fundamentalmente dedicada aos vários percursos metodológicos que o suportaram.

Nele, fizemos referência ao início da investigação através do estudo exploratório que decorreu da preocupação da nossa pergunta de partida “quais as modalidades da participação feminina na economia agrícola santomense entre 1950-1999?” Partindo de conhecimentos sobre a fase anterior a 1950 e com base na nossa tese de Mestrado sobre a Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos e da nossa participação num grupo de trabalho que se debruçou sobre a situação da pobreza no Mundo Rural nos anos 90, fizemos recurso ao método etnográfico, incluindo a observação participante, e aos métodos mistos que nos levaram a embrenhar melhor no tema.

Assim, fizemos a recolha das histórias de vida das antigas serviçais em entrevistas semi-estruturadas em 3 antigas roças mais emblemáticas do país, nomeadamente, Água Izé, Monte Café e no antigo Rio do Ouro. Utilizamos, igualmente, o mesmo modelo de entrevistas para os intervenientes e funcionários estatais que participaram no terreno na aplicação de projectos de cariz feminino no tempo pós-colonial, a fim de compreendermos com maior clareza o impacto socioeconómico de várias transformações decorrentes de novos paradigmas. Das citadas transformações, uma redundou na distribuição de terras a partir de 1993 pelo que acabamos por aplicar um inquérito por questionário às 53 mulheres residentes nas comunidades agrícolas a fim de perceber, passados 15 anos, a sua real situação de vida.

Referimo-nos também, a recolhas bibliográficas e documentais feitas em bibliotecas e arquivos com vista a cruzamento de fontes de modo a dar sustentação, tanto prática como teórica ao corpo da pesquisa.

Assim, esperamos ter utilizado as técnicas e a metodologia mais adequada às circunstâncias, aos meios e à especificidade do nosso objecto de estudo.

PARTE III - A mulher no contexto laboral, organizacional e produtivo das roças

Nota introdutória

“Os serviçais tinham uma vida de isolamento e raramente se deslocando à cidade” (Romana, 1997, pg:223)

Na parte III, consagrada à questão da mulher roceira no contexto laboral, organizacional e produtivo das roças, passamos em revista vários aspetos que caracterizam o trabalho roceiro, nomeadamente as formas e os locais de recrutamento, as questões salariais, a violência, a dieta alimentar, o estado da saúde de um modo geral, a divisão sexual do trabalho, até, entre outros, os conflitos de natureza etnico-cultural. A ideia subjacente a estas abordagens, assenta em perceber “Quais as modalidades da participação feminina na economia agrícola santomense durante o período de 1950 a 1975”, “identificar as principais actividades adstritas às serviçais e compreender em que medida contribuía para a estabilidade produtiva das roças, de modo a aprofundar o conhecimento sobre a participação da mulher na exploração roceira no período colonial em análise.

Neste sentido, dividimos esta Parte III do trabalho, em 2 capítulos. No primeiro, “As serviçais no epicentro do trabalho roceiro” no qual, fazemos a caracterização do trabalho nas roças, aludimos à distribuição do tempo, aos perigos, à insegurança do trabalho serviçal e à problemática de gestão de assistência medicamentosa. No segundo capítulo, “Mulheres entre a ordem e gestão de conflitos no espaço roceiro”, debruçamo-nos sobre a gestão do trabalho feminino, conflitos e ordenamento étnico cultural, à problemática salarial, ao parto, à orfandade, à sinistralidade e a doenças mais comuns às mulheres. Ainda neste capítulo, aludimos à invisibilidade do trabalho feminino, e finalmente, o que dizem as entrevistas realizadas.

Esperamos poder, com esta parte do nosso estudo, contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a participação da mulher na exploração roceira no horizonte temporal em análise e contribuir deste modo para o enriquecimento da história económica de S. Tomé e Príncipe.

Capítulo 1. As serviçais no epicentro do trabalho roceiro

1.1.O trabalho nas roças: caracterização

“A Sociedade capitalista funcionava num regime próximo de escravatura devido a coisificação do homem. A problemática de alteração da mão-de-obra da condição de escravo a serviçal. os negros “não civilizados” ou indígenas eram considerados meros súbditos coloniais, podendo ser recrutados pelas autoridades coloniais para o trabalho forçado.” (Menezes, 2010:83)

O trabalho na roça em S. Tomé e Príncipe foi objeto de análise em vários estudos, tendo em atenção as bases da sua construção e desenvolvimento, cujo sistema laboral era, evidentemente de cariz capitalista. Porém, do ponto de vista político, a serviçal vivia o contexto de uma sociedade fascista e colonial sob um regime em que o patrão representava o poder e a força dominante e, a mulher serviçal, a dominada. Do ponto de vista prático, apesar da escravatura e o trabalho forçado terem sido abolidos desde 1875, as roças assemelhavam-se a propriedades feudais em que o patrão se comportava como senhor medieval e reservava à serviçal a condição de serva. Esta sujeitava-se, normalmente, a 10 horas de trabalho, podendo se estender um pouco mais, dependendo da época de colheita e do regime de cada propriedade.

Autores como Cahen (2015) defendem que até 1945 os “escravos” que passaram a chamar-se “serviçais” foram mergulhados num sistema que demonstra que a escravatura persistiu no arquipélago e que recrutamentos compulsivos continuaram em Angola e Moçambique com este fim. Apesar de que os serviçais já não eram comprados e dispusessem de “contratos” (em regra geral de 10 anos) os chefes tradicionais e administradores de circunscrições recebiam uma indemnização pelo seu recrutamento. Os repatriamentos só se tornaram sistemáticos somente depois de 1945 e, mesmo assim, só na colónia e não obrigatoriamente no lugar de origem dos serviçais.

Segundo Nascimento (2002:208) “a chegada à roça revestia foros de drama interior para os serviçais, mormente nos casos de resgate, de nenhuma voluntariedade e de fraudulenta informação acerca dos contratos”. Por isso, o autor considera que os primeiros tempos eram vitais para a acomodação dos serviçais; o falhanço do sistema nessa fase poderia implicar

casos de fuga e consequente perda de capital investido no negócio. De salientar que a maior parte de fugas se registava à chegada em função do choque da acomodação e resgate.

As várias legislações e regulamentos sobre o trabalho indígena dos finais do séc. XIX, até as últimas produzidas em 1954 e 1962 proíbem todas as formas de “trabalho forçado” o que no vocabulário jurídico português, significa “escravatura” (Cahen,2015). Documentos produzidos antes, como por exemplo, o Acto Colonial de 1930, aprovado pelo Decreto-lei nº 22 465, artºs 18º, 19º, 20º e 21º exarado na carta orgânica do Império Colonial regulam essa forma de trabalho.

Não obstante o teor dos citados artigos contemplar que “... o regime de trabalho dos indígenas assenta na liberdade individual; o Estado nem impõe, nem permite que se exija aos indígenas das suas colónias qualquer espécie de trabalho obrigatório ou compelido para fins particulares; o trabalho compelido é sempre remunerado e auxiliado; que o trabalho agrícola fomenta directamente novos modelos de produção e educação (Veiga, 1955),incluindo a transferência de mão-de-obra para o trabalho nas roças de S. Tomé e Príncipe, mediante a assinatura de um contrato com prazo de repatriação (apenas no papel), recaía sobre eles o peso das mais negativas ideias pré-concebidas de “coisificação” humana.

Nos modernos contextos coloniais “...os negros “não civilizados” ou indígenas eram considerados meros súbditos coloniais, podendo ser recrutados pelas autoridades coloniais para o trabalho forçado” (Menezes, 2010:83). A roça estaria a cumprir assim, o desiderato de uma das formas de missão civilizadora no trabalho, na religião, na alimentação, no vestuário, no *modus vivendi* em geral.

De acordo com Redin, o trabalho da roça é associado sempre a expressões que remetem para a penosidade tais como “sofrido”, “judiado”, “pesado” e “cansativo”. As actividades de capinar, lavar, pulverizar (sulfatar) com máquina costal, trabalhar sob sol quente e chuva, arranque manual de produtos hortícolas e tubérculos exigem muita força física, monitoramento, esforço laboral durante o desenvolvimento fisiológico da safra (Redin 2013:11)

Em S. Tomé e Príncipe, a sua evolução fez-se na base dos seguintes eixos estratégicos: readaptação com vista ao aumento da produtividade agrícola para a exportação, capacidade de sustentabilidade interna, alteração da mão-de-obra da condição de escravo a serviçal, novos parâmetros de educação, contrariando a preguiça e bestialidade negras, necessidade de um grande contingente de trabalhadores sujeitos ao regime hermético e fortemente controlado pelas autoridades roceiras numa lógica completamente centrípeta.

Autores como Cahen (2015); Berthed (2012); Nascimento (1998, 2000, 2002, 2004, 2004, 2010); Mantero (1910); Ceita (2006); Tenreiro (1961) e muitos outros, falam-nos nas suas diversas obras, sobre os quotidianos da população das roças.

Segundo Tenreiro (1961), em 1950 havia em STP um total de 19800 trabalhadores adultos, homens e mulheres distribuídos por 109 roças. Contavam-se mais de cinco centenas de indivíduos em cada roça, apesar de não ser homogénea a sua distribuição. A quantidade de trabalhadores variava em função da dimensão e da área total da propriedade efectivamente cultivada. Explica ainda que cerca de 60,5% das propriedades eram relativamente modestas, tendo em consideração o número de trabalhadores, o que corrigia de certa maneira a ideia de que todas as roças de STP representavam organizações administrativas complexas e poderosas, o que não era o caso. Assim, eram onze as roças com condições mais faustas nas ilhas, como a seguir se apresenta:

Tabela 12: Roças com maior quantidade de serviçais

Roças com mais de 500 serviçais	Número de trabalhadores
Água Izé	1534
Angolares	901
Diogo Vaz	916
Monte Café	995
Perseverança	965
Ponta Figo	995
Porto Alegre	737
Rio do Ouro	1703
Santa Catarina	679
Santa Margarida	541
Uba Budo	649

Fonte: Tenreiro (1961: 152)

Como se pode ver neste quadro, as roças Rio de Ouro e Água Izé eram as maiores consumidoras de mão-de-obra.

1.2.Uma alusão à distribuição do tempo do trabalho servil

A questão da hierarquização das roças impunha a todos uma rigorosa disciplina de trabalho. Alguns autores mais antigos como Mantero (1910), Tenreiro (1961) e mais recentes como Eyzaguirre (1986) Nascimento (2001), Ceita (2006), Jones (2006), Berthed (2012) fazem alusão à cronologia de vida dos serviais nas roças. Foi a partir dessas fontes é que fizemos a reconstituição do seu quotidiano. Assim, em relação ao tempo de trabalho, os serviais eram obrigados, segundo o contrato, a trabalhar 10 horas por dia, das 6 horas às 11 horas de manhã e da 13 às 18 horas à tarde.

Hibisco (nome fictício de um dos nossos entrevistados da Água Izé de 89 anos), descendente de moçambicanos, é ainda uma presença viva e bastante lúcida sobre o desenrolar do dia-a-dia dos serviais, tendo trazido à tona suas memórias do quotidiano, que resumimos no seguinte:

“.... Nos dias de folga, domingos e feriados, os serviais não podiam sair da propriedade sem licença do patrão. Os que tivessem licença deviam regressar às fazendas antes do horário de recolher.
Às cinco da manhã todos (ao som do sino), se punham em pé, colocando-se em fila para receber o café que era feito numa panela grande e servido a cada um com uma concha. Às cinco e trinta fazia-se a formatura geral, partindo-se em seguida para o mato.
As tarefas eram várias: capina, apanha de copra, poda, sulfatação e quebra do cacau, desmatação e abertura dos matos encapoeirados. Outros trabalharam no terreiro e nas unidades fabris da roça, outros ainda foram rachadores de lenha, guardas e ajudante de caminhão....”

A gestão da rotina do quotidiano é também apresentada pelo roceiro Francisco Mantero já em 1910, nos seguintes termos:

“5h00 alvorada nas sanzalas, 5h30 formatura no terreiro, chamada e inspecção pelo administrador e feitores, distribuição de tarefas, deslocações em grupos para os locais de trabalho, 6h00 início do trabalho, 8h00 – 8h30 pausa para pequeno-almoço no local de trabalho, 8h30 – 12h00 trabalho, 12h00 – 14h00 almoço no terreiro ou local de trabalho, 14h00 -18h00 trabalho, 18h00 formatura no terreiro e jantar na sanzala, 19h00 recolher à sanzala, 21h00 todos os fogos extintos e apagados, fecho da sanzala à chave”.

Ceita (2006:113) faz o resumo de uma pequena conversa mantida com uma antiga serviçal de Água Izé (hoje idosa e residente em Santana), que disse que quando os trabalhadores chegassem ao quintal e respectivas casas deviam rapidamente cozinhar porque após o toque do sino de recolher ninguém mais podia ter a luz acesa. Se a mulher e o seu homem continuassem a conversar em casa, logo o guarda lhes batia a porta para lhes advertir que se calassem; se a resposta dada fosse considerada torta, o guarda fazia queixa ao patrão; não tendo sorte, o serviçal podia ser transferido para o “fim de S. Tomé” (compreenda-se para uma roça mais longínqua).

A propósito desta questão organizacional da roça em termos do cumprimento estrito dos respetivos horários, Bromélia, outra das nossas entrevistadas de Agostinho Neto, (actual Rio do Ouro) lembrou-se do seguinte:

“De noite, mesmo com catchupa[comida cabo-verdeana] no fogo a ferver, si ê ta tchiga hora de pagar luz[se chegasse a hora de apagar a luz], guarda grita: Pága luz, pága luz[apaga a luz, apaga a luz]!”

1.3. Serviçais: a problemática da saúde insegurança no trabalho e assistência médica

Entendemos deixar também aqui expressa alguma informação sobre os perigos e a insegurança no trabalho, bem como sobre a saúde e a assistência médica relativas aos serviçais, o quotidiano nas roças. Assim, e segundo pudemos aferir, em termos de saúde, quando adoecessem ou, caso houvesse algum ferimento, (como se pode deduzir a partir dos muitos registos estatísticos sobre o estado serológico dos serviçais), os mesmos eram levados ao hospital da roça. A hospitalização e os remédios eram pagos pelo patrão e dados a conhecer à Curadoria em relatório mensal. No entanto, se recebessem alta no período da manhã, de tarde já eram conduzidos ao mato para trabalhar, não havendo qualquer repouso (isto segundo se pôde apurar a partir da leitura de alguma correspondência apresentada pelos patrões aos curadores da Província, quando alegavam falta de mão-de-obra para o cumprimento das tarefas, a qual, na sua opinião, estava sempre em falta).

De notar que era obrigatório o envio de correspondências com relatórios sobre a situação de saúde dos serviçais, sob pena de aplicação de coima, caso tal não acontecesse. Contudo, as

numerosas leis e regulamentos produzidos pelas autoridades para regular os inúmeros problemas existentes no terreno, dificilmente resolviam as questões prementes. Por exemplo, a Portaria provincial Nº 1:578 de 26/07/1951 estava dedicada à Assistência Médica aos Trabalhadores Indígenas. No entanto, as fiscalizações da Curadoria revelavam incumprimentos constantes. Daí que entre as correspondências expedidas da Curadoria Geral do Serviçais e Indígenas, tenhamos encontrado a cópia de um relatório do Secretário da Administração do Concelho do Príncipe, António Sacramento Correia, correspondente ao período de 17-30 de Julho de 1955, onde na folha 4 escrevia o seguinte:

“Apliquei multa de 200\$ ao Administrador da roça Sundy por ter trabalhadores acidentados no Hospital sem conhecimento da Curadoria”.

Para além disso, nos termos do artº 123 do B.O. nº 1, de 6 de Janeiro de 1953, sábado, os patrões deviam depositar na filial do BNU à ordem do Chefe da repartição Central dos Serviços de Saúde as importâncias relativas às operações, análises clínicas, medicamentos, raios X e outros agentes físicos para controlo das movimentações do quotidiano das roças.

Acrescem informações à nossa pesquisa, de que eram envolvidos no trabalho não apenas serviçais (homens, mulheres e crianças) como máquinas de produção, mas igualmente europeus hierarquizados em função da sua colocação no sistema: administradores, feitores, capatazes, tendo em vista uma resposta quotidiana eficaz no domínio da produtividade, investidos em operações de comando dos serviçais e de segurança nas roças.

Nascimento,2000: 392-393, alega que mesmo os europeus, pela sua missão de controlo, estavam sujeitos às horas impostas aos serviçais porque o seu papel era o de controlar. Por isso, para os empregados europeus não existia lei, tanto durante o trabalho (mesmo sob chuva), como no descanso ou nas folgas. Quando estava no mato, competia-lhe suster brigas entre serviçais e zelar pela pacificação na roça. Acompanhavam as suas formaturas matinais, incitavam-nos ao trabalho, seguiam secagens, descasques e escolhas no terreno, guardavam armazéns. Após a formatura dos serviçais, os capatazes prestavam contas do trabalho.

Para além do exposto, havia toda a parte industrial da roça que contribuía para o maior crescimento da produtividade: o caminho-de-ferro *Décauville* (a vapor, tracção animal e

aéreo) que percorria sedes e dependências para o transporte de vagões com pessoas ou repletos de cacau para serem transportados ao porto (Vieira, 2005), as centrais eléctricas, o secador eléctrico, entre outros, onde trabalhavam arduamente serviçais controlados por europeus.

De assinalar que os terrenos onde se plantava o cacau não era de fácil circulação: havia precipícios, declives, vários pontos acidentados por vales que caíam abruptamente, enquadrados nas características geodésicas das ilhas vulcânicas. Por essa razão, havia imensos acidentes de trabalho que causavam inúmeros casos de invalidez e até mortes.

Porque as ilhas se situavam na zona de clima tropical húmido com características equatoriais nas regiões do sul, eram constantes as chuvas torrenciais pelo que o cacau era colhido e transportado debaixo das mesmas. A protecção era feita com folhas de bananeira, não se podendo evitar o escorregamento, acidentes por causa de relâmpagos e trovoadas, quedas de árvores e diversas outras várias imprevisibilidades que causavam vítimas entre serviçais.

Foi por essa razão que no B. O. Oficial nº 52 de 1957, analisando as causas frequentes de tantos acidentes nas propriedades agrícolas e nas suas actividades industriais, se produziu um relatório, transformado em Despacho Governamental (2:899) com medidas preventivas, visando contornar o referido problema.

Como principais causas dos acidentes foram apontadas os seguintes:

- Ferimentos por instrumentos cortantes e perfurantes (machins, machadinha, forquilha, picadas de andalas e outros);
- Ferimentos, contusões ou fracturas resultantes de quedas (de carro décauville, árvores, camionetes, andaimes e outras quedas acidentais;
- Ferimentos ou lesões produzidas por máquinas (cortes ou esfacelamentos por correias, queimaduras, lesões oculares, etc);

Segundo o referido relatório o maior número de acidentes resultava de machins, alguns deles bastante graves que culminavam na perda de dedos ou corte de tendões essenciais, os quais as

autoridades atribuíam esses acontecimentos à má adaptação do trabalhador às ferramentas de trabalho. Assim, recomendava-se que a iniciação dos serviçais no uso do machim deveria ocorrer com machins velhos já gastos, com menos peso e menos cortantes; e porque a maior parte dos ferimentos durante o serviço de capinação se localizava na perna esquerda (em função da posição mais cómoda adoptada no trabalho pelos serviçais) obrigou-se a que estes fizessem o uso generalizado de *chipanga*, pequeno bordão em que se deviam apoiar, servindo de anteparo à perna esquerda; de modo a se evitarem acidentes também muito frequentes produzidos por *ferros* empregados na colheita do cacau, recomendou-se que estes deveriam ser cravados para que não se soltassem, caindo sobre os trabalhadores; como prevenção das picadas de andalas (nervura das folhas da palmeira) e outras que poderiam resultar em tétano grave tornava-se obrigatório o uso de calçados (botas de borracha) nos locais de trabalho onde abundassem os palmares; decretou-se igualmente a proibição do transporte de trabalhadores nos estribos, guarda-lamas, e, dada a frequência de descarrilamentos dos décauvilles, foi ordenado que as vias e os trilhos fossem capinados, verificada a segurança das vias, sobretudo na passagem das pontes e aterros e do seu bom estado, com vista a evitar descarrilamentos, calafetagem do fundo dos carros, o transbordo da goma do cacau caísse sobre a via e a tornasse escorregadia. Recomenda-se, para além disso, que o pessoal condutor fosse devidamente treinado.

Outra questão não menos grave dizia respeito aos que faziam tratamento fitossanitário ao cacaueiro que deixava o trabalhador em flagrante exposição de riscos de intoxicação e aos danos de saúde, o que o Despacho que ora fazemos referência pretendia minimizar, recomendando a utilização de indumentária especializada, óculos e luvas apropriadas (Despacho assinado pelo Governador em 26 de Junho de 1958).

Alves & Guimarães (2012) defendem que factores resultantes da não adopção de medidas de segurança no trabalho agrícola podem provocar doenças e incómodos, sendo os mais comuns “nervosismos”, dores de cabeça e aumento da pressão arterial, “ideias embaralhadas”, má qualidade de sono e dificuldades em tomar decisões. Este tipo de trabalho (o trabalho agrícola) expunha também, muito claramente, o trabalhador das roças a estes incómodos e doenças, dadas as temperaturas elevadas, riscos de acidentes com animais venenosos e submissão a ritmos acelerados de trabalho.

1.4.Desigualdades salariais no trabalho roceiro

A questão salarial dos trabalhadores das roças tem também vindo a merecer a atenção de vários investigadores (Nascimento, 2000; Clarence-Smith, 1985; Eyzaguirre, 1986; Santos, 2012). Os salários dividiam-se então em: Bónus, Fundo de Repatriação e Salário líquido, cláusula que se encontra, como pudemos verificar durante a pesquisa, em todas as fichas individuais dos serviçais contratados para STP. No entanto, verificavam-se que o bónus não correspondia, muitas vezes, ao que tinha sido combinado, quando chegassem aos locais de origem.

De salientar também que os registos demonstram que o salário dos homens era superior ao das mulheres e das crianças, o destas muito inferior ao dos adultos, análise a que voltaremos adiante, quando nos dedicarmos de forma mais focada nas questões relativas às mulheres serviçais.

Segundo Cahen (2015), a remuneração, nessas circunstâncias, não era um salário, mas um sistema de pagamento diferido. Com efeito, o trabalhador recebia só metade da sua remuneração no local de trabalho, sendo que a outra metade só era recebida de volta à aldeia ou ao país de origem (Angola, Moçambique, Cabo Verde).

Este sistema tinha três funções: em primeiro lugar, obrigava o trabalhador a voltar a casa, isto é, ao lugar de recenseamento e de cobrança do imposto; em segundo lugar, assegurava o seu retorno à produção doméstica, por sua vez enfraquecida pela sua ausência, apesar do trabalho afincado das mulheres que ficavam, além de impedir a sua proletarização ou fuga; finalmente, em terceiro e último lugar, tornava possível algum comércio com os comerciantes portugueses e indianos que operavam em localidades mais recônditas das províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, onde a chegada dos serviçais que beneficiaram de bónus, resultava em dinheiro “vivo” que animava lojas sedentas de movimentação com vista a aquisição das suas mercadorias não raras vezes “adormecidas” nas prateleiras durante meses ou anos (entre outros, tecidos, bebidas alcoólicas, materiais utilitários).

No Boletim Oficial nº4, de 27/01/1951, um aviso da Curadoria Geral dos Serviçais e Indígenas dá conta de que a questão salarial seria um dos pressupostos para dinamizar o trabalho roceiro. Como tal, tornava-se necessário que se fizesse um aumento e uniformização dos salários de todos os trabalhadores de qualquer origem que prestavam serviço na colónia. Agindo dessa forma, poder-se-ia suprir muitas dificuldades que se punham no angariamento de mão-de-obra de Angola, Moçambique e Cabo-Verde de forma a atrair assim o maior número possível de serviçais. Partindo desses pressupostos, dava-se a conhecer aos patrões de trabalhadores por ela tutelados de que o Governador da Colónia, por despacho de 21 do referido ano de 1951, havia determinado que, os salários mínimos dos trabalhadores angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos e tongas contratados ou com residência fixada na colónia passariam a ser de 100\$00 para os homens e 70\$00 para as mulheres, enquanto os menores (com idades entre os 14-18 anos) receberiam, respectivamente, 50% do salário dos adultos e adultas).

Capítulo 2. Serviçais: a problemática de tutela, migração e recrutamento

2.1.A problemática da tutela dos(as) serviçais: da Curadoria ao Instituto do Trabalho

As questões de trabalho nas colónias portuguesas passaram a ser motivo de regulamentação a partir da abolição da escravatura em 1875, com vista a criar balizas para a utilização de mão-de-obra, embora continuasse inalterada a conjuntura dos modelos económicos que continuaram sendo os mesmos, apesar da apregoada mudança de paradigma.

Assim, o conceito “indígena”, de acordo com as várias legislações portuguesas (1903, 1909, 1912, 1913 1914, 1917, 1923, 1929, 1930) dizia respeito aos indivíduos de raça negra ou seus descendentes, que tendo nascido ou vivendo habitualmente nas colónias não tinham costumes individuais e sociais pressupostos para a integração nas sociedades consideradas civilizadas. Estavam, por isso, marcados por características somáticas e culturais que os distinguiam dos cidadãos brancos, o que fazia deles pessoas inferiores e boçais com necessidade de tutela estatal institucional (Meneses, 2010; Abrantes e Berthed, 2015)

Aquando da sua criação em 1875, a Curadoria Geral dos Serviçais Colonos (mais tarde, em 1952, de Serviçais e Indígenas, nos anos 60, Instituto do Trabalho) e o seu curador entram em cena, de modo a que, fazendo uso das suas atribuições, interferindo na celebração dos contratos, coibindo a assinatura daqueles, cujas disposições não fossem muito claras, recebendo queixas mas também tomando posições duras contra os acoitadores e vadios (Ceita, 2006) possa, supostamente, para cada caso, ser encontrada solução mais apropriada, de justo equilíbrio entre o patrão e o serviçal. O conceito de Curador diz respeito à pessoa a quem é incumbida a curatela. No direito romano, a expressão transcendeu, o âmbito do direito privado, uma vez que muitos serviços públicos eram confiados a funcionários designados curadores. No direito português, por exemplo, era nomeado curador um magistrado que junto aos tribunais tutelares de menores, tinha que velar e defender os seus direitos e, representar judicialmente como parte principal, os seus interesses (Ceita, 2006).

Daí que, teoricamente, os serviçais tivessem que ser, necessariamente tratados (geridos) como órfãos dada a “incapacidade” de tomarem conta de si próprios, e, obviamente, da possibilidade de serem melhor controlados pelo poder colonial em função das circunstâncias opressoras do seu recrutamento.

O curador tornou-se, então, o principal garante do sistema colonial rocheiro. É baseado nesses pressupostos é que José de Sousa H. de Mello e Castro, advogado, expõe as suas ideias sobre o seu exercício de poder:

“O curador marcará os dias de cada mês em que em cada roça se faz o pagamento que pode ser quinzenal ou mensal, pois que o pagamento deverá ser feito perante a autoridade, de forma a evitar abusos dos patrões e que esse pagamento seja sempre feito em dinheiro.” (Mão de-Obra Indígena, Ensaio, Lisboa, 1940, p.6)

É por essa razão que um dos métodos de trabalho mais utilizado por ele era a deslocação às roças para inspecção, controlo e fiscalização no local.

Em todo esse complexo de trabalho compulsivo o Curador Geral e os seus agentes eram destacados como as únicas autoridades competentes para intervir na celebração do contrato de prestação dos serviços dos indígenas. A sua intervenção nesses contratos era feita obrigatoriamente a pedido das partes, e depois de se terem certificado de que ambas

consentiam livremente no cumprimento das cláusulas eram consideradas as possibilidades de sancionar e lavrar o contrato, sendo que a não inclusão de disposições claras poderiam implicar a anulação do acto.

A necessidade e distribuição dos serviçais eram feitas, nos termos das leis em vigor, através de requisições semestralmente dirigidas ao governador da província, solicitando previsão necessária de mão-de-obra. Tais requisições eram por sua vez entregues à Curadoria que entrosava acções com a Junta Local de Trabalho e Emigração, tendo como base a elaboração de mapas sobre a necessidade de trabalhadores. Outrossim, o Curador devia dar parecer acerca dos pedidos, informando se eram razoáveis e se os peticionários tinham capacidade legal para aquisição de serviçais.

A chegada dos serviçais às ilhas era motivo de uma grande azáfama administrativa, da parte da Curadoria Geral dos Serviçais e Indígenas (que os devia receber, conferir, e enviar às roças à que eram destinados), dos roceiros que os utilizariam como mão-de-obra, dos Serviços de Saúde, que deviam prestar socorros aos que vinham debilitados da viagem.

De acordo com o regulamento dos Serviços de Emigração e Indígenas para S. Tomé e Príncipe no sentido de melhorar a assistência médica aos serviçais, assegurar uma eficaz vigilância sobre a higiene das populações contratadas e de melhorar os serviços de escrituração do Cofre de Trabalho e Repatriação e os da cobrança dos créditos de cada serviçal, em São Tomé funcionava uma Junta Local de Trabalho e Emigração composta pelo Curador Geral na Província (Presidente), Chefe de Serviço de Saúde, Director das Obras Públicas, um gerente da caixa filial do Banco Nacional Ultramarino e administradores ou feitores das propriedades rústicas.

Era esta a comissão que se encarregava da recepção dos serviçais e indígenas, sendo identificados à chegada com a ajuda de um contingente Polícial. Após a identificação, os serviçais eram depositados em barracões contíguos ao edifício da Curadoria Geral dos Serviçais e Indígenas, onde eram distribuídos pelos patrões com os quais foram estabelecidos contratos nos locais de recrutamento.

Não raras vezes chegavam serviçais sem que a Curadoria tivesse conhecimento dos seus agentes recrutadores, com quem se contratavam e quais as condições em que vinham contratados. Sem tais informações, a Curadoria não podia exercer a competência que as leis em vigor lhe atribuíam. É que no momento de recepção tudo devia estar em ordem para a matrícula na referida instituição, constando o número de contrato, os nomes dos serviçais, filiações, nomes dos patrões, agente recrutador e roças a que eram destinados (AHSTP, Caixa 365 e 380, Pasta 3, 22 de Maio de 1965).

Para efeitos de distribuição dos trabalhadores contratados foram estabelecidas 3 categorias de requisitantes:

- 1ª) Agricultores, industriais, comerciantes e proprietários.
- 2ª) Categoria dos que, pelos pedidos demonstrem capacidade para contratar serviçais.
- 3ª) Compreende todos os proponentes, cujas requisições e pedidos superem o número de 200 trabalhadores.

As distribuições de mão-de-obra aos respetivos patrões eram asseguradas por um contingente policial, que zelava pela segurança como forma de evitar as fugas e evasões.

Relativamente aos serviçais em depósito podemos identificar, também, três categorias:

- 1) Serviçais, que podiam ser aproveitados em serviço moderado, ou seja, aqueles que, pela sua situação de saúde e estado físico não podiam suportar trabalhos pesados das roças. Daí, a Curadoria tinha-os como reserva para os trabalhos considerados mais leves da roça, da Câmara ou outras autoridades que os requisitassem. De referir que a maior parte de serviçais enquadrados nessa categoria era, sobretudo, mulheres e alguns homens considerados velhos e deficientes como o quadro abaixo apresenta.
- 2)

Tabela 13: Relação de serviçais que podem ser aproveitados em serviço moderado⁴

Nome do Serviçal	Sexo	Idade	Obs.
Jamba	Fem.	31	Fraca e doente
Pavi 5º	Masc.	28	Idem e aleijado
Sonki	Masc.	43	Idem e velho
Nequeleia	Fem.	38	Idem e velha
Quibamba	Fem.	48	Idem e velha
Vunge 5º	Fem.	31	Doente
Mª Vunge	Fem.	50	Velha
Makongo 1º	Fem.	43	Feridas incuráveis e velha
Gonga	Fem.	28	Fraca
Mutire	Fem.	40	Idem e velha
Capemba	Masc.	33	Dobrado
Maubeça	Fem.	44	Velha e doente
Cossemba	Fem.	40	Idem e doente
Florinda	Fem.	60	Velha
Cabanda	Masc.	45	Velho
Paendo	Fem.	55	Velha

Fonte: Ceita, 2006: 114

2) Serviçais insolentes, dados como desordeiros e incorrigíveis, com recomendação de serem repatriados no navio seguinte.

3) Serviçais, que não aceitando recontratação, ficavam à espera de repatriamento, findo o prazo dos seus contratos.

4) Serviçais que recebendo alta, após hospitalização, enquanto os patrões não regularizassem as contas, ficavam em depósito como forma de garantia de pagamento à Fazenda Pública ou à Curadoria, prestando, nesta fase transitória, trabalhos nas obras públicas ou na câmara municipal.

Havia também serviçais depositados pela Curadoria sem contrato, cujos patrões, não os reclamavam; daí que a supracitada instituição publicava avisos em Boletins Oficiais no sentido de que a não comparência dos mesmos no prazo de 8 dias, após publicação do 2º aviso, poderia resultar na aplicação de uma pena que os consideraria acoitadores, pela qual seriam processados (por exemplo, B. O. Nº 7 de 17/09/1955, p. 310). Tais serviçais eram

normalmente aproveitados, entre outros mais pesados, para os trabalhos das Obras Públicas, braçais nas Alfândegas, entre outros mais pesados.

Eram também colocados em depósito serviçais presos, tendo em vista serem enviados para o Príncipe de modo a prestarem ajuda em momentos, quando escasseasse a mão-de-obra.

Porém, as várias legislações que se seguiam umas às outras iam escamoteando a resolução do problema da mão-de-obra, desde a sua aquisição a ser acusada de “compelida”, passando pelo tempo interminável de contrato (estipulado para três ou cinco anos, mas que podia durar toda a vida) até ao controlo das rotinas quotidianas.

Assim, dando vazão ao Decreto do Boletim Oficial que fizemos referência, quando terminassem os contratos os serviçais podiam, entretanto, recontratar-se e continuar trabalhando em S. Tomé e Príncipe, ou serem repatriados. No 1º caso o patrão tinha que se recorrer ao Governador manifestando que trabalhadores pretendiam recontratar. O Governador por sua vez pedia parecer ao Curador Geral dos Serviçais e Colonos sobre a legalidade do pedido. Após isso, o Governador autorizava o recontrato, pelo que o Curador publicava a propósito, editais no Boletim Oficial anunciando a recontratação com 7 dias de antecedência, publicando o dia, a hora e o local do auto e o nome do patrão. A recontratação feita perante o Curador era aberta ao público, podendo por isso qualquer pessoa assistir. Era também condição expressa na lei a presença obrigatória de testemunhas e de um intérprete, que não devia ser nunca serviçal do dono da roça que procedia à referida recontratação.

A recontratação tornou-se, pois, o maior elemento de propaganda para o mundo exterior sobre o êxito do sistema e um real atentado contra a condição humana dos serviçais que, anos a fio, podiam não regressar aos países de origem. Daí, nos anos 50, durante a governação de Carlos de Sousa Gorgulho foram criados aldeamentos (espécie de locais de concentração de antigos serviçais) contíguos a algumas roças como Rio do Ouro, Bela Vista, Boa Entrada e Água Izé.

Pelas fontes informativas da Curadoria Geral dos Serviçais e Indígenas, a recontratação era tratada como um ato fácil, ligeiro, para dar a sensação de que praticamente não se verificavam resistências ao método, tendo um curador, escrito que: “...Informando devo dizer que todos

os serviçais aceitaram de bom grado a renovação dos seus contratos, fazendo apenas reclamações relativamente à parte do seu salário a entrar em cofre ...” (AHSTP, Série da SGG, Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos, Caixa 391, Pasta 4, doc. 108, 22/10/1958.)

Na verdade, só com a manipulação era ainda possível reter nas roças serviçais que garantiam com os conhecimentos adquiridos um sistema de trabalho que se pretendia perene e sem elementos que o pudessem dismantelar.

Assim, era enorme o poder do Curador: podia ele afrontar tudo e todos em benefício da justiça e da lei. Mas como era difícil ser-se, a um tempo, advogado de Gregos e Troianos na sua ingrata profissão, merecia-lhe não raras vezes, a indignação e protestos, quer dos europeus, quer dos serviçais, com quem tinha, simultaneamente, que lidar.

2.2.Serviçais: migração, dieta alimentar, violência e acomodação

Ao longo do presente texto temos falado da diversa legislação que, apesar de se suceder no tempo acabou por não resolver as questões difíceis do trabalho serviçal. Uma dessas questões diz respeito à alimentação e à aplicação da dieta.

No B.O. nº 21, de 20 de Maio de 1960, publicou-se a portaria 2:575, onde se apresentavam as constatações de algumas visitas do Curador Geral à algumas roças (Carta Confidencial nº 48 060 de 27 de Maio de 1959) dentre as quais Ribeira Funda, Palmares e outras) onde, para além de várias outras constatações negativas alusivas às instalações e alojamentos dos indígenas se dava conta que:

- A cozinha onde era preparada a comida dos serviçais apresentava pouco asseio e suas instalações requeriam demolição;
- As tabelas de rancho não eram seguidas e a alimentação do pessoal era deficiente em quantidade e qualidade, chegando-se ao ponto de que o mata-bicho era preparado pelos próprios trabalhadores com banana e fruta-pão que eles próprios colhiam, contrariando o artº 348 do Código do Trabalho Indígena que estava em vigor.

Nestes termos, viu-se na necessidade de publicar a supracitada portaria contendo a tabela de Alimentação dos trabalhadores contratados das propriedades agrícolas de STP, estipulando as refeições e porções de toda a semana cuja variedade não era grande em função dos dias:

- 1ª Refeição: café em pó ou chá; açúcar mascavado/30grs; farinha de milho/150grs; peixe seco/50grs; azeite de palma/20grs; 6 bananas maduras ou outras frutas.
- 2ª Refeição: arroz/200grs; peixe fresco ou em salmoura/150grs; sal/15grs; 6 bananas ou outras frutas.
- 3ª Refeição: milho ou grão/250grs; Feijão/150grs; banha ou azeite, ou óleo de amendoim/20grs; cebola para refogado/q.b.; sal/15grs; 6 bananas maduras ou outras frutas.

Apesar de Portugal ter subscrito a Convenção sobre o Trabalho Forçado em 1959, as roças continuaram a ser espaços de violência.

Para Nascimento, 2002,

“A violência acompanhou a instituição plantação e, por causa da diferença étnica entre hierarquia e trabalhadores tornou-se uma questão emblemática. A violência conheceu muitos matizes, desde a coerção impessoal da rotina diária à agressão humilhante. O mesmo princípio que subjazia à subjugação entre incentivos e coerção para adestrar a força de trabalho valia para o recurso às variadas formas de violência”. (Nascimento, 2002:365).

Os incumprimentos e as chamadas insolências eram duramente punidos com castigos corporais, prisão e trabalhos correcionais, pelo que circulavam vários processos e cartas trocadas entre as várias autoridades coloniais: administradores das roças e do Concelho, governadores, curadores, chefes da Polícia indígena por forma a se manter a disciplina, e a ordem impostas pelo poder colonial, não obstante as legislações contrariarem alguns dos métodos correcionais postos em prática.

Quando particularizamos as mulheres no contexto do trabalho serviçal das roças deparámo-nos com um conjunto de questões, que importa trazer à superfície. Uma dessas questões tem a ver com o facto de que, às mesmas, de acordo com a legislação colonial em vigor relativamente ao trabalho voluntário ou compelido e até correcional (Nascimento, 2002), não

foi feita qualquer aceção nem no que respeita ao processo de contratação, nem no de transferência como mão-de-obra para as ilhas.

As cláusulas de contratação não mudaram ao longo dos anos (apesar de algumas soluções cosméticas constantes das legislações de trabalho que se sucediam umas às outras) assim como eram as mesmas todas as condições de trabalho expostas no contrato.

Na verdade, segundo o que fomos lendo, regista-se nos finais dos anos 30 uma diminuição significativa de mão-de-obra angolana e com ela o registo de uma das mais baixas cifras na presença de serviçais mulheres dessa nacionalidade, o que se agrava quando se chega na década de 50 e prossegue nos anos seguintes. Nos dados estatísticos de várias roças que analisamos, fundamentalmente, as folhas de salário das roças Java, Companhia Ilha do Príncipe (Água Izé e Sundry), Sociedade Agrícola de Valle Flôr (Rio do Ouro), Diogo Vaz, entre outras, num universo de milhares de serviçais cabo-verdianos e moçambicanos vamos encontrar, em média, 9 a 20 angolanos em cada uma, estando entre eles 3 a 6 mulheres. A partir da análise das folhas de salário das supracitadas roças pudemos aferir que, em Água Izé, entre Janeiro a Julho de 1956 havia em cada uma:

Tabela 14: N° de Serviçais existentes em Água Izé de Janeiro a Julho de 1956

Proveniência	Total trabalhadores	Mulheres
Angolanos	20	6
Moçambicanos	397	80
Cabo-verdianos	820	340
Aldeia de Santana	47	Nº. não discriminado
Aldeia Cantagalo	39	Nº. não discriminado

Fonte: Dados extraídos das folhas de Salário, AHSTP

Tabela 15: N° de Serviçais em Água Izé existentes de Julho a Dezembro de 1957

Proveniência	Total Trabalhadores	Mulheres
Angolanos	14	5
Moçambicanos	683	120
Cabo-verdianos	1452	523
Aldeamento Santana	35	_Não discriminado_
Cantagalo	13	Não discriminado

Fonte: Dados extraídos das folhas de Salário, AHSTP

Tabela 16: Número de Serviçais em Água Izé existentes de Julho a Dezembro de 1958

Proveniência	Total Trabalhadores	Mulheres
Angolanos	11	5
Moçambicanos	703	120
Cabo-verdianos	1002	523
Aldeamento Santana	32	_Não discriminado_
Cantagalo	12	Não discriminado
Tongas sem família	119	

Fonte: Dados extraídos das folhas de Salário, AHSTP

**Tabela 17: N° de serviçais, Sociedade Agrícola de Valle Flôr (Roça Rio do Ouro)
Janeiro a Julho de 1959**

Proveniência	Total Trabalhadores	Mulheres
Angolanos	16	2
Moçambicanos	107	4
Cabo-verdianos	592	241

Fonte: Dados extraídos das folhas de Salário, AHSTP

**Tabela 18: N° de Serviçais, Sociedade Agrícola de Valle Flôr (Roça Rio do Ouro),
Julho a Dezembro de 1959**

Proveniência	Total Trabalhadores	Mulheres
Angolanos	15	2
Moçambicanos	340	30
Cabo-verdianos	513	186
Recontratados c.verdianos	267	7
Repatriados c.verdianos	197	7

Fonte: Dados extraídos das folhas de Salário, AHSTP

Tabela 19: Num. de Serviçais da Roça Diogo Vaz (Janeiro-Fevereiro de 1964)

Proveniência	Total trabalhadores	Mulheres
Moçambicanos	125	6
Cabo-verdianos	77	29

Fonte: Dados extraídos das folhas de Salário, AHSTP

De notar que a diminuição da mão-de-obra angolana se deveu a vários factores. Numa carta confidencial do Governador Ricardo Vaz Monteiro em 1938 dirigida ao Ministro das Colónias (AHSTP, Maço 5, Depósito 3, Prateleira 2, Est.17) o mesmo reclama das conclusões pouco abonatórias sobre as condições do trabalho agrícola em STP contidas num relatório

feito pelo inspector Superior Henrique Galvão que prejudicou a transferência de serviçais de Angola para as ilhas, forçando mesmo a sua suspensão.

Entre os problemas mencionados podemos destacar:

- Falta de repatriações a tempo certo;
- Salários (em que não se cumpriam devidamente as cláusulas, nomeadamente o bónus de repatriação);
- A violação dos contratos para o trabalho agrícola em que a mão-de-obra era reconvertida para outras funções (pedreiro, por exemplo);
- Recrutamentos e repatriações que desorganizavam as famílias uma vez que o marido era contratado ou repatriado sem a mulher e os filhos, ou vice-versa, o que inibia a ida de mulheres para as ilhas.

Numa carta do Governador de S. Tomé e Príncipe, Ricardo Vaz Monteiro ao Governador - Geral de Angola em 8-07-1940 (AHSTP, Maço 5, Depósito 3, prateleira 2, Est. 17) aquele expõe as mais diversas irregularidades contestadas pelos serviçais desembarcados nos vapores “Lourenço Marques”, “Mousinho”, “Angola” e “Cubango”, em que para além das agressões que sofreram dos cipaiois no acto de prisão não lhes foi perguntado se desejavam contratar-se para STP; que não tinham sido sujeitos a qualquer exame médico nas terras no percurso de Gabela ao porto Amboim; que não lhes foram entregues os abonos e prémios que constavam dos seus contratos; que os acasalamientos dos indígenas não tinham sido respeitados:

Extrato da carta do governador Ricardo Vaz Monteiro (8/07/1940)

“...como sucedeu por exemplo com o contrato do indígena Laurindo, filho de Camoda e de Cassoça ou Quissanasse, registado na Agência da Curadoria de Amboim sob o n. 65 e, na Curadoria Geral de Angola sob o n. 303, de onde consta que sua mulher a indígena Victória, filha de Dapila e Cacuida, a qual se verificou ser mulher do indígena Burica, filho de Cuxina e Nahumba, registado na Agência de Curadoria de Amboim sob o n.66 e na Curadoria Geral de Angola sob o n.350, todos naturais de Cela e chegados à S. Tomé em 19/02/50, não mereceu a necessária atenção da respectiva autoridade administrativa, ocasionando reclamações na Curadoria Geral de STP;...do contrato da indígena Sofia, filha de Armando e de Quicisso, natural de Chicuma, registada na Agência da Curadoria do lobito sob o n. 136 e na Curadoria Geral de Angola sob o n. 628 chegada à São Tomé em 1 de Abril daquele ano não consta a assinatura do Agente do Curador, nem o selo branco”.(AHSTP, Maço 5, Depósito 3, prateleira 2, Est. 17)

Na prática, os serviçais consideravam que tinham vindo para S. Tomé, violentados, contra a sua vontade e sem serem consultados a tal respeito. Por essas razões entre 1950-1974 a mão-de-obra nas ilhas é sustentada por moçambicanos e, maioritariamente, por cabo-verdianos. De

salientar que havia uma proporcionalidade quase equilibrada no recrutamento de homens e mulheres de Cabo Verde, o que não acontecia com os de Moçambique.

Os cabo-verdianos passaram, então, a constituir o grupo mais importante em número. Estima-se que, entre 1950 e 1970, tenham sido contratados cerca de 30.000 cabo-verdianos. Os seus filhos, mesmo quando nascidos e criados na roça eram reconhecidos e reconheciam-se como cabo-verdianos (Tenreiro, 1961) ao contrário do que acontecia com os serviçais de outras origens. Para tal, terá contribuído o seu estatuto de cidadãos de pleno direito e também o facto da emigração das mulheres ultrapassar, às vezes, em número a dos homens, reduzindo-se assim a frequência dos casamentos mistos. Com efeito, em 1950, dos 6320 serviçais cabo-verdianos cerca de 70% eram mulheres e crianças (Eyzaguirre, 1985).

Para Carreira (1977, 1983, 1984), precursor das pesquisas históricas sobre Cabo Verde, a migração cabo-verdiana e as questões ambientais (condicionadoras das fomes e secas) que explicam esse fluxo, especialmente, em direcção às roças de STP, acabaram por abalar as estruturas monoparentais e familiares decorrentes dessa movimentação populacional.

Corroborando a opinião de Carreira, Augusto Nascimento (2003, 2007, 2008) defende, a esse propósito, que se tratou também de uma “migração forçada” decorrente das crises ambientais, cuja necessidade de contrato acabou sendo legitimada pelo aparato jurídico-legal colonial. Tal dinâmica ficou conhecida no imaginário social de muitos cabo-verdianos como a “pior migração” dada a pauperização em que ficou a população daquelas ilhas que não conseguiu ser repatriada antes da independência das ilhas. Mas também, alguns que puderam se deslocar à Cabo Verde se sentiram desenraizados no país que os viu nascer pelo peso dos anos em que estiveram ausentes.

Semedo (2016) numa pesquisa mais recente tenta desconstruir os estudos anteriores sobre os cabo-verdianos em STP, propondo um estudo participativo porque no seu entender tudo,

“Aponta para a sinalização do perigo de uma história única , trazendo para o debate as vozes daquele colectivo cabo-verdiano até então inviabilizadas e, desta forma, romper com uma gramática depreciativa com a qual se insiste em falar e perceber os cabo-verdianos em STP. Importa realçar que não está em jogo um posicionamento epistemológico que se propõe conceder “vozes ao

subalterno”, pois defende que a diáspora cabo-verdiana em STP é dotada de autoridade epistemológica sobre si mesma.” (Semedo 2016:23)

Com efeito, até 1974, a mão-de-obra cabo-verdiana continuou ininterruptamente a ser transferida para as ilhas. Por isso, quanto mais estudos houver, maiores são as possibilidades de cruzamento de fontes para o estudo dessas questões que a dinâmica atlântica de desenvolvimento socioeconómico nos deixou.

2.3.O recrutamento de mão-de-obra feminina para STP

Do levantamento que fizemos sobre as antigas mulheres serviçais nos arquivos ressaltam-nos os seguintes pontos: seus locais de nascimento e principais espaços de recrutamento, contratos e recontratados, navios nos quais eram transportadas, mecanismos de recepção e imprevisibilidades à chegada, roças para as quais eram distribuídas, trabalho e lazer, gestão de menores, saúde e saúde materno-infantil, gestão de conflitos e violência, questões administrativas, entre outras.

As fichas individuais dos(as) serviçais com as quais trabalhamos exaustivamente continham os seguintes elementos:

- Idade;
- Sexo;
- Estado civil;
- Nome;
- Naturalidade;
- Ano de Província de origem;
- Ano de chegada;
- Nº de contrato de origem;
- Navio em que chegou;
- Recrutador;
- Empregador;
- Nº de registo de inspecção;

- Filhos;
- Transferências;
- Recontratos ou acordos de trabalho.

De Cabo Verde as serviçais eram naturais de várias freguesias das ilhas, tendo sido recrutadas entre outros, em Santo Antão, Fogo, S. Miguel, São Tiago, Santa Catarina e Santiago. Foram transportadas para STP nos seguintes navios: Ambrizete, Quanza, S. Tomé, Belas, Luanda, Rovuma, Uíge, Ana Mafalda, Andulo, Ganda entre outros (do anexo nº4 consta o exemplo de contratos com mulheres).

De Moçambique as serviçais foram recrutadas nos seguintes locais de origem: Moamba, Marracuene, Maguide, Chibuto, Lourenço Marques, Manhiça, Soazilândia. Os navios de transporte foram o Timor, Belas, Ambrizete e Amboim.

De realçar que na folha de salário de Julho de 1959 da Roça Rio do Ouro, entre as mulheres cabo-verdianas e moçambicanas encontramos uma de S. Batista de Ajudá, Gisela Aiou.

O estado civil das mulheres era normalmente o de solteira. Mas no contingente dos cabo-verdianos apareciam, no entanto, muitas mulheres casadas, mas também solteiras que viajavam com os maridos ou companheiros, pese embora alguns abusos e conflitos suscetíveis de ocorrer, por sua causa no terreiro das roças entre os serviçais, situação a que faremos alusão mais adiante.

A entidade recrutadora era, em todas as fichas, a Sociedade de Emigração, cujos representantes se encontravam em todos os locais de recrutamento de mão-de-obra para STP. Tratou-se, porém, de uma solução “cosmética” encontrada desde o advento do decreto de 29 de Janeiro de 1903, publicado no diário do Governo de 31 do referido mês que deveria regular o “Serviço de Emigração de Operários, Serviçais e trabalhadores para a Província de S. Tomé e Príncipe. A Sociedade era formada por três agricultores e um gerente bancário. De referir que a mesma, pelo nº 6 do art. 14, recebeu algumas das atribuições que até então só pertenciam à Curadoria.

A chegada dos serviçais às ilhas era geralmente, motivo de uma grande azáfama administrativa, da parte da Curadoria Geral dos Serviçais Indígenas, que os devia receber, conferir e enviar às roças a que eram destinados, dos roceiros que os utilizariam como mão-de-obra, dos Serviços de Saúde (que deviam prestar socorros aos que vinham debilitados da viagem e outras instituições afins. Logo após a chegada, feitos os expedientes administrativos e distribuídos às roças vinha, seguidamente, o momento de determinação do tipo de trabalho a executar, aspecto que o escrivão e o amanuense deviam apontar como condição prévia no registo da ficha individual de trabalho.

No entanto, gostaríamos de salientar que nem tudo era controlável. É por isso que um ofício Confidencial de 1958 do governo de STP, datado de 1958, dirigido ao Ministro das Colónias dá conta de que a gestão da mão-de-obra estava a ser bastante difícil de fazer-se dada a forma massiva como chegava às ilhas, situação particularizada no supracitado documento:

“Nos vapores “ Maria Cristina”, “Malange”, “Qubango” e “Congo” no ano findo chegaram à S. Tomé 494 homens, 589 mulheres, 643 crianças, além de clandestinos, num total de 1759 indivíduos; Entre os números totais mencionados cerca de 90 deambulavam pela cidade ou nas roças sem contrato. Estavam ainda em Cabo Verde na mesma altura a aguardar transporte para S. Tomé mais 2292 serviçais em situação de incerteza”.

Por isso, nos termos do Código do Trabalho Indígena em vigor esses serviçais reclamavam do “...prazo de trabalho de 4 anos; salário diminuto (30\$00 mensais); natureza de trabalho agrícola a que não estavam habituados; Informação, de que muitas vezes iriam à São Tomé, sem especificar a natureza do trabalho que iriam prestar durante 4 anos. Tais situações resultavam no pedido de repatriação por antecipação com o pagamento das passagens, bónus e salário a que tinham direito o que, obviamente, lhes era negado pelas autoridades locais”(Carta Confidencial, 1958).

Dado que era grande a quantidade de serviçais cabo-verdianos que atracava às ilhas, acontecia na *lufa-lufa* de chegada, que algumas mulheres recrutadas naquela qualidade eram desviadas pelas matronas das casas de prostituição ou dadas aos europeus que trabalhavam na Administração antes da sua distribuição às roças. Numa Carta Confidencial do Curador Geral Adjunto Adelino Macedo, datada de 20/07/1954, dirigida ao Comandante do Corpo da Polícia Indígena dá parte do seguinte:

“A serviçal cabo-verdiana Maria Teresa Barbosa Medina contratada pela Sociedade de Emigração, chegada à esta Província em 8/04 a bordo do navio “Luanda” não tendo sido distribuída a qualquer roça desapareceu após o desembarque. Soube-se há dias que vivia maritalmente com o aspirante administrativo interino da Administração do Conselho Henrique Monteiro, o que levou a Curadoria a promover a sua captura para ser repatriada, caso não quisesse adaptar-se ao serviço da roça. Tendo declarado que preferia trabalhar a ser repatriada, esta Curadoria resolveu enviá-la para a Roça Água Izé. O referido Administrativo Monteiro foi chamado para ser advertido para não voltar a procurar a serviçal, incorrendo em processo disciplinar.

Por outro lado, consta na Curadoria que reside na cidade uma mulher chamada Sílvia, com casa instalada na Rua Rosário, onde as serviçais do género “vump” ultimamente chegadas a São Tomé encontram asilo, sendo dali distribuídas a pretensos patrões. Parece que esta tal mulher costuma assistir ao desembarque dos trabalhadores de Cabo Verde e, na ponte, faz a escolha das serviçais que mais lhe agradam, aconselhando-as a irem à sua casa, pelo que solicito que quando chegar o próximo contingente ao porto seja reforçada a vigilância pela Polícia”.

De destacar que na mesma carta confidencial se diz que há administradores das roças que informaram que as mulheres de Cabo Verde satisfaziam muitíssimo nos trabalhos agrícolas que lhes eram destinados, o que em regra não acontecia com os homens. Roças havia em que se preferia o trabalho das mulheres, que eram mais dinâmicas do que os homens, que têm mais aptidão para artífice do que para o trabalho de campo (sendo que muitos eram mais letrados do que os próprios europeus).

Segundo Nascimento (2001:335), “se há cabimento falar de motivações e de expectativas de migrantes acoissados pela fome e empurrados pelas autoridades para STP, não será demasiado supor que alguns deles desejariam repor a sua condição económica e social de origem, mas tal não sucederia e, os cabo-verdianos, seguiriam não como proprietários e assalariados, mas distribuídos como mão-de-obra braçal pelas roças. Tais funções seriam exercidas lado a lado com outros serviçais considerados boçais, como os *angolas* e moçambicanos”. Ainda de acordo com o autor, “tratava-se, enfim de gente civilizada demais para o trabalho de mato e principalmente para viverem juntos com os angolas” (Nascimento,2001:336).

Não raras vezes se ouvia falar de mulheres serviçais ou tongas que, conseguindo fugir das roças, entregavam-se à prostituição clandestina na famosa “Rua Rosário” na cidade de São Tomé, no Riboque ou em S. Marçal (ambos bairros suburbanos da referida cidade).

Capítulo 3. Mulheres e gestão de conflitos no espaço roceiro

3.1. Gestão do trabalho feminino: conflitos e ordenamento étnico-cultural

A mulher tornou-se, como já pudemos ir avançando, um elemento imprescindível no trabalho roceiro e no equilíbrio entre as tarefas quotidianas chamadas leves e pesadas, quando fosse necessário. Nestes termos, algumas serviçais vão girar entre o espaço doméstico nas casas dos patrões e a maioria nos lugares contíguos ao terreiro, onde se encontravam as chamadas “casas-comboio” que se tornaram seus lares. Outro espaço eram os terrenos das roças propriamente ditos onde colhiam, capinavam, carregavam a carga à cabeça, partiam, separavam o produto das cascas, limpavam as bermas dos caminhos principais e secundários, etc. Nesses casos, para Nascimento, 2008:35, “as mulheres são representadas no espaço da casa como ajudante dos homens e no espaço público das fazendas como reserva do trabalho masculino”.

Ilustração 6: Escolha do cacau, Roça Diogo Vaz (Mulheres cabo-verdianas e tongas).



Fonte: AHSTP

A gestão cultural e as diferenças étnicas revelavam-se de muito difícil resolução nas roças, e as mulheres eram, particularmente, vítimas de diversas situações que ocorriam no terreiro e no mato, partindo do pressuposto que o seu número era menor entre os vários contingentes de serviçais provenientes de um determinado espaço étnico-territorial de origem. Nesta ordem de ideias, os serviçais masculinos pretendiam exercer o controlo de “suas mulheres ou contrerrâneas” o que nem sempre era possível. Na verdade, um dos maiores conflitos sociais

que se vivia nas roças era pela posse de mulheres. Por causa delas, verificavam-se diferentes rixas: entre cabo-verdianos e moçambicanos, entre *angolas* e caboverdianos, entre os serviçais e europeus. O ambiente era bastante tenso e eivado de inúmeras discórdias, estando as mulheres na base de muitos deles. Por exemplo, nas inúmeras correspondências que se seguem ilustram o que acabamos de fazer referência:

- Correspondência do Encarregado da Roça Santy de 16 de Fevereiro de 1968 dirigida ao CGSI sobre tentativa de violação:

“Pela presente venho informar-lhe de que as serviçais cabo-verdianas Maria Mota e Alda Delgada queixaram-se de que o serviçal moçambicano Mulia Rafael, aproveitando-se da ausência das mesmas escondeu-se debaixo da cama para as violar; após a descoberta, ainda proferiu insultos contra as mesmas, pelo que se se deve repreendê-lo para que não aconteça o mesmo às outras mulheres.” AHSTP, Depósito 3, Estante 17, Prat. 3.

- Ou ainda, a Carta datada de 18/04/1967 do Encarregado da Roça Mestre António, António Gonçalves de Oliveira a CGSI sobre distúrbios na roça.

“Vão apresentar-se à V. Ex^a os trabalhadores moçambicanos e cabo-verdianos que se envolveram em desordem.

Informa-se à V. Ex^a que se formaram em dois partidos (moçambicanos e angolanos) e as desavenças foram provocadas por questões de mulheres.”

Sentença: 90 dias de trabalho correcional. AHSTP, Depósito 3, Caixa 34, Prat. 16

- Outra Carta da Sociedade Terras de Monte Café nº L/265/1965 de 8/04/1965 ao CGSI sobre tentativa de violação:

“Maria Antónia Fonseca, cabo-verdiana, queixa-se de que Germano e Domingos, moçambicanos, tentaram violentá-la: fez-se apresentar do homem João Silvestre Filipe ao apresentar a queixa. Dá como testemunhas Idalina e Duarte.” (AHSTP, Depósito 3, Caixa 28, Prat, 18)

Outras correspondências:

- Correspondência de 26/04/1955 do Encarregado Domingos Rodrigues da roça Monte Estoril ao Curador Geral comunicando sobre um caso de insubordinação.

Acompanhada do capataz envio a serviçal cabo-verdiana Catarina Correia. Esta mulher não aceita repreensões de ninguém, é malcriada. Se continuar assim, será entregue à Curadoria conforme fez na Roça Água Izé. Estando no fim do contrato, o seu comportamento não merece recontrato. Até Dezembro ela portou-se regularmente; depois de ser recontratada começou a dar mostra de quem era. Ontem, andando a apanhar cacau encontrei dois cabo-verdianos e ela a conversarem, mas despreocupadamente como se estivessem em alguma pândega e não de serviço. De seguida chamei atenção. Os homens ouviram e calaram-se, mas ela não. Começou a responder, a falar, a falar com raiva; eu não fiz caso até ao momento em que ela subindo pra outro lado para buscar cacau, o *coal* que ela levava saiu-lhe das mãos perto de onde eu estava. Ela veio apanhá-lo e pronunciou o seguinte: se voltares a me saíres das mãos, racho-te com o machim já que não posso rachar alguém... Esteve há dias de castigo por 10 dias por cortar outro cabo-verdiano com machim, mas depois deu pancada a um moçambicano...”

Sentença: 10 dias de trabalhos correcionais.

AHSTP, Depósito, 3, Caixa 7, Prat. 18

Partindo desses pressupostos, estamos de acordo com Shmitz e Santos (2013) quando defendem que na sociedade capitalista o trabalho se destina a produção de mercadorias a partir da exploração de homens e mulheres. No entanto, esta exploração não se efectiva de forma única entre os diferentes trabalhadores e entre homens e mulheres, podendo-se observar uma distinção neste processo de exploração do trabalho que é espacial, sexual, de subjugação e de discriminação a vários níveis. Para além do reconhecimento da exploração com base nas classes sociais, destacam-se também a exploração hierárquica de dominação de grupos de homens (independentemente da classe social) sobre as mulheres, que incorre numa relação patriarcal com características de controlo acérrimo, chegando às vezes às violências verbais, físicas e morais, incluindo criação de “partidos”(grupos étnicos).

Nascimento (2001) alega que sem prejuízo de uma visão dos serviços regulada pelo ordenamento social nas roças e impregnada pelo racismo, por vezes, as identidades étnicas apareciam como impositivas aos europeus mesmo quando as condutas decorriam dos condicionalismos de integração diferenciada entre os serviços de diferentes proveniências. Alude, assim, que perante conflitos desses que poderiam pôr em causa a estabilidade do trabalho, aos roceiros pareceu que a melhor medida a tomar seria não misturar os vários segmentos de serviços para preservar, quanto possível as regras da roça, evitando justapor, por exemplo *angolas* e cabo-verdianos, para os quais seriam recriadas barreiras culturais

vincadas pela divisão em áreas de labor e de alojamento a fim de minorar, quanto possível os potenciais focos de discórdia, bastante prejudiciais ao cumprimento das jornadas laborais.

Nascimento faz ainda menção, por exemplo, ao facto das limitações dos roceiros no trato com as cabo-verdianas que colocavam embaraços em situações para as quais os roceiros não estavam preparados. Refere que “diferentemente das demais serviçais africanas, as cabo-verdianas suscitavam problemas pela sua proximidade cultural com os europeus. Alguns roceiros experimentavam dificuldades em mobilizá-las para o trabalho braçal das roças” (Nascimento, 2001:358).

Partindo desses pressupostos a integração, por exemplo, das supracitadas mulheres de pele mais clara era bastante questionada pelos roceiros, dadas as consequências que a sua presença poderia causar ao poderem ser confundidas com as europeias. Na carta Confidencial já referida (de 20/07/1954) do Curador ao Chefe de Polícia Indígena o mesmo alega que desde o recrutamento na origem,

“...convinha que a cor das mulheres não fosse clara: repugnava-lhes coabitar nas sanzalas juntamente com os pretos, mulheres aparentemente brancas...”

O espaço da roça, em nossa opinião, dado o seu carácter fechado, de trabalho compelido, de gestão de inúmeras idiosincrasias socioculturais, acrescido da vaga perspectiva de repatriamento e da persistência do isolamento tornou-se, pois, um lugar de conflitos permanentes, controlados duramente pelos poderes instituídos no local e na capital. O acirrar desses conflitos tornou-se maior porque de acordo com o Código do Trabalho Indígena de 1928, 1954 e outros, aos nativos das ilhas e cabo-verdianos foi-lhes concedido o estatuto de cidadãos, ao passo que os restantes serviçais - angolanos e moçambicanos eram considerados indígenas com consequências nos termos de tratamento diferenciado (Cahen, 1991:125; Seibert, 2001:60-61).

Durante a nossa pesquisa constatámos que não obstante as árduas tarefas das mulheres no trabalho quotidiano das roças entre 1950-74, elas não estavam fora do emaranhado de problemas que ensombravam o funcionamento desse espaço hermético: agressões físicas, tentativa ou violação sexual, o alcoolismo, o suicídio, situações de desordem bastante

complicadas; outras eram vítimas de roubo ao domicílio, envolviam-se em casos de insubordinação ao trabalho, sabotagem, pronunciamento de insultos e impropérios e outras ainda, acusadas de adultério e de feitiçaria; havia patrões que se queixavam de tentativas de envenenamento por parte das criadas-serviçais, que prestavam serviço nas suas residências; havia também mulheres que faziam denúncias do que lhes acontecia. Pela denúncia de insubordinação/insolência pelos patrões, as mulheres recebiam das autoridades (Curadoria Geral dos Serviçais e Indígenas e Administração do Concelho) castigos como trabalhos correcionais, transferência de uma roça para a outra, entre outros.

Consideramos ser necessário continuar a dar luz ao conteúdo de algumas dessas ocorrências, sendo que outras serão remetidas para os anexos do presente trabalho:

- Carta datada de 21/05/1955 do Administrador da Roça Vila Conceição ao Curador Geral a apresentar queixa sobre tentativa de roubo:

“Eva Medina Varela, serviçal cabo-verdiana, enquanto dormia, sentiu a meia-noite uma forte pancada na janela do seu quarto de sanzala; acordou sobressaltada, acendendo a luz viu Sute (angolano) pendurado no beiral do telhado com os pés em cima da janela para entrar em casa. Eva com susto começou a gritar, acordou muita gente para acudir-la. Sute já lhe havia roubado 203\$00.
Sentença da Curadoria ao prevaricador: 3 dias de prisão. (AHSTP, Depósito 3, Estante 17, Prat.1).

- Ou ainda a correspondência do Administrador da Companhia Agrícola das Neves ao Curador Geral em 2/05/1958, queixando sobre casos de alcoolismo:

Vão à presença da CGSI os serviçais moçambicanos Sahide Jaina (799/677) e Elisabete Tembe (22/68);
“Que em todos os pagamentos se embebedam e noutros dias de domingo com a agravante da mulher ser conflituosa quando em estado normal. Faltam ao serviço quando vem o pagamento, dando lugar a terem de ser hospitalizados.
No último pagamento, apesar de terem sido avisados que deveriam regressar logo a dependência não fizeram caso e apareceram depois da hora do silêncio embebedados e segundo disseram que foi a mulher quem partiu a cabeça do Sahide Jahina, tendo este que ser hospitalizado e levado soro, tal a quantidade de sangue que perdeu...”
Sentença: 15 dias de trabalho correcional (AHSTP, Depósito 3, Caixa 24, Prat. 18).

- Também a Carta do Administrador da Roça Santarém, Companhia Agrícola Santarém Cantanhede, Lda ao CGSC, de 2/05/ 1962:

“Mando apresentar o serviçal angolano Bona Canzala que ontem no fim do dia tentou agredir a machinada a mulher com que tem vivido, Carolina Gomes, cabo-verdiana. Valeram essa mulher não ser agredida os tongas Mário e Luíz Manuel, que se encontravam juntos sentados. O homem estava enfurecido e raivoso pelo que muito custou a dominar...”

Sentença: 90 dias de trabalho correcional(AHSTP, Depósito 3, Caixa 29, Prat, 18).

- Carta Confidencial do Curador Adelino Macedo ao Dr. Justino António em 29/11/1969 sobre anomalia no Hospital da Água Izé

“Venho comunicar-lhe pela presente que a serviçal cabo-verdiana Joana Benvinda apresentou queixa contra o enfermeiro que não fornecia durante o internamento leite e medicamentos receitados à sua filha (internada), procurando manter relações ilícitas com as doentes que baixem ao hospital da roça.”(AHSTP, Depósito 3, Caixa 29, Prat, 18.).

Por entre tais conflitos decorria o quotidiano roceiro, onde o que importava era o lucro, mesmo que a gestão dos(as) trabalhadores(as) fosse legitimado pela violência e imposição da ordem pela força.

3.2.Desigualdade salarial entre mulheres e homens nas roças

A questão salarial era onde mais se sentia a diferença entre ambos os sexos. Alguns especialistas, sobretudo da FAO e do Banco Mundial ao analisarem a diferença salarial entre homens e mulheres são de opinião de que essas disparidades são explicadas por diferenças nos activos (Hertz, Winters & al, 2008:5).

De facto, da análise que fizemos às folhas de salário das mais variadas roças verificámos que a questão das diferenças salariais é de ordem estrutural com carácter generalizado. Pouco compreensível foi para nós o facto de numa mesma roça os salários de base variarem nos meses do mesmo ano, apesar dos descontos sofridos por faltas ao trabalho.

Outrossim, enquanto que os salários dos homens eram quase uniformes em quase todas as roças, os das mulheres sofriam muitas mais variações. Apesar de não se apresentar aqui, apenas em alguns casos os salários dos (as) recontratados (das), estes variavam de acordo com o seu grupo étnico. Por exemplo, os(as) recontratados (as) cabo-verdianos(as) recebiam maior

salário do que os(as) angolanos(as) e moçambicanos(as). Recorde-se que para além da remuneração líquida, havia os descontos a favor do bónus e de Fundo de Repatriação (ambos depositados no Cofre de Repatriação para serem recebidos no país de origem). Vejamos, pois, os dados que se seguem:

Tabela 20: Campainha Ilha do Príncipe/ Salário Homem/Mulher(Jan. 1956)

Companhia Ilha do Príncipe –(Janeiro de 1956)	
Salário dos homens	120\$00
Salário das mulheres	90\$00
Salário de homens recontratados	150\$00
Salário mulheres recontratadas	99\$00

Fonte: AHSTP

Tabela 21: Compainha Ilha do Príncipe/ Salário Homem/Mulher(Jul. 1956)

Companhia Ilha do Príncipe (Julho de 1956)	
Salário dos homens	120\$00
Salário das mulheres	90 \$00
Salário homens recontratadas	130\$00
Salário mulheres recontratadas	95\$00

Fonte: AHSTP

Tabela 22: Campainha Ilha do Príncipe/R. Sundy, Salário Homem/Mulher(Out. 1956)

Companhia Ilha do Príncipe, Roça Sundy (Outubro de 1955)	
Salário dos Homens-	120\$00
Salário das mulheres-	90 \$00
Salário dos homens recontratados-	135\$00
Salário das mulheres recontratadas	99\$ 00

Fonte: AHSTP

Tabela 23: Sociedade Agrícola Vale Flor

Roça Rio do Ouro, Salário Homem/Mulher (Jul. de 1959)

Sociedade Agrícola Vale Flor, Roça Rio do Ouro (Julho de 1959)	
Salário Homens	132\$00
Salário Mulheres	80\$ 00
Salário Homens recontratados	140\$00
Salário mulheres recontratadas-	90\$00

Fonte: AHSTP

**Tabela 24: Sociedade Agrícola Vale Flor,
Roça Rio do Ouro, Salário Homem/Mulher (Dez. de 1959)**

Sociedade Agrícola Valle Flor, Roça Rio do Ouro(Dezembro de 1959)	
Salário homens	100\$00
Salário das mulheres	90\$00

Fonte: Fonte: AHSTP

**Tabela 25: Salário Homem/ Mulher da Roça Java,
(Fevereiro a Dezembro de 1954)**

Roça Java, 1954, Patrão Ed. Guedes, Lda (Fevereiro a Dezembro de 1954)	
Salário homens	120\$00
Salário das mulheres	90\$00

Fonte: AHSTP

Tabela 26:Salário Homem/ Mulher da Roça Água Izé, (Jan a Dez de 1954)

Companhia ilha do Príncipe, Roça Água Izé (Janeiro a Dezembro de 1958)	
Salário homens	120\$00
Salário mulheres	80\$00
Recontratados homens	132\$00
Recontratadas mulheres	99\$00

Fonte: AHSTP

Tabela 27: Salário Homem/ Mulher da Roça Diogo Vaz(Jan a Jul de 1964)

Roça Diogo Vaz (Jan. a Jul.)	
Salários homens	200\$00
Salários mulheres	130\$ 00
Bónus de repatriação / moçambicanos	10%
Bónus de repatriação / cabo-verdiana	5%
Bónus de repatriação mulheres	13\$00

Fonte: AHSTP

Porque havia serviçais que fixavam residência nas ilhas ou se recontratavam, a Curadoria possuía um livro contabilístico constando os autos das entregas de importâncias aos trabalhadores que pedissem o levantamento dos seus bónus (Pasta 3, Estante 22, Prateleira 4, nº 14).

No entanto, esta questão continuava a gerar polémicas, uma vez que nem sempre os bónus (acréscimo de salário pago no país de origem aquando do retorno)eram revistos de imediato nos países de origem, mal chegassem à terra natal. Acerca disso encontrámos entre as fichas de contrato das serviçais para STP uma carta datada de 21/02/1970, cuja remetente era a cabo-

verdiana repatriada Domingas Sanches Horta (de Tarrafal) dirigida a Américo Graça, do Instituto de Trabalho, que a partir de Cabo Verde reclamava que não tinha recebido o seu bónus proveniente da roça Milagrosa, onde trabalhou, o que lhe estava a causar grandes dissabores. A mesma solicitava a intervenção do supracitado senhor no sentido de junto a Administração da roça ver resolvida a referida questão.

3.3.Mulheres: acidentes no trabalho, doenças, o parto e a orfandade

Um outro assunto que, nas roças, afectava muito particularmente as mulheres, influenciando a sua plena participação nas tarefas quotidianas. Trata-se da questão da saúde e dos acidentes de trabalho de que as serviçais eram vítimas. Alves e Magali (2018:42) explicam que “ o acidente de trabalho pode ser considerado um infortúnio, assentando sua definição em três requisitos básicos: I) Casualidade, que parte da hipótese de que o acidente de trabalho é um facto inesperado que se dá ao acaso, não havendo, portanto, dolo; II) O prejuízo em que a ocorrência de acidentes pode causar lesões menores, perda de capacidade para o trabalho, ainda que temporária e, a morte do trabalhador; III) O nexo etiológico ou causal, que é a relação que caracteriza a causa e o efeito do trabalho realizado e o acidente típico, podendo caracterizar também a doença à este associado”.

Na roça verificavam-se vários acidentes de trabalho, sendo os seguintes os que, entre outros, mais afectavam as mulheres: ferimento em serviço de capina com feridas contusas e incisivas nos pés ou nas mãos; ferimento em serviço de quebra de coco; queimadura em serviço de confecção de comida para o gado; os ocorridos em serviço de colheita do café e do cacau; paradela de espinhos no serviço de capina; queda de árvore em serviço de corte de lenha, entre outros. Passámos à transcrição de um dos casos graves de ferimento:

“Maria Correia, tonga, Janeiro de 1965, Sociedade de Agricultura Colonial, Roça Porto Real, Médico examinador: Alberto C. P. Cabral.

Transcrição de exames:

A examinada apresenta uma cicatriz a nível da raiz do dedo médio da mão direita que se estende desde o sulco digito-palmar, passando pelo espaço interdigital e indo atingir a face dorsal da mão. Em consequência do ferimento a articulação da primeira com a segunda falange do referido dedo encontra-se um pouco anquilocada. A data do acidente não é possível determinar, visto que a trabalhadora não recorreu rapidamente aos serviços hospitalares.”(Depósito, 3, Estante 22, Prateleira 1, nº 6).

Os mapas estatísticos do movimento hospitalar analisados até ao fim do período colonial dão-nos conta de outras doenças que vitimavam mulheres nas roças tais como o tétano, paludismo, anemia, enterite, luxação com e sem fractura, cárie dentária, doenças dos dentes e das estruturas de apoio, cistite, aborto com menção de infecção e de toximia, gravidez de risco, ferida infectada, abscessos, dores lombares, bilharziose, infecções agudas das vias respiratórias, hemorragia, sarna, fleimão (inflamação do tecido conjuntivo com carácter infeccioso grave) e furúnculo, hepatite infecciosa, rasgaduras e chagas, infecção gonocócica (provocada pela bactéria *neisseria gonorrhoeae*), rasgaduras e chagas, angina estreptocócica (infecção grave das amígdalas por bactéria). Havia também cirrose hepática, nefrite aguda, coledolitíase (doença que causa distúrbios biliares) e cistite aguda, (doença infecciosa do aparelho genito-urinário). Devido a essas doenças, a mortalidade era bastante elevada entre as mulheres, situação que comprovámos nas fichas individuais de trabalho consultadas no AHSTP, onde várias eram assinaladas com a palavra “faleceu”.

Várias mulheres deixavam filhos menores órfãos. Passámos em revista diferentes relatórios sobre o estado puerperal dos trabalhadores/trabalhadoras, onde constavam os registos de entrada nos hospitais, saídas e falecimentos. Deparámo-nos, no entanto, com mulheres que tiveram partos normais, incluindo, gemelares sem problemas de maior a registar, sendo que algumas das quais se apresentavam ao trabalho em menos de quinze dias, após o acontecimento.

A gravidez e o parto não eram questões excepcionais na vida da mulher serviçal que pudessem merecer a atribuição de descanso ou férias. Logo que ela desse à luz, se não houvessem complicações, tornava-se imediatamente necessário continuar o trabalho suspenso por causa do parto. A este respeito a nossa entrevistada Margarida, da antiga roça Rio do Ouro manifestou o seguinte:

“Quando mulher ficava grávida não tinha descanso. Eu ia pá trabalho, enchia 10 tina de cacau, vinha pra casa, tomava banho, fazia jantar, dava dor de parto, ia pra hospital. Quando binto[umbigo] de bebé caiu, gente saía d’ hospital, ia pá trabalho. Até 1964 é que tive fêria de parto (meu filho José)” (Entrevista concedida em 19/07/2017).

Papoila, outra das nossas entrevistadas de Rio do Ouro também deixou, nestes termos, o seu testemunho sobre a questão da gravidez, do parto e da dureza do trabalho para as mulheres :

Grávida trabalhava até fim, sem férias. E se faltar trabalho 3-4 dias depois de parir, descontava salário. Gente trabalhava, não tinha sábado, nem domingo. Fazia pano para meter no dedo para tirar cacau[espécie de luva para minimizar as feridas que apareciam nos dedos]. Cacau não tinha hora d'almoço. Era faca, quebra, faca, quebra. Não tinha tempo de *sentá*[sentar-se] não. E com bebé nas costas a chorar!(Entrevista concedida em 19/07/2017)

Bromélia, também da antiga roça Rio do Ouro, associa a gravidez e o parto aos actos de violência que eram praticados na roça pelos patrões, que não se furtavam a todos os meios para que os resultados da produção correspondessem às demandas capitalistas para os quais as roças tinham sido criadas:

Tomou porrada de branco. Grávida, mulher com criança *nas costas* tomava palmatória na mão e no pé[planta dos pés]. (Entrevista concedida em 19/07/2017).

Um dos problemas mais polémicos que ficava muito diretamente ligado às mulheres era a contratação de menores. Quase todas as serviçais que eram contratadas iam acompanhadas de seus filhos. Nos mais diversos regulamentos do trabalho das ilhas dizia-se que esses menores deviam prestar um ritmo de trabalho inspeccionado, relativamente às suas tarefas quotidianas e ao controlo do espaço. A remuneração dessas crianças era normalmente entregue aos respectivos pais. Nas folhas de salário cada roça optava pela divisão de menores em classe de idade para pagamento de acordo com as seguintes categorias: **i)** Menores com idades entre os 8-13 anos (masculinos e femininos); **ii)** Menores com idades entre os 10-14 anos (masculinos e femininos); **iii)** Menores com idades entre os 14-18 anos (masculinos e femininos).

Assim, os menores do sexo masculino de 14 a 18 anos tinham obrigações com o proprietário ou proprietária, prestando-se a executar todos os trabalhos masculinos, excepto o derrube das árvores e pilar café; as meninas da mesma idade prestavam-se aos trabalhos destinados às mulheres; os menores de 8 a 13 anos de idade apanhavam frutos, guardavam a sementeira, varriam o terreiro e faziam a criação de pequenos trabalhos domésticos bem como pastavam caprinos e outros. Em roças maiores como Rio do Ouro, Água Izé e outras ajudavam a cuidar dos cavalos nos estábulos.

3.4. Uma breve alusão a “patroas” nativas

Não eram só mulheres serviçais a se dedicarem ao trabalho das roças. Apesar da clara hegemonia dos roceiros em termos económicos, controlo do espaço e monopólio da transferência da mão-de-obra para as ilhas com o beneplácito do poder colonial, uma bolsa dos naturais das ilhas, antigos proprietários de algumas roças que não foram sucumbidas pelo alvitre do momento, resistiam na sua exploração, apesar da recusa de crédito do BNU e sem qualquer possibilidade de concorrência (Pinto de Andrade, 1998).

Os ilhéus (que também eram proprietários) contaram-se entre as principais vítimas, primeiro, do estrangulamento da diversidade económica e, depois, da procurada estabilidade orçamental, políticas que desembocaram na sua progressiva marginalização (Nascimento, 2002:560). É assim que no Boletim Oficial nº 32, de 12/08/1950, sábado, na Secção Central de Estatística, propaganda e informação, encontrámos os resultados do recenseamento geral da população, onde em 100 roças identificadas constava que algumas tinham como proprietárias mulheres. Muitas delas assumiam a assunção do negócio por viuvez ou por herança familiar (fundamentalmente, por linha paterna). Só após a eventual morte do marido, ou por decisão da família, a mulher tinha o direito de assumir a posse plena para proceder a administração do património (Caldeira, 1999:140). São os casos de roças e proprietárias que a seguir mencionámos:

Tabela 28: Roças e proprietárias nativas

Roças	Proprietárias
António Soares	Inácia Fernandes Santos
Nova Moka	Mariana Rosa Fernandes Quintas e Herdeiros
Praia das Conchas	América Garção Stokler e Herdeiros
Santarém	Maria Trindade C. Matos e Herdeiros
Vale Prazeres	Maria José de Almeida Baltazar

Fonte: A autora, a partir de informações recolhidas de vários informantes

Em conversa informal com algumas pessoas conhecedoras do assunto, falaram-nos da existência de outras proprietárias nativas como:

- San (senhora em crioulo fôro) Lánza, dona de uma vasta propriedade em Mé-Zóchi;
- Maria d' Apresentação Fonseca, com propriedade em Lobata;
- D. Joana, vulgo, San Zoána Péma com propriedade em Changra;
- San Mandági (com propriedade desde Madalena até Mateus Angolares).

Esta não era uma realidade nova da segunda metade do séc. XX. No princípio do referido século fala-se de diversas arbitrariedades cometidas contra os proprietários (as) nativos(as) com posses, nomeadamente na ilha do Príncipe, onde Maria da Conceição Cunha Lisboa, proprietária nativa, foi vítima de invasão à força da sua roça pelos proprietários europeus Jorge dos Santos, Augusto Sequeira e outros. Tendo apresentado a devida queixa, foi levantado um processo de 150 páginas, que durou três anos, findo o qual conseguiu recuperar a referida propriedade (Ceita, 2006:95).

Algumas dessas roças geridas por mulheres, muitas vezes com muitas dificuldades financeiras, sofriam também da falta de trabalhadores, pelo que se socorriam, do trabalho de alguns antigos serviçais angolanos e moçambicanos(os chamados “gabões”) que não se repatriando, fixavam residência nas ilhas, tornando-se, praticamente, membros da família para quem trabalhavam. A gestão era feita na base de partilha dos resultados da colheita e na de confiança que se estabelecia entre empregados e patroa. A colheita era constituída pelo cacau, café (que eram vendidos nos armazéns de exportação coloniais) mas também pelas oleaginosas e outros produtos de subsistência.

3.5.A invisibilidade do trabalho feminino: os lugares e papéis das serviçais das roças

Detenhamo-nos então na questão do papel e o lugar das mulheres no contexto do trabalho serviçal das roças que estão longe de ser reconhecidos, dada a sua invisibilidade no tratamento dos vários dados económicos que apontam o sucesso da economia cacauceira no contexto dos projectos da colonização portuguesa nos sécs XIX-XX. Contudo, são cada vez mais os estudiosos das questões económicas que vêm discutindo as particularidades da participação das mulheres na economia, situação também observada nas roças de STP.

Na prática e na verdade, a presença das mulheres no trabalho assalariado no campo não alterou a responsabilidade quase exclusiva que sempre as deteve ao trabalho doméstico. A literatura aponta que se tratam de elementos considerados como parte da sua identidade, uma vez que a maternidade é considerada seu valor principal associada a valores como a docilidade, fragilidade, compreensão, cuidado e afecto (Faria, 2009).

Ilustração 7: Mulheres na quebra e enchendo tinas de cacau/ Roça Água Izé



Fonte: AHSTP

Nas roças as tarefas dos homens contratados para trabalhos agrícolas acordados com os patrões baseavam-se em desbravar terrenos, abrir caminhos, proceder a trabalhos de qualquer espécie de cultura, tratar dos gados e da sua limpeza, fazer o serviço dos terreiros, proceder ao trabalho de carga dentro ou fora da propriedade quer às costas, quer guiando ou conduzindo animais, apanhar e extrair produtos, abrir *capoeiras*, cortar e aparelhar madeiras, salvar e beneficiar as colheitas, fazer todos os serviços conforme as suas capacidades e aptidões e segundo a escolha do proprietário.

Já o trabalho adstrito às mulheres contratadas obrigava-as, entre muitas outras a tarefas de apanha, quebra e extracção de produtos, a tratar das aves domésticas, proceder à capina e quebra do cacau e copra, colheita do café, limpar capoeiras e sanzalas, prestar serviços nos terreiros, fazer vassouras e *quales* (nome em crioulo fôrro dado ao cesto feito de nervura da folha do coqueiro da palmeira do andim), tratar das crianças e doentes, capinar as bermas dos caminhos, abrir trilhas e caminhos secundários; servir nas casas dos patrões como criadas,

cozinheiras, copeiras e lavadeiras, engomadeiras das roupas dos patrões e engraxadoras dos seus sapatos e botas, entre muitas outras tarefas.

O trabalho feminino no campo (e as roças não constituíram uma excepção), apesar de contribuir para o aumento da renda económica, ainda remete para muitos como actividade complementar da actividade exercida pelo trabalho masculino. Essa falta de reconhecimento é o motivo principal da invisibilidade do trabalho feminino dentro do sector produtivo (Almeida, Noronha & all, 2014:3741).

Apesar da inúmera contribuição da mulher serviçal no trabalho roceiro a invisibilidade da sua actuação marcou todas as formas de análise económica desse tipo de trabalho. Dado que se destinava, regra geral, a prover a subsistência familiar, acaba por não ser contabilizada nem nas contas do Estado, nem sequer nas das famílias. Cultivar, colher, tomar conta dos filhos, cozinhar e tratar da casa, figurou sempre como uma tarefa adstrita às mulheres e como uma competência quase de foro natural. “Em termos das avaliações das estatísticas económicas convencionais as mulheres africanas estiveram assim e, por muito tempo, sem existir uma vez que a leitura e a interpretação do desenvolvimento se perspectivava no domínio do crescimento económico e, por conseguinte, a partir dos indicadores quase exclusivamente quantificáveis, ligados à produção e ao lucro” (Frias,2005:133).

Tenreiro (1961), ainda que não aprofunde essa discussão, dá-nos alguns detalhes sobre a complementaridade de tarefas do trabalho roceiro entre homens e mulheres:

“O cacau apanhado é transportado em *quales* até a beira do caminho; aí despeja-se o balaio em cima de folhas de bananeira, cortadas para o efeito, amontoando-se de forma a constituir a tem da. É logo ali, muitas vezes, que as mulheres munidas também de um machim, procedem à quebra, mediante hábil pancada que fende a baga, permitindo a extracção intacta das sementes gomosas (as lavas). Noutros locais da roça, sulfata-se, curam-se as feridas do cacauero, limpam-se as árvores dos ladrões que põem em perigo o seu desenvolvimento; noutros, ainda, *andineiros* práticos munidos de corda trepam as palmeiras e cortam andim amarelo-rubro; mulheres apanham cocos do chão e amontoam-nos ou esperam, como vai acontecendo hoje, que os homens trepem às árvores e com machinadas certas os derrubam.” (Tenreiro, 1961: 157).

O autor prossegue caracterizando a qualidade do trabalho feminino no terreiro:

“É pelas 8 horas da manhã que o terreiro ganha maior animação: mulheres, palradoras partem cocos e extraem a copra, que outras estenderão no secador descoberto; mexe-se o cacau para que seque por igual, quando em tabuleiros de seca ao sol, ou, nas propriedades mais modernizadas, junto das estufas, fiscalizam-se os aparelhos que regulam o tempo e a marcha da secagem...”
(Tenreiro, 1961: 156)

Podemos adotar igualmente esta análise no presente estudo, pois que o trabalho das serviçais das roças tem estado muito ausente das análises académicas, tendo sido, geralmente examinado mediante lógicas de preconceito, nomeadamente sob a alegação, entre outras, de indolência, preguiça, rebeldia, propensão ao conflito, pouca produtividade, entre outros, situação muito comum nas literaturas sobre o trabalho compelido tendo por base o ponto de vista dos patrões.

Tomando este ponto como muito importante para a nossa análise, não podemos deixar de sublinhar que Nascimento (2003), dedica todo um capítulo do livro “O Sul da diáspora, cabo-verdianos em plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique”, denominado “Mulheres e ordenamento social nas roças em S. Tomé e Príncipe. Notas exploratórias sobre o caso das cabo-verdianas” (pp 227-251). Esta é uma das poucas obras de referência sobre a matéria e trata exclusivamente uma franja das mulheres serviçais, as cabo-verdianas. Apesar da relativamente pouca informação sobre as mulheres nas roças, este autor refere que a liberdade das mulheres, resultante da participação no processo produtivo e dos moldes de recrutamento e incorporação nas roças, encontrava limites quer no patriarcalismo vigente (em virtude do qual, por exemplo, se remuneravam melhor os homens, apesar de nem sempre o desempenho produtivo confirmar a apriorística concepção da melhor prestação produtiva destes).

Sendo difícil tipificar a disposição dos roceiros para com as serviçais, pode assumir-se que elas, tal como os companheiros, fossem entendidas como braços. Nesta base, nas roças não se fazia acepção de pessoas, pendendo sobre as mulheres obrigações similares a dos homens, condição essa que fez recair sobre as mesmas cumprimento simultâneo um duplo papel: o produtivo e o de estabilização da força de trabalho, de acordo com Nascimento (2003). Daí que relativamente à divisão sexual do trabalho, prossiga o supracitado autor:

“Nenhuma noção de género pesou decisivamente numa divisão de trabalho nas roças, onde prevalecia uma maleável divisão sexual do trabalho. Certas tarefas pareciam reservadas aos homens enquanto outras como a quebra e escolha do cacau eram prescritas às mulheres. Já as tarefas cruciais da capina e da colheita mobilizariam

todos os trabalhadores. Na organização do trabalho, as considerações relativas ao género submetiam-se à valia produtiva das mulheres” (Nascimento, 2003:230 – 231).

Trata-se assim de perceber os aspectos que dizem respeito ao quotidiano das serviçais num contexto socioeconómico onde o androcentrismo esteve sempre presente nas relações sociais.

Retomando o assunto no “Poderes e Quotidiano nas Roças de STP” (2002:236) o mesmo autor faz menção ao obscurecimento do papel das mulheres por via da tradição patriarcal do espaço rural português, de que a roça era, uma extensão simbólica. Assim, nos referidos espaços, não aparecem sinais da primazia da mulher africana nas tarefas agrícolas e domésticas. Adianta que o eventual poder e papel das mulheres na mutação das relações de género era contrariado pelos limites decorrentes da rigidez das roças onde também diversas situações, desde o patriarcalismo às prescrições legais sobre salários, sugeriam a subalternização das mulheres”, apesar do seu ingresso no sistema capitalista de produção por via do trabalho compulsivo.

Não obstante o não reconhecimento do papel da mulher no trabalho roceiro muitas dizem ter assumido trabalho masculino quando, na hora, faltassem homens para o fazer. É o caso da cabo-verdiana Miosótis, que segundo o depoimento da sua neta (que entrevistámos em Diogo Vaz numa das nossas visitas exploratórias), derrubava madeiras como os homens, abria lugares encapoeirados e até matava cobras (depoimento de Íris, neta de Miosótis no dia 24/09/2016).

Ilustração 8: Divisão Sexual do Trabalho. Mulheres na quebra do cacau



Fonte: AHSTP

3.6. O que dizem as entrevistadas e entrevistados

As histórias de vida dos antigos serviçais, das roças foram fontes imprescindíveis para a realização do presente trabalho.

As suas histórias revelam as particularidades do quotidiano, cujos contornos foram traçados, entre outros, pelo trabalho serviçal e suas características herméticas, organização laboral, clivagens étnicas, subjugação racial, lazer, entre outros.

Tal como constatou Inês Brasão (2012), com as suas entrevistadas, os relatos das nossas também dão conta de histórias e situações que importa analisar tendo em conta os contextos, mas sobretudo a época e os valores então vigentes (e que no caso de São Tomé e Príncipe, como pudemos compreender ao longo da pesquisa, continuam a resistir ainda presentemente, sobretudo, entre as mulheres mais idosas com quem falámos). Assim, também nós, como Brasão, nos demos conta, entre as mesmas, de atitudes de conformismo e de sentimentos de fidelidade embora tenhamos igualmente registado nelas posições de contestação face a situações de maus tratos e humilhações.

As nossas entrevistas foram para os entrevistados uma espécie de desabafo. Chamamos atenção para o facto de alguns não se lembrarem das suas datas de nascimento (por perda da documentação, em casos de incêndios, invasão das águas das chuvas, mudança de domicílio...) guiando-se, apenas pelas idades, de que se recordam com base nas antigas fichas de contrato. Alguns depoimentos foram longos, o que fez com que fizéssemos síntese dos mesmos, para não perder de vista o nosso objecto de estudo.

Ao abordar os entrevistados pedimos que se apresentassem e que falassem da sua vida na roça desde o tempo colonial, passando pela independência e depois da primeira década da distribuição de terras. Nem todos responderam linearmente às questões, mas pudemos inteirar-nos das suas trajectórias de vida.

Por meio dos seus discursos, entrámos num mundo onde se cruzavam muitas vezes o passado e o presente, assim como se misturam memórias mais doces com as mais duras. Não podemos de qualquer modo deixar de reconhecer a generosidade e a riqueza dos testemunhos que nos foram transmitidos e que remetem para informação muito rica sobre a experiência dos entrevistados. Das suas palavras sublinhamos os assuntos que de forma mais direta se ligam com o objecto do nosso estudo, ou sejam, os quotidianos das roças; o lugar e o trabalho das mulheres.

Aniz, por exemplo, na sua fala traz à baila a rotina do quotidiano feminino na Roça Rio do Ouro durante a colheita do cacau e nas estufas onde ele era seco a fim de ser ensacado e transportado para a Europa.

“Eu trabalhava de seis a dezasseis hora: partia caroço, cacau e colocava no tabuleiro com outras colegas-mulher para crivar e colocar na estufa. Cacau era colocado no crivo para mulher colher. Capataz ficava com atenção pá[para] gente não deixá *yága* perder. Para além desse trabalho mulher fazia capina, quebra de côco, cuidava de sacador. Secador tinha bastante de tabuleiro para cacau secá na estufa (...) patrão dizia pá gente tê muito cuidado porque era cacau pá levá pá fora para fazê chocolate...”

Dália, no depoimento que se segue traz-nos os pormenores do trabalho de uma criada-serviçal em casa do patrão, onde para além das várias ofensas, também sofreu o estupro; faz o relato da sua vida pessoal e do seu trabalho até a independência:

“Começou a trabalhá com 15 ano de criada em casa de patrão. Lavava prato, colher, tudo de cozinha...; tomava conta de criança, dava elas banho, cortava elas unha, penteava cabelo delas. Mas elas inventava mentira, queixava pai que gente fez assado e cozido e patrão dava castigo por causa dessas quêxa de criança. Patrão também violô-mu [violou-me] várias vêzi [vezes] . Eu ia queixá quem? Ele ameaçava para eu não dizê nada e eu ficava com medo. Passô, passô tempo, gente mandô-mu trabalhar no mato, fazia capina, quebra de cacau, enchia tina de cacau. Juntei com um moçambicano e eu pari [dei á luz]. Ele foi repatriado para terra dele e eu tomei outro homem, pari outros filho. Quando apanhei uma pancada no pé, gente pôs-mu a trabalhar no terrêro a varrer, capiná... Eu trabalhê nisso até independência”.

Hibisco foi dos poucos homens que entrevistámos. No dia em organizámos a entrevista em Água Izé ele estava entre as mulheres e não quisemos desperdiçar as informações que nos poderia dar, tendo em conta a sua idade avançada (nasceu em 1925) e a sua lucidez. Chamou a nossa atenção pela forma como nos falou dos horários praticados na roça e da sua polivalência no trabalho:

“Aqui na Roça Água Izé eu trabalhei como pastor dos porcos e boi, cuidava dos cavalo de patrão, cuidava das linhas de comboio (décauville) que ligava uma dependência pá outra, pá levá cacau, trabalhador, muita gente. Trabalhei também guarda-fio e capataz.

Não havia escola, mas com 14 ano eu comecei com minha curiosidade a aprender algumas coisa de letra. Um meu amigo cabo verdiano também ajudou-mo bastante.

Trabalho era assim:

4 horas – 1ª sineta para abrir porta e fazer higiene

5 horas- formatura e distribuía tarefa

6 horas- começa trabalho

7 horas-capataz reúne grupo de duas pessoa , um procura fruta-pão, outro junta fogo para assar fruta. Cada grupo que apanhou sua fruta assa para comer sem peixe.

7:30 horas- continuava serviço.

11 horas- tinha gente que ia buscar almoço no quintal. Almoço era molho de peixe seco, feijão, soô de fruta, fuba.

12 horas – apito para almoço. Cada um tinha que desenrascar porque não haviaprato no mato. Prato era folha de bananeira, folha de matabala; colher era choca de bananeira. Se havia chuva era pior, porque água entrava comida e não dava para comer mais..

13 horas- gente retomava serviço.

17 horas – regresso para terrêro.

21 horas – apagar luz e dormir.

Havia bastante de regra, que se gente não cumprisse sofria castigo.

Margarida concedeu-nos a entrevista mais longa que pudemos fazer na antiga roça Rio do Ouro. A sua entrevista ficará transcrita na íntegra nos anexos. Mãe de 10 filhos, trabalhou nos mais variados ramos do trabalho feminino da roça:

“...Um trabalho que eu gostava muito de fazê era quebrá cacau. Pá mim era melhor trabalho que havia em S.Tomé. Fazia oito tina de cacau a correr. Se homem fazia dez tina, mulher fazia oito, nove. Mas também trabalhê dois ano na cozinha e dois ano no secador de cacau. Um dia, patrão aproximou e perguntô-me, quantas tina faltava enchê. Eu informê e ele perguntô se eu gostava de galinha. Eu disse que sim, mas é minhas galinha que eu crio. Ele disse: “Vira cacau na tina e vai acompanhá sô Tixeira[Teixeira, encarregado do galinheiro]. Eu fui e senhor disse que eu ficava a substituir senhora Joana que foi repatriada para Cabo Verde. Eu trabalhê durante dezoito ano nesse lugar até revolução [Subentende-se, 1974]. Nós era duas mulher naquele galinheiro. Havia cerca de 700 perú, 300 pato, novecentas e tal galinha, sem contar pato-ganso, coelho, pavão...”

Rosa de Porcelana, também de Rio do Ouro faz menção à situação dos pais que quando terminassem seus tempos de contrato se que quisessem levar os filhos nascidos em São Tomé era vedada tal possibilidade, o que resultava, às vezes, no seu não regresso aos países de origem:

“Meu pai é di Angola, minha mãe é daqui. Quando acabô contrato, pai táva pá levá nós [o pai estava para nos levar]piquinino, branco não deixô. Ficou piquinina, nós era quatro.. Mãe criô[educou, fiquei ao cargo de mãe]. Más[Mais] tarde eu ficô sozinha. Outro dôs rapaz[dois dos meus irmãos], morreu e mãe também morreu.

Trabalhô criada em casa di branco. Fazia trabalho di limpeza, tomava conta di criança...”

Bromélia fez referência ao duro trabalho da mulher durante a semana na roça, cuja principal tarefa era o enchimento das várias tinas de cacau, mesmo com bebês às costas. No entanto, apesar da dureza do trabalho ficou o saudosismo do salário que dava para comprar roupa, que apesar de pouco, ainda sobrava:

Eu trabalhou[trabalhei] cacau, capina, carregava dez tina de cacau. Quando tinha *bué*, carregava 15 tina de cacau. Segunda-feira, terça colhê cacau; Quarta até sábado, quebrá e enchê[encher] tina de cacau. Com criança nas costa tinha que trabalhá.

Mulher recebia 10 conto de salário/mês. Comprava rôpa[roupa] com esse dinhêro[dinheiro], restava troco! Comida, patrão dava[recebia ração].

Narciso, Bordana, Magnólia, Petúnia, lírio, Pimenta-da Jamaica, Zínia, Jasmim, Amor Perfeito, Lavanda e Alfazema da Roça Monte Café deram-nos entrevista em grupo. Dela ressaltámos a forma como era feita a divisão sexual do trabalho e da ração alimentar que recebiam.

“Homem e mulher fazia colhêta de cacau e capina. Cada pissoa [pessoa] tinha suas ferramenta. Homem tinha manchi[machim], lima, saco para cacau, pá. Por dia apanhava 26 saco. Naquela altura tinha que fazê “raza”[biscato, trabalho a prazo]. Na sexta-feira ia pá escritório recebê dinheiro de “raza”[biscate] que ele fez. Trabalho começava 5:30. Capina era geral, capinava até parte engravatada[encapoeirada]. Trabalho de mulher adulta era mato.

Mulher apanhava cacau como homem. Mas quebra era só mulher. Mulher enchia 7-10 tina. Mas há dia, gente enchia 15 tina.

Gente recebia ração: arroz, feijão, fuba, peixe salgado, azête palma, pá pissoa fazê em casa. Recebia tudo numa caixa quadrado que dava gente de 15 em 15 dia. Peixe salgado vinha de Angola; fuba e feijão gente fazia[produzia] aqui. Material de trabalho era: manchim, saco, lima, saco, facão para côco[copra]; no lugar que tinha coco gente levava cesto”.

Begónia colocou-nos perante as agruras de uma serviçal que trabalhou como criada e como viveu a sua condição difícil de deficiente físico.

“ Eu nasci aqui em S. Tomé no dia 5 de Agosto de 1950, meu pai e minha mãe veio de Angola. Eu pari nove filho, seis mulher e 3 homem.

Eu começou a trabalhar na roça com 15 ano, era muito nova. Patrão pôs-me lavadeira em casa dele. Como eu sô alejada (deficiente) eu fiquei a fazê trabalho mais leve.

Num incêndio que queimou meu quarto na “casa-comboio” todo meu documento queimou. Casa não tinha condições! Depôs Curadoria passou ôtro documento pá mim.

Depôs patrão tirou-me da casa dele e eu passê a trabalhá no terrero: fazia limpeza varria e limpava toda espécie de lixo.

Depôs da independência meu trabalho passou a ser capina E como sou alejada, meu trabalho era mais leve.

No princípio tudo estava a corrê bem. Salário melhorou e muita gente (homem, mulher) vinha de cidade para trabalhá na roça, Bastante dessa gente não conhecia trabalho e nós antigo contratado é que ensinava eles a trabalhar. Mas todos não trabalhava. Havia bastante “ mangonhêro” e gente que roubava cacau e começou a saquear coisa de roça. Ano 80, veio crise, gente sofreu bastante. Até salário faltou!

Quando Estado distribuiu terra gente deu-me 1.5 hec. de terra. É lá onde eu e meus filho tiramos sustento.

Agora eu também faço parte da Associação dos pequenos agricultores que faz cultura de cacau biológico”

Dália pôs-nos ao corrente de como os filhos dos serviçais se tornavam “filhos das roças”, como foi o seu caso , proibida a ser repatriada para Angola com os pais no final do contrato. A mãe resolveu ficar, por isso. Tendo começado a trabalhar aos 15 anos como criada chegou a ser violada pelo patrão.

Eu nasci em 1935, mas não lembro data de nascimento. Nasci em Angola e veio muito pequenina para S. Tomé. Nome de meu pai é Quilombo, nasceu em Malange e minha mãe é Bronza, ela disse que é de Celas, tudo de Angola. Eu pari oito filho.

Quando acabou tempo de contrato de meu pai e minha mãe gente deu eles repatriação para Angola, mas patrão não queria dexá filho que nasceu aqui ir com eles. Então meu pai e minha mãe decidiu ficá, preferiu morrê aqui do que ir sem filho.

Começou a trabalhá com 15 ano, de criada em casa de patrão. Lavava prato, colher, tudo de cozinha...; tomava conta de criança, dava elas banho, cortava elas unha, penteava cabelo delas. Mas elas inventava mentira, queixava pai que gente fez assado e cozido e patrão dava castigo por causa dessas quêxa de criança. Patrão também violô-mu várias vêzi. Eu ia queixá quem? Ele amaeçava para eu não dizê nada e eu ficava com medo.

Passô, passô tempo, gente mandô-mu trabalhar no mato, fazia capina, quebra de cacau, enchia tina de cacau. Juntei com um moçambicano e eu pari. Ele foi repatriado para terra dele e eu tomei outro homem, pari outros filho.

Quando apanhei uma pancada no pé, gente pôs-mu a trabalhar no terrêro a varrer, capiná... Eu trabalhê nisso até independência.

Depôs de independência coisa melhorou porque salário ficou melhor, mas roubo aumentô demais.

Quando Estado distribuiu terra eu não recebi lote porque gente disse que eu já não tinha idade para receber lote. Ficou abandonada, sem nada, segurança social não chegou aqui e coisa que vizinho dá eu recebo, coisa que madre de igreja dá eu recebo, coisa que filho e neto dá eu também recebo, até um dia..."

No seu depoimento, Bordana fez referência à alguns momentos coloniais que viveu e as dificuldades do tempo pós-colonial, tal como se segue:

Ttrabalhei em casa de patrão. Fazia limpeza, engomava, tomava conta de criança".

Depôs de 1975 trabalho continuou assim mesmo. Patrão foi embora, nós continuou a receber salário. Muitas mulher veio de cidade pá trabalhá aqui. Salário subiu pá 89 Dobra.

Roça começô a cair quando Trovoadá entrou e começou essas coisa de lote. Distribuição de lote começou no Monte Café em 1991-1992. Problema é que homem e mulher recebeu lote igual (1.5 he). Começou a plantá banana, matabala... Lote que gente recebeu, não terreno era bom, outros encapoeirado, outros tinha pedra, pedra. Havia lote bem trabalhado.

Reforma, toda gente não tem. Quem recebe, recebe 600 Dobra/mês. Muitas mulher não conseguiu reforma. Problema era documento que faltava, problema de nome errado e outro que não estava na lista..."

Do que fica exposto e em jeito de síntese pode dizer-se que, no que concerne à participação das mulheres, em obediência a uma construção social bastante rígida e demarcada por uma divisão sexual de trabalho, no mundo roceiro, as mulheres que estudámos estavam sujeitas a lugares de completa subalternização económica e social.

Importa sublinhar que muitas das questões apresentadas pelas nossas entrevistadas sobre a economia das roças coincidem com muitos dos pontos apresentados pelas mulheres servis que Brasão (2012) também entrevistou para o seu trabalho de pesquisa. Segundo ela, esses elementos femininos do trabalho doméstico ficam à margem da economia e, o seu trabalho,

por oposição ao dos homens, não adiciona nada ao crescimento económico tal como podemos ver na literatura historiográfica. A autora acrescenta que para os androcêntricos “os empregos que não envolvem o exercício de dominação e, em especial, aqueles que implicam submissão ou subserviência, são pouco dignos de mérito, ignóbeis e depreciados”(Brasão, 2012:33). Estamos mais uma vez perante uma ausência das mulheres, apesar dos depoimentos tão claros sobre a sua prestação activa nos trabalhos, tal como se exprimiram as nossas entrevistadas. Assiste-se sobretudo a uma ausência da discussão e valorização do trabalho feminino. A obra da autora é o resultado de uma investigação situada no interface da sociologia e da antropologia históricas, amadurecida a partir de questionamentos anteriores sobre as representações oficiais em torno das criadas no período do Estado Novo, reflexões que a autora sistematizou em *Dons e Disciplinas do Corpo* (1999). A conjuntura e os pontos de semelhança relativos à situação das mulheres estudadas por Brasão constituíram-se na base de um quase diálogo sobre a situação das diferentes mulheres e do mundo em análise.

Perante as representações oficiais, os retratos ficcionados da criação literária e a quase ausência do tema na produção historiográfica, importa recorrer a instrumentos teóricos e metodológicos que nos permitam edificar uma interpretação estrutural sobre, no caso estudado por Brasão, as criadas de servir entre as décadas de 1930/40 e 1970, e no nosso, as serviços das roças mais ou menos em igual período.

Num exercício de decomposição das representações sociais que conformam o nosso olhar sobre esta realidade, é justo interpelar as esferas do público, do privado e do quotidiano que, como sublinha Brasão, não têm elegido como objeto de estudo o serviço doméstico do passado recente português (onde incluímos o passado colonial).

Tomámos o trabalho desta autora como referência, essencialmente para fins comparativos, o que nos auxiliou a desocultar e reinterpretar a sociedade da época, à luz daquilo a que Brasão chama os «processos de subalternidade» (Brasão 2012: 10).

Segundo a nossa leitura, o contributo mais inovador do trabalho da referida autora resulta da busca de momentos de construção e de desagregação dos paradigmas do serviço doméstico em Portugal a partir da interpretação das representações do grau de observância da obediência, elemento que nos permitimos recuperar na análise do comportamento, mas

sobretudo das serviçais das roças santomenses, cuja existência, como acontecia com as criadas de servir em Lisboa, seria igualmente invisibilizada através do silenciamento do corpo e da personalidade, favorecendo, no nosso caso, o mundo hermético das roças.

As criadas e lavadeiras (solteiras ou amantizadas), “que se embrenhavam nas tarefas da casa grande, tornavam-se muitas vezes concubinas do Patrão, mulheres a quem era exigido segredo para não sofrerem represálias”. Assim, para além de filhos legítimos apareciam em casa os ilegítimos como *afilhados* que o pai podia trazer para criar com os legítimos (Caldeira,1999:141).

PARTE III – Síntese conclusiva

Na parte III, consagrada à questão da mulher roceira no contexto laboral, organizacional e produtivo das roças, concluímos que, os serviçais, em geral, e a mulher neste caso, essencialmente, oriundas das ex-colónias portuguesas em África, trabalhavam num regime forçado, hermético e fortemente controlado pelas autoridades roceiras numa lógica completamente centrípeta. Recorremos a vários actores tais como Cahen, Redin, Nascimento, e estes confluem de que a legislação portuguesa do período colonial suportou o trabalho compulsivo face à necessidade de um grande contingente de trabalhadores.

A gestão cultural e as diferenças étnicas revelavam-se de muito difícil resolução. Na verdade, um dos maiores conflitos e rixas entre cabo-verdianos e moçambicanos, *angolas* e cabo-verdianos, serviçais e europeus e vice-versa, era pela posse de mulheres. Assim, o quotidiano das serviçais era, marcado pela violência, acidentes no trabalho, tentativas de violação, ferimentos, queimaduras, doenças endémicas, gravidez e o parto. Demos conta de diferenças salariais significativas, consideradas por alguns autores, de estrutural com carácter generalizado. Do ponto de vista político, a serviçal vivia o contexto de uma sociedade fascista e colonial sob regime em que o patrão representava o poder e a força dominante e a mulher serviçal a dominada. Apesar da escravatura e o trabalho forçado terem sido abolidos desde 1875, as roças assemelhavam-se a propriedades feudais em que o patrão se comportava como

senhor feudal e reservava à serviçal a condição de serva. Esta, sujeitava-se, normalmente, a 10 horas de trabalho, podendo se estender um pouco mais, dependendo da época da colheita e do regime de cada propriedade. Do ponto de vista económico, a serviçal, deixava-se contratar para ir em busca de sustento para a sua extensa família. Entretanto, no solo ilhéu, continuava a viver a penúria económica e social e uma condição de vida e de trabalho deplorável. Socialmente, como os demais serviçais, era considerada cidadã de segunda, sem faculdade para gerir a sua própria vida, sendo-lhe, por isso, atribuído um curador. Entretanto, na estufa ou nos secadores estas mulheres eram elementos indispensáveis no controlo da qualidade do cacau que deveria ser ensacado para a exportação. Isto prova que o seu contributo era imprescindível ao sucesso e à estabilidade produtiva e social das propriedades agrícolas em S. Tomé e Príncipe, muito embora, a sua actuação tenha sido marcada por invisibilidade em todas as formas de análise económica desse tipo de trabalho.

PARTE IV -A independência de S. Tomé e Príncipe: o período revolucionário e as reformas

Nota introdutória

“A independência de S. Tomé e Príncipe, a 12 de Julho de 1975, provocou profundas transformações no quadro sociológico do arquipélago que se repercutiram na sua estrutura social ...” (Romana, 1997, 224)

Iniciar esta nota introdutória citando Romana, (1997,224) é uma enorme responsabilidade. Tratou-se, porém, de uma inevitabilidade, porque nas subtilezas destas sábias palavras, encontramos pistas tão reveladoras quão orientadoras do que devemos tratar nesta quarta parte da nossa dissertação, que decidimos intitular “A Independência de S. Tomé e Príncipe: o período revolucionário e as reformas”,

Dois (2) capítulos integram esta parte do nosso estudo, sendo o primeiro especificamente, o “Da ruptura com o sistema colonial”, ao trilhar de novos caminhos” no âmbito do qual aludimos à problemática da primeira reforma agrária e o segundo, “De serviçais à funcionárias rurais”. Neste último, referimo-nos à interação da mulher com a roça, aludindo às suas actividades laborais, ao salário auferido, aos primeiros projectos rurais de carácter feminino, à presença de ONGs e outras organizações no apoio aos referidos projetos, ao envolvimento do cidadão, ao apoio alimentar e à problemática do empoderamento da mulher. Abordámos, para além disso, a outras reformas socioeconómicas do período em análise, à eminência de colapso do sistema agrícola santomense e finalmente, ao Programa de Ajustamento Estrutural “PAE”.

Pretendemos com esta parte do trabalho compreender, os contornos políticos, económicos e sociais que permitiram alterar o estatuto de mulher serviçal para o de funcionária rural/trabalhadora agrícola no período pós-colonial e identificar as principais actividades a elas adstritas com a mudança de paradigma de modo a saber em que medida teriam de contribuir para a estabilidade produtiva das roças no período de transição para empresas agrícolas. Esperamos poder com esta abordagem aprofundar igualmente, o conhecimento sobre a participação da mulher na exploração roceira no horizonte temporal em análise, de modo a desvendar muito do que é ainda inédito sobre o verdadeiro papel desta franja populacional na

economia agrícola das Ilhas, e contribuir para o enriquecimento da história económica de S. Tomé e Príncipe.

Capítulo 1. Da ruptura com o sistema colonial ao trilhar de novos caminhos

1.1. A independência nacional, a primeira reforma agrária e os novos rumos

A ruptura com o sistema colonial e a tentativa de introdução dos novos rumos sonhados nos programas independentistas facultam-nos conhecer as reformas políticas e sociais, mas fundamentalmente, as económicas, das quais a mais importante, foi com certeza, a 1ª reforma agrária aplicada após as nacionalizações das roças em Setembro de 1975.

As mulheres, foram, a partir dessa etapa as novas participantes activas do desenvolvimento socioeconómico das ilhas, de acordo com as emanações do Partido MLSTP, que achou pertinente romper com o *status quo* anterior que as cerceava de um envolvimento mais activo. Nessa senda, a aposta foi feita na alfabetização da mulher rural, na sua transição de serviçais para funcionárias do Estado, assim como o reforço desse grupo com as desempregadas, mães solteiras com poucos meios financeiros, que encontraram na roça (após as nacionalizações) a primeira forma de ganhar um salário e de se sentirem dignificadas e menos dependentes de companheiros, bastante ausentes do lar e da sua manutenção financeira.

Desse modo, foram montados e executados os primeiros projectos rurais a favor das mulheres no sentido do seu empoderamento económico e social. O país abalado pelos efeitos de uma crise económica que a partir dos anos 80 começa com um período prolongado de seca que afectou o abastecimento alimentar regular às populações, das planificações estatais que se revelaram ineficazes por falta de interligações sectoriais e capacidade de execução, conheceu mais um momento dramático da sua história com a entrada em cena do FMI e Banco Mundial.

Com efeito, apesar das novas orientações governamentais que implicavam o envolvimento do cidadão), a inexperiência nas lides de gestão, a falta de quadros técnicos, a incapacidade negocial com parceiros externos levou a que muitos projectos morressem praticamente à nascença.

1.2.A primeira reforma agrária e novos tempos:

A estrutura económica e social de S. Tomé e Príncipe no limiar da independência era um exemplo típico de economia extrovertida baseada na exploração colonial, como é muito bem demonstrado na pesquisa de Armando Castro:

“... mais de 99% dos produtos ricos - cacau, café, oleaginosas - pertencem à empresas agrupadas em companhias, “ sendo que as primeiras quatro controlavam cerca de 30% da produção dos produtos coloniais..., enquanto [que] os originários, quer dizer mais de 31000 pessoas dispunham do restante, ou seja, 1%”. (Castro, 1980:232)

O quadro económico era deveras desolador nas vésperas da independência:

- Sob ponto de vista externo, uma balança de pagamentos que indicava uma entrada nula de capitais para as plantações;
- Pouco investimento interno nos transportes inter-ilhas para o transporte de produtos, bem como para aquisição de maquinarias agrícolas;
- Dependência económica aguda em relação à Portugal, o que revelava que a actividade produtiva era limitada á simples colheitas dos produtos agrícolas ricos;
- Importação de produtos manufacturados e de quase todos os produtos alimentares destinados ao consumo.
- Baixo rendimento familiar de possuidores de glebas;
- Deficiente organização financeira com fraco incentivo à formação de poupanças e investimentos;
- Formas de colocação das poupanças e de orientação dos investimentos sem reflexos válidos na capacidade produtiva.

Após uma transição que indiciava mudanças profundas de propriedade e do cometimento de alguns actos excessivos contra os roceiros, em nossa opinião, pouco significativos relativamente às suas eventuais consequências, a independência das ilhas em 12 de Julho de 1975 vai ocorrer num momento deveras conturbado para a agricultura com o abandono das roças por parte dos europeus em direcção à Portugal, deixando atrás de si um caos total com a consequente desarticulação interna e externa do sistema económico. Segundo Espírito Santo, 2009:59, na altura, “... os portugueses eram os únicos que tinham competências e capacidade

de organização e gestão de actividades agrícolas das grandes plantações. E os cabo-verdianos constituíam a mão-de-obra essencial e muito experiente para o seu desenvolvimento. A saída de uns e outros deixou o país privado de todo o seu *know how*. Os lugares deixados vagos foram imediatamente preenchidos por pessoas sem experiência, nem conhecimentos técnicos de cultivo de cacau. Isto combinado com a má gestão e o desmando, agravados por uma flutuação dos preços internacionais do cacau na maioria das vezes desfavorável, arruinou muito rapidamente a economia agrícola”.

O espírito de solidariedade e cooperação sempre presente no relacionamento entre os Movimentos de Libertação dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa permitiu alguma semelhança dos seus projectos, quer políticos, quer económicos. É assim que ao analisarmos os programas e projectos económicos desses movimentos de libertação que conduziram tais países à independência constatamos muitas afinidades no que concerne às reformas agrárias, que de um ou de outro modo vieram a significar a nacionalização das propriedades agrícolas o que constituiu, dentre outros, motivos e incentivos suficientes de luta para a conquista da soberania política.

Perante o ambiente de guerra fria, da crise mundial do petróleo, cuja correlação de forças se dividia entre o capitalismo e o socialismo, paralelamente ao apoio e simpatia que as lutas de independência e os movimentos de libertação suscitaram no seio dos países socialistas, a opção far-se-ia numa lógica socializante, baseada num discurso popular radical que dava por terminada “ a exploração do homem pelo homem” e, por isso, legitimado pelas populações, sedentas de uma governação dos seus compatriotas nacionalistas, que do seu ponto de vista deveria ser, certamente, mais justa. É assim que o MLSTP (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe, partido político que conduziu o país da luta de libertação à independência) no ponto três do seu Programa Máximo (História das ilhas de STP:1974:121), estabeleceu algumas prioridades para a reconstrução económica, que sucintamente fazemos alusão nos seguintes termos:

- Destruição da estrutura económica colonial e abolição dos privilégios incompatíveis com a necessidade de desenvolvimento da economia nacional.

- Reforma agrária com vista a estabelecer uma melhor distribuição de terras segundo as necessidades do desenvolvimento nacional;
- Liquidação progressiva da monocultura pela diversificação da cultura agrícola e mecanização progressiva do trabalho do campo.

A independência alcançada em 12 de Julho de 1975 marcou o início do ponto de vista político da introdução de um sistema político-governativo de partido único, que adoptou o modelo de economia centralizada e planificada (Espírito Santo, 2012). Romana, 1996:70, esclarece, no entanto, que “...o MLSTP nunca proclamou oficialmente a sua adesão ao socialismo soviético, mas o movimento foi significativamente influenciado pela ideologia e praxis marxista...” Tratando-se de Partido-estado, o MLSTP tinha o controlo político, económico, social, cultural, executivo, judicial e legislativo do país.

Não obstante as constatações feitas sobre os problemas estruturais da monocultura do cacau, o Estado santomense vai assentar as suas bases económicas na prossecução dessa política de exportação na mais profunda incerteza, pois que o problema consistia antes em não perder de vista as estruturas sócio - económicas do seu próprio país na elaboração das suas próprias teorias e em elaborá-las para que pudessem ter influência essas mesmas estruturas. E nesse aspecto, as dificuldades eram reais (Benôt, 1981:18). Tratava-se de um modo seguro e tradicional de entrada de receitas no país, não obstante como adiante veremos, os grandes investimentos feitos na diversificação dos produtos agro-pecuários nos primeiros anos da independência.

A 30 de Setembro de 1975 procedeu-se, num comício, às nacionalizações das roças⁵ coloniais, dando-se início a: “...uma reforma agrária que visava objectivos que iriam modificar profundamente a política agrícola do país com uma nova distribuição de terras e uma melhor organização da exploração agrícola e de relações humanas, constituindo um novo estímulo para o aumento da produtividade do trabalho e, por consequência, o aumento da produção” (Costa, 1975: 135- 136).

A reforma agrária estaria assim, precedida pelas nacionalizações das roças e sua transformação em propriedades do Estado, condição *sine qua non* para a conquista da soberania política económica, conforme a seguinte argumentação do MLSTP:

“ Com efeito, os grandes latifúndios surgiram como consequência da apropriação do saque das melhores terras onde foi imposta a monocultura do cacau que serviu de base ao estabelecimento de um regime económico que, por um lado, impossibilitou o desenvolvimento das nossas potencialidades e o controlo das nossas riquezas nacionais e, por outro lado, tentou impedir a todo o custo a formação de uma consciência nacional (...) O MLSTP desde há muito tempo que contestou a legitimidade do sistema jurídico de propriedade da terra resultante da prática do regime colonial que concedeu mais de 2/3 do solo cultivado a um punhado de exploradores que se constituíram em sociedades, companhias agrícolas, abrangendo uma superfície de 98mil hectares”(Decreto-Lei nº24/75 de 30/09/1975).

Ao abrigo deste Decreto-Lei nº 24/75 foram nacionalizadas 23 roças e transformadas em empresas agrícolas estatais: Sociedade Agrícola Vale Flor, Lda, Companhia. Agrícola Ultramarina, Sociedade Agrícola Terras de Monte Café, Companhia Ilha do Príncipe, Companhia Agrícola porto Real e Bela Vista, Roça Porto Alegre, Companhia Agrícola das Neves, Colónia Açoreana, Lda, Sociedade Agrícola das Roças Plateau e Milagrosa, Roças Praia das Conchas e Plancas, Roça Boa Entrada, Lda, Roça Angra Toldo, Sociedade Agrícola Ribeira Funda, Sociedade de Agricultura de S. Tomé e Príncipe, Roça Santarém Catanhede, Roça Vigoço, Roças Granja e Soledad, Roça Vila Moura, Roça Diogo Nunes e Laranjeiras, Roça Ilhéu das Rolas, Roças Pedroma e Ribeira Palma e Roça Paciência. Com esse acto, o Estado passou a ser o proprietário de 92% das terras santomenses.

Grande parte das plantações do cacauzal (cerca de 95%, o equivalente a 23.600 ha) passou a concentrar-se nas empresas estatais agrárias, ficando a parte restante nas mãos dos agricultores nacionais do sector privado, tal como no período colonial (Espírito Santo, 2008, Eyzaguirre, 1986).

Ilustração 9: Período Revolucionário: Jovens deslocando-se às roças para o trabalho cívico



Fonte: AHSTP

Todos saltaram e vibraram perante esse novo cenário de que “as roças se tornaram do povo” mediante um discurso político, quanto a nós, na altura, convincente e motivador relativamente ao futuro, se se tiver em conta os poucos instrumentos de gestão e de escolha de cenários. Era bem visível nos discursos o pressuposto segundo o qual a reforma agrária teria como um dos grandes objectivos a absorção da mão-de-obra desaproveitada, sinal da propósita actuação do novo regime que, ao contrário do colonial, queria demonstrar uma diferente atitude face à situação do emprego e subsistência das famílias.

Após as grandes nacionalizações foi criada, por Despacho publicado no D.R. nº 30, de 16 de Outubro de 1975, uma Comissão encarregue dos urgentes problemas financeiros com que debatiam as empresas agrícolas nacionalizadas. Com a criação, através do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária e da Direcção de Comercialização dos Produtos Agrícolas e de Apoio à Produção pelo Decreto nº4/75 a supracitada Comissão deixou de existir, colocando sob a alçada do referido Ministério a promoção do desenvolvimento da produção agrícola e pecuária. Foram também criados, para além desses outros serviços, com o objetivo de responderem melhor à reforma em execução: Direcção dos Serviços Agrícolas, Silvícolas e

Pecuário, Serviço de Ensino Agrícola e de Promoção Rural (em substituição da antiga Escola Barão de Água Izé), Secção de Coordenação e Informação, entre outros.

Uma das mais importantes unidades de gestão, criada como complemento do supracitado Despacho, foi a Comissão Administrativa Provisória (CAP) que tinha como principal objectivo tomar decisões importantes necessárias à actividade de exploração, no quadro das orientações definidas conjuntamente com o Ministério da Agricultura no que diz respeito à aplicação da política da reforma agrária, elaboração do plano de desenvolvimento da exploração, comercialização de produtos, estabelecimento de regulamentos em matéria de organização do trabalho, definição de tarefas e responsabilidades, admissão e transferência do pessoal da exploração e fiscalização para efeitos de uma remuneração justa a todos quanto labutem na exploração (D.R./Diário da República. nº21 de 10/05/1976).

No nosso ponto de vista, foi um dos instrumentos transitórios mais importantes para a aplicação da Reforma Agrária, tão atabalhados estavam as roças e os trabalhadores com o novo momento político. À frente dessas CAPs foram colocados os poucos engenheiros agrónomos e regentes agrícolas recém-formados em Portugal e em Cuba entre 1975 e inícios de 80, com conhecimento técnico, mas pouco conhecedores da realidade sociológica e cultural do país.

Segundo Espírito Santo, 2008:33, no total havia 45 empresas agrícolas no período colonial nas mãos do sector privado da economia, que constituíram a base da produção agrícola de exportação. Elas passaram, agora, a ser geridas pelo Estado são-tomense e ficaram organizadas em 15 unidades de produção como se pode compreender a partir da leitura do quadro sobre o redimensionamento das grandes antigas grandes roças:

Tabela 29: As grandes empresas estatais agrícolas

Roças	Área em 1982 (ha)		Área em 1990 (ha)		Área em 1994 (ha)	
	Total	Cultivada	Total	Cultivada	Total	Cultivada
Santa Catarina	Nd	1959	7106	2027	6754	2027
Diogo Vaz	Nd	1508	4048	1905	3725	1582
Ponta Figo	Nd	2369	3779	2485	3347	2053
Agostinho Neto a)	Nd	3736	6024	3894	5920	3440
Bela Vista	Nd	3205	2157	2157	2097	2097
Santa Margarida	Nd	2350	1838	1836	1836	1836
Monte Café	Nd	1783	4229	1803	3621	1653
Milagrosa	Nd	1664	1421	1421	538	538
Uba Budo	Nd	3391	2906	2212	2817	1973
Água Izé	Nd	3655	4684	4568	3649	3546
Colónia Açoriana	Nd	1850	2407	1773	1628	1194
Ribeira Peixe	Nd	3224	1968	1740	1968	1740
Porto Alegre	Nd	1526	10.216	2172	10.216	2102
Sundy (Príncipe)	Nd	1909	3963	1977	3381	1379
Porto Real (Príncipe)	Nd	2897	8625	2974	7984	1799
Total	Nd	37.026	65.368	34.943	60.097	28.958

Fonte: Espírito Santo (2008:33)

Grande parte das plantações do cacauzal (cerca de 95%, o equivalente a 23600 há) passou a concentrar-se nas Empresas Estatais Agrárias (EEA), ficando a parte restante tal como no período colonial, nas mãos dos agricultores nacionais do sector privado, tal como no período colonial.

Como se asseguraria, a partir daí a continuidade da mão-de-obra expatriada, sujeita à mudança dos hábitos que lhes foram impostos pelos antigos patrões e pelas características herméticas do trabalho roceiro? Constava dos regulamentos de trabalho até 1962 a obrigatoriedade dos patrões fornecerem ração alimentar e indumentária, situação confirmada pelos nossos entrevistados nas histórias de vida. Com a independência e as nacionalizações tornou-se impossível o cumprimento dessas antigas cláusulas. Assim, pelo Despacho do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, publicado no DR nº 27 de 21 de Junho de 1976, tentou-se resolver a questão da alimentação dos trabalhadores nos seguintes termos:

“Constituindo verdadeiros centros populacionais, as Empresas Agrícolas Colectivas sofrem da falta de uma estrutura adequada para o fornecimento de géneros de primeira necessidade. De facto, antes da nacionalização, as cantinas das roças eram privadas ou estavam ligadas à administração das mesmas...Tendo sido declaradas de utilidade pública após a nacionalização das roças coloniais essas cantinas não têm podido corresponder às solicitações dos trabalhadores, ora por escassez de género, ora por falta de uma gestão apropriada...Nestes termos, é criado um organismo de abastecimento denominada “ Organização dos armazéns do Produtor agrícola”, sem fins lucrativos que funcionaria junto da Direcção de Comercialização dos Produtos agrícolas e de apoio á produção com autonomia administrativa e financeira”(DR nº 27 de 21 de Junho de 1976).

De facto, nessa altura, havia sérias carências de abastecimento em STP, com a interrupção de fornecimento de produtos de primeira necessidade, entre outros, que se iria agravar na década de 80 com “bichas”(filas) intermináveis em frente das lojas de produtos comestíveis. Tal armazém mencionado na citação anterior, ficaria encarregue de tomar providências para assegurar o abastecimento e fiscalização de produtos alimentares de consumo destinados às antigas roças. Ainda assim, o trabalho estava sujeito a percalços por se tratar de uma situação conjuntural.

A fama da roça não era das melhores e a abertura de oportunidade para o seu conhecimento revelava uma dureza extrema. Porém, a maior parte dos novos trabalhadores que passaram a prestar serviço no sector agrícola não iam munidos nem de espírito de produtividade nem de qualquer interesse pela prosperidade das mesmas. Se por um lado, tratou-se de um dos melhores meios para a afirmação e instalação do Partido Único - que implantou os seus comités, cujos responsáveis ocupavam lugar de destaque na gestão económica da empresa, concedeu o primeiro emprego à muitas mulheres que sentiram nessa ocupação uma também 1ª forma de afirmação e emancipação económica.

Ilustração 10: O período Revolucionário: dirigentes políticos no trabalho cívico.

Na foto: Alda Espírito Santo, recolhendo café, 1978



Fonte: AHSTP

A “mobilidade horizontal” propalada nesse mesmo discurso político entre os diferentes grupos sociais que habitavam nas roças sob obrigação contratual indígena (moçambicanos, angolanos e cabo-verdianos) foi, no nosso entender, muito positiva porque antes da independência era notável a clivagem existente entre os nativos e a supracitada população. Se há algo de bom que podemos mencionar como ponto excepcionalmente positivo, é o facto de não podermos ignorar essa nova conjuntura que pôs a sociedade santomense “mais linear” com a introdução de cursos de alfabetização, massificação de ensino e possibilidades para outras saídas profissionais nas empresas agrícolas e nos centros urbanos.

Mas essa horizontalidade, a nosso ver, deveria constituir um pressuposto automático para a mudança estrutural das roças, cuja prosperidade deveria depender de uma nova atitude perante o trabalho e da criação de mecanismos eficientes de gestão e de controlo patrimoniais visando uma maior produtividade. Ocorre, porém, que a maior parte dos responsáveis das novas empresas agrícolas que substituíram nominalmente as antigas roças (director, capataz, tesoureiro e chefe do armazém do aprovisionamento ou das cantinas, entre outros) era militante do Partido no poder, embora tratassem, em alguns casos, de engenheiros agrónomos, regentes agrícolas, em alguns casos. Até 1979 só havia no terreno um único engenheiro agrónomo com larga experiência e meia dúzia de regentes agrícolas. Não obstante a preparação técnica dos regentes agrícolas, estes tinham o entrave de não saber lidar com as contradições sociais das roças.

Estes representantes e/ou membros do Partido-Estado, então no poder, nem sempre eram dignos da função que exerciam pois não tinham o perfil desejado e com a sua atitude contribuíam para a falência das empresas (queda do nível de produção) de tal modo, que mesmo a nível interno, foram alvo de severas críticas: “... isso se reflecte concretamente na desobediência das directrizes emanadas pelo superior hierárquico, no quadro do exercício das suas funções de dirigentes...” (Relatório do Bureau Político, 1978:33).

Em 1981-1982, a seca afectou seriamente o sector agrícola tendo sido o maior factor endógeno da crise que assolou naquele período a economia nacional. Com uma exportação cada vez mais decadente, uma população cada vez mais crescente e a impossibilidade de incrementar o consumo interno através de aumento da produção e ou de rendimentos devido ao défice crónico da balança de transacções correntes, o Estado santomense solicita ajuda alimentar externa do PAM que passou a fornecer aos trabalhadores produtos como o óleo alimentar, a farinha de milho, o peixe e a carne que, quanto a nós, revela bem o falhanço das políticas de diversificação da economia e da necessidade de reorientação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Espírito Santo, 2008:39 ainda menciona o facto segundo o qual a produção do cacau baixou, no referido período, de 7.9 milhares de toneladas para somente 5.5 em 1977. Atinge uma produção de 7.0 milhares de toneladas em 1980 4.0 em 1984. A recuperação da sua produção em 1980 ficou a dever-se à implementação de um programa de reabilitação de 3 anos no valor de \$18.4 de USD, financiado por pelo Fundo Árabe para o Desenvolvimento da África (BADEA), de acordo com Seibert, 1999:139.

Em 1985 eram catastróficos os resultados das nacionalizações. Propunha-se renovar os cacauzais, uma solução adotada sem se equacionar as matrizes ambientais, tecnológicas e de mão-de-obra disponível, dando-se início a uma ténue política de privatização, para a qual foram convidadas companhias estrangeiras através do estabelecimento de contratos de gestão de 15-20 anos. É assim que empresas francesas e portuguesas entraram “em cena” para a gestão de Uba Budo, Santa Margarida, Bela Vista e Água Izé enquanto a empresa Agostinho Neto (antiga Rio do Ouro) e Diogo Vaz passaram a ter como gestores comissões administrativas formadas por agricultores nacionais com experiência na matéria.

Outro factor que influenciou pela negativa a produção das empresas foi, sem dúvida a questão salarial. Acontece que ainda no período de transição (1974) os salários diários da agricultura subiram de 28\$00 para 80\$00; em 1989 chegaram aos níveis de 89\$00, não tendo sido actualizados durante muitos anos. Entre 1979 a 1986 o salário mínimo na agricultura estacionou em 2670 Dbs (60.5 USD), pagos nessa altura com bastante atraso (Eyzaguire, 1993, Espírito Santo, 2008).

Este último autor considera que este tenha, certamente, sido o motivo que levou muitos trabalhadores e suas famílias a abandonarem as roças rumo aos centros urbanos. Para além disso, já não havia cantinas para suportar a sua alimentação e vestuário, tendo deixado, para além disso, de ser fornecidos os cuidados de saúde, incluindo primários, curativos e farmacêuticos. De acordo com o The World Bank (citado por Espírito Santo, 2008:39), entre 1979 e 1984, em S. Tomé e Príncipe, o número de efectivos das grandes plantações agrícolas baixou de 14 500 para menos de 11 000 trabalhadores.

Face à degradação da economia, em 1987 começa a ser aplicado o Programa de Ajustamento Estrutural também com as medidas neo-liberais também na área da agricultura, impondo ao sector políticas de que em tempo útil falaremos no decorrer do presente trabalho.

Capítulo 2. De serviçais à funcionárias rurais

2.1. Mulheres na ruptura com o passado colonial

“O combate pela emancipação da mulher exige uma clarificação dos nossos ideais. Se é certo que a promoção económica da mulher contribui para a sua promoção, há todavia toda uma atitude interior a uma acção exigível a vários níveis, que é preciso dinamizar para que possamos falar da mulher emancipada”. Jornal Revolução, de 5 /09/75, p.5

No imaginário das antigas serviçais, deixar de ter um patrão déspota e passar a trabalhar para o Estado era ganhar o estatuto de “funcionária pública”, patamar intransponível no tempo colonial, embora saibamos que funcionários são aqueles que lidam com a administração

pública. Assim, o termo “funcionárias rurais” é por nós adotado nesse estudo no intuito de as homenagear, tendo em conta a vitória que alcançaram ao ser posto fim à sua condição servil.

A independência e a nacionalização das roças a 30 de Setembro de 1975 abrem as portas para as mulheres se realizarem, usufruindo de salário e do estatuto de pleno direito como funcionárias rurais/trabalhadoras agrícolas).

2.2.Mulheres: actividade e re remuneração nas roças pós-coloniais

A Constituição da República Democrática de STP publicada no Diário da República de 15 de Dezembro de 1975 já garantia direitos para ambos sexos, demarcando-se da sociedade do tempo colonial, ao fazer menção no Cap. II, artº 9º, ponto 1, que: “todos os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de origem social, raça, sexo ou tendências políticas, religiosas ou filosóficas”. Deixa ainda expresso no ponto 2 que, “ Na RDSTP a mulher é igual ao homem em direitos e deveres. Assim, todas as medidas serão tomadas para assegurar a sua participação efectiva nas tarefas de reconstrução nacional”.

Estes princípios assumidos desde o início pelo novo Estado de base socialista foram fundamentais para a mudança de paradigma que a mulher viveu no tempo colonial. O próprio Partido Único no poder e o seu governo criaram a OMSTEP (Organização da Mulher de STP), a fim de mobilizar massivamente as mulheres para os grandes desafios nacionais. Eram propagandeados exemplos femininos de sucesso na luta de Libertação Nacional de países africanos de expressão portuguesa e outros, tais como: Deolinda Rodrigues(Angola), Josina Machel e Filomena Licune (Moçambique), Ana Maria Cabral(Guiné-Bissau), Celia Manduley e Vilma Espin (Cuba). Partindo desses pressupostos, o governo fez o tratamento dessa questão como um caminho aberto para a emancipação da mulher, tanto é que se estava em 1975, Ano Internacional da Mulher, proclamado pelas Nações Unidas na célebre Conferência Internacional do México por nós já referida. Várias autoras feministas da época eram exaltadas e também serviram de inspiração para a mudança do *status quo*: Simone Beauvoir, Alexandra Collontai, Ângela Davis. Perante essa avalanche, os homens (maridos) ficavam constrangidos ao verem perder seu poder androcêntrico e se sentirem desafiados pelas suas mulheres, tendo-se registado, a propósito, alguns casos de violência física e até divórcios.

Assim, a emancipação da mulher alimentou o discurso político da época. No caderno de propaganda do MLSTP “ Forma-te e Forma o teu camarada” podia ler-se a dado passo:“ a libertação da mulher é uma necessidade fundamental na revolução. A liberdade da mulher é uma necessidade fundamental da revolução para garantir a sua continuidade e triunfo” (Caderno n 2, 1975).

A mulher desempregada, humilhada buscava a todo o custo formas de mudar de vida. É assim que, nestes termos, colocamos a seguir uma canção emblemática de um conjunto musical muito popular das ilhas (*o Sangazuza*) nesse período de euforia revolucionária em que as mulheres procuravam um espaço público de participação no desenvolvimento socioeconómico de STP nas antigas roças coloniais. A mesma está em crioulo fôro com tradução em português, como se segue:

Refrão de 1975 do Conjunto musical Sangazuza em crioulo fôro	Tradução em Português
“Séla n`bé pan bá dansa, hóme mufinu pô tá dê. Stluvissu sá matu, ngá tlabá, fôssa sá pêtú n`gá n`guetá!”	Sairei para dançar de qualquer jeito/, quer vá ou não, o desgraçado do meu marido. Não falta serviço no mato, eu trabalho/ bastam-me forças no peito, eu aguento.

O extracto dessa música é a expressão popular mais alta da época que revela como é que as mulheres se sentiram valorizadas com a ruptura colonial. A nacionalização das roças a 30 de Setembro de 1975 constituiu uma abertura de portas para as mulheres dada a oportunidade que surgiu para a sua empregabilidade nas empresas agrícolas nacionalizadas, onde as ex-serviçais receberam o estatuto de pleno direito como funcionárias rurais (trabalhadoras agrícolas). O seu grupo foi reforçado por diferentes mulheres cidadinas e outras que reforçaram o contingente feminino das antigas roças, entrosando-se por via do trabalho roceiro (que não dominavam), como suas parceiras da jornada laboral. Com elas aprenderam a colher o cacau, a transportá-lo em cestos pelas ribanceiras, cavaletes, terrenos irregulares e enlameados por causa das chuvas equatoriais, a proceder e a dominar as técnicas de sua quebra e preparação para a seca nos secadores. Também capinavam as bermas dos caminhos principais e secundários que davam acesso aos locais de produção cacauzeira, de copra e de café, assim como trabalhavam arduamente no terreiro, seguindo a mesma rotina colonial, sob orientação dos trabalhadores expatriados que possuíam a mestria do referido trabalho,

colocando de lado os velhos complexos de superioridade no relacionamento com os mesmos. Essa simbiose com a roça resultou num movimento migratório sui generis da cidade para o campo com várias pessoas, incluindo mulheres a mudarem seus locais de residência para a roça e a fazer desta novo lar. Por via disso, tornou-se recorrente mulheres forras com baixo recurso se juntarem nas antigas roças a homens cabo-verdianos e tongas (descendentes de antigos serviçais) para formarem novas famílias e aprenderem com eles a mestria do trabalho da terra (informação dada por Américo Ceita 20/07/2017 na Roça Monte Café), aumentando os rendimentos familiares com produtos locais.

Tornou-se habitual e rotineiro nesse período (entre 1975-1980) assistir-se à movimentação de camiões e tratores de diversas roças a transportarem a partir das cinco da manhã trabalhadores e trabalhadoras de várias localidades da cidade de São Tomé, bem como de outras localidades a fim de serem conduzidos para a jornada laboral nas antigas roças, munidos de farnel e roupa de trabalho apropriados para o campo, muitas vezes, debaixo das chuvas tropicais.

Uma das maiores conquistas da época foi de facto a tentativa , após a independência, de ajuste salarial entre homens e mulheres, veementemente defendido pelo Partido-Único, no sentido de que às mulheres fosse reservado o pleno direito de superar a dupla exploração de que foram vítimas no tempo colonial: por um lado, as próprias agruras do colonialismo, por outro, as inúmeras restrições da tradição cultural que as manietava, deixando-as num lugar de profunda subalternidade social. Ainda assim, esses salários continuaram mais baixos para as mulheres relativamente aos homens, situação que prevaleceu até aos finais dos anos oitenta. Porém, em tarefas ajustadas e pontuais, havia mulheres que tinham agilidade e eficiência masculinas no trabalho, o que dava azo ao pagamento pontual de salário igual, conforme depoimento de algumas das nossas entrevistadas.

Os salários eram pagos no início da independência pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, depois pela Direção de Comercialização do Ministério da Agricultura e a partir de 1979 pela Direcção do Plano do referido Ministério. A remuneração variava por categorias e subdividia-se em: salário diário, número de dias de serviço, salário do mês, abono de família, descontos e total líquido a receber. Para as mulheres, alvo do nosso estudo interessa a categoria trabalhador(a) rural, que dispunha de uma maioria no registo da mão- de- obra disponível nas listas dos referidos salários. Analisamos entre 1975 e 1979, as provas de

pagamento das roças Água Izé e dependências (Anselmo Andrade, Bernardo e Claudino Faro, Praia Rei, Quimpo, Monte Belo e Mendes da Silva), Porto Alegre, Santa Catarina, Ponta Figo, Ribeira Funda e empresa Agrícola Ribeira Peixe. De salientar que os jovens rapazes e raparigas com idade compreendida entre 14-17 anos passaram a auferir do mesmo pagamento. Em todos esses locais que mencionámos, praticavam-se as seguintes remunerações:

Tabela 30: Relação salário Homem /Mulher e jovens entre 14-17 anos (1975-1979)

Salário	Diário	Mensal
Homens	80,00	2400,00
Mulheres	65,00	1950,00
Rapazes	47,00	1269,00
Raparigas	47,00	1269,00

Fonte: AHSTP, Depósito 1, Estante 12, Prateleira1, nº 8; Depósito1, estante 7, prateleira2, Nº6; Depósito 1, Prateleira 9, estante 1, Nº 6

Uma das maiores restrições à uma maior participação se assentava no facto de a maioria da mulher rural ser analfabeta e, também por isso, sistematicamente inferiorizada, situação que se começou a colmatar com um programa de alfabetização encabeçado pela Direção dos Serviços da Alfabetização dos Adultos do Ministério da Educação e Cultura que cobriu, sobretudo, o meio rural, incluindo as roças com a utilização da metodologia do célebre pedagogo brasileiro Paulo Freire, que segundo Loiva (2011),

“Tais métodos não ensinam a repetição das palavras, mas desenvolvem a capacidade de pensá-las com base nas palavras retiradas do quotidiano dos alunos, formando assim as palavras geradoras que através de uma palavra conseguimos formar outras diferentes que se torna fácil para o entendimento dos alunos. Com as palavras o homem, ao dizer as suas, estará assumindo a condição humana”. Loiva, 2011:3589

Com efeito, o método ajudou imensas mulheres analfabetas não só a ler e a escrever, mas a fazer contas e melhorar a gestão da economia doméstica e controlo do seu salário.

Antes da independência, às mulheres, sobretudo as rurais, era reservado um espaço de enorme subalternidade, sobretudo, económica em relação ao homem que tinha, normalmente se

casado, mais do que uma concubina. Os não casados tinham também várias mulheres, sendo muito esporádica a sua presença física em cada família. Tal situação deixava-as numa posição de enorme vulnerabilidade financeira, estando sujeitas às migalhas de algum dinheiro deixado por ele quando passasse de forma irregular pela casa das referidas concubinas com quem podia ter ou não filhos. Elas próprias, por causa da instabilidade financeira, decidiam deixar o marido, juntando-se a outro, o que fazia com que tivessem filhos de vários pais, acabando por ser ela própria a chefe de família.

2.3. Os primeiros projetos rurais de carácter feminino

De acordo com as orientações governamentais da altura, os projectos a que faremos referência no presente ponto, procuraram beneficiar mulheres, cujas condições de vida eram, sucintamente, piores que a dos homens, tendo em conta a sua condição de mais sobrecarregadas de trabalho, menos alfabetizadas, menos consideradas, frequentemente vítimas de subalternização e violência doméstica. Contudo, por toda a parte, e apesar da sua apregoada “fraqueza”, elas são o suporte mais consistente das comunidades. Encontravam soluções para os mais variados problemas que surgiam no dia-a-dia, entre outros, a falta de água, lenha, comida e saúde.

Esta foi uma tentativa de ruptura com o espaço privado como esteio da reprodução familiar para a conquista do espaço público, onde deveriam ampliar a sua actuação, assumindo novas profissões, inclusive aquelas que durante muito tempo eram consideradas masculinas (Silveira, 2012). Era também uma forma de ultrapassar algumas questões clássicas e tradicionais que impediam a participação feminina no desenvolvimento socioeconómico.

Assim, os projectos foram concebidos para estimular as mulheres a beneficiar dos mesmos direitos que os homens, obrigando-as a ultrapassar o *status quo* que as mantinha na subalternidade, habituada que estava a ouvir desvalorizar tudo o que fazia, a ouvir que não era inteligente, que não sabia nada, que não tinha consciência do papel que poderia desempenhar e da sua capacidade e inteligência para tomar decisões (Relatório do Projecto Luta Contra a pobreza, STP/92/004-STP/92/CO1, Água Izé, 1997).

Nestes termos, a Organização da Mulher de S. Tomé e Príncipe (OMSTEP), braço feminino do MLSTP foi criada em 19/07/1975, um ano após a manifestação que levou um grupo de mulheres vestidas de luto ao Palácio do Governo português com a finalidade de exigir a independência total e completa do país. Destarte, “apesar do seu carácter político-partidário, tratou-se da 1ª organização estruturada das mulheres de S. Tomé e Príncipe. Esta organização era superintendida por um membro do Bureau Político do MLSTP, responsável pelas Organizações de Massa que acompanhava de perto as actividades da mesma” (Pires dos Santos, 2015:32).

Foi essa organização é que esteve na concepção e implementação dos primeiros projectos de carácter feminino após a independência com um particular destaque para os de carácter rural. Se bem que após a independência as autoridades adoptaram como estratégia a segurança alimentar, o país continuou a importar alimentos no período compreendido entre 1976 aos finais dos anos 80 (Santo,2008; Almeida,2010). As receitas de exportação nessa época eram elevadas graças aos altos preços internacionais do cacau, enquanto a população mantinha os seus hábitos alimentares que privilegiavam os produtos de exportação. De destacar que na época, a economia de STP também sobrevivía do equilíbrio que se fazia entre aqueles produtos e as culturas perenes locais, pois que era necessário garantir a produção de culturas alimentares a fim de satisfazerem as necessidades internas. Daí que a longo prazo o Governo de então visava encorajar:

- A realização da auto-suficiência alimentar, permitindo reduzir a dependência do exterior e de melhorar a dieta alimentar da população;
- Uma melhor disponibilidade de produtos alimentares durante todo o ano, seleccionando as variedades mais adaptadas às condições locais, através da investigação aplicada;
- A promoção da produção nacional pela utilização do contravalor da ajuda alimentar pelos programas de investimentos no sector alimentar, permitindo reduzir gradualmente o nível da ajuda.

Sobre essa questão apoiámo-nos também em informações que nos foram dadas pelas coordenadoras dos referidos projectos, as Senhoras *Pomba* e *Piriquito* (ambos nomes fictícios), entrevistas essas que nos foram concedidas, respectivamente, em 7/04/ e 10/04/2017. Segundo as mesmas, a OMSTEP criou no âmbito do seu funcionamento as

seguintes secções: agricultura, saúde, educação e cultura. Constatou-se que na área da agricultura, havia mulheres que se desenvolviam bastante bem nos trabalhos agrícolas: algumas destacavam-se como as melhores quebradoras do cacau, havendo casos daquelas que chegaram a ser capatazes das roças, como foi o caso da sra Laurinda, da Roça Chamiço.

Não podendo a OMSTEP, enquanto organização de carácter político gerir fundos internacionais foi criada em 1992 uma associação denominada “ Associação para o Progresso da Mulher”, que esteve na base da gestão desses mesmos projectos. Partindo desses pressupostos através do supracitado financiamento do PNUD, foram criadas as seguintes delimitações:

- I. Desenvolvimento Agro-pecuário na zona do Rio Vouga, Bobô Fôrro/São Tomé (Projecto STP/86/W01)
- II. Letón Cangalo em Santana e arredores (Projecto STP/83/CO1)
- III. Melhoria as Técnicas de fumagem de Peixe na zona de Neves (Projecto STP/87/W01)

Passamos, então a apresentar alguns desses projetos a fim de melhor dar a conhecer as suas características e objetivos, facto que consideramos, poderá auxiliar à melhor compreensão da conjuntura que se vivia.

2.3.1.Projeto Rio Vouga

Na ficha técnica do Projecto que nos foi oferecida pelas responsáveis da sua implementação, é dito que a Roça Rio Vouga, localizada no Distrito de Mé-Zóchi, dista cerca de 5 Kms da capital e comporta uma área aproximada de 30 hectares. O clima da região é do tipo semi-árido, com precipitação anual normalmente inferior a 1000 mm, chuvas que vão de Outubro a Abril, com um período seco e mais fresco entre Maio a Setembro.

O projecto surgiu para valorizar a área do Rio Vouga e contribuir com os outros sectores na política de integração da mulher a nível nacional. Através do mesmo, uma parte da população da zona jogaria um papel fundamental na realização da auto-suficiência alimentar. As beneficiárias seriam mulheres da zona de Bobô Fôrro, participantes directas do empreendimento e todas as mulheres do país que se sentissem atraídas pelas actividades

agrícolas. A sua execução ficou a cargo da Associação para o Progresso da Mulher, ONG nacional, formada em Maio de 1992. Os colaboradores seriam o Centro de Produção de Mesquita, em particular (com larga experiência na gestão de projectos agrícolas) e todos os outros sectores ligados à produção agro-pecuária e ao desenvolvimento rural integrados no país.

Segundo Piriquito foram diretamente envolvidas no projecto 18 mulheres agricultoras, que auferiam de um vencimento mensal, para além de 10 homens desbravadores e cortadores de andim (noz da palmeira do azeite) e dois guardas.

Assim, o projecto estava orientado para a formação e produção alimentar, visando formar 100 mulheres em ciclos de 6 meses durante dois anos (25 mulheres em cada ciclo de formação) nos domínios da produção e transformação alimentar, bem como gestão de pequenas empresas. A Associação Francesa Voluntária do Progresso(AFVP) foi escolhida como agência de execução do mesmo, tendo em conta a sua experiência na implementação de projectos alimentares (STP/87/V/001) conhecido vulgarmente como projecto Mesquita que na altura estava a ter bons resultados e tinha objectivos comuns aos do Rio Vouga (Pires dos Santos, 2015:40)

Essas mulheres, não só receberam formação na área da agricultura, mas também na da pecuária, ao mesmo tempo que a alfabetização ocupava um lugar de grande destaque. Foi também criada entre as associadas uma caixa de solidariedade que procedia ao patrocínio financeiro, em caso de algum falecimento.

O projecto visava alcançar os seguintes objectivos:

- Contribuir para a auto-suficiência alimentar;
- Contribuir a médio prazo para a integração da mulher no sector produtivo privado de S. Tomé e Príncipe;
- Evidenciar a relação entre as necessidades em produtos alimentares e a importância da participação da mulher na definição e na aplicação das políticas e estratégias do desenvolvimento do sector;

- Contribuir para o desenvolvimento, inserindo-se na estratégia prioritária da auto-suficiência alimentar do Governo de STP;
- Contribuir para a melhoria das condições económico-financeiras da Associação do progresso da Mulher e das mulheres directamente envolvidas nos trabalhos agrícolas do projecto.

Havia também objectivos imediatos tais como:

- Contribuir para a melhoria da dieta alimentar através do aprovisionamento dos mercados em produtos alimentares;
- Desenvolver as culturas alimentares em sistema seco/regadio;
- Formar o pessoal do projecto num sistema simples de gestão dos recursos humanos, financeiros, materiais e na produção agrícola e de criação doméstica de alguns animais;
- Promover métodos de conservação alimentar simples.

Em 1992 foi atribuído um título de posse do Estado à referida Associação de Mulheres por um período de 20 anos. No referido título de posse, concedido para o aproveitamento da terra e assinado pelo Ministro da Agricultura e Pescas de então, pode ler-se que o beneficiário seria obrigado a cultivar e tratar bem o talhão, semeando só o que lhe for competente, não lhe sendo permitido arrancar ou cortar árvores, nem pernadas reais; era obrigado a fazer os convenientes e precisos aceiros no caso de lançar fogo a roças ou matos cortados, mas de maneira que o arvoredo não sofresse prejuízo algum. Estava também declarado no documento que era expressamente proibida a sublocação do talhão no todo ou em parte a outrem que não sejam de parentesco directo do beneficiário (Título de posse nº 111, registado a fls 11 do Cartório Notarial, de 28 de Agosto de 1993).

Localizada numa área de 30 hectares (como já foi dito), já se produzia mensalmente 115 l de óleo de palma e se praticava, para além disso, a produção da banana e do cacau. Nestes termos, pretendia-se duplicar a sua produção com as seguintes tarefas:

- Desbravamento do terreno e capina;
- Corte e limpeza dos *mutendês* (palmeiras pequenas e marginais);
- Limpeza de palmeiras adultas.

Com o objectivo de valorizar a área cultivável existente no Rio Vouga, pretendia-se praticar as seguintes culturas no terreno disponível:

- Na área da frente do edifício: amendoim, banana pão, batata-doce, fruta-pão, milho e algumas flores;
- Na zona centro, ao meio do terreno: banana prata, mandioca, palmeiras de andim e cacauzeiros;
- No fundo do terreno
- ver as seguintes actividades: , cacauzeiros e palmeiras;
- Criação doméstica de algumas aves.

Tornava-se, assim, necessário desenvol

- Definição das metodologias de gestão;
- Definição e organização do pessoal necessário;
- Preparação do plano de actividades e avaliação detalhada de todas as necessidades do projecto por etapas;
- Divisão do terreno de acordo com comas culturas definidas e o plano de actividades;
- Aquisição do material necessário para a realização das actividades agrícolas propostas;
- Execução dos trabalhos agro-pecuários estabelecidos no plano de actividades.

O financiamento atribuído pelas NU foi no valor de 181, 40 USD, mas os trabalhos da fase preliminar foram detalhados de acordo com o quadro que se segue:

Tabela 31: Projecto Rio Vouga, gastos previstos para a fase preliminar

Designação	Quantidade	Preço unitário	Preço Total
Machins	15	50 000,00	750 000,00
Machadinho	6	120 000,00	720 000,00
Corda de aço	3	200 000,00	600 000,00
Moto-serra	2	6 000 000,00	12 000 000,00
Botas	12	50 000,00	600 000,00
Lima	15	50 000,00	300 000,00
Mão-de-Obra (desbravadores)	10	20 533 200,00	100 266 000,00
Diversos			1000 000,00
Total em Dobras			118 630 000,00
Total em USD			17 000 USD

Fonte: Associação para o Progresso da Mulher, 1992

No mesmo quadro foi também criado no local um destacamento para a criação de animais caprinos (cabras e carneiros) e galináceos, cuja venda se revertia a favor da Associação.

Considerámos de extrema importância essa nova forma de empoderar a mulher através do trabalho agrícola, que não só lhe valeria contribuir para um melhor abastecimento do mercado interno, mas também elevar o grau da sua contribuição ao país através da redução da pobreza no seio da camada feminina. Foi uma forma de contrariar o *status quo* existente, que segundo Frias (2005),

“Dai [a existência de] um discurso rígido, sobre a subsistência rural e a forma como ela tem dependido, século após século, do esforço que as mulheres têm investido na produção agrícola e de como tem pesado sobre os seus ombros a responsabilidade de sobrevivência não apenas das suas próprias famílias, mas a das comunidades e porque não, a da população africana em geral, foi um pequeno passo”.(Frias, 2005:134)

Apesar dos reveses tidos lugar no desenrolar da aplicação do projecto não deixou de ser uma iniciativa piloto de extrema importância para a época de que ainda faremos referência ao longo do presente capítulo.

2.3.2. Projeto Letón Cantagalo

A Leton Cantagalo foi outro projecto bastante importante da Associação para o Progresso da Mulher (APM) e da OMSTEP com vista ao empoderamento das mulheres, desta feita, da zona do Distrito de Cantagalo (Projecto STP/83/CO1).

Para Bonfim (2002) a exploração de suínos no sistema de exploração familiar santomense foi sempre bastante importante. Na economia doméstica a criação de porcos foi uma das maiores fontes de rendimento familiar para as mulheres, mantendo as despesas da vida quotidiana, incluindo o estudo dos seus filhos face aos gastos escolares, para além dos incluindo transportes e da indumentária. O mesmo autor baseia-se em Alfeirão e White (1973) para argumentar que porcos pretos glabros são a raça que parece adaptar-se melhor às condições ecológicas das Ilhas equatoriais, mas na década de 80 os suínos de STP passaram a ser cruzados, de cores branca, preta, castanha e malhada.

Em crioulo fôrro, *letón*, significa leitão ou filhote de porco. Nestes termos, o projecto foi denominado “ Letón Cantagalo”. Daí que, centrado, fundamentalmente na pecuária, o financiamento do PNUD ao mesmo consistiu na compra de porcos e construção de currais, porcos esses, cujos filhotes seriam distribuídos pelas mulheres que receberam formação e que reuniam condições para a gestão de pocilgas domésticas. Para tal, recebiam duas porcas e um porco varão para sua disseminação.

No entanto, constatou-se que “a falta de um manejo zootécnico adequado dos efectivos nas explorações familiares (criação em liberdade) resultou que, apesar do número de varrascos parecer suficiente, a sua distribuição geográfica e qualidade genética, não satisfaziam as necessidades de cobrição das fêmeas existentes. Por via dessa constatação, existia uma grande procura de machos reprodutores nesse sistema de produção” (Bonfim,2002:112).

Destarte, o projecto foi salutar para a reposição de uma situação delicada, tendo em conta que o abastecimento do país com proteínas tinha já sofrido com a epidemia da febre (peste) suína africana que em 1979, levou o governo a ordenar o abate de todos os 30000 porcos existentes no país. Muitas pessoas nas zonas rurais perceberam que esta era uma medida drástica como uma tentativa do regime de então para privá-las de uma forte fonte de subsistência...” (Seibert, 2001:174). Acontece que em 1982 chegaram 150 porcos que foram introduzidos a título experimental com vista a substituir a suinicultura que fora dizimada por causa da supracitada peste (Espírito Santo,2008) para o qual no âmbito da Letón Cantagalo as mulheres trabalhavam na vulgarização da sua produção.

2.3.3. Projeto para a Melhoria das Técnicas de Fumagem de Peixe

Apesar do projecto que agora fazemos referência não ser de cariz agrícola, o mesmo fez parte do pacote dos primeiros projectos escolhidos para empoderar a mulher no período inicial da independência. Até porque a agricultura e a pesca, sempre foram, desde o tempo colonial sectores bastante interligados em termos de abastecimento recíproco. De notar que os próprios financiamentos externos vinham quase sempre direccionados para ambos sectores: a agricultura e a pesca.

Razão pela qual, não obstante tal diferença, considerámos, pois oportuno deixar aqui nota sobre o Projeto para a Melhoria das Técnicas de Fumagem de Peixe financiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em Setembro de 1987, no valor total de USD 40 000 (de acordo com o TDR do projecto a que tivemos acesso) com um financiamento inicial de USD 26000.

A fim de contextualizar as origens do seu surgimento é necessário compreender o papel importante que a pesca joga na estratégia alimentar da RDSTP, tendo em conta que o consumo do peixe se duplicou a partir de 1980, o que se justifica com o resultado da baixa produção da carne suína e bovina nessa época. Partindo desses pressupostos, o sector verificou um crescimento ao passar a empregar 1300 pescadores artesanais, que garantiam 1800 toneladas de peixe/ano. Ao invés disso, a pesca industrial e semi-industrial tinham a sua mercê 120 pescadores que produziam 2600 toneladas de peixe.

De acordo com as informações do Ministério da Agricultura e das Pescas as mulheres participam em 100% de todas as actividades de transformação e de comercialização da pesca artesanal. Nos distritos de Caué e Lembá a pesca artesanal constitui uma importante fonte de renda para as mulheres de todas as vilas dos pescadores (Projet STP/87/CO3, Fomulation du Projet “ Appui aux petits Agriculteurs et Pecheurs à São Tomé et Príncipe, Rapport Preliminaire, São Tomé, Novembre de 1989, p.25).

Apesar de a pesca não ser uma ocupação sazonal nas ilhas, existem certos meses (Maio a Setembro), por exemplo, em que abundam grandes quantidades de peixe como o *voador*, largamente pescado no Norte do país que arrasta várias comunidades piscatórias com famílias inteiradas para aldeias provisórias como a Praia das Conchas ou Ribeira Funda no nordeste da Ilha em forma de transumância (conhecida por *tcháda*). Nessa altura, uma das grandes tarefas a que as *palaiês* se dedicam é a secagem e fumagem do peixe.

Nesse caso, as *palaiês* são mulheres independentes que compram peixe aos pescadores (normalmente, seus próprios maridos), transformando e vendendo o peixe nos mercados locais ou se deslocando-se aos grandes mercados da cidade de São Tomé.

Existem duas maneiras tradicionais de conservação do peixe:

- a) Salga-secagem artesanal;
- b) Fumagem;
- c) Salga-secagem efectuada nas vilas pelos pescadores e suas respectivas mulheres.

O peixe é escamado, talhado e limpo das vísceras. Depois, normalmente, é colocado num recipiente em salmoura na base da água salgada, a qual se junta mais uma certa quantidade de sal. Por várias razões apontadas na entrevista que se segue, não é fácil manter o circuito desde o tratamento do pescado até a sua venda. Daí que,

“O benefício económico para os pescadores que efectuavam a salga permitia vender o peixe transformado no mercado 40% mais caro do que o peixe fresco. De um modo geral, a fumagem é menos praticada do que a salga-secagem. Normalmente, as revendedoras fumam o peixe fresco não vendido durante o dia. Trata-se duma fumagem ligeira, que não garante uma conservação por mais de quatro dias. A fumagem do peixe voador, por exemplo é mais eficaz, podendo durar 9 meses” (entrevista com *Munkén* em 2/05/2017).

A realização do projecto foi direccionada a dois distritos, Lembá e Caué, respectivamente, nas zonas Norte e Sul das ilhas. Em Lembá, o local da sua execução seria na Cidade de Neves a 27 km da cidade de São Tomé, onde existia uma população de 167 pescadores, sendo que um número próximo de 200 mulheres palaiês eram responsáveis por cerca de 100% da transformação e comercialização de 70 toneladas de peixe por ano. No Distrito de Caué as actividades do projeto foram realizadas na cidade de São João dos Angolares, mas também nas pequenas vilas de Yó Grande, Malanza e Praia Pesqueira, onde já existiam quatro centros de fumagem de peixe. Esta região era, por diversas razões, considerada prioritária para as autoridades governamentais por diversas razões: é a mais longínqua da capital do país, possuía a taxa mais elevada do analfabetismo e sofria de uma grande ausência de infraestruturas. A população de vendedeiras era composta por cerca de 300 palaiês que eram responsáveis pela transformação e comercialização de 50 toneladas de peixe por ano. O projecto teria o seguinte objectivo geral:

- Contribuir para o desenvolvimento das actividades produtoras de renda das mulheres (transformação, conservação e comercialização do peixe através da introdução das

novas tecnologias apropriadas que visassem o aumento do nível de produção e de qualidade do peixe fumado oferecido ao mercado.

Tratando-se de um projecto experimental, inovador e demonstrativo os objectivos imediatos eram:

- Introdução da disseminação de técnicas melhoradas de fumagem do peixe;
- Aumento do rendimento das *palayés*, cujo cerne se encontrava no aumento do rendimento do seu trabalho;
- Tomada de consciência do espírito colectivo;
- Melhoria da rede de comercialização do peixe fumado.

De acordo com os termos de referência do projecto, que já supracitamos foram identificadas as seguintes actividades/ abordagens (pp 4-5):

1. Proceder a avaliação dos quatro fornos que se encontravam activos em São João dos Angolares, ou em vias de construção em Yó Grande, Malanza e Praia Pesqueira;
2. Organizar as reuniões de consultação com os responsáveis dos projectos de pesca, para discutir, particularmente, as questões de comercialização;
3. Organizar reuniões de consultação com as mulheres que praticam a fumagem de peixe com vista à sua sensibilização para as novas práticas;
4. Estudar as melhores formas de organizar as operações de fumagem de peixe, quer nas vilas de transumância (norte do país) durante os meses da pesca do voador, quer nas vilas permanentes, onde os pescadores são activos durante todo o ano;
5. Construção de fornos, tipo “Chorkor”(com materiais locais), modelos que já haviam dado provas de eficácia em toda a costa da África do Oeste;
6. Formação de mulheres das comunidades participantes no domínio das novas tecnologias de fumagem. Essa formação contaria com a participação de uma consultora africana;
7. Comparação entre as duas técnicas de fumagem: a “Chorkhor”, da África do Oeste e a que se vem praticando em Caué.

Não era fácil trabalhar com tal franja populacional, tendo em conta o analfabetismo dominante e extrema sensibilidade na compreensão das questões expostas. Era bastante delicado estimular pessoas que não estavam muito habituadas a trabalhar em associações, pelo

que se torvava necessário fazer uma sensibilização com muita prudência, explicando as vantagens do trabalho colectivo para o aumento da produção e dos respectivos rendimentos.

Santos (2015) faz menção ao relatório de uma missão, do Centre Africain pour les femmes/Comission Économique pour l'Afrique(CAF/CESA) ocorrida em Fevereiro de 1985, no âmbito do projecto “Task Force” entre o Governo de S: Tomé e Príncipe e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a que teve acesso, que deu aval à execução dos supracitados projectos que visavam integrar mulheres em actividades produtivas.

Porém, ao longo da sua implementação, muitos foram os constrangimentos encontrados que afectaram a sua evolução. Daí que nos apoiemos mais uma vez em Santos (2015) que procedeu ao estudo das questões que obstaculizaram o desenvolvimento e a perenização desses projectos tão importantes para as mulheres rurais:

❖ Projecto STP/87/W01- Desenvolvimento da produção alimentar em Rio Vouga.

O tempo previsto de dois anos para a sua execução, foi prolongado por mais um ano, e encerrado as suas actividades em 1992, com a recomendação do retorno dos Fundos postos à disposição pela UNIFEM.

Santos,2015:41, faz a citação de um relatório de Seck (1992) que menciona alguns constrangimentos que afectaram a realização desse projecto, nomeadamente;

- A não partilha da mesma visão pelas intervenientes do mesmo devido à insuficiente sensibilização das formandas sobre os objectivos e os resultados esperados;
 - Planificação deficiente das actividades do projecto;
 - Deficiente repartição de responsabilidades entre a directora do projecto e o especialista do AFVP;
 - Não estavam contemplados no projeto mecanismos de apoio e o acompanhamento após a formação.
- ❖ Projecto STP/86/W01- Melhoria das técnicas tradicionais de fumagem de peixe.

Esse projecto de carácter experimental, como fizemos referência, também teve vários constrangimentos durante a sua implantação. Santos, 2015:38-39, citando um relatório de Prieur e Meneses (1990), mostra as razões por que se deu por findo o referido projecto:

- A experiência piloto na Comunidade de Neves não era um modelo apropriado ao contexto socioeconómico de STP;
- Apesar do projecto ter permitido às 20 mulheres beneficiárias aprenderem novas técnicas de fumagem de peixe e comercializar um produto com melhor qualidade o projecto não atingiu os seus objectivos, uma vez que não lhes permitiu aumentar os seus rendimentos;
- A associação de mulheres constituída para gerir colectivamente o forno não estava a funcionar e as mulheres não estavam interessadas na gestão colectiva do mesmo. No momento da avaliação apenas 4 das 20 mulheres estavam a utilizar o forno, que tinha uma capacidade para fumar 300 kg de peixe em 3 horas, estando, por isso a ser subutilizado.
- Devido a pouca quantidade de peixe que era vendido às palaiês pelos pescadores, as mesmas preferiam vendê-lo fresco, pois que consideravam que não seria rentável vender fumado, um peixe que poderia ser vendido fresco ao mesmo preço com menos carga de trabalho.
- O projecto não tinha estrutura comunitária, provocando pouco interesse das beneficiárias (a sua identificação foi feita pela OMSTEP e não pelas mulheres de Neves);
- O projecto previa desenvolver a técnica de fumagem de peixe a partir do pescado fresco e não a partir daquele que não se conseguia vender, tal como estavam habituadas as palayês. Assim, o projecto aumentou a carga de trabalho das mulheres;
- Existência de conflitos internos no seio da associação: ausência de reuniões regulares, concentração de poderes na pessoa da Presidente, não funcionamento dos órgãos, ausência de controlo interno e de prestação de contas, falta de confiança entre os membros, registos das actividades (incluindo as financeiras) incompletos ou inexistentes.

Riviére (1999) considera que as relações do Homem com a natureza são medidas pelas relações de cooperação, de complementaridade de domínio e de exploração (alguns

produzem, outros controlam as condições e os resultados da produção. Daí que a divisão das tarefas é estabelecida segundo os sexos e a especialização, entre muitos outros critérios.

Partindo dessa análise, um aspecto cultural que não se teve em conta que afectou muito negativamente o projecto foi a modificação das relações do poder entre os pescadores e as mulheres envolvidas no projecto. Em STP a apanha do pescado é feita exclusivamente pelos homens (pescadores) e a sua comercialização e transformação é tarefa feminina (*palaiês*). Mas os pescadores de Neves não foram envolvidos no projecto, nem nos seus objectivos, enquanto fornecedores do peixe. O resultado imediato foi de que, acreditando que as mulheres eram pagas pelo projecto, aumentavam o preço do pescado ou recusavam vendê-lo às mesmas, criando problemas de aprovisionamento (Santos, 2015:40).

❖ Projecto STP/83/CO1 Letón Cangalo

Um relatório de Missão de Identificação de projectos da FENU (Fundo dos Equipamentos das Nações Unidas) na RDSTP que analisou o programa de cooperação em 1993 com foco na execução dos mesmos nos finais dos anos 80, concluiu que os resultados do projecto estavam longe de ser satisfatórios porque:

- No interior dos currais as condições elementares de higiene não eram respeitadas;
- A alimentação dos animais era sofrível;
- As más condições de criação e ausência de medidas profilácticas estavam a provocar sérios problemas de fecundidade e com taxas de mortalidade das animais bastante elevadas (30 a 40%)
- Divergências entre as chefes e as beneficiárias do projeto.

Por tudo isso, decidiu-se pelo fecho do mesmo em 1991.

2.4. Presença de ONGs e outras organizações em projectos femininos:

No final desse ponto, não poderíamos deixar de fazer menção a algumas ONGs que muito trabalharam na questão da estruturação das idiossincrasias do mundo rural face à crise económica que afetou o país e as roças, de modo particular, e do empoderamento da mulher rural a partir dos anos 80, tais como a CLUSA, a Zatona ADIL e o Corpo da Paz.

Segundo *Tluki Sun Dêsu* que entrevistámos em 13/10/2017, foi muito difícil introduzir as mulheres em associações de carácter rural, dada a forma subalterna como se comportavam. Para além da Letón Cantagalo e outros projectos a que fizemos referência, essas ONGs participaram na formação de outras mulheres que, em Santana, criaram uma associação para a produção de marmeladas, evoluindo para a criação de um restaurante com base em pratos tradicionais. As mesmas participavam igualmente na alfabetização.

Através do Programa STABEX (um programa da União Europeia e a África – posteriormente substituído pelo Acordo de Cotonou-organizado com o objectivo de ajudar os países em desenvolvimento, signatários das Convenções de Lomé com vista a estabilizar as receitas de exportação, estas ONGs trabalharam igualmente com associações de mulheres que faziam a transformação da farinha de mandioca em vários pontos do país, bem como, a partir dos anos 90, começaram a trabalhar apenas com associações, cujas actividades eram geradoras de rendimento como a Mengaí (mulher, na língua angolar) em Angolares; em Lobata, com mulheres que se dedicavam à costura e a salga de peixe e, mais tarde, com centenas de mulheres gestoras de caixas socioprofissionais, depois, de entre 1986 e 1990 no desenvolvimento da política do envolvimento do cidadão, como posteriormente, detalharemos.

2.5.Outras reformas socioeconómicas da época em análise

No período entre Junho de 1976 e Setembro de 1977 circulou o escudo de S. Tomé e Príncipe, cuja paridade equivalia ao escudo português (Decreto-lei nº 23/76, Diário da República, nº 30, de 15 de Julho de 1977). O Decreto-lei nº 50/76, do Diário da República nº 53, de 8/12/1976, reconhecendo o papel emissor do Banco Nacional de STP de acordo com a sua orgânica, autorizou, para substituir o escudo em circulação, a cunhagem de novas moedas e notas designadas por Dobra, que entrariam em vigor em Setembro de 1977. No entanto, de acordo com Sousa (2017),

“ O BNSTP, enquanto Banco emissor, geria toda a dívida externa e as reservas estrangeiras do país e servia de agente fiscal do Governo. Enquanto instituição financeira do estado e praticamente a única fonte interna de crédito, estava fundamentalmente orientado para financiar contínuos défices orçamentais destinados ao pagamento de salários (que não eram reembolsados), acumulando assim avultados créditos mal parados, o que permitia, deste modo, sucessivas emissões primárias, e

contribuindo consequentemente para exercer pressão sobre o aumento da taxa de inflação e a depreciação da Dobra”.(Sousa, 2017:108)

O Estado, por outro lado, nunca deixou de lado a sua preocupação com os cortes permanentes da cadeia de bens de primeira necessidade. Ferreira (1990) considera que o preço de produtos alimentares no total importado assumiu importância de primeiro plano na altura: 38.7% em 1977, 35% em 1979, 34% em 1991, 31% em 1983 e 35% em 1988. O peso dos outros bens de consumo, incluindo os intermediários, situou-se na escala de 30-40%, o que dava sinais segundo os quais, os bens de equipamento ocuparam lugares bem abaixo do que seria desejável num país herdado com tecnologia bastante obsoleta na agricultura, na indústria, nos diferentes serviços, que contrariavam a possibilidade do alcance de crescimento económico.

Fez-se recurso à aplicação de planos económicos para a implementação das estratégias de desenvolvimento, que na opinião de Espírito Santo, 2008,

“... consistia na realização de acções, essencialmente, sob a forma de projectos que se interligam entre si através de relações técnicas, funcionais, espaciais, financeiras ou outras com vista à realização de objectivos fixados. Isto significa que o êxito de um dos projectos dependia dos resultados de outros tanto a montante como a jusante”. (Espírito Santo, 2008:61).

Para além da agricultura, o Governo santomense vai atender, no âmbito das reformas, o controlo sobre os restantes sectores da economia. Espírito Santo (2008) faz referência ao facto segundo o qual o Estado decidiu, a seguir às nacionalizações criar outras empresas estatais, quer de serviço, quer de indústria e turismo. Afirmo, a propósito o autor que:

“ Importa dizer que a grande maioria das novas empresas criadas não correspondeu a investimento em construção ou aquisição de novas propriedades nem à criação de novas actividades económicas, mas sim a um rearranjo ou reafecção das já existentes... Em muitos casos, substituiu-se, simplesmente as anteriores designações por outras novas, enquanto, noutros casos, se agrupou actividades similares numa única empresa com um novo nome” (Espírito Santo, 2008:50).

A ideia era recriar no imaginário e nas novas simbolizações dos santomenses, um virar de página política e socioeconómica, que deveria fazer-se acompanhar de uma nova atitude perante o trabalho, a afectação de muitos recursos humanos desempregados ou

subempregados (muitos dos quais sem qualquer preparação técnica) que deveriam concorrer para o aumento da produção e da produtividade, muito apregoadas na altura nos documentos e reuniões partidários, nos órgãos da comunicação social, no teatro, na música popular, entre outros.

Nestes termos, uma das grandes preocupações era a criação de muitos postos de trabalho para todos, mas sobretudo destinado às mulheres, na maioria das vezes chefes de família, cujos recursos eram bastante exíguos para a gestão quotidiana. Foram assim criadas as seguintes empresas públicas, de acordo com as informações de Seibert (2001) e Espírito Santo (2008):

- 1977: Empresa Pública de Transportes Colectivos e Marítimo (Transcolmar) que passou a absorver as atribuições das antigas empresas coloniais Eduardo Castela Lda e Germano António Martinho. Gostaríamos de chamar a atenção que, nessa Empresa, foram pela primeira vez, empregues mulheres como cobradoras de bilhetes nos transportes como autocarros que circulavam em todo o país.
- 1979: Constituição da Construtora – EE, encarregue de resolução dos problemas das obras públicas, edifícios, pontes, em substituição das antigas Obras Públicas. De notar que também nessa empresa foi recrutada pela primeira vez uma mulher condutora de caminhões pesados, acto bastante comentado nas ilhas.
- 1979: foram criadas as empresas ECOMIN (Empresa de Comércio Interno e ECOMEX (Empresa de Comércio Externo); EMOTEL (Empresa Hoteleira); EMECINE (Empresa Cinematográfica). Os fundamentos de criação das duas primeiras baseavam-se no apoio ao governo em matéria do comércio, onde residia o barómetro da popularidade do Governo, nomeadamente, a interrupção permanente do stock dos produtos de 1ª necessidade com filas permanentes à porta das diferentes firmas comerciais; o comércio externo foi um mecanismo para gerir os preços e a venda do cacau nos centros do mercado mundial como Londres e Bruxelas. Nesses sectores foi ignorado o dinamismo do sector privado que poderia ter melhor controlo sobre o equilíbrio entre a oferta e a procura e um maior autodomínio do circuito comercial. As duas últimas passaram a fazer a gestão do antigo Clube Náutico, Pousada Bengue Dóxi e o Clube Náutico enquanto que o EMECINE se apoderaria do Património do antigo Cinema Império (denominado Marcelo da Veiga), logo a seguir à independência.

Nesse ano ainda, foram criadas outras empresas públicas de cariz industrial, tais como:

- EMAE (Empresa de Água e Elacticidade)
- EMAG (Empresas das Artes Gráficas)
- EMPESCA (Empresa de Pesca)
- EMCAR (Empresas de Transformação de Carnes).
- Em 1980 foram criados:
- Centro Leiteiro de Àgua Izé (sito em Nova Olinda), que com o apoio dos técnicos holandeses já fornecia em 1982, 230 litros por dia, priorizando hospitais e creches.
- A ENCO (Empresa Estatal de Combustíveis e Óleos), em substituição da antiga SHELL Company of West África).
- COMPENSADORA (Empresa de Seguros e Resseguros, em substituição da Companhia Portuguesa Seguros e Tranquilidade.
- Em 1981 foi criada a Caixa Popular, com o objectivo de gerir poupanças e conceder créditos às famílias para diversos fins;
- ENCERA, uma nova empresa de Cerâmica com o apoio da RDA(República Democrática Alemã).
- ENAMED (Empresa Nacional de Medicamentos) com o direito exclusivo de importação e distribuição de medicamentos;
- EMAVE, EMCOR e ENDIPROL, respectivamente, Empresa Nacional Avícola, de construções rurais e de distribuição de produtos locais.
- 1982 : Criada a ENATEL (Empresa Nacional das Telecomunicações, diversificando os serviços dos Correios e Telecomunicações)

O certo é que, muitas dessas empresas se desmoronaram em menos de 10 anos por má gestão, desorganização laboral e contabilística, indisciplina, roubo, favorecimento ilícito, falta de matérias-primas, entre outros.

Concomitantemente, com a criação de inúmeras empresas estatais naquele ano, o plano económico melhor estruturado foi o de 1979 em termos de concessão e organização. Porém, dizem, a propósito, os especialistas, que se tratou na prática de um plano de urgência que visava criar estruturas básicas para uma melhor eficiência no funcionamento do Estado, através da formação, reestruturação dos serviços, combate à sabotagem, anarquia,

individualismo, o “deixar andar”, a improvisação da economia, tudo no sentido de mudar o *status quo* que impedia a promoção e o aumento da produção no país. Os planos de 1980 e 1981 foram imbuídos dos mesmos desideratos (Costa, 1980; Branco, 1998; Seibert, 2000; Espírito Santo, 2008; Rita, 2018).

Seguiram-se outros planos quadrienais e quinquenais (1982-1985, 1986-1990), mas devido a ineficiência do aparelho burocrático, falta de quadros técnicos com a devida preparação, excessiva ingerência política do Partido - único na administração e na economia num processo marcado pela incerteza, incapacidade negocial com os parceiros internacionais, visão político-partidária dogmática, geradora de um ambiente pouco propício à opinião dos poucos quadros técnicos que iam chegando formados do exterior, numa atitude meramente prepotente de utilização da legitimidade de “poder popular” e de governação (Ceita, 2001, Espírito Santo, 2008).

As estratégias de desenvolvimento adoptadas através das reformas económicas desse período não conduziram a transformações que tivessem, por exemplo, como complemento, a construção de uma verdadeira industrialização na base da qual estaria, pelo menos, garantida uma certa sustentabilidade económica interna para enfrentar as regras de jogo do mercado mundial, bem como a capacidade de gerar outras alternativas de angariação de receitas para equilíbrio das balanças comercial e de pagamentos. Acontece que,

“O factor tecnológico é imprescindível para a vitalidade da economia. A inovação tecnológica é responsável pelo rompimento e/ou aperfeiçoamento das técnicas e processos de produção: Pode, desta forma trazer ganhos em termos de competitividade. A forte influência das inovações tecnológicas no crescimento económico não é directa, mas faz-se igualmente pela parte não explicada do capital e do trabalho”(Quaresma, 2018:59).

Partindo dessa afirmação, houve várias tentativas no sentido de melhorar as questões tecnológicas e financeiras do país através da assinatura de vários acordos de cooperação como nos recorda Rita (2018):

- A República da China ofereceu um empréstimo sem juros, destinado, num terço, à aquisição de mercadorias no mercado chinês, o que ajudou o abastecimento do mercado em dois terços;
- O Banco Árabe para o Desenvolvimento da África ofereceu empréstimo a uma taxa de 1%, destinado a permitir a reinserção dos refugiados santomenses que regressaram ao país;
- Angola abriu uma linha de crédito para a importação de produtos angolanos, assim como concedeu ajuda importante ao governo de STP.
- O Banco Africano de Desenvolvimento concedeu um empréstimo para a construção de uma oficina de reparação e aquisição de equipamentos para a mesma na zona industrial de Bobô Fôrro;
- A OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) financiou projectos de desenvolvimento económico;
- A ex-URSS ofereceu um empréstimo destinado a financiar 50% do custo dos equipamentos importados daquele país;
- A cooperação francesa esteve bastante presente na produção de cultivos alimentares, fundamentalmente, com o Projecto de Mesquita que teve início em 1985 como forma de apoio aos pequenos agricultores.

Acontece que o país não aproveitou os inúmeros investimentos postos à sua disposição. “A primeira causa parece ser a ausência de estruturas apropriadas para orientar, planificar, gerir a ajuda da melhor maneira, tendo em conta as necessidades, prioridades, obstáculos ou dificuldades e preparar os nacionais para o relevo de técnicos expatriados” (Rita, 2012:138).

Os planos a que fizemos referência, entre outros, os difíceis problemas e constatações de défices de gestão, com vista ao melhor e maior envolvimento dos trabalhadores, planificação, organização do trabalho nos vários sectores e circuitos de produção e venda), não surtiram os efeitos programados e desejados. Por exemplo, da Assembleia do MLSTP de 1981 saiu uma resolução segundo a qual se investiria na economia um montante de 90 milhões de dólares americanos (3.8 bilhões de dobras, dos quais 8% seriam atribuídos às pescas, 20% aos transportes, aos sectores da indústria e energia, 11% a sectores sociais e 17% aos restantes sectores. Porém, de acordo com os dados produzidos, em 1985, pelo Ministério da Cooperação, Espírito Santo (2008) considera que no entanto, tal montante era muito elevado

para as possibilidades de gestão do país, tendo em conta que o valor do PIB em 1982 fora de 36 milhões de dólares americanos, confrontado com o montante de 23 milhões de dólares assumidos para a sua amortização.

Sousa, 2017:107, citando um relatório do FMI de 1997 ressalta que “numa tentativa de diversificar a economia, o Governo lançou-se num programa ambicioso de investimentos públicos, envolvendo investimentos substanciais, na sua maioria, financiados por créditos externos nos sectores da construção, bebidas, avicultura, pescas, transporte e turismo. Durante o período 1980-1985 os investimentos públicos representavam em média 48% do PIB. Contrariamente ao que se esperava esses investimentos não contribuíram significativamente para o crescimento económico”;...a excessiva estabilização económica bloqueou os resultados dos enormes investimentos realizados tanto no sector agrícola, como no industrial, tendo em consequência, dando lugar a pesados custos recorrentes e uma carga onerosa do serviço da dívida. A dívida externa total que “era de 25.9 milhões de dólares em 1981, subiu para 29.6 milhões de dólares em 1982, 65.4 milhões em 1984 e 72.1, em 1981. De ressaltar que em 1975 a dívida era de 300 milhões de dólares. Estima-se que só 1/3 dos investimentos programados terão sido realizados” (Espírito Santo, 2008: 64).

As primeiras concessões do Governo ao investimento privado começaram em 1985-1986 pela aprovação de um código de investimentos para atrair os privados estrangeiros através da isenção de impostos e do direito de repatriamento da parte dos lucros (Seibert, 2001). Em 1986 o Governo assinou o primeiro contrato com a Companhia Refinarias de Açúcar Reunidas (RAR) para a gestão da Empresa Agrícola Água Izé por um período de 15 anos. Foram também concedidas para gestão com contrato as seguintes empresas agrícolas: 1987, Uba-Budo pela Socfinco, France, SA (10 anos); Bela Vista, Mantero SA, Lisboa(10 anos); 1989, Santa Margarida, pela Sociedade GIE SODECI- Terres Rouges, Paris(10 anos) e Monte Café, 12 anos de contrato em 1990 para reabilitação do café pela Esasagri-Espírito Santo, Desenvolvimento Agro- Industrial, Lda(Seibert, 2001:237).

De salientar que o sector turístico e dos transportes aéreos se redinamiza no mesmo ano com a chegada ao país do empresário Christian Hellinger que vai criar unidades hoteleiras em ambas ilhas, ao empregar centenas de santomenses, jovens e mulheres desempregados, não obstante às críticas que subiam de tom sobre o envolvimento de membros do Governo e

outros em esquemas de corrupção, resultado da repartição dos dividendos desses investimentos estrangeiros (Seibert, 2001).

Relativamente às mulheres, houve recentemente no período pós-independência uma experiência muito importante: tratou-se da criação em 1978 da Fábrica de Confecções Água Grande, de capital misto (na verdade, uma excepção) situado na Chácara (arredores da Capital, S. Tomé) onde se empregaram cerca de 200 mulheres, com apenas 4ª classe de escolaridade, muitas das quais a completaram através do curso de Alfabetização dos Adultos. Segundo Jorge Coimbra, sócio maioritário da mesma, (numa pequena conversa tida lugar em 18/08/2019), tratou-se do maior empreendimento fabril do país no período em questão, em termos de quantidade de mão - de-obra empregue (maioritariamente feminina), qualidade das instalações, segurança no trabalho, segurança social, salário, disciplina laboral, produtividade, entre outros. A fábrica produzia vários tipos de camisa, calças, batas e aventais destinados ao mercado interno, mas também aos mercados da costa africana.

O mesmo empreendedor também nos falou sobre sua experiência baseada na preferência de empregabilidade de mulheres num complexo agro-pecuário que tinha em Água Casada, cuja maioria, em termos de trabalhadores era feminina com tarefas que se baseavam, entre outras, nas empreitadas na escolha e ensacamento do cacau, assim como na ordenha dos caprinos.

2.6. Envolvimento do cidadão, apoio alimentar e a problemática do empoderamento da mulher no período estudado.

O falhanço das políticas da primeira reforma agrária, a caducidade do sistema produtivo marcada pela estratégia de extroversão, a deterioração dos termos de troca no mercado mundial, o progressivo agravamento das condições de vida das populações acentuada pela seca de 1981-1982 foram motivos mais do que decisivos para que se verificasse a partir de 1985 uma mudança paulatina de políticas e de mentalidade em relação ao sector agrícola, tendo-se começando por uma tímida distribuição de terras em pequena escala numa estratégia do Partido - único denominada “Envolvimento do Cidadão”. Uma tal política visava “encorajar a participação política, económica, social e cultural do cidadão em todos os sectores, tendo conduzido a entrega das primeiras parcelas agrícolas a indivíduos e organizações locais. Um envolvimento dessa natureza implicava a formação de companhias

privadas para cidadãos nacionais. O slogan e campanha [para essa mudança de rumo] baseavam-se nos padrões socialistas de mobilização, embora propagassem uma noção de propriedade privada e empresarial em consonância com o modelo de mercado livre” (Seibert 2010:202). Autores como Branco (1998) e Espírito Santo (2008) também fizeram referência aos primeiros sinais de relativa mudança dados à economia agrícola com a política do envolvimento do cidadão.

Destarte, esse empresariado nacional a que se passou a fazer referência era ténue, frágil e não estava ainda preparado para esse virar de página política e económica, tão centralizadas estavam, até aqui, todas as acções do Estado, mediante a prática de políticas bastante proteccionistas e de controlo que não davam espaço para o desabrochar de iniciativas individuais. Recorde-se que essas práticas tinham deixado na miséria, entre outros, inúmeros comerciantes grossistas e retalhistas, bem como agentes privados de viagens. Com efeito, a situação era deveras caótica na economia. Espírito Santo, 2010:64, citando fonte do Ministério da Cooperação (de 1985) escreve, por exemplo, que “a produção do cacau passou de 5 milhares de toneladas em 1982 para 4 em 1984 e 1985, enquanto a exportação baixou brutalmente de 7 milhares de toneladas em 1982 para somente 3 toneladas em 1985”. Nestes termos e partindo de tais pressupostos mudanças teriam que ser consentidas, tendo em conta os estrangulamentos que se faziam sentir ao nível político, perante as atuações do Partido-único que provocavam em alguma franja da população tensões bastante profundas, que obrigavam à uma abertura política, enquanto que a economia, se dinamizaria através da iniciativa privada. A propósito dessa questão, Manuel Pinto da Costa, 1º Presidente da República, escreveu:

“...avançou-se politicamente com a abertura da economia à iniciativa privada. Em 1987 apresentámos ao partido a tese “ O Envolvimento político Económico e Social dos santomenses no processo de desenvolvimento do país” , um documento que estabelecia as orientações para as mudanças no modelo económico estabelecido em 1975 e redefinia o papel do Estado na mesma. Um marco nas alterações que se seguiram a nível da economia do país.” (Pinto da Costa2011:56).

Constituía de igual modo, uma forma de aproximação à população, desiludida que estava com o rumo político e económico do país. Daí que, tais propostas de incremento do envolvimento (participação) requeriam a dinamização de grupos primários e das pequenas comunidades, alargando a esfera de acção política a áreas sociais e ao local de trabalho bem como

reclamavam uma intervenção dos cidadãos no processo de discussão, planeamento, implementação e controlo das decisões que os afectavam ao nível local, regional e nacional (Martins, 2010).

Relativamente ao sector da agricultura tratou-se de uma nova estratégia governamental que tinha como finalidade a atribuição de parcelas de terra, antigamente pertencentes às roças e dependências que se encontravam em estado de abandono para que o agricultor pudesse obter o reforço de rendimento face ao piorar do nível da vida quotidiana. A solução encontrada pelo Estado para resolver este problema gritante, a partir de 1985, foi a atribuição de algumas lavras nos arredores das roças para o cultivo de plantas hortícolas. Foi simultaneamente reconhecida a actividade dos agricultores *posseiros* em terras abandonadas, na sua maioria desde os anos 60 (Clarence-Smith, 1994, Jones, 2006). Entre 1985 e 1987, foram cedidos 6000 hectares de terra distribuídos em 321 concessões, por períodos de 2 a 20 anos a grupos de agricultores. Estas concessões perfazem uma área total de 1.000 ha (FENU, 1989; BM, 1991).

Foi, porém, uma distribuição muito aleatória sem termo de transição de propriedade que pudesse provar legitimidade jurídica. Os governantes acharam que esta seria uma forma para fazer face ao absentismo entre os trabalhadores que passaram a trabalhar apenas duas a três horas por dia num período em que as empresas, segundo Seibert (2001) continuaram a produzir défices acumulados em bilhões de dobras com o pagamento de salários dos trabalhadores rurais, muitas vezes em atraso de meses.

Foi, neste âmbito, publicado o Decreto-Lei n. 32/87, que determinava o afastamento do Estado da gestão das unidades de produção, e regulava a cedência de terras. Foram regulamentadas três modalidades jurídicas para essa cedência: 1) contrato de gestão; 2) empresa mista, ou 3) cedência a cidadãos. A elegibilidade dos cidadãos para o usufruto de terra é condicionada “pela sua experiência agrícola e capacidade técnica e financeira”. Podiam ser candidatos todos os cidadãos à excepção daqueles “com glebas abandonadas ou subutilizadas”. No presente decreto era determinado que as terras a distribuir terão de estar “abandonadas ou subutilizadas” (Decreto-Lei, 32/87).

Tabela 32: Terra distribuída entre 1988-1991

Dimensão (ha)	Número	Área total (ha)
<3ha	308	178
3 – 10	58	445
10 – 50	26	843
> 50	44	8868
Total	436	10334

Fonte: Jones,65:2006: 98, retirado do Staff Appraisal Report, World Bank (1991).

Foi a primeira vez na história do país que os trabalhadores agrícolas, sem excepção, (incluindo, descendentes de angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos) puderam usufruir de uma parcela de terra donde poderiam retirar produtos tanto de subsistência, como de exportação de forma autorizada. Porém, alguns desses trabalhadores, por razões das carências alimentares que já se faziam sentir, tinham-se apoderado de algumas lavras em terras consideradas abandonadas, sem qualquer autorização. De referir que, essa cedência de terras a esses cidadãos continuava a não ir muito longe, ao não se ter procedido à passagem dos instrumentos e competências necessários aos descendentes desses antigos “serviçais”, que continuaram na mesma condição de assalariados agrícolas, garantindo a sobrevivência do quotidiano apenas através de suas lavras, pois que até salário começou a faltar (Temudo 2008; Jones 2006; Berthed2012).

De acordo com Jones, (2006) e Santo, (2008), as lavras constituem, juntamente com as glebas, a pequena agricultura praticada em S.Tomé e Príncipe. No entanto, ao contrário das glebas, orientadas para o fornecimento de culturas de subsistência como a banana, fruta-pão (*Artocarpus communis*), matabala (*Xanthosoma sagittifolium*) e óleo de palma (*Elaeis guineensis*), as lavras são conduzidas para a produção de culturas alimentares para o mercado, preferencialmente hortícolas e milho.

Um considerável número de mulheres esteve também entre os beneficiários iniciais de lotes (lavras), sendo elas, em variadíssimos casos, muitas vezes chefes de família com dezenas de pessoas sob a sua responsabilidade. Muitas, com as quais conversámos, consideraram tal solução uma “*tábua de salvação*”, dada a miséria com que se debatiam na ausência das antigas cantinas, onde lhes eram vendidos, durante o tempo colonial e nos primeiros anos da independência, produtos de primeira necessidade. Ajudadas, fundamentalmente, pelos filhos, era daí é que passou a sair o rendimento familiar com a venda de produtos hortícolas,

tubérculos, milho e galináceos. Todos conhecemos o dinamismo das mulheres, sobretudo cabo-verdianas, na venda desses produtos no Mercado Municipal da capital, provenientes, nomeadamente, de Monte Café, S. Gabriel, Agostinho Neto, Mesquita, Pinheira, Água Izé, Uba Budo.

Na opinião de Fernandes, 2015:297, “ainda que o sector primário possa não ser o mais relevante para a composição do produto interno bruto nacional da altura, a exploração da terra em pequena escala permaneceu como importante meio de subsistência, nomeadamente, para as populações residentes em meio rural e nas franjas da área urbana, e em especial, para os agregados de menores rendimentos económicos”[como por exemplo, as mulheres].

Tal não significa, no entanto, que o Estado tenha deixado à fome os trabalhadores das roças. A partir da crise da seca de 1982, todos (as) os (as) trabalhadores (as) foram recebendo mensalmente, através do Programa Alimentar Mundial (PAM) a título gratuito ou a preços subvencionados, rações de feijão, açúcar arroz, peixe seco, óleo alimentar, fuba, leite e ovo em pó, queijo, fiambre enlatado. Para Seibert, 1998:3 “essa ajuda alimentar foi também uma subvenção indirecta para as empresas agrícolas, promovendo a produção local de géneros alimentícios enquanto incentivo laboral e salarial”. O autor complementa que os fundos de contrapartida do referido programa foram destinados ao investimento na renovação das plantações do cacau, cultura de géneros alimentícios (hortícolas), arranjo das habitações degradadas e outras estruturas, visando melhorar as condições de vida desses trabalhadores rurais. O quadro que se segue mostra que do ponto de vista alimentar, a relação entre esta e a capacidade de importação da produção da altura era então bastante dispar, tal como abaixo se apresenta:

Tabela 33: Relação ajuda alimentar (1983/1985)

	Importação/Ajuda 1983 (%)	Importação/Ajuda 1985 (%)	Produção/Ajuda alimentar 1983 % 1985	
Cereais	17	23	8	7
Arroz	59	130	0	0
F. trigo	26	531	0	0
F. de milho	10		3	
Feijão	27	99	1	2
Óleo	25	108	14	39
Leite (em pó)	25	83	48	300
Carne/ peixe	20	100	1640	1640

Açúcar	66	160	0	0
--------	----	-----	---	---

Fonte: Ferreira, M., Pobreza absoluta e desigualdades sociais,ajustamento estrutural e Democracia na RDSTP, Revista Internacional de Estudos Africanos, 12-13,1990,p. 141, retirado de EIU(1985); UNCTAD, Special Economic and disaster Relief Assistance Special programmes of economic assistance A/40/44, 1985, Ministério da Cooperação da RDSTP.

Com efeito, “as quantidades de cereais que no conjunto da ajuda alimentar e importações se havia situado nas 7000 toneladas/ano em 1983 e 1985, passou para as 7400, 6400 e 11 600 toneladas, respectivamente em 1987, 1988 e 1989 (só ajuda alimentar). As quantidades de ajuda em outros produtos não cereais passou das 1100 toneladas em 1987 para as 3100 toneladas em 1989”(Ferreira,1990; 141).

Tais constatações se tornaram mais claras nas entrevistas que realizámos com as antigas serviçais que já fizemos referência). As mesmas foram de opinião de que a ajuda do PAM foi óptima ideia na altura, mas acabou por causar a desaceleração da produção interna de alimentos uma vez que os produtos que recebiam eram grátis e ofertados e muitos acabavam por vender parte dos mesmos, ganhando consequentemente, algum dinheiro sem qualquer esforço. Aniz, uma das nossas entrevistas disse-nos a propósito que:

“ PAM ajudô muito, porque gente começô a passá fome. Mas havia gente malandra que vendia coisa que recebia de graça...”

Tal situação acabou por criar um efeito contrário ao gerar uma maior dependência do mercado externo a produtos como o arroz, óleo alimentar e enlatados, em detrimento, entre outros, da produção do milho, do óleo de palma que exigia trabalho bastante árduo. Produtos vindos do exterior passaram a entrar em concorrência com os produtos locais pois que, aqueles eram ofertados ou vendidos a preços subvencionados, ficando por isso, mais baratos do que os produtos locais, o que acabou por gerar uma reviravolta nos hábitos alimentares marcada por uma terrível dependência ao mercado externo de alimentos.

Com efeito, muitos autores falaram sobre o efeito perverso da ajuda, enquanto criador de uma cultura de dependência com o consequente declínio da produção interna (Trindade,2006, Moyo,2009 e 2010).

Tirando proveito da política do envolvimento do cidadão, as mulheres passaram a construir diversas redes de actuação para garantir sua sobrevivência. “Foi provavelmente nessa actuação “invisível” é que os trabalhadores agrícolas consolidaram seus saberes, conhecimentos, redes comerciais, ênfase nas relações amistosas (prática de compadrio, redes de solidariedade através do *juntamón*, “juntar as mãos”) criação de associações, [participação mútua de forma activa] nos rituais relativos aos mortos (quando um dos amigos do grupo sofresse alguma perda familiar), tendo passado a se organizar através de redes paralelas” (Berthed, 2016:982). Na verdade, essas redes foram essenciais para suprir as inúmeras dificuldades que essas comunidades enfrentavam na época, principalmente mulheres velhas e doentes, que receberam lotes de terra. Dizia a propósito nossa entrevistada Dália de Água Izé:

“ Eu estô velha. Não tem força más pá trabalhá. Ainda bem que meus filho fazia *juntamón* com ôtros colega dele pá tirar cacau quando madurava [amadurecia], pá capiná, pá plantá bananeira, milho... Gente faz comida, come, convive no mato, bebe vinho da palma depôs de trabalho”.

Eram também esses produtos vendidos nos mercados da capital a melhores preços e com rápida absorção, dado o elevado número de compradores que os procurava na cidade, onde era raro promover a plantação de tubérculos, produtos hortícolas, etc.

2.6.O sistema agrícola santomense à beira do colapso: outras intervenções no sector entre 1980-89

Não obstante os sinais do seu estrangulamento um relatório do FENU (Fundo do Equipamento das Nações Unidas) em 1989 põe-nos ao corrente das várias outras intervenções tendentes a promover o crescimento da agricultura santomense, enquanto sector mais importante do país, apesar dos sinais do seu estrangulamento. O declínio da produção do cacau entre 1975-1987 é o resultado da degradação das condições do emprego da mão-de-obra, bem como a ausência dos factores de produção e dos equipamentos básicos. Em 10 anos, os rendimentos passaram de 500 kg/ha para 180 ks/ha, provocando uma queda brutal da produção. Nesse contexto, o Governo redefiniu a sua política agrícola de modo a inverter a total dependência do cacau, aplicando novas diversificações ao sector. Os objectivos assinalados em 1989 foram:

- Aumentar a produção agrícola e o rendimento;
- Desenvolver o emprego nas zonas rurais;
- Melhorar o estado nutricional da população;
- Fazer crescer as receitas em divisas;

Para tal, deveriam ser tomadas as seguintes medidas: adopção de políticas macroeconómicas e sectoriais por forma a ultrapassar os constrangimentos que pesavam sobre o sector; relançamento da produção do cacau e diversificação de produção dos produtos de exportação agrícola; desenvolvimento de um sector de pequenos agricultores independentes capaz de ser orientado na produção de plantas hortícolas e de criação de animais, virado para o abastecimento do mercado nacional; desenvolvimento das actividades de pesquisa e criação de um dispositivo técnico e financeiro adaptado à agricultura privada e familiar.

Nestes termos, apostou-se na assistência técnica e financeira do exterior a fim de implementar mudanças detectadas como necessárias no sector, tais como:

- ✓ A reabilitação das empresas contou com um financiamento de 40 milhões de dólares, investimento do Banco Mundial, BAD, CCCE, Portugal, etc. Na base desses investimentos, 5 empresas foram dadas em concessão para gestão de sociedades estrangeiras, como já fizemos referência;
- ✓ O sector agro-industrial, suportado pela União Europeia deveria até ao horizonte 1995 tornar auto-suficiente o sector das oleaginosas. Foi assim aberta uma área de 600 ha de palmares na zona Sul de São Tomé (Ribeira Peixe) que se associou à construção de uma fábrica de transformação de 1800 toneladas/ano do óleo de palma, localmente chamado de *andim*;
- ✓ O sector da criação de animais recebeu assistência técnica do PNUD, da FAO e do FENU para o desenvolvimento dos sectores bovino e suíno;
- ✓ A pesquisa e formação agrícola contaram com o concurso e financiamento de origens diversas, nomeadamente, a CCCE, FIDA, através do Centro de Investigação Agronómica de Potó, CATAP e cooperação italiana, em particular. O FAC (Cooperação Francesa) participou activamente no recenseamento agrícola que teve lugar em 1990. É nesse âmbito é que as mulheres do Projecto Rio Vouga foram formadas como já havíamos dito no capítulo referente aos primeiros projectos de cariz feminino.

Após 1981, o FAC financiou um projecto de desenvolvimento das culturas alimentares e hortícolas de subsistência com base no Centro de Mesquita (um antigo centro de Escola agrícola do tempo colonial) dispondo de 100 ha de terra postas em valorização. O Centro tinha como principais objectivos a produção de legumes e hortícolas, assim como a difusão das técnicas e o fornecimento de insumos aos pequenos agricultores; Procedeu-se também à experimentação, assim como se colocou à disposição dos mesmos, técnicas de plantação agrícola adaptadas às condições locais. Numa primeira fase, tratou-se de colocar à disposição dos agricultores uma unidade de produção hortícola e alimentar com base nas técnicas já experimentadas localmente e que não causasse constrangimento de adaptação e perda de tempo útil. Após uma avaliação dos resultados, passados os dois primeiros anos, ficou decidido que fosse utilizada a experiência adquirida no sentido de iniciar um processo de vulgarização em benefício dos pequenos agricultores. Esse grupo, cuja maioria era composta por trabalhadores em idade activa, encontravam-se espalhados em diferentes distritos de São Tomé e do Príncipe, com uma maior concentração no norte e nos arredores da capital. Do ponto de vista das condições socioecológicas e socioeconómicas, a situação dos mesmos traduzia-se por uma forte diversificação, circunstância a ter em devida conta por visar uma mais proveitosa actuação.

Em 1987, durante uma missão de identificação, o Fundo para o Equipamento das Nações Unidas (FENU) decidiu intervir em grande escala em matéria de fornecimento dos factores de produção destinados aos pequenos agricultores com a finalidade de reforçar e estender a intervenção do Centro de Mesquita. Com efeito, o surgimento do projecto com o apoio do FIDA designado “Apoio aos Pequenos Agricultores”, e tendo em conta as dificuldades encontradas pelos pequenos agricultores no domínio da acção por si empreendida o FENU teve que reorientar a sua intervenção. Nestes termos, a instituição passaria a ocupar-se da especialização de Mesquita num centro nacional de desenvolvimento de culturas hortícolas, enquanto o FAC e o FIDA se ocupariam de assegurar um financiamento de cerca de 3 milhões de dólares no período entre 1990-1992 (Rapport Preliminaire, Projet STP/87/CO3, FIDA, p.31).

Na sequência aos diferentes contactos entre os parceiros em presença (FIDA, Banco Mundial, FAC) novas propostas de projectos foram em Maio de 1989 apresentados ao FENU, nomeadamente:

- ✓ Apoio directo a dois agrupamentos agrícolas a fim de resolverem os problemas de propriedade sobre a terra (Blu-Blu e Uba Cabra);
- ✓ Assistência a outros agricultores, através do reforço através do reforço do centro, suas infraestruturas e sua capacidade a fim de estender suas actividades à escala do arquipélago.

O montante do financiamento para essas ambas acções foi avaliado em mais de 500 000 dólares. Em 1989 o Centro de Mesquita por intermédio da sua “célula de vulgarização” procurou atender agricultores de forma mais lata possível em todo o país, atingindo cerca 2100 pequenos agricultores, homens e mulheres, todos produtores alimentares e horticultores, tal como se segue:

Tabela 34: Número de agricultores seguidos pelo Centro de Mesquita

Zonas	Nº de Agricultores
Capital	700
Centro	700
Norte	500
Sul	50
Príncipe	50
TOTAL	2100

Fonte : Projet STP/87/C03, FENU,Rapport Préliminaire, Novembre 1989, p.8

Nas campanhas de 1987/89 e 1988/1989, o Centro de Mesquita se ocupou, essencialmente, da distribuição dos factores de produção (sementes, fertilizantes, pesticidas, utensílios diversos) a grupos de agricultores (as) que se organizaram entre si para centralizar as solicitações, assegurar a distribuição, estabelecendo as regras de fornecimento. Esses grupos constituídos localmente com base na vizinhança foram de suma importância para o centro na medida em que puderam assegurar os circuitos de distribuição e fornecimento, ao mesmo tempo que se começaram as abordagens sobre as questões de comercialização.

Dado que as mulheres se encontravam entre os pequenos agricultores, a UNIFEM estava a ponderar a sua participação financeira no grupo dos doadores para o empoderamento das mesmas na área, tendo em conta que a miséria entre elas aumentou exponencialmente nesse período.

2.7. A segunda vaga da globalização: breve alusão ao impacto socioeconómico do PAE e da gestão multilateral do comércio Internacional

2.7.1. Breve alusão ao impacto socioeconómico do PAE em STP

O Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) foi criado em Março 1986 a fim de ajudar países membros de baixos rendimentos com problemas de balança de pagamentos a adoptarem medidas macroeconómicas e de ajustamento estrutural à médio prazo para corrigir as distorções na economia, restaurar uma posição viável de pagamentos e promover um crescimento económico mais rápido (Revista Finanças e Desenvolvimento, Junho de 1986:39).

Esta não foi uma condição inevitável, apenas para S. Tomé e Príncipe. Muitos outros países latino-americanos e africanos considerados pobres o adoptaram, visando a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, o estabelecimento de uma economia competitiva e cuja implementação implicava medidas que pressupunham a redução do controle de Estado, das despesas públicas, cortes nos serviços sociais aumento das privatizações, a liberalização do comércio, a desvalorização da moeda. Neste contexto, enquanto o FMI intervém nas áreas monetárias, orçamentais e fiscais, o Banco Mundial responsabiliza-se pela política de reforma estrutural ao longo prazo(Piepoli, 2005; Santo, 2008; Sousa, 2017).

Segundo Espírito Santo (2008), a opção do governo santomense foi feita em função da crescente acumulação de insucessos acumulados com as frustrantes tentativas de diversificação da economia entre 1975-1980, com deterioração cada vez mais acentuada nos anos 80.

Consequentemente, a balança de transacções correntes passou de um *superavit* 7 milhões de USD para um *déficit* de 10 milhões de USD. A produção agrícola, sobretudo do principal

produto exportado, o cacau continuou a baixar- de aproximadamente, 8 para 4 toneladas (Santo, 2008: 18)

Assim, em 1987 o governo santomense assinou com o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e o BAD tal Programa de Ajustamento Estrutural, “PAE” com o financiamento dessas instituições, ficando sujeito a duras políticas neo-liberais tais como nos apresenta Santo, 2008:17-18:

- Estabilização dos desequilíbrios macroeconómicos através da adopção de uma política de rigor nos domínios orçamentais, monetário e taxas de câmbio.
- Promoção de um crescimento económico sustentado através da liberalização do comércio e dos preços, o desenvolvimento e diversificação da base produtiva e a privatização da economia;
- Melhoria do sistema financeiro e bancário;
- Promoção de políticas socioeconómicas que visassem atenuar os efeitos negativos da política de estabilidade.

Espírito Santo, 2008: 74-75, complementa com mais detalhes as supracitadas medidas macroeconómicas acordadas com ambas instituições:

- Privatização gradual da economia;
- Reabilitação das empresas agrícolas a serem geridas pelas sociedades privadas estrangeiras;
- Redução substancial das despesas públicas, incluindo a diminuição do número de efectivos da Administração pública;
- Controlo da inflação;
- Desvalorização da moeda nacional em regime de desvalorização deslizante;
- Liberalização dos preços e reforma do sistema bancário;
- Criação de instrumentos legais para o incentivo de investimentos privados.

De acordo com as investigações de Santo, 2008:18-19, a aplicação do PAE decorreu na época de conformidade com as seguintes fases:

Uma primeira, em que a tendência do crescimento económico, passando de negativo, - 1.7% ao ano a positivo, o que condicionou o acesso ao investimento estrangeiro e a renegociação da dívida externa. Segundo o Ministério da Economia e Finanças o crescimento real do PIB durante de 1988/93, foi de 1.18% ao ano. Uma segunda, cujo período de aplicação se iniciou em 1990-91 manteve o apoio ao investimento agrícola, surgindo assim a implementação de um programa de distribuição de terras com vista à promoção da diversificação e melhoria da produção. Tal programa, cuja realização coube ao Projecto de Privatização agrícola e de Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPADPP) durou toda a década de 90.

Sousa, 2017:110, fazendo referência aos dados do ENRP de 2002 fala de factos segundo os quais “em 1989 o Banco Mundial concedeu ao país um financiamento no valor de 17 milhões de dólares, enquanto que o FMI concedeu um crédito no valor de 2.8 milhões de DES (Direito Especial de Saque). Perante um cenário de profunda crise económico-financeira que minava o país desde 1980 o Estado vai ser obrigado a proceder às várias reformas, nomeadamente, dos sectores financeiro, fiscal, aduaneiro”, entre outros.

Segundo Sousa, (2014), mostrava-se oportuno saber como STP tem sobrevivido ao consenso de Washington. Dizia ele que:

- Impuseram a STP um programa de ajustamento estrutural que acabou por não estruturar muita coisa.
- Uma desvalorização deslizando conhecido por sigla inglesa *crowlin peg* que retirou o poder de compras aos operadores económicos e matou o tecido empresarial já de si débil e embrionário.
- Desemprego de cerca de 5 mil funcionários da função pública, sem contar mais alguns milhares após o desmantelamento ex-empresas agrícolas, o que baixou o nível de consumo interno que, por sua vez, desincentivou a produção alimentar local.
- Como se não bastasse, o donativo alimentar, a venda desses produtos a preços abaixo dos de mercado, arruinou tanto os produtores locais de bens alimentares como os importadores deste género alimentar.
- Finalmente esse processo ajudou a consolidar a transição da base alimentar dos santomenses do produto local para o arroz.

Ainda nos interrogamos por que razão instituições tão experientes desmantelaram as empresas agrícolas, acabando com a economia de “escala” para passar a favorecer a economia rural através de pequenas unidades que foram entregues a pessoas desprovidas sem qualquer preparação técnica e desconhecimento dos cuidados a dispensar aos cacaueiros, carenciadas de meios financeiros para adquirir os insumos agrícolas, equipamentos para trabalhar a terra, e na ausência de uma instituição que procedesse à correta coordenação tendente à exportação de tais produtos. Não se teriam, ao menos, as instituições de Betton Woods lembrado do *Diamante de Poder*, para terem em conta que a competitividade se estrutura à volta de três vectores: o vector empresarial (gestão financeira, de recursos humanos), o estrutural (as interações da firma no mercado) e o sistémico (as políticas macroeconómicas, sociais, de infra-estruturais ou educativas do país)? Ainda nos interpelamos sem qualquer resposta. Entretanto, sem entrarmos numa aturada pesquisa sobre os draconianos programas de ajustamentos estrutural em que STP se viu submetido desde 1987 e em toda Ajuda Pública ao Desenvolvimento das instituições de Bretton Woods que condicionavam e relativizavam a importância do estado enquanto instância decisória, entendemos por bem analisar no ponto seguinte, apenas a balança comercial do PMA para entendermos melhor a consequência da ascensão das teses neo-liberais nesses países incluindo STP, com impacto na economia e na condição das mulheres trabalhadoras agrícolas em geral, no período de 1987 a 1999.

2.7.2. Gestão multilateral do Comércio: implicação na competitividade externa dos PMA;

Para Costa (2010), citado por Sousa, (2014), a conclusão da Ronda do Uruguai trouxe um conjunto de inovações muito significativas no sentido de promover a abertura dos mercados mundiais e a sujeição de novos sectores de actividade à disciplina multilateral, sob a égide de uma organização, a OMC.

Entretanto, segundo Barton et al, (2008) citado por Costa (2010), a OMC conseguiu, até a data, transformar a gestão do comércio mundial em aspectos fundamentais que favorecem os países mais avançados.

Ficaram por resolver vários aspectos importantes, que, constavam da agenda comercial, com destaque para o elevado proteccionismo a marcar o comércio de produtos agrícolas, e que

afecta, particularmente, os países em desenvolvimento. Estes últimos consideraram-se, aliás, como grandes perdedores da Ronda. Fizeram numerosas concessões, e não obtiveram ganhos recíprocos, nomeadamente no comércio agrícola (Wolfe, 2007 citado por Costa, 2010:159).

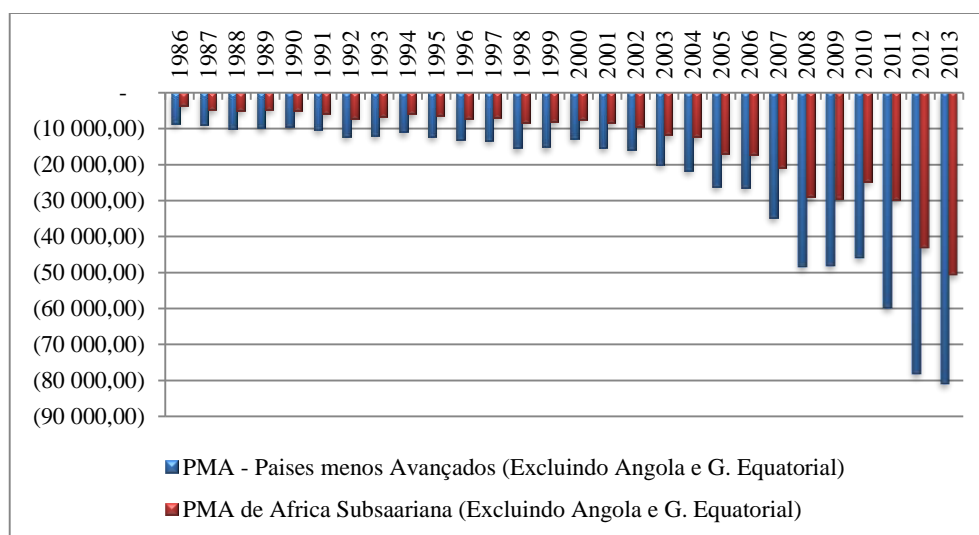
A segunda parte do nosso estudo, centra-se no período pós-colonial. Assim, abrange os anos 90, que segundo Sousa, (2014) é o período em que, por determinação do FMI e BM, se verificou o desmantelamento das empresas agrícolas e sua retalhação em pequenas unidades. Estes factos coincidem com a ascensão neo-liberal e uma atitude concertada para reduzir a importância do Estado e a tentativa de configuração da gestão multilateral do Comércio no âmbito do qual os países menos avançados foram os grandes perdedores. Assim, entendemos que para uma melhor compreensão dos factos que se deram e que colocaram as ex-empresas agrícolas e as ex-serviçais na situação a que se viram votadas, era importante perceber a interação e as teias de conexões internacionais em que o Estado santomense se viu encurralado nos anos 80 e 90 e que repercutiram nas suas ações e políticas com o impacto directo ou indirecto na sua economia e no nosso objeto de estudo. Nesta perspetiva, vimo-nos na necessidade de analisar o saldo da balança comercial dos PMA em geral e de África Subsaariana em particular, a partir do momento em que os Programas de Ajustamento Estrutural se disseminaram por estes países e ou antes e depois da ronda de Uruguai, de 1994, e a criação da OMC em Janeiro de 1995, conforme o gráfico 1, para perceber se a perda de competitividade externa e consequente degradação das condições sociais com impacto, sobretudo, para a condição da mulher santomense, eram uma particularidade desse Estado ou se de facto, dependeu também, em grande medida, de uma conjuntura internacional adversa.

Porém, apesar da OMC, decorridos 15 anos de sua institucionalização, passar a administrar um mecanismo de solução de controvérsias do GATT muito mais eficaz, os países africanos nunca ousaram iniciar um processo visando defender os seus interesses. Esse facto, deve-se ao desequilíbrio do poder decorrente da efetiva correlação de forças efetivas dos países desenvolvidos, que dificulta o acesso a esse mecanismo ou pelo menos furta os PMA de uma solução justa dos diferendos. Outrossim, para Cohn (2008) a actuação da OMC tem sido posta em causa por várias Organizações Não-Governamentais (ONG), que argumentam que o processo de globalização, no qual se incluem a OMC, o FMI e o Banco Mundial, induz a uma desigual repartição do rendimento mundial, assim como negligencia as questões ambientais e sociais.

No entanto, para Costa,(2010) a crescente integração da economia mundial não se revestiu unicamente de benefícios para os intervenientes, nem para as economias, nem para determinados sectores da sociedade, que ficaram, pelo contrário, mais depauperados com a crescente integração comercial.

Assim, o gráfico 1 reforça a afirmação que se segue, referente à balança comercial dos PMA em geral e os da África Subsaariana, excluindo Angola e Guiné Equatorial pelo peso do petróleo no total das respetivas exportações.

Gráfico 1: Balança Comercial de PMA (em Milhões de USD)



Fonte: Sousa, A., 2014:31, Calculado a partir de OMC <http://www.wto.org/>

Muito embora, importe apenas para este capítulo do nosso estudo, apenas o período de 1987 a 1999, este gráfico demonstra uma permanente degradação da balança comercial desses países no período de maior disseminação da actividade do FMI e BM e uma degradação média exponencial com a institucionalização do OMC após a rodada de Uruguai no período subsequente a 1995 em diante, o que é compaginável com a desigual repartição do rendimento mundial, a que se refere Cohn (2008), bem como com a depauperação decorrente da crescente integração comercial como defende Costa, 2010.

Em jeito de síntese, concordamos com Sousa (2014) que a segunda vaga da globalização que marcou o novo enquadramento institucional na Gestão Multilateral do Comércio Internacional (1994), suportada pela ascensão das teses neoliberais, e as políticas draconianas do FMI e o

BM, afectaram o domínio reservado aos Estados dos PMA bem como, de forma bastante séria, a sua competitividade externa e o modo de vida dos seus concidadãos, tendo, no caso de STP, por esta via, afectado as ex-empresas agrícolas e as ex-serviçais.

As reformas ocorridas no sistema, no período em estudo, não resultaram em melhoria para todos os intervenientes, porque continuavam a ser marcadas por um forte proteccionismo dos países mais prósperos que, dificultando o acesso aos seus mercados, afectaram negativamente a balança comercial dos PMA, conforme demonstra o gráfico 1, com consequências dramáticas sobre a estabilidade e o bem-estar económico e social desses Países.

PARTE IV – Síntese conclusiva

Consagramos a parte IV da nossa tese ao período que vai da independência ao período revolucionário e as reformas nele empreendidas que nos leva ao objectivo específico 4 “Compreender o que mudou relativamente à situação profissional das mulheres, quando no período pós-colonial, sob um novo paradigma político, se instituiu que deixavam de ser designadas serviçais das roças e passavam a designar-se “funcionárias rurais / trabalhadoras agrícolas”. Pode-se concluir que foram muitas as transformações dessa época, a saber: a independência em 12/07/ 1975, a nacionalização das roças, do BNU e da reforma monetária, a criação das empresas públicas, etc. Novos paradigmas e características sócio-profissionais foram criados, pelo que nas roças as mulheres, a partir da aplicação da Constituição Política e Lei da Nacionalidade deixaram de ser serviçais e indígenas para se tornarem cidadãs de pleno direito, com possibilidade de livre circulação. Partindo do pressuposto que já não existia um patrão e tendo o Estado assumido os encargos com as mesmas, no seu imaginário, tornaram-se “funcionárias” rurais (trabalhadoras agrícolas) valorizadas pelo seu conhecimento especializado da área agrícola, profissão abraçada por muitas outras mulheres não roceiras que viram na roça nacionalizada seu primeiro emprego, propósito reforçado pelo slogan de emancipação da mulher propalado pelo Partido-Estado no poder, em busca de legitimação dos valores socialistas que norteavam a época.

PARTE V - A (d)estatização da economia (1990-1999)

Parte V: Nota Introdutória

“Não há muitos casos na história global de mudanças de regime para a democracia em que tenha sido o próprio partido no poder a tomar a iniciativa de liderar a mudança...” (Costa, 2011:57).

Em Dezembro de 1989, S. Tomé e Príncipe foi o primeiro país africano a realizar uma Conferência Nacional com vista a abertura política para uma democratização com base numa matriz ocidental, pondo fim ao regime monolítico do Partido-único.

Daí que a liberalização política vai acontecer paralelamente à liberalização económica, num contexto de grave crise económica e social, queda do PIB *per capita*, elevado endividamento externo com uma taxa de cobertura das exportações de apenas dois terços dos custos das importações, o que conduziria a primeira intervenção do PAE, de 1987 em diante (Costa, 2011).

O estado caótico da agricultura vai fazer com que ela tenha sido um dos primeiros sectores a receber a intervenção financeira das instituições de Bretton Woods, dando-se início a Segunda Reforma Agrária, com a privatização e consequente distribuição de terras.

O quadro agrário construído a partir dos dados gerais acerca da composição da população inserida em atividades agrícolas a partir dos anos 1990, aponta particularidades interessantes no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e, de forma mais ampla, a alguns aspectos da organização da produção no sector rural de nosso país. De certa maneira isto vem reiterar tendências já apontadas em alguns estudos que estão a colocar em evidência importantes alterações nas condições mais recentes de reprodução capitalista na agricultura. Como se embrenha a mulher nesse manancial de transformações que culmina na (d)estatização da economia roceira e sua privatização? Como é que se desenvencilha essa camada nesse quadro sinuoso e completamente novo?

No capítulo que se segue tentaremos desvendar no âmbito dessa parte da contextualização prática, o conjunto das transformações havidas, com particular destaque, o papel da mulher

rural nessas muito profundas mudanças estruturais muito profundas que trouxeram novas racionalidades na gestão do sector produtivo agrícola.

Capítulo 1. Tentativa de novo desenho socioeconómico

1.1.O novo período fundiário (1990-1999). O recenseamento agrícola e a política de distribuição de terras

Tal como referido no ponto anterior, as distorções dos resultados agrícolas nos finais dos anos 80 levaram a que o sector da agricultura fosse dos primeiros a receber a intervenção das instituições de Bretton Woods. Considerámos que a reforma ocorrida no referido setor com o projecto de distribuição de terras no dealbar da década de 90 (em aprofundamento à política do envolvimento do cidadão), pode ser considerada a segunda reforma agrária, surgida no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural. Para essas mudanças estruturais no sector contribuíram, para além do FMI e Banco Mundial, os fundos do International Development Association (IDA), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), aos quais se juntaram também as contribuições multilaterais da França e da Suécia (BM, 1991). Estes financiadores defendiam a privatização da terra, e ainda a securitização da transmissão dos direitos das mesmas, enquanto formas de garantir o acesso à terra aos agentes com melhores capacidades financeiras e de gestão. Uma vez que a primeira fase da privatização tinha estado longe de cumprir esta última função, afigurava-se necessária uma intervenção, mais robusta, por parte do Banco Mundial (BM, 199).

A presente reforma agrária visava diversificar e aumentar a produção agrícola através da privatização das plantações estatais e a promoção do novo sector de pequenos agricultores, que motivados, organizados e equipados, acabariam por ajudar a reduzir a importação de produtos alimentares e teriam uma contribuição bastante importante na redução das exportações (BM, 1991).

Os dados do Ministério da Economia e Finanças revelaram, porém, em 1989 que apenas 30% das terras distribuídas no âmbito do “envolvimento do cidadão” atribuídas a 380 indivíduos e associações tinham sido de facto cultivados, devido a uma enorme desorientação na tomada

de decisões técnicas acertadas, ausência dos factores de produção, desde sementes aos equipamentos, etc. Partindo de tais pressupostos, a segunda reforma agrária iniciada em 1985 foi, com efeito, uma tentativa de mudanças bastante profundas num sector eivado de raízes estruturais muito fortes e seculares, que a não serem alteradas, aprofundariam muito mais a crise que o país enfrentava, tendo em conta o peso da agricultura nos sectores socioeconómico, cultural e financeiro.

Em 1991, a agricultura representou 23% do PNB, dois terços de emprego e 95% das exportações (INE, 1991). A estrutura agrícola do país, antes da presente reforma agrária foi o resultado, quer da economia colonial, quer da política de desenvolvimento seguida após a descolonização. Apesar dos inúmeros projectos financiados por fundos estrangeiros, visando a diversificação agrícola, após a independência, nomeadamente, o estabelecimento pelos búlgaros de plantações de cacau sem as habituais árvores de sombra, a mecanização agrícola na produção de milho pelos americanos, a reintrodução do gado bovino pelos holandeses, a cultura do arroz pelos chineses, um projecto de criação de galinhas, pelos cubanos, foram tentativas que falharam completamente (Seibert, 1998).

A dissolução da maioria das antigas roças e a distribuição de terras no âmbito da privatização foram precedidas de duas acções muito importantes: a primeira, um estudo sociológico sobre a “motivação dos trabalhadores agrícolas para a distribuição de terras”, realizado em 1991 e financiado pelo IDA e Banco Mundial, da autoria de Maria Alves Trovoadá com a coordenação do consultor Gilles Petit de Mirbek e, a segunda, o recenseamento agrícola de 1990, realizado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, editado em Março de 1993, com o apoio do FAC (Cooperação Francesa).

O estudo sociológico trouxe à tona a miséria e as inúmeras inquietações dos trabalhadores rurais face ao cenário da distribuição de terras: temor geral e insegurança perante a hipótese de retaliação dos espaços das roças, nostalgia, ausência de salários, insumos agrícolas, factores de produção (fungicidas, pesticidas e fertilizantes), materiais de trabalho, ausência de segurança social para os idosos, possibilidade da não recepção de melhores terras aráveis, financiamento, questões relativas à futura comercialização de produtos, falta de transportes e equipamentos. Revelou as fraquezas do período de transição: casas e outras infraestruturas sociais degradadas, redes viárias em péssimo estado, plantações abandonadas, pragas que

atacavam as plantas e danos causados por ratos e macacos, salários atrasados, falta de comunicação, inexistência da assistência médica e medicamentosa, poucas creches para as crianças (deixando as mães inquietas durante o trabalho, pois que a maior parte ficava ao cuidado dos irmãos e idosos). Faltava tudo: água potável, sal para a cozinha, produtos frescos como o peixe, entre outros; enfim, o trabalho deu também a conhecer algumas médias empresas agrícolas distribuídas durante o processo do “envolvimento do cidadão” e os problemas vividos pelos seus donos, nomeadamente, o árduo trabalho para tornar suas terras rentáveis, os créditos solicitados para o efeito ao Banco Nacional de STP sem que soubessem se seriam ou não positivos os resultados do investimento. Para melhor compreendermos esta situação, importa explicar que à beira da aplicação do mencionado programa, em 1987, para uma população activa de 41 000 habitantes, a taxa de desemprego rondava 21.5%. Essa mesma taxa era de 12.1% para os homens, quando em 1981 era apenas de 2.3%. Já para as mulheres a taxa atingia os 35.2%, enquanto em 1981 era de 7% (Ferreira, 1990).

Assim, das reuniões com a população das roças que sustentaram o referido estudo, ficou mais clara a constatação de que os santomenses não possuem uma mentalidade agrícola. Apesar do peso da história que não se pode negligenciar, a configuração mental desses indivíduos era marcada pelas aquisições práticas e simbólicas de todo um passado colonial desumano e pelas transformações e reformas económicas tidas lugar em 15 anos, grande parte delas, ineficazes e desestruturadoras do *status quo* (Trovoada, 1991; Espírito Santo, 2009; Berthed, 2011).

Na opinião de Trovoada, 1991:28, “o espectro do Estado atravessava todos os pensamentos, todas as reflexões relativas à aplicação do programa no imaginário dos trabalhadores. Não que fosse um Estado “Patrão”, mas um Estado “supervisor”; um Estado que definisse regras, prioridades, objectivos e que fornecesse ajuda perante as questões essenciais tais como as de ordem jurídica, técnica e organizacional. Relativamente ao estatuto jurídico era condição prima definir o quadro agrícola (título e propriedade da terra, atitudes a ter perante a banalização de usufruto, abandono do espaço atribuído...).”. Outras preocupações foram de ordem técnica: achavam que os serviços cadastrais deveriam se ocupar imediatamente da planificação física, dado que as terras seriam desmembradas e, como tal, tornava-se necessário se proceder às novas marcações, registos cartográficos, entre outros. Enfim, outras ainda se punham à volta da comercialização e das redes de abastecimento de víveres e dos factores de produção.

Antes do recenseamento agrícola de 1990 já tinham sido realizados outros, um em 1961, outro em 1964 que revelaram o total da superfície agrícola, superfícies cultivadas e não cultivadas, áreas ocupadas pelas plantações do cacau, coqueiros, palmares, cafeicultura, bananeiras, citrinos, e outros, a estrutura agrária das ilhas, número total de agricultores do país, incluindo os do sector familiar, número dos médios agricultores, concentração da terra. No recenseamento de 1990 foram também recenseados o sector da pecuária através da verificação da existência de bovinos, caprinos, ovinos, suínos, equinos, asininos, galináceos e aves, tendo-se também em linha de conta os respetivos criadores.

No seu âmbito foram inquiridas todas as zonas agrícolas do país, nas quais, se tomaram em conta todas as explorações agrícolas, cujos chefes residiam nas zonas. Ficaram fora do campo do recenseamento os seguintes grupos:

- ✓ Famílias que residiam nas zonas agrícolas, mas que não praticam agricultura ou criação (comerciantes, pescadores, artesãos ou assalariados, não tendo parcelas a explorar por eles próprios).
- ✓ Famílias que residiam no centro urbano da cidade de São Tomé.

Para o sector familiar, a unidade de residência, ou seja, o conjunto de indivíduos aparentados, ou não, vivendo no mesmo lar, foi utilizada como unidade de base para a realização do recenseamento. Para a realização dos inquéritos foi feita a distinção entre as seguintes categorias de exploração:

- ✓ Explorações familiares, constituídas pelas famílias agrícolas que praticam a agricultura ou criação de animais;
- ✓ As empresas agro-pecuárias estatais, que cultivavam essencialmente, cacau, café, coqueiro e ocupavam a maioria das terras cultiváveis;
- ✓ Empresas agrícolas privadas;
- ✓ Trabalhadores que cultivavam lavras das empresas;
- ✓ Pequenos e médios agricultores;
- ✓ As roças, enquanto explorações agrícolas, praticando as principais culturas industriais (cacau e café).

Partindo desses pressupostos os dados recolhidos referiam-se às:

- ✓ Características socioeconómicas das zonas agrícolas;
- ✓ Características físicas das zonas agrícolas;
- ✓ Estruturas agrícolas;
- ✓ Distinção de três grandes sectores: o estatal, roças privadas e familiares das parcelas;
- ✓ Equipamentos, materiais, insumos utilizados nas explorações agrícolas e a comercialização dos produtos.

Especificando com maior clareza, o sector estatal formou-se a partir das nacionalizações das “roças” anteriormente pertencentes aos colonos e compreendia 15 empresas agro-pecuárias que, em conjunto, ocupavam uma área de 65400 hectares ou sejam 86% da área de todas as unidades agrícolas e 22243 hectares de cacau correspondentes a 85% da área cultivada com este produto. Outros espaços das mesmas estavam ocupados com 7250 hectares com o coconote, 2735 com palmeiras de andim (coconote) e 982 hectares com café. Cada empresa integrava várias dependências ou seja unidades de produção separadas umas das outras, com plantações e núcleos de habitações próprias. (Recenseamento Agrícola de 1990,p, 23).

Roças privadas eram, na sua maior parte, propriedades ancestralmente herdadas das grandes famílias santomenses desde os primórdios da colonização, e que resistiram aos abalos da mudança de ciclos económicos bem como da concorrência que lhes eram impostas pela desigualdade de circunstância a que eram sujeitas no regime colonial. Estimavam-se que elas ocupavam, aproximadamente, uma área agrícola de 6500 hectares dos quais 1900 de cacau. Eram propriedades através das quais os proprietários conseguiam verdadeiras fontes de rendimento com as quais mandavam seus filhos estudar nas Universidades europeias.

A unidade familiar, para Baptista (2001:134) era composta por 13800 unidades onde viviam 35 mil pessoas, das quais 23900 trabalhavam também fora da terra familiar; detinham um total de 3500 hectares de área agrícola totais e 1900 hectares de cacau.

Outras fontes não fazem referência a estas unidades familiares, mas sim a glebas (terras dos nativos, geralmente herdadas dos ancestrais). É possível que se referissem às mesmas unidades, muito embora, hajam diferenças claras de caracterização que pode ser atribuída à defasagem temporal de uma fonte em relação a outra. As glebas ocupavam menos de 10% da

superfície total do país, pertencendo a mais de 10000 nativos. Os seus detentores não aspiravam a expansão e obtenção de lucros; tinham-nas apenas como complemento alimentar e de rendimento para a satisfação de necessidades da família. Nelas cultivavam, normalmente, produtos de consumo imediato.

Em 1991 no contexto de abertura política, após as primeiras eleições pluripartidárias e dentro dos acordos relacionados ao PAE, foram publicados os decretos-lei 3/91, 51/91, 30/92, 52/93, 79/93, 21/94 e 73/95 onde ficaram definidos os critérios de classificação e de criação de um quadro jurídico-institucional regulador da propriedade fundiária. O mesmo trouxe a definição do estatuto das terras e os modelos da sua distribuição em que se previa a entrega de concessões a particulares, tanto por venda, como por aforamentos, arrendamentos ou direito de posse. Na verdade, o Estado iria, assim, decidir pelo desmantelamento das empresas agrícolas por conta das pressões externas(Berthed, 2011).

Para esse efeito foi criado em 1991 um Gabinete de Privatização Agrícola junto ao Ministério de Agricultura,(PPADPP). Em 1992, o Governo anunciou que iria disponibilizar um crédito no total de \$17 milhões para a distribuição de terra. Esses fundos vieram do Banco Mundial, do PAM e do Governo. Foi divulgado que o projecto se iniciaria no segundo semestre do ano, depois de terem sido estabelecidos os critérios de distribuição (Seibert, 1998) e teria a duração de 5 anos, a aplicar em 4 componentes: a) Distribuição de terras (11,3%), b) Apoio à redução de trabalhadores (40,7%), c) Reforma operacional do sector do cacau (27,5%), d) Apoio aos serviços administrativos do sector agrícola (11,8%) (BM, 1991).

É baseado nesses pressupostos que os beneficiários da reforma fundiária foram divididos em três grupos, como se segue:

- Grandes empresários agrícolas;
- Médios empresários agrícolas;
- Pequenos agricultores.

O Governo propôs-se diminuir a carga de um sector agrícola centralizado para outro que se viraria para uma maior abertura ao mercado e ao sector privado, que seria o seu maior operador. Nessa ordem de ideias, a reforma agrária visava diversificar e aumentar a produção

agrícola através da privatização das plantações estatais e promover do desenvolvimento do sector de pequenos agricultores, a fim de reduzir a importação de produtos alimentares e aumentar a exportação de produtos de consumo interno, entre outros, a banana (base de alimentação santomense), diferentes tubérculos, os legumes, a fruta entre outros. Porém, a maioria deles não conhecia profundamente a agricultura e seus problemas naturais e como actuar em caso das adversidades climáticas e outras.

Apenas em 1993 as terras começaram a ser de facto distribuídas aos antigos trabalhadores e indivíduos particulares num total de 915 hectares a 73 indivíduos. O modelo de distribuição aos pequenos agricultores começou por ser aplicado na antiga roça Água Izé e suas dependências, mormente, Anselmo Andrade, Olivares Marim, Mato Cana, Claudino e Bernardo Faro e Plano, onde se formaram pequenas unidades agrícolas familiares, modalidades disseminadas, posteriormente, em todo o país.

Adianta ainda Seibert (1998) que o FMI esperava que o Governo distribuisse 3500 ha de terra até a fim de 1993, tendo-se porém, constatado que nesse mesmo ano, apenas 1500 ha foram distribuídos aos pequenos agricultores; em 1994 a área distribuída aumentou para 3000 ha atribuída a cerca de 1500 concessionários. No primeiro semestre de 1996 foram distribuídos cerca de 1800 ha de terra.

Em 1996 o Banco Mundial recomendou ao governo aumentar as áreas de distribuição aos pequenos agricultores, excedendo os 75% que tinham sido previamente estabelecidas, tendo em conta o colapso das empresas geridas por companhias privadas. Para além da Água Izé, foram dissolvidas e distribuídas Ponta Figo, Milagrosa e as estatais como Colónia Açoriana, Santa Catarina, Ribeira Peixe, Porto Real e Sundry na Ilha do Príncipe (Seibert, 1998).

Até aos finais de 1997, 3927 concessionários, dos quais 32% eram mulheres receberam 9672 hectares de terra no âmbito do projecto, representando uma população total de 11409 indivíduos, sendo que um quarto dos concessionários tem outra actividade principal (pescadores artesanais, professores, artesãos, etc).

1.2. A privatização agrícola: êxito ou colapso?

Santo (2008:49), defende que “(...) o sector agrícola é claramente estrutural para a economia santomense e, também, estruturante com uma importância superior ao peso relativo no Produto Nacional Bruto. Nestes termos, o programa de privatização agrícola, parte integrante do PAE alterou profundamente a realidade agrícola do país. Ao beneficiar 6000 famílias, afectou directamente 30000 pessoas, o que corresponde a mais de 20% da população nacional”.

Com um mundo rural *sui generis* que decorre das particularidades da colonização “... S. Tomé e Príncipe é o único país onde o Estado está envolvido quer na formação de um sector de pequenos agricultores, quer na construção não apenas dum modelo rural, mas da própria ruralidade... A transformação de economias insulares, baseadas no sistema de plantação em economias rurais, [e] na agricultura familiar, não foi alcançada, excepto em micro-espacos e à custa de um forte isolamento de exterior”(Seibert, 1998:2). Isto indicia que tenha havido uma formação forçada e pouco estudada da ruralidade santomense, que em simultâneo com a falta de apoio técnico aos beneficiários, se transformou num paradigma novo, quanto à nós, sujeito à mutações económicas e sociológicas de consequências imprevisíveis, tendo em conta a ausência de estudos multidisciplinares. Dos assuntos que também nos preocupam relativamente a essa questão dizem respeito à distribuição pouco criteriosa das roças, que normalmente não são trabalhadas; as bermas das estradas que fazem fronteiras com as parcelas distribuídas não eram capinadas, constituindo motivo para a diminuição da visibilidade dos condutores e transeuntes à espreita de acidentes com perdas irreparáveis. Outras incongruências, dignas de referência, consistem nos seguintes factos:

- Não foram previstas medidas administrativas para a segurança do rico património das roças, (residências de lindíssima arquitectura, os fontanários, os jardins botânicos), cuja degradação após as privatizações, atingiu níveis difíceis de descrever. Um dos problemas que considerámos de grande gravidade foi a falta de extensão da autoridade do Estado a esses espacos: colocadas em vários distritos do país não se substituiu as antigas administrações, enquanto órgãos de gestão por um outro (pelo menos transitório); não se instalou o poder policial, a fim de intermediar ou redimir os focos de conflitos. Essa ausência do Estado foi a gota de água para a ocupação indevida das

antigas casas dos padrões e das administrações, da sua degradação progressiva e do caos que vem verificando na utilização dos principais espaços, que pelo seu valor excepcional, podem ser considerados património histórico nacional.

- Deu-se uma descaraterização urbanística das roças com construção anárquica de casas de madeira levadas a cabo, entre outros, por instituições como o PNAPAF (Programa de Assistência à Agricultura Familiar) e LCP/DR(Projecto de Luta Contra a Pobreza), nos quintais e ao longo dos antigos terreiros, ferindo o conforto visual e retirando todo o seu significado histórico-cultural, quando seria de todo necessário que essas mudanças estivessem enquadradas numa estratégia global de desenvolvimento.
- A distribuição de terras não obedeceu a critérios agro-ecológicos. Há parcelas de relevo acentuado e topografia inclinada propensa à erosão, onde não existem fontes de água, o que dificulta a aplicação de medidas fitossanitárias. Como os insecticidas não são regularmente aplicados, ratos e rubrocintos invadiam, sobretudo, as plantações de cacau.
- Controlo e seguimento ineficazes de terras distribuídas o que tem normalmente permitido a muita gente negociar o título provisório que detém e até apropriar-se de terras de “terceiros” o que abre um precedente para potenciais conflitos.
- Explosão de pequenos comerciantes informais e ilegais de géneros alimentares, quinquilharias, vestuários, abate e venda de árvores, incluindo as sombreadoras do cacau (Santo, 2008:51).
- Inúmeros sobressaltos em relação ao crédito agrícola atribuído aos pequenos agricultores, (1998/1999), no que concerne a aplicação do controlo e viabilização desse importante instrumento. Para os mutuários, o crédito agrícola é visto como uma doação de emergência, o que faz dele apenas um artifício momentâneo voluntarioso e ineficaz (Yanez Casal,1999:396). É necessário criar condições mínimas de comercialização e abastecimento que o tornem numa peça sustentável pelo próprio funcionamento da economia, evitando deste modo o desperdício e prejuízos atinentes a excedentes sem mercado.

O processo foi também marcado por aberrações nos contratos de arrendamento das médias empresas marcado por manipulações políticas e algum paternalismo a favor de alguns

políticos no poder, empresários e concedidos títulos de posse provisório de algumas empresas agrícolas, tornando-se numa espécie de *gentleman farmer ausente*, conforme classificou Mbokolo, 2001:518, nas pesquisas que fez sobre o continente africano em casos similares.

As irregularidades agravaram-se quando o governo de Carlos Graça (1994-1995) tomou nos últimos dias de sua administração, decisões precipitadas forçando até as empresas com gestão privada a desistir das terras a favor dos membros do Governo (Seibert, 1998 p. 10). Uma sessão da Assembleia Nacional em 1997 foi marcada por sérias interpelações acerca desse assunto ao governo chefiado por Armindo Vaz de Almeida do MLSTP/PSD.

Tal como Baptista (2001) analisou, somos forçados a concluir que o sector [agrícola] não conseguiu de facto constituir-se numa fonte de emprego que respondesse ao continuado aumento da população, que atingiu os 124000 habitantes em 1994.

Se em 1992 estimava-se que mais de 50 % da população vivia directamente ligada à agricultura na altura, as mais recentes pesquisas levam-nos a crer o contrário; apenas cerca de 30% da população conseguia sobreviver com os magros rendimentos agrícolas.

Como constatou Heitor Romana, “...as condições para o desenvolvimento de uma economia rural e de uma classe de agricultores [em S. Tomé e Príncipe] têm sido constantemente contrariadas, facto que constitui, ainda hoje, uma das grandes dificuldades ao lançamento do desenvolvimento endógeno do sector agrícola”(Romana, 1996:104); a não realização de mudanças estruturais profundas dera aso a que os investimentos que foram aplicados pelas organizações bi e multilaterais fossem demasiado voláteis, não surtindo os efeitos desejados mesmo com a aplicação dos mais variados projectos agrícolas, que não têm sido poucos desde a independência em Julho de 1975, o que bem revela, por enquanto, o colapso das políticas de privatização agrícola e da própria reforma agrária.

Tratou-se, em nossa opinião, sob pretextos vários, de uma tentativa “coactada” de introdução das teorias modernizadoras do ocidente sob pretextos vários, sem se ter em conta as adaptações necessárias à uma realidade extremamente complexa

De acordo com Mata, 2013:40,[também essa]“reforma agrária foi concebida de forma exógena, ou seja, não houve um debate endógeno sobre a escolha técnica mais adequada, embora a motivação, mesmo exógena tenha sido a de contribuir para a geração de excedentes e suprimento alimentar local”. Na verdade, o processo de reforma exigiu investimentos avultados em bens de capital, cujos incentivos dependiam do financiamento externo e ajuda/assistência internacional.

1.3. As mulheres e a nova reforma agraria

Pelo que nos foi dado apurar a partir da consulta do Recenseamento Agrícola de 1990, nas informações recolhidas através do projecto PNAPAF, do LCP/DR(Projecto de Luta Contra a Pobreza pelo Desenvolvimento Rural), nas pesquisas de Santo(1998 e 2008), nas entrevistas com os diferentes intervenientes de diversos projectos no terreno(Nuova Frontiera, CLUSA, Zatona-ADIL, CIDR, AFVP, CIDR, “ Leigos para o Desenvolvimento”), as mulheres sempre foram contempladas nas listas dos beneficiários da distribuição de terras e acompanhadas pelos vários mecanismos de seguimento e de controlo criados para o efeito.

Quer para as mulheres, quer para os homens, os títulos de posse que lhes eram atribuídos deveriam ser transformados em contratos de concessão com a validade de 20 anos renováveis pelos mesmos períodos. O beneficiário dos títulos ficava obrigado ao pagamento de uma renda anual, correspondente a 15% do produto bruto produzido, o que não podia exceder 7% da receita efectuada. Era suposto que os beneficiários procedessem a legalização da terra que lhes tinha sido atribuída, havendo a possibilidade de compra da referida concessão pelo(a) agricultor(a). Porém, segundo os dados disponíveis na altura, apenas 28% dos beneficiários conseguiram legalizar seus contratos de concessão. Relativamente às mulheres que entrevistámos nenhuma tinha conseguido legalizar os seus lotes, alegando falta de orientação das autoridades e má-fé daqueles que sabiam perfeitamente que muitas eram analfabetas funcionais e não tinham conhecimento de expedientes administrativos. De referir, a propósito, que as mulheres analfabetas representavam 40% do total das chefes de exploração do sexo feminino, enquanto que os analfabetos (homens) representavam apenas 14% do total dos chefes de exploração do sexo masculino (PNAPAF, 1999). Essas imperfeições do sistema levaram a que alguns não investissem muito nos lotes, alegando que eles não eram seus, mas do Estado, acabando por vender informalmente suas parcelas (Aguilar, 2001).

Partindo desses pressupostos apresentaremos de seguida os detalhes da referida distribuição por distritos, região, comunidades, e beneficiários por sexo analisados nos quadros e gráficos que se seguem divididos pelas zonas Norte, Centro, Sul e Região Autónoma do Príncipe (RAP).

Os critérios adoptados de análise foram, a partir dos dados disponibilizados pelo Gabinete de Reforma Fundiária e PNAPAF que incidiram sobre cada comunidade contemplada, tendo sido calculado o número de homens e mulheres beneficiados com terras (lotes). Para esse efeito, socorremo-nos da ajuda de uma técnica do INE (Instituto Nacional de Estatística).

1.3.1. Zona Norte

Na zona Norte o total geral de beneficiários de lotes foi 3368 pessoas, sendo 746 mulheres. As distribuições foram feitas em Agostinho Neto, Diogo Vaz, Ponta Figo, Santa Catarina e suas antigas dependências. De salientar que enquanto as mulheres tiveram direito de 1 a 4 hectares de terra, os homens recebiam 2 a 5. No total da zona Norte, 22% dos beneficiários eram mulheres e 78% homens.

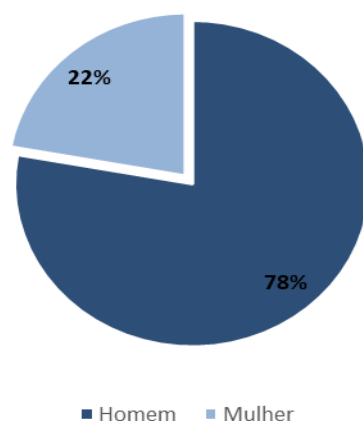
Tabela 35: Situação da distribuição de terras/Norte

Zona	Empresa ou Região	Nome da Comunidade	Total	
			Geral	Mulheres
Norte	Agostinho Neto	P.Conchas	305	50
Norte	Agostinho Neto	Plancas I	181	36
Norte	Agostinho Neto	Saltado	55	8
Norte	Diogo Vaz	Cadão	50	12
Norte	Diogo Vaz	J.Luis	29	7
Norte	Diogo Vaz	M.Luisa	79	17
Norte	Diogo Vaz	Sta.Genny	176	33
Norte	Ponta Figo	B.Sucesso	74	17
Norte	Ponta Figo	C.Santos	53	14
Norte	Ponta Figo	Generosa	274	67
Norte	Ponta Figo	M.Morais	21	6
Norte	Ponta Figo	P.Figo S.	556	135
Norte	Ponta Figo	P.Figo S.	98	16
Norte	Ponta Figo	R.Funda	223	49
Norte	Ponta Figo	R.Palma	180	37
Norte	Ponta Figo	Rosema	115	27
Norte	Ponta Figo	Sta.Tereza	101	25
Norte	Santa Catarina	Brigoma	198	60
Norte	Santa Catarina	Lemba	216	47

Norte	Santa Catarina	P.Furada	83	25
Norte	Santa Catarina	S.João Cat	72	15
Norte	Santa Catarina	S.Manuel	82	19
Norte	Santa Catarina	Sta.Catarina S.	147	24
Total Zona Norte	Total Zona Norte		3368	746

Fonte: PNAPAF, 1999

Gráfico 2: Percentagem Beneficiários, Zona Norte/sexo

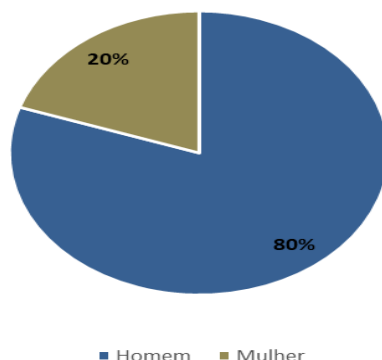


Fonte: a partir dos dados do PNAPAF

1.3.2. Zona Centro

A zona Centro é extremamente importante para a agricultura do país, situando-se nela algumas das antigas roças mais emblemáticas, tais como: parte de Agostinho Neto, antigo Rio do Ouro, Água Izé, Bela Vista, Milagrosa e Santa Margarida, bem como suas dependências. Dos dados recolhidos do PNAPAF e do Gabinete de Reforma Fundiária entre 1993 e 1999 num total 5838 beneficiários de lotes 1154 eram mulheres. De notar que a zona centro foi a mais abrangida pela distribuição. No total geral os homens beneficiaram de 80% e as mulheres 20%.

Gráfico 3: Percentagem da distribuição de terras por sexo na zona Centro



Fonte: Construído a partir dos dados do PNAPAF

Tabela 36: Distribuição de terras na zona Centro: Geral e Mulheres

Zona	Empresa ou Região	Nome da Comunidade	Total	
			Geral	Mulheres
Centro	Agostinho Neto	A.Coimbra	54	11
Centro	Agostinho Neto	A.Sampaio	190	38
Centro	Agostinho Neto	B.Esperança	66	15
Centro	Agostinho Neto	M.Carmo	78	16
Centro	Agostinho Neto	P.Alto	54	12
Centro	Água Izé	Água Izé Sede	2402	458
Centro	Água Izé	Águas Belas	46	14
Centro	Água Izé	M.António	89	20
Centro	Água Izé	N.Olinda	117	41
Centro	Água Izé	P.Palmeiras	52	15
Centro	Água Izé	Quimpo	245	49
Centro	Água Izé	S.António	131	28
Centro	Bela Vista	Água Telha	76	13
Centro	Bela Vista	B.Entrada	190	51
Centro	Bela Vista	Laranjeira	35	11
Centro	Bela Vista	Maianço	257	40
Centro	Bela Vista	R.Douro P.	61	10
Centro	Bela Vista	S.Catanhede	147	26
Centro	Bela Vista	V.Fernanda	35	10
Centro	Milagrosa	Abade C.	133	31
Centro	Milagrosa	M.Estoril	2	1
Centro	Milagrosa	Milagrosa S.	362	34
Centro	Milagrosa	Plateau	139	30
Centro	Milagrosa	Q.Flores	69	12
Centro	Milagrosa	R.Nova	86	16
Centro	Milagrosa	S.Adelaide	106	26
Centro	Milagrosa	S.Januário	82	17
Centro	Santa Margarida	Filipina	107	20
Centro	Santa Margarida	Gratidão	63	25
Centro	Santa Margarida	Q.Palmeiras	156	19
Centro	Santa Margarida	R.Lima	69	15
Centro	Santa Margarida	Vanguarda	139	30

Total Zona Centro	Total Zona Centro	5838	1154
--------------------------	--------------------------	-------------	-------------

Fonte: PNAPAF, 1999

1.3.3. Zona Sul

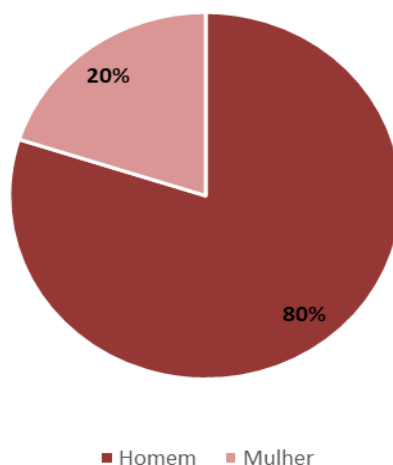
A zona sul tem bastante potencialidade agrícola por chover durante todo o ano. Para além de algumas antigas dependências da Água Izé foram distribuídos lotes em Colónia Açoriana, Porto Alegre e Ribeira Peixe. Num total de 3176 beneficiários da zona em epígrafe, 636 eram mulheres com particular incidência nas comunidades de Castelo, Monte Belo, Mendes da Silva e Vila Formoso. Nessa zona o total das mulheres beneficiárias foi de 20% e homens 80%.

Tabela 37: Distribuição de terras na Zona sul

Zona	Empresa ou Região	Nome da Comunidade	Total	
			Geral	Mulheres
Sul	Água Izé	Castelo	123	25
Sul	Água Izé	M.BeloS	195	26
Sul	Água Izé	M.Silva	170	27
Sul	Água Izé	V.Formoso	6	0
Sul	C.Açoreana	Amparo I	88	17
Sul	C.Açoreana	C.Açoreana S.	218	54
Sul	C.Açoreana	Caridade	153	30
Sul	C.Açoreana	Micondó	78	13
Sul	C.Açoreana	S.Cecilia	131	34
Sul	C.Açoreana	S.Lourenço	44	10
Sul	C.Açoreana	S.Paulo	43	12
Sul	Porto Alegre	A.Douro P	159	35
Sul	Porto Alegre	P.Alegre.S	415	98
Sul	Porto Alegre	P.Baleia	110	25
Sul	Ribeira Peixe	A.João Ri	40	6
Sul	Ribeira Peixe	A.Toldo	0	0
Sul	Ribeira Peixe	B.Moçambique	0	0
Sul	Ribeira Peixe	D.Augusta	218	57
Sul	Ribeira Peixe	M.Caroça	219	35
Sul	Ribeira Peixe	R.Peixe Sede	710	119
Sul	Ribeira Peixe	R.S.João	24	3
Sul	Ribeira Peixe	Soledade	32	10
Total Zona Sul	Total Zona Sul		3176	636

Fonte: PNAPAF, 1999

Gráfico 4: Zona Sul: Distribuição de terra por sexo

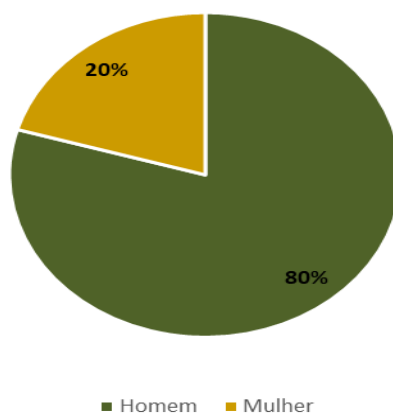


Fonte: A partir dos dados do PNAPAF

1.3.4. Região Autónoma do Príncipe

Apesar da descontinuidade geográfica houve sempre uma grande preocupação das entidades no sentido de incluir a Região Autónoma do Príncipe nos programas nacionais. Assim, no Príncipe, a privatização e a distribuição dos lotes englobaram no geral 1331 pessoas, contando-se entre elas 291 mulheres. Foram distribuídas terras nas comunidades das Roças Porto Real, e Sundry, as mais importantes da referida ilha. À semelhança das duas zonas anteriores a percentagem das mulheres foi de 20% e os homens, 80%.

Gráfico 5: Região Autónoma do Príncipe: Percentagem de distribuição por sexo



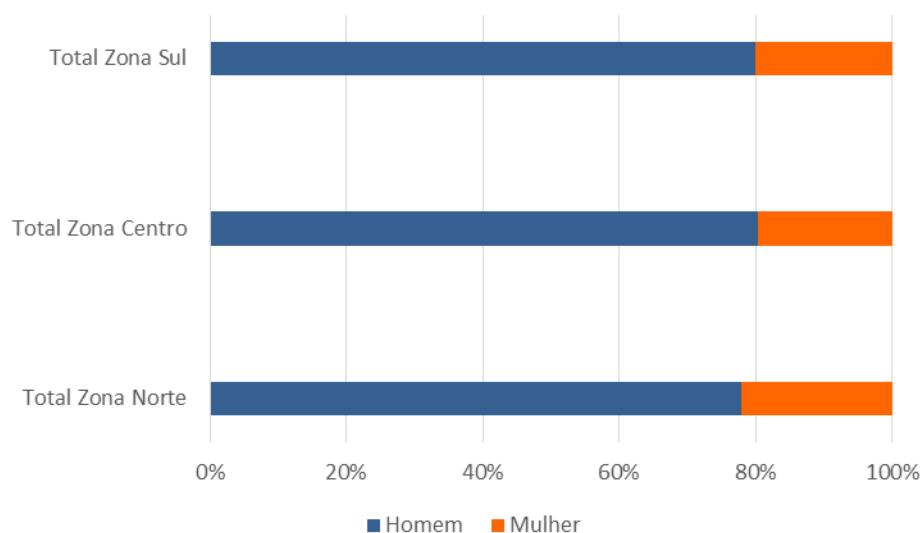
Fonte: construído a partir dos dados do PNAPAF.

Tabela 38: Distribuição de terras na Região Autónoma do Príncipe

Zona	Empresa ou Região	Nome da Comunidade	Total	
			Geral	Mulheres
Príncipe	Porto Real	AbadeP	124	22
Príncipe	Porto Real	B.Vista	104	15
Príncipe	Porto Real	Montalegre	47	8
Príncipe	Porto Real	Nova Estrela	123	22
Príncipe	Porto Real	P.Real Sede	145	37
Príncipe	Porto Real	Pincate	102	24
Príncipe	Porto Real	S.Joaquim	115	22
Príncipe	Porto Real	Sto.Cristo	98	28
Príncipe	Porto Real	T.Velho	61	9
Príncipe	Sundy	Azeitona	26	6
Príncipe	Sundy	Belo Monte P	72	13
Príncipe	Sundy	O.Gaspar	52	12
Príncipe	Sundy	P.Inhame	47	14
Príncipe	Sundy	P.Sol	73	28
Príncipe	Sundy	Paciencia	53	12
Príncipe	Sundy	Sta.Rita	89	19
Total Zona do Príncipe	Total Zona do Príncipe		1331	291
Total São Tomé + Príncipe	Total São Tomé + Príncipe		13713	2827

Fonte: PNAPAF, 1999

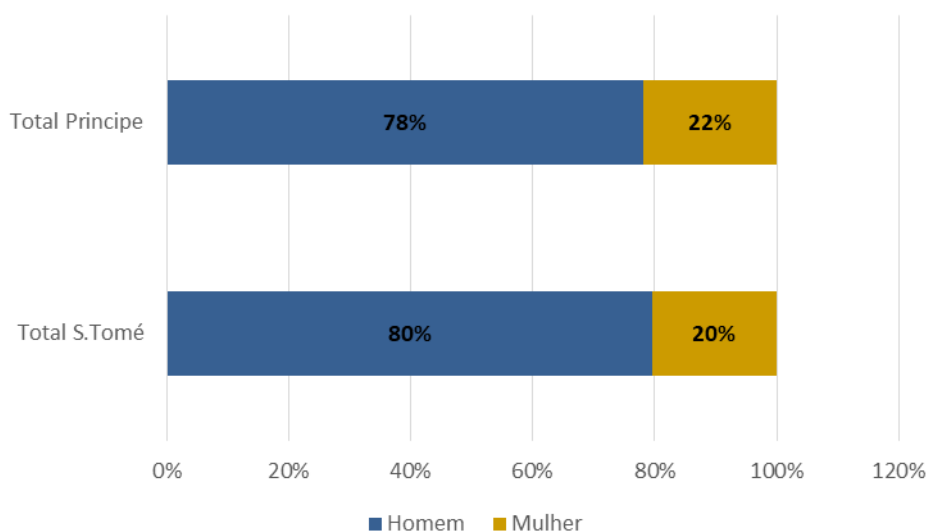
Gráfico 6: Distribuição de terras por Género e por Zonas/ Geral



Fonte: A partir dos dados do PNAPAF

Quando analisamos o total geral na distribuição por género nas zonas Norte, Centro e sul, fica claro de que os homens foram os maiores beneficiários de terra com 80% e só 20% de mulheres receberam terra ou lote.

Gráfico 7: Distribuição Género por Ilhas (%) /Geral, País



Fonte: A partir dos dados do PNAPAF

Finalmente, com este quadro fica bastante claro que no total gerais do país inteiro (STP), os maiores beneficiários de terra foram homens em detrimento das mulheres.

1.4. O papel das mulheres nas Unidades Agrícolas Familiares

Nos anos 90, nas comunidades rurais de STP, 25-30% de mulheres beneficiárias de terras agrícolas eram chefes de agregado familiar. Pese embora as responsabilidades que recaíam sobre as mesmas, a sua participação ainda não era devidamente reconhecida na altura, apesar do seu papel imprescindível nas UAF (FAO, 2006). A agricultura familiar é caracterizada pela participação de todos os membros da família na produção agrícola (homens, mulheres, crianças e idosos, que ainda reuniam alguma força física para o efeito).

Pese embora as mulheres tivessem uma participação significativa nessa área económica, elas ainda eram vistas, tão simplesmente, como trabalhadoras que auxiliam o trabalho do homem (Paiva, Rodrigues & al, 2014). Assim, a agricultura familiar faz da mulher uma peça-chave

ímpar na luta contra a fome, não só como produtoras, mas também no papel múltiplo como principais encarregadas da alimentação das famílias desde a aquisição, até a manipulação e preparação de alimentos (Revista, Nações Unidas, Brasil, 2014). O papel das mulheres na agricultura familiar nos países em desenvolvimento tornou-se, pois, evidente. Elas produzem 60 a 80% de alimentos e são responsáveis pela metade da produção alimentar mundial. O seu papel é essencial em matéria de segurança alimentar das famílias rurais, o que não tem sido suficientemente reconhecido e valorizado, tal como constataram equipas técnicas da FAO em 2011:

“ Rural womans often manage complex households and pursue multiple livelihood strategies. Their activities typically include producing agricultural crops, tending animals processing and preparing food, working for wages in agricultural or other rural enterprises collecting fuel and water, engaging trade and marketing, caring for family members and maintaing their homes. Many of these activities are not as “ecomically active employment” in national accounts, but they are essencial to the wellbeingof rural household”(SOFA Team and Doss,C., 2011, 2, <http://www.fao.publications/ecomomic/ESA>).

No caso de S. Tomé e Príncipe, as Unidades Agrícolas familiares (UAF) foram uma emanção da distribuição de terras com o objectivo de envolver todos, não só no trabalho produtivo para obtenção de produtos agrícolas tradicionais que já se encontravam nas parcelas ou lotes que os beneficiários receberam (cacaueiros, palmeiras de azeite, fruteiras, coconote, copra, entre outros), mas também, no incentivo à produção de alimentos como a matabala, os vários tipos de banana, a mandioca, batata-doce, os produtos hortícolas, bem como o estímulo à produção pecuária (suínos, caprinos, galináceos...). A proceder nessa senda, acreditava-se poder diminuir os impactos da *desestatização* das empresas agrícolas e suas antigas dependências. Mais ainda, “pretendia-se, assim, promover o aumento da eficiência produtiva através da eliminação de perdas financeiras das empresas estatais, aliviando a pobreza rural e fazendo crescer a agricultura de forma diversificada, contribuindo para o desenvolvimento rural” (Aguiar 1998:5).

De acordo com Aguiar (1998) e apoiando-nos nas nossas observações no terreno, as UAF funcionavam na base da sua fonte de rendimento que era a terra, que variava entre 1 a 9 ha, visando a segurança alimentar (produtos para vendas e consumo, aumento do nível de vida, satisfação das necessidades de subsistência, embora não tivessem a capacidade de garantir a

formação do património familiar e grandes recursos para o investimento); a mão-de-obra era fundamentalmente familiar (homem, mulher, filhos) eo trabalho durava cerca de 5 horas por dia. Quando aumentasse o volume das tarefas (sobretudo no tempo das colheitas) organizava-se um trabalho ocasional baseado em redes de entre-ajudas como o *junta-mão* ou *kitembú*, (trocas recíprocas de trabalho) aos quais se juntavam outros membros da família e empregados de fora, que podiam ser amigos do beneficiário ou trabalhadores outros com quem se ajustava uma jorna monetária ou de devolução de favores. Sobre as características sociológicas dessas unidades, o chefe de família podia ser homem ou mulher (que também podiam chefes de exploração); normalmente, sabiam ler e escrever [embora houvessem excepções] e a idade variava entre 20 e 60 anos; seus locais de residência eram o quintal das comunidades, casas tipo comboio, [mas também novas residências de madeira contíguas ao quintais das roças, construídas pelo projecto PNAPAF e outros intervenientes].

As UAF começaram a ser implantadas, como já nos referimos, na antiga Roça Água Izé e suas dependências que passaram a constituir comunidades em Mato Cana, Anselmo Andrade, Olivares Marim, Bernardo e Claudino Faro, experiência que depois foi disseminada para outras antigas roças.

No cerne das UAF está a família camponesa, que enveredou pela policultura e alguma diversificação de culturas (citrinos, ananás, café, hortícolas, etc.) Entre bens para o autoconsumo e para comercialização, cada família definiu a sua estratégia de produção compatível com a capacidade produtiva da sua parcela e com a estrutura de produção herdada, assentando num modelo dualista em que se denota um certo equilíbrio entre o sector de exportação (cacau e matabala) e de subsistência, com base na produção da banana e matabala (Aguiar, 1998:13).

De acordo com os dados que recolhemos no terreno as mulheres “chefes de família” recebiam entre 1 a 4 hectares de terra. Grande parte delas não tinha marido, mas tinha um número significativo de crianças a seu cargo (filhos, sobrinhos, netos e educandos), sendo obrigadas a trabalhar muito mais do que os outros beneficiários, mergulhadas em duplas ou triplas jornadas. Particularmente nesse meio, marcadamente masculino, continuava a haver um desfasamento entre as formulações teóricas e as condições reais da sociedade, cuja

estruturação prossegue, em larga medida a assentar num sistema de género dualista e desigual (Núncio,2008:98).

Mesmo que elas tivessem a possibilidade de ganhar mais dinheiro do que antes, a sobrecarga de trabalho era maior e mais fatigante. Sabe-se que o volume de trabalho foi sempre grande para as mulheres, quer antes da distribuição de terras como funcionárias rurais, quer no tempo presente, como proprietárias de lotes. A nossa entrevistada, Malmequer (entrevista tida lugar no dia 14/06/2018 em Água Izé), desabafou a propósito:

“...Quando o Estado era nosso patrão, trabalhávamos pouco porque nos pagavam pouco; agora, com as responsabilidades acrescidas e sem ajuda do homem, na maior parte das vezes, somos obrigadas a colher o cacau, inclusivamente, e ocupar-nos da sua comercialização! Ficamos , fisicamente mais cansadas.”

As tarefas femininas nessas UAF eram diversas, tendo em conta o aumento da degradação do meio ambiente e de tudo cair sobre os ombros femininos: A preocupação das mesmas tornava-se maior com a inoperância e ausência de quaisquer métodos de administração: proliferava a água estagnada à volta das residências, deixou de haver locais próprios para a deposição do lixo (que se acumulavam nos quintais) o que misturado com a presença de animais à solta nos arredores das casas, dejetos e cropólitos aumentava o risco de doenças como o paludismo, o risco da cólera, da febre tifóide, enfermidades de cariz respiratório e de foro urinário, infecções da pele, algumas delas desde sempre endémicas em S. Tomé e Príncipe.

Os tanques de decantação da água conduzidas por tubos de ferro estavam, de um modo geral, enferrujados e rotos, o que fazia rarear esse bem precioso na comunidade, havendo necessidade da sua captação a 2-3 kms de distância, dificultando a vida das lavadeiras, impedindo a gestão mais rápida de outros trabalhos domésticos a fim de se dedicar com mais tempo aos trabalhos agrícolas. Os fontanários e tanques estavam partidos, torneiras inoperantes e locais de escoamento das águas desaparecidos com o tempo e falta de manutenção.

Havia pouquíssimas latrinas, não havia WC em condições de uso e muitas dessas infraestruturas estavam ineficientes por falta de água nas canalizações, dado que havia tubos galvanizados obsoletos. Os fogões à lenha, ao relento, dificultavam a preparação da alimentação, sobretudo em tempos de chuva (chove cerca de 9 meses em S.Tomé e Príncipe).

No entanto, apesar das mulheres possuírem título de posse, eram os homens quem efectivamente desempenhavam o papel de chefes de exploração, excepção feita no caso de não possuírem marido, como acima fizemos referência. Assim, os homens dedicavam-se preferencialmente ao trabalho do campo e as mulheres às tarefas consideradas “ mais leves” no campo e aos trabalhos caseiros (Aguilar, 1998).

Com efeito, nas UAF a força de trabalho é desencadeada pela mão-de-obra familiar constituído por mulheres, chefes de famílias e crianças que podiam exercer grande influência sobre os recursos agro-pecuários (terra, animais, cultivos, água), explorando as capacidades produtivas destes recursos para a obtenção de produtos[agrícolas] e de origem animal (Bonfim, 2008:178). É baseado nesse autor que conseguimos construir um quadro da divisão e intensidade do trabalho diário feminino nas UAF:

Tabela 39: Relógio de actividades diárias

Actividades diárias	Hora de execução
Levanta da cama, prepara o matabicho	5:30h
Dá comida aos animais e controla os efectivos	6h
Vai ao lote para praticar a agricultura	7-10:30h
Colheita de alimentos para os animais e volta da casa	11h
Dá comida e água aos animais, prepara o almoço, almoça e descansa	12-14h
Labor doméstico e eventual trabalho no lote ou laser	14-17h
Dá comida aos animais	17-17:30h
Termina o labor diário e janta	18-19h
Horas de laser	19-21:30h
Vai para a cama e dorme	21:30-5:30h
Fonte: Bonfim, 2008 :179	

Partindo desses pressupostos, as tarefas especificamente femininas também eram:

- ✓ Catar a água, ajudadas pelas crianças;
- ✓ No sentido de garantir a alimentação, as mulheres (também auxiliadas pelas crianças) dirigiam-se ao mato ou à parcela em busca da lenha;
- ✓ Ela ocupava-se igualmente da limpeza do terreiro (lixo e capim), uma tarefa antiga de foro feminino na roça;
- ✓ Capina e limpeza dos locais de cultivo, colheita, selecção e embalagem de produtos;
- ✓ Apanha do cacau, escolha e colocação nos tabuleiros de secagem;
- ✓ Trabalho na horta, venda dos produtos hortícolas e gestão daqueles que restavam para o consumo da família;
- ✓ Gestão das vendas de produtos por elas produzidos: galinhas, ovos, hortaliças, milho, tubérculos...).

Apesar dos progressos alcançados, à mulher era vedada o título de “horticultora”(também em STP), dada a sua incapacidade física para o “sacho” e a sua “fragilidade” relativamente ao poder tóxico dos medicamentos[pesticidas e outros factores de produção] para o tratamento das plantas, Mas isso não invalida a acção da mulher no empreendimento agrícola. Cabe às mulheres a capacidade de escoamento do produto e, mais uma vez, a capacidade de manusear o dinheiro. A sua habilidade nata para integrar relações de solidariedade e de confiança intra-género e a tarefa de gerir a produção alimentar do agregado, através da compra de géneros, configurou à mulher e o seu género como o mais apto para a gestão de vendas da produção agrícola familiar (Couto, 2009:79).

Em quase todas as roças distribuídas e transformadas em UAF, socorreu-se da criação de associações locais para melhor organizar, intermediar, criar melhores condições de diálogo entre as comunidades e os vários projectos no terreno, suprimindo desse modo, os défices institucionais.

Lopes, 2012:89 destaca alguns motivos que estão na base do “surgimento das associações comunitárias:1º) reconhecimento de necessidades não respondidas; 2º) reconhecimento das incapacidades do Estado em dar resposta a essas necessidades não respondidas;3º) reconhecimento da existência de meios- ainda que escassos- que permitem atenuar as dificuldades; 4º)sentimento muito forte de pertença à um local e à uma comunidade”.

Das análises feitas aos vários documentos postos à disposição pelos vários intervenientes no terreno na época, concordámos com Aguiar (1998) que é de opinião segundo a qual as associações eram ainda bastante precárias, limitando-se os seus membros a reivindicações inerentes às suas necessidades básicas a nível das construções e reabilitação das infraestruturas, a nível da aquisição de alguns materiais prementes como geradores (havia carência de energia eléctrica em quase todas as dependências) e tractores para o escoamento de produtos e deslocações de pessoas (incluindo mulheres-parturientes em busca de um centro de saúde ou posto médico mais próximo para dar à luz), tal era o estado calamitoso das estradas.

Porém, uma participação mais activa das mulheres nessas associações era ensombrada pelos homens que as achavam incapazes de exercer responsabilidades nas mesmas, sendo motivo de desconfiança e de cerceamento. Tluki Sun Dêsu da Zatona/Adil, numa entrevista que nos concedeu em 1/10/2017 disse-nos a dado passo que:

“(…) Do que nos foi dado a observar, os homens não gostavam de ver suas mulheres participarem activamente nas associações. Na altura a única forma as fazer tomar parte nas tarefas das mesmas era escolhê-las como tesoureiras. As mulheres eram muito disciplinadas e rigorosas com o dinheiro!”

Partindo do que foi exposto nessa constatação, a participação da mulher era muito ténue, pouco expressiva em relação às novas dinâmicas que estavam a ter lugar nas antigas roças. Por isso, tornava-se necessário compreender as questões relativas ao controlo social (hábitos e costumes, proibições que regulavam as relações homem/mulher) num espaço culturalmente androcêntrico. Um relatório do Projecto de Luta Contra a Pobreza (LCP/DR-STP/92/04,p.4) dá-nos conta dessas preocupações:

“Le Projet LCP/DR s’est bien donné comme objectif d’aider les femmes à devinir, eles aussi, des citoyennes à part entière, mais il n’y est pas prévu de moyens spécifiques pour que cela soit possible. Même des activités telles que la couture ou les soins primaires de santé, qui sont déjà en cours et prevues essentiellement pour les femmes, sont suivies par des hommes et provoquent dans certains cas la démotivation des femmes. Au moins pour la santé, eles se rendent bien compte que l’interêt des hommes restent hors du cadre familial et que sont eles qui doivent supporter toutes les maladies de tout le monde”.

Nesses termos, o projecto não identificou iniciativas visíveis e dinâmicas por parte das mulheres, que acabavam por assumir uma atitude *não participativa* nas associações ou nas caixas de poupança, sobre as quais, particularmente, nos debruçaremos num dos próximos pontos do presente trabalho. Não davam opinião, pareciam não se interessar significativamente pelas novas técnicas de cultivo e formas de aproveitamento das parcelas, pelas acções de sensibilização sobre os cuidados de saúde, opunham-se passivamente às iniciativas vindas do exterior, cuja aplicação traria, certamente, benefícios a médio prazo.

Uma vez que as associações comunitárias tinham a intenção de representar os interesses de todos e de cada um dos seus membros, principalmente em assuntos de carácter colectivo, a ligação entre o projecto de luta a contra a pobreza e a comunidade era mediada pelas mesmas. É através dos seus dirigentes que se estabelecia relação e diálogo, tendo particular atenção às assembleias gerais que eram o vínculo directo de toda a comunidade transmitir o seu parecer. Contudo, estas assembleias nem sempre preenchiam essa função por desinteresse ou ausências de muitos membros, sendo de realçar especialmente, a pouca participação das mulheres (Santos, 1997).

Educadas na base de princípios tradicionais desde o berço, as mulheres estão dotadas de uma capacidade inimaginável para encontrar soluções perante problemas domésticos complexos, tomando iniciativas e responsabilidades para as suas resoluções. Ficou claro que as mesmas jogam um papel fundamental na medida em que asseguram a manutenção das redes e da reprodução sociais; detêm a arte do saber-fazer nos domínios mais vastos (incluindo gestão e contabilidade doméstica, mesmo que sejam completamente analfabetas ou analfabetas funcionais), assim como têm uma capacidade extraordinária de sacrifício, busca de consensos e resiliência perante as adversidades.

Essas qualidades foram profundamente abaladas pela submissão ao homem, desvalorização das suas experiências e iniciativas. É que as conquistas das mulheres em contextos rurais contam com muitos obstáculos a ultrapassar: a dependência financeira, a hegemonia ideológica dos homens, o domínio masculino nos corpos associativos; tomam poucas iniciativas, alegando sobrecarga com os trabalhos domésticos; os complexos de inferioridade gerados a volta de si, nutridos pelas mesmas e pela família, tal como também constataram

estudiosos como Brumer (2004), Bryant & Pini (2009), Allen (2012), Nogueira e Toneli, (2016).

Estando mais de metade da população mundial a sofrer desnutrição, é importante que as mulheres rurais tenham formação e acesso aos recursos que lhes permitam melhorar a forma como se organizam, produzem, processam e preparam alimentos (Paiva, 2015).

Só a formação poderia viabilizar o acesso das mulheres ao conhecimento técnico, indispensável para o seu fortalecimento económico nas UAF. Seria uma forma de incentivo à maior participação dessas mulheres nos projectos produtivos e sua capacitação para os projectos de reforma agrária e difusão das metodologias que reconhecessem e favorecessem a presença das mulheres rurais na economia agrícola (Mesquita, 2012).

Partindo desses pressupostos, o Projecto de Luta contra a Pobreza com sede em Água Izé decidiu encabeçar um conjunto de acções com vista a suprir o défice de pré-requisitos para viabilizar iniciativas económicas femininas no mundo rural. Para tal, tornava-se indispensável proceder a uma larga acção de sensibilização para que as mulheres tomassem consciência do seu valor, rompendo o *status quo* da auto-desvalorização, ganhando autoconfiança e autoestima (Santos, H., PLCP/STP/92//04:1996,40).

Foi proposta nessa base uma acção de formação com vista a atingir os seguintes objectivos.

- ✓ Tomada de consciência sobre o seu valor, experiências vividas, capacidade de saber-fazer;
- ✓ Assumir e valorizar a sua identidade cultural de origem e adquirida;
- ✓ Descobrir suas capacidades “escondidas”;
- ✓ Melhorar a imagem que têm de si próprias, ganhando autoconfiança e auto - estima;
- ✓ Fazer-lhes perder o medo e a vergonha de tomar a palavra, ter ideias, e de fazer propostas;
- ✓ Desenvolver no seio das mulheres o sentido de responsabilidade, cooperação entre as mesmas e elementos masculinos da comunidade para a resolução dos muitos problemas existentes;

- ✓ Desenvolver nelas o desejo de aprender e de tomar iniciativas, eliminando a visão estereotipada sobre a mulher, apenas como extensionista da economia doméstica;

Um manual de formação criado para o efeito advertiu que a mesma visava apenas inverter e desconstruir o *status quo* de invisibilidade feminina de forma a ter repercussões sobre as comunidades, para que a valorização das mulheres não se “limitasse” ao seu foro íntimo e para que elas se tornassem, de imediato, agentes activas de valorização das outras mulheres ou de outros membros da comunidade e despertassem neles também o desejo de aprender e participar mais activamente nas actividades quotidianas. Assim, a formação devia sair da sala para a comunidade e fazer delas (umas mais que as outras, naturalmente) animadoras de processos de dinamização nas UAF(PLCP/STP/92/004,1997:6).

A formação foi programada em 4 fases distribuída por seis semanas, correspondendo algumas etapas. A mesma foi concebida para um grupo de mulheres agricultoras, algumas mais jovens, vindas de zonas isoladas, com nível de escolaridade máximo de 4ª classe e que deixaram de ter contacto com a escola há mais de 5-10 anos, o que fez com que nessa primeira fase participassem raparigas e senhoras na faixa etária compreendida entre 15 e 30 anos, já que as mais velhas são na sua maioria analfabetas e, por outro lado, demonstram pouco interesse em acções de formação, preferindo dar oportunidade às mais novas, concretamente às filhas. A selecção das formandas foi feita através de reuniões realizadas nas 5 comunidades com as mulheres interessadas às quais se explicou os motivos da realização da acção de formação. Assim, inscreveram-se, voluntariamente, por grupos de 5, tendo-se procurado seleccionar grupos heterogéneos e diversificados compostos por mulheres de origem cabo-verdiana, angolana, moçambicana, santomense e outras, jovens e adultas, beneficiárias e não beneficiárias de lote, com ou sem filhos.

Dados os imprevistos que foram acontecendo relativamente à adaptação das formandas à formação a dinâmica da mesma foi passando por alguns ajustes.

A primeira fase visou o alcance da auto-estima, ao tentar derrubar as barreiras existentes na condição humana de mulheres rurais sujeitas à inferiorização permanente; visou também seu envolvimento gradual (perdendo o medo, a vergonha ou inibição de se expor), tomando coragem de falar nas assembleias expondo suas ideias, induzindo as instituições a alterar a sua linguagem extremamente formal, passando a entender os seus desejos ligados a preocupações

bem concretas; foi criado um clima propício onde foi possível até dizer que não aceitavam alguns termos de referência da formação, o que era tomado com alguma flexibilidade (Santos,1997). Dentre os objectivos que se devia alcançar nesta fase, destaca-se:

- Criar relacionamento de grupo entre as formandas e entre elas e a equipa formadora;
- Criar hábitos de estar num espaço fechado e fixo;
- Desenvolvimento pessoal e da auto-estima, tornando a formação num espaço de convívio onde recordem, reconheçam e valorizem coisas que já tenham sido feitas por elas;
- Neutralizar possíveis hostilidades á sua participação por parte dos maridos e outros membros da comunidade.

Para o alcance desse desiderato foram utilizados meios como a manutenção de um clima onde fosse possível estarem a vontade e onde pudessem fazer trocas de experiências dos saberes e aprendizagens de forma interactiva através do canto, estórias, actividades quotidianas caseiras, agrícolas, curas tradicionais das doenças, entre outras; manutenção de um processo activo de diálogo, onde todas as opiniões eram bem – vindas; apropriarem-se do espaço-formação com decoração de sua iniciativa (panos e flores); trabalhar bloqueios à comunicação e à diferença; levá-las a perceber que também têm coisas a ensinar, incluindo à equipa formadora; valorizar esses saberes e experiências pessoais, idênticos ao das outras pessoas, compreendendo a importância da identidade própria.

Foram feitos alguns exercícios e desenvolvimento de conteúdos: de apresentação (com muita timidez, informavam a que comunidade pertenciam, número de filhos e com quem viviam), exercício de agradecimento nas línguas crioulas que dominavam, a fim de verem valorizadas as línguas em que se comunicavam para que se exprimissem à vontade, definição do horário da formação, no sentido de exporem o tempo de formação que mais lhes convinha. Formaram-se pequenos grupos para expressarem as necessidades das comunidades, nomeadamente creches, postos de saúde comunitários, lavandarias, salões de convívio e reparação das casas. Falaram dos seus interesses: aprender a fazer bolos, crochês, bordados, contar histórias. Foi solicitado às formandas trabalho de grupo consoante as suas situações e qualidades na comunidade:

- a) Mulheres com mais e menos de 20 anos.
- b) Mulheres que têm e não têm filhos.
- c) Mulheres com homem e sem homem.
- d) Mulheres proprietárias e não proprietárias de lotes
- e) Mulheres que desempenham e não desempenham cargos associativos
- f) Mulheres por religião
- g) Mulheres por grupo étnico.

Inicialmente as formandas tiveram dificuldades na compreensão dos exercícios propostos. No grupo a) as formandas de Claudino Faro sentiam-se lisonjeadas por ser o único a estar completo, sem que se verificassem faltas. Nos grupos b), c) e d) muitas gostariam de estar nos grupos opostos, isto é, as mulheres de 20 anos gostariam de partilhar o grupo com as de menos de 20 anos; as que tinham filhos gostariam de não os terem tido tão cedo, enquanto as mães solteiras gostariam de ter um companheiro que pudesse ajudar melhor na educação dos filhos e as fizessem sentir-se mais protegidas; as não proprietárias de lote preferiam o contrário, de modo a terem maior autonomia e a evitarem possíveis desavenças na família; h) o grupo, por religiões facilmente se formou, sem grandes divergências. O último grupo (g) foi muito heterogéneo, havendo diversas origens étnicas, com algumas opiniões culturais divergentes.

Numa conversa breve com o então Director do Projeto da Luta contra a Pobreza, Falcão, em 27/05/2019, ele disse-nos a propósito que:

“ Foi importante se ter contado na altura com uma equipa de formadores da OIT, bastante hábil nas pessoas de Hipólito dos Santos, Ana Maria Nascimento, Luisa leal e Maria do Carmo Fernandes. É que nesta etapa foram-se encontrando ao longo do percurso várias dificuldades devido a complexidade dos grupos alvo.

De origens diversas e possuidoras de uma experiência ainda pequena, muitas não entendiam a essência da formação, o que no início as fazia mostrar a indiferença, a desapropriação; a linguagem e a comunicação entre as formadoras (portuguesas/brancas) e as formandas foi um obstáculo para um diálogo fluido e desinibido; verificava-se um fraco empenhamento positivo do grupo, o não cumprimento do horário depois do intervalo, a desconfiança, a inquietação, causada pelo carácter provisório do documento de posse de terra e o complexo de inferioridade e inibição de algumas face às outras mais escolarizadas do grupo.

O carácter “pedinte” também se fez sentir, de forma bastante marcada, assumindo mesmo a forma de “ exigências” para continuar na formação, o que era muito recorrente na altura. As mulheres faziam pedidos como batatas (para as diferenciar dos outros elementos da comunidade pela formação que estavam a fazer), subsídios, bolos e certificados de frequência da formação).

Na resolução das dificuldades encontradas a alternativa de fundo foi trabalhar ao ritmo das formandas, optando muitas vezes por deixar correr livremente conversas que se centralizavam em temas dos seus interesses e permitiam um desbloqueio por parte das mesmas”. No quadro das atitudes das referidas mulheres na fase assinalada, deve-se salientar a apatia em relação ao trabalho de grupo, a postura de se deitarem sobre a mesa, o desinteresse de algumas formandas, a timidez e a dúvida relativamente à utilidade da formação, a resistência a falar”.

Na 2ª fase foi desenvolvida a criação do espírito de grupo, o gosto por pertencerem ao mesmo, o gosto de mostrar o que o grupo faz ao exterior, o desenvolvimento de capacidades de trabalho e organização do trabalho em pequenos e grandes grupos.

A falta de dinamismo que se estava a verificar e a fraca resposta das mulheres aos exercícios propostos fizeram com que se mudasse a estratégia que vinha sendo seguida, passando-se a dar preferência a conversas espontâneas e livres de modo a que elas se desinibissem e comesçassem a participar mais activamente.

A mudança de exercícios e conteúdo foi uma condição para provocar novas dinâmicas. Programaram-se assim visitas:

- a) À Empresa Milagrosa com paragem em Monte Café, Pousada da Boa Vista, cascata São Nicolau e lugares nunca visitados;
- b) Intercâmbio com a Associação das mulheres da Empresa Milagrosa (MUMICOOP), tendo-se conhecido os seguintes locais:
 - Escola primária e instalações da antiga creche.
 - Secador de cacau, oficina de marcenaria com obras feitas por jovens.
 - Cozinhas individuais que foram construídas pela ONG Nueva Frontiera.
 - Capoeiras
 - Lavandaria e outras instalações
 - A sede da Associação, onde se encontra a funcionar o bar.

De notar que a visita foi guiada pela presidente da Associação MUMICOOP, o que se traduziu num incentivo para que as mulheres se soltassem para falar, explicar e romper com a falta de segurança e timidez. Foram proporcionadas experiências extraordinárias sobre o papel das mulheres nas unidades agrícolas familiares e o papel essencial da mulher.

Para a equipa formadora essa visita foi o início da superação da falta de iniciativa:

“ Todo o processo organizativo da visita à Milagrosa, começando pela escrita e pelo envio da carta feita pelo grupo de formação, motivou as formandas no reforço dos seus saberes. No dia da visita á Milagrosa como também se lhes proporcionou conhecerem locais novos e bonitos, elas adquiriram uma maior motivação e um interesse diferente. O modo como foram recebidas pelas mulheres da MIMICOOP, o almoço inesperado, a rica troca de experiências e o bom ambiente estabelecido entre o grupo anfitrião e elas, veio reforçar o seu percurso de valorização pessoal e de autoconfiança. A partir desta visita foi mais fácil o estabelecimento do diálogo com as formandas e registou-se um maior interesse. Este foi, sem dúvida, o desbloquear de todo o processo e a partir daqui as mulheres começaram a entender o sentido da formação que até aqui não tinham sido capazes de entender. Deu-se, finalmente, uma mudança”(Manual de Formação de Mulheres, PLCP, STP/92/004-STP/92/C01, 1998:28).

Já no local de formação passou-se à análise da visita à Empresa Milagrosa, sendo que as mulheres avaliaram favoravelmente o que viram e o que gostariam e as actividades que quereriam desenvolver, baseadas nos exemplos passados em revista. Passaram de seguida à preparação das visitas à Empresa Diogo Vaz e cidade de São Tomé.

Na visita à Empresa Diogo Vaz as formandas foram acompanhadas da Associação Comunitária “ Bi piá ku wê bô” (que, em português se traduz, “ vem ver com os teus próprios olhos”, tendo ficado a conhecer a sede da associação, o posto de saúde comunitário, as instalações e equipamentos do secador de cacau e do processo de secagem da pimenta, a Escola de Campo e creche.

Na avaliação da visita efectuada à Diogo Vaz as formandas foram afirmando do que mais gostaram e comparavam a situação delas com aquelas mulheres que ainda viviam sob regime da Empresa Estatal, sem serem proprietárias de terra.

Quando entrevistámos Dália em Água Izé, a sua filha de 45 anos esteve presente. Por qualquer razão se fez referência à supracitada formação levada a cabo pelo PLCP (em que ela também foi participante), tendo falado da mesma como um marco importante de mudança de mentalidade da mulher na roça, ao desabafar a propósito o seguinte:

“Gente estava na escuridão. Tomamos lote, mas não tinha organização. Essa formação ajudou muito. Nós, mulher não tinha iniciativa, não sabia falar. Mas como minha mãe, eu nunca dependi d’homem para trabalhá. Tomei lote e tentava tirar qualquer coisa para pão nosso de cada dia. Essa formação abriu nós olho. Gente deixou de ter vergonha e medo de falar mesmo com chefe e com visita...Gente ganhou ideia, melhorou nosso lote!”

De acordo com a programação, as mesmas também tiveram a oportunidade de se deslocar à cidade-capital onde visitaram a Pastelaria Cajú (propriedade de uma mulher, ajudada pelos filhos), a Fábrica de Bambú(actividade económica de uma associação de Jovens), atelier de Costura Josina Machel(uma cooperativa de mulheres) e o Museu Nacional. No final da visita as mulheres juntaram-se por comunidade em piquenique. No dia seguinte foi feita uma avaliação da visita; “chuva de ideias” surgiu na avaliação da mesma. Verificou-se, no entanto, que algumas formandas continuavam fechadas e mantinham a tendência de trabalharem sozinhas mesmo em exercícios de grupo.

Destarte, essas visitas contribuíram para o surgimento de novas atitudes nas UAF, apontando para uma evolução qualitativa dessas mesmas mulheres. A desinibição e a participação activa das formandas resultaram no registo de avanços significativos na organização de trabalhos em pequenos grupos, havendo uma maior sincronia entre elas. Registou-se um maior crescimento da autonomia e da capacidade de avançar iniciativas por parte das formandas de Claudino e Bernardo Faro onde a distribuição de terras foi efectuada há mais tempo. Porém, deu-se conta de uma evolução mais lenta nas mulheres de outras comunidades, especialmente as de Mato Cana, cuja participação era aquém das outras (Santos, 1998).

Em assembleias gerais que se realizaram nas comunidades após as referidas visitas, mulheres em formação foram as únicas a tomar a palavra, demonstrando o impacto que o intercâmbio teve sobre as mesmas; passaram a revelar maior entusiasmo e desenvoltura pela capacidade nelas despertada e por poderem realizar actividades que habitualmente só os homens faziam. Deu-se um maior relacionamento entre as formandas e as respectivas associações comunitárias e o comportamento das formandas em cada sessão de formação tornou-se melhor, embora algumas ainda continuassem a demonstrar aparente desinteresse (Santos, 1998:29).

A 3ª etapa foi mais interactiva e dinâmica com a realização das seguintes actividades:

- Organização e dinamização de uma peça teatral sobre a formação em que as formandas salientaram o papel dos formadores, das técnicas que aprenderam e o que a formação estava a representar nas suas vidas.
- Organização e recepção ao grupo das mulheres da associação MUMICOOP da Empresa Milagrosa que visitaram as formandas e respectivas comunidades em Mato Cana, Anselmo Andrade e Bernardo Faro onde puderam visitar infraestruturas como escolas, lavandaria e postos de saúde comunitários ao mesmo tempo que tomaram contacto com as organizações existentes na comunidade e com as mulheres que aí vivem, tomando conhecimento do que elas pretendiam desenvolver em termos de actividades geradoras de rendimento, culturais e recreativas;
- Apresentação de um novo formador na equipa de formadores com base em perguntas individuais feitas por cada uma das participantes sobre a sua experiência profissional em trabalho com mulheres.
- Sessão de histórias antigas e tradicionais contadas por jovens mulheres de Bernardo Faro, histórias essas que tinham escutado dos avós e pais; falaram da maneira como as pessoas viviam antigamente, das tradições antigas, dos tratamentos tradicionais de algumas doenças com ervas, raízes, cascas de madeira, das festas, do namoro e suas recordações do tempo da escola, das dificuldades, para além de outros temas da vida quotidiana. A conversa serviu para desinibir algumas formandas que também puderam contar suas histórias.
- Escolha de visita à Associação *Mengaí Palayê* de São João dos Angolares e preparação / elaboração de uma carta para ser enviada à referida Associação tendo em vista à realização da referida actividade. Para tal, foi feito um exercício no qual se chamou a atenção das formandas para o cuidado que se deve ter com a mensagem, quer escrita, quer oral, de modo a que ela contenha o maior número de elementos necessários possíveis e que tenha uma linguagem clara por forma a evitar dúvidas por parte do receptor.
- Foram propostos exercícios sobre procura de soluções para problemas difíceis, utilizando meios disponíveis.

Assim, essa etapa ficou marcada pelo modo descontraído com que as formandas encaravam qualquer exercício escrito, quer se tratasse da resolução de problemas que exigissem muita reflexão e um certo esforço mental, quer de exercícios de avaliação e análise de qualquer fenómeno.

No entanto, foram encontradas (segundo a equipa formadora), algumas dificuldades que urgiam ser solucionadas, nomeadamente:

- Não foi possível a sensibilização das mulheres mais velhas da comunidade para que viessem participar numa sessão de formação, dando a sua contribuição, contando estórias e suas experiências, incluindo histórias das comunidades a que pertencem.
- A inclusão de um novo elemento masculino como formador causou algum constrangimento, mas foi logo ultrapassado pela sua capacidade de interacção.
- O problema do almoço em grupo que nunca foi resolvido já que havia elementos que se recusavam em participar.
- Utilização do teatro como forma de desbloqueio.
- Identificação e reconhecimento dos erros e deficiências no aspecto organizativo e empenho nas mudanças das atitudes.
- Disponibilidade de algumas formandas na acção de limpeza da sala de formação em vez de aguardarem que o projecto o fizesse.

No nosso ponto de vista foram passos bastante significativos para adopção de novas atitudes, visando superar as suscetibilidades, a ignorância, os melindres e os complexos de inferioridade muito característicos nas mulheres rurais santomenses e motivo de exemplo para outras comunidades.

A 4ª fase foi caracterizada pela visita à Associação *Mengai Palaiê* de São João de Angolares (pertencente às mulheres vendedeiras de peixe, algumas das quais eram proprietárias de canoas).

Visitaram então as infraestruturas mais importantes do distrito, sendo que um dos momentos mais importantes foi o da visita a praia onde encontravam as canoas e os materiais de pesca da supracitada associação, bem como uma infraestrutura em construção destinada àquela que seria a futura sede da mesma, a qual passaria a albergar um mini-complexo semi-artesanal para salga de pescado e fabrico de farinha de peixe.

Seguiu-se um encontro onde foram feitas as apresentações mútuas e se foram inteirando das actividades umas das outras e perspectivas para o futuro.

Essa visita deixou ideias bastante claras relativamente à organização e à possibilidade de criação de actividades geradoras de rendimento nas comunidades de Água Izé.

A última visita de intercâmbio foi à deslocação à ilha do Príncipe. Segundo os formadores, dada a limitação da capacidade e de lugares no avião inter-ilhas foram escolhidas, através de sorteio, apenas 11 mulheres, tendo surgido constrangimentos e alguma animosidade, ao ponto de duas terem desistido do grupo por se terem sentido injustiçadas, havendo outras que apesar da fraca participação ao longo de toda a formação, calhou terem sido sorteadas para o efeito de deslocação à referida ilha (Santos, 1997:33-35).

No Príncipe também visitaram as seguintes associações de mulheres, tais como: grupos de mulheres produtoras de *bôbô fito* (uma massa de banana típica da ilha) e grupos de mulheres da COPTRAF (Cooperativa de Transformação de Produtos).

O primeiro grupo visitado era constituído por mulheres mais velhas e já contava 4-5 anos de implantação, o que pressupunha alguma experiência em associativismo. Para além da produção do *bôbô fito* dedicavam-se à variedades de pastelaria, sumos naturais, para além de que exploravam um bar e um restaurante. Surgiram, por isso, muitas perguntas e respostas e admiração pela capacidade de gestão centrada em mulheres naquela ilha.

A outra associação visitada tinha apenas oito meses de existência, andavam a procura de apoios para a construção da sua sede e dum complexo semi-artesanal para transformação de produtos. Financiado pela ONG italiana Nuova Frontiera, as membras do projecto trabalhavam em casa até que se conseguisse construir sua sede. Apesar dos constrangimentos, registou-se que as mesmas estavam com moral bastante alta e confiante nos resultados (Santos, 1997).

Como já se fez referencia a formação foi conduzida por uma equipa de técnicos da OIT que animaram as sessões, para além de outar equipa técnica que tinha o papel essencial de serem

observadoras activas das atitudes das formandas. Através da escuta e da observação do funcionamento do grupo em geral dos subgrupos e dos comportamentos de cada uma das mulheres individualmente foi possível extrair elementos para a avaliação, estudo e análise do comportamento, funcionamento e reacção dos grupos, permitindo a equipa de formação a posse de elementos úteis para a preparação das sessões seguintes.

Concluiu-se que o método participativo exige um trabalho de equipa com seguimento e avaliação constantes dos desejos, necessidades, potencialidades, oportunidades, reacções e surpresas espontâneas, particularidades culturais dos grupos-alvo, tal como opinaram Demo,(1995), Thiollent(2000), Riviére(2001) e Gori (2006).

Do balanço que foi feito entre os formadores e formandas, à beira do final dos trabalhos, foi-lhes perguntado como se sentiam, tendo as mesmas declarado, quase que unanimemente se declararam muito contentes com o que estavam a ser capazes de fazer. Quase todas ou uma grande parte perderam a vergonha e/ou medo que tinham em falar. Consequentemente, muitas delas passaram a intervir em reuniões da associação da comunidade, a ter uma participação mais notória. Gerou-se, com elas e sem elas, toda uma dinâmica nas suas respetivas comunidades que ultrapassou as expectativas. Poder-se-ia dizer que as mulheres, mesmo as mais jovens, conseguiram de algum modo gerar e contagiar as suas comunidades com um sentimento colectivo de auto-estima e de confiança nas suas capacidades individuais e colectivas, estando agora munidas de ferramentas para tomar iniciativas que pudessem diminuir o espectro tradicional da mentalidade assistencialista de que o Estado tudo deveria fazer.

Não obstante progresso, os homens continuavam com a sua atitude dominadora. Segundo uma nossa entrevistada do dia 2 de Maio de 2017:

“Nessa altura, nas UAF, apesar de a mulher possuir seu título de posse, trabalhar arduamente com os filhos na produção, proceder à colheita e transportar à via de acesso para escoamento, era nesse momento é que o marido aparecia, apenas para a comercialização, alegando que ela não dominava o mercado, o que fazia com que ele fosse o gestor dos proventos económicos”.

Num relatório do Projecto de Luta Contra a Pobreza de 1998, p.11-12 é destacado que:

“Deve-se assinalar que as mulheres tornaram-se muito activas, apesar das dificuldades: apoio paternalista e desconfiança dos homens, conflitos na comunidade que impediam o início das actividades das creches, o que fazia com a ala feminina defendesse seus pontos de vista face a situações, lá, onde o homem não quisesse compreender. As jovens, também passaram a ser bastante dinâmicas, ao tomar responsabilidades ao nível de iniciativas económicas, actividades recreativas (futebol, dança e teatro) ou de formação (alfabetização para inverter o analfabetismo funcional, costura, bordados, etc); recebiam já convites de outros grupos e associações de mulheres. Organizavam exposições fotográficas das suas actividades e tinham pretensões concretas. De ressaltar que os responsáveis homens insistiam em ajudar as mulheres a elaborar seus estatutos. As mulheres aceitavam a ajuda, mas com alguma reserva, pois que antes da formalização achavam que deviam ganhar a confiança junto as mulheres e homens, por mérito próprio...; é que mesmo a Direcção de Associações chefiadas por homens (em Anselmo Andrade, por exemplo), apresentavam certa resistência para tratar as associações das mulheres como tal; as delas eram apelidadas como “sub-grupos”! As presidentes apareciam como “responsáveis dos subgrupos” e não *presidentas*. Mas as mulheres estavam em vias de formalizar a sua situação e de conquistar pouco a pouco o seu *status*”.

Era a vida que estava a mudar nas UAF[com a mulher a melhorar a sua prestação], a iluminar-se para além das melhorias materiais, cujas providências estavam a ser tomadas pelos vários intervenientes a actuarem no terreno (Santos, 1997:8).

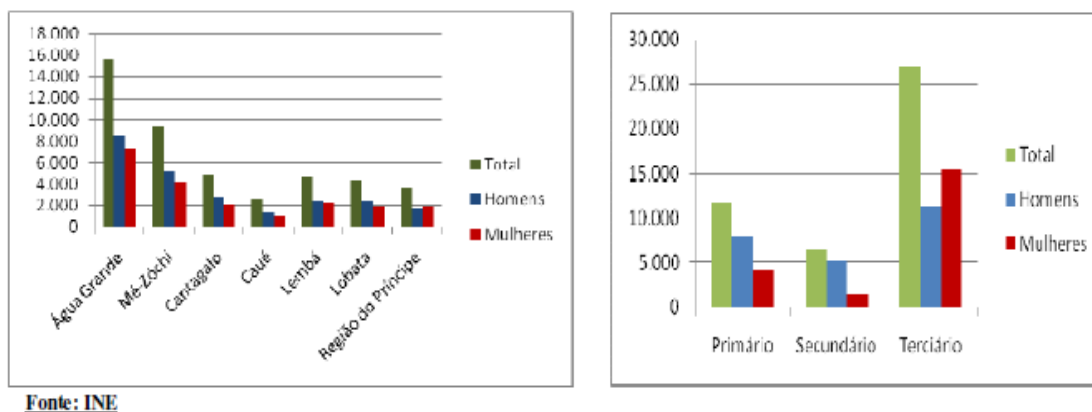
Capítulo 2. Projectos rurais femininos em tempos de mudança.

2.1. Como se desenvenceram as mulheres na nova realidade. Tentativa de romper com a pobreza

Como fizemos menção nos pontos anteriores o mundo rural deixou de ser o mesmo para todos os que dele faziam parte, incluindo mulheres, depois das grandes transformações havidas com a distribuição de terras. Essas mudanças não se deram apenas na agricultura, mas em todo o universo rural, incluindo comunidades piscatórias do norte e do sul da ilha de S. Tomé e do Príncipe. Porém, a informalidade e a falta da autoridade de Estado não se conformava com o trabalho que se estava a levar a cabo, tornando-se necessário novas formas de liderança, face aos vários projectos para alavancar as diversas situações de penúria em que as mulheres se destacavam como a camada mais vulnerável. Recorde-se que a pobreza já afectava na altura cerca de 53,8% da população são-tomense com uma incidência maior nas famílias dirigidas por mulheres, onde a percentagem atingia os 55,7%. As mulheres representam quase o dobro da população desempregada; o desemprego afectava cerca de 14,8% da população a nível nacional, sendo 13% homens e 15% mulheres. Os dados revelam-nos que as mulheres têm menos acesso ao mercado de emprego do que os homens, e que em cada 100 mulheres

empregadas encontram-se 184 homens, quase dobro das mulheres. (Relatório Nacional OMD, 2008: 24). Os dois quadros que se seguem demonstram-nos essa tendência:

Gráfico 8: Emprego/desemprego, Homem/Mulher



Na tentativa de inverter a situação de pobreza, a reacção imediata foi o abandono de algumas lavras adquiridas através da política de envolvimento ou fizeram o seu trespasse a terceiros. Inúmeras mulheres (mas também homens) ainda em idade activa abandonaram as roças em direcção à cidade de S. Tomé, passando a dedicar-se à outras actividades. Para Espírito Santo, 2006, essa crise económica e o colapso das empresas agrícolas fez com que o desemprego disparasse e o mercado de trabalho na capital não tivesse conseguido corresponder às necessidades de uma população suburbana em crescimento, passando a viver-se uma situação precária e de instabilidade socioeconómica. Como resultado, o emprego - pelo menos, no sentido de emprego estável, com uma relação de estabilidade formal entre o empregador/empregado tornou-se raro. Um número cada vez maior de mulheres tentou adaptar-se à esta nova realidade através de uma grande variedade de estratégias informais, tais como:

- Comprando, vendendo e trocando todo o tipo de artigos;
- Confeccionando alimentos para vender aos que, por poupança em transporte, não almoçavam em casa;
- Prestando serviços aos vizinhos;
- Alugando uma parte da casa (um quarto) para um inquilino.
- Indo comprar produtos agrícolas aos seus antigos companheiros de jornada, trazendo à cidade para vender com uma pequena margem de lucro.

- Abrindo lojas ou fazendo restauração.

Assim, a maioria dessas mulheres passou a sobreviver através de um conjunto muito heterogéneo de actividades informais, negócios de ocasião e pequenos biscates, tendo passado a vender tudo: quinquilharias, roupas usadas, seus filhos vendiam plásticos pela cidade. Outras mais corajosas tornaram-se vendedeiras ambulantes “ caixeiras viajantes”, indo à Portugal e à Costa Africana, transportando copra, fruta-pão, banana, matabala, peixe e outros produtos nacionais, enquanto do exterior, para além do dinheiro (que aumentava as rendas das famílias) traziam produtos como vestuário, sapatos, materiais escolares e vários outros produtos com que passaram a abastecer o mercado. Em momento do afastamento do controlo estatal da economia, essas mulheres munidas de grande iniciativa e compreensão do funcionamento do mercado em termos de procura e da oferta muito contribuíram para a regularização das ruturas de *stok* de produtos procurados no mercado.

Hart (1996) considera que a luta dessas mulheres que se transferiram para a cidade era muito grande no sentido de ultrapassar as inúmeras barreiras de sobrevivência:

“Women often bear the brunt of urban poverty. They are penalized in the labour market, finding it more difficult to expand informal micro-enterprises to obtain jobs, receiving lower wages, and often being denied access to the credit they need to expand informal micro enterprises. They often have to compensate for poor public services, because they have primary responsibility for household health and well-being”(Hart,1996:3).

Desde essa altura, em S. Tomé e Príncipe, muitas mulheres fizeram da actividade informal sua fonte de financiamento e, o mercado, local onde passaram a ocupar a maior parte do seu tempo. Com efeito, de acordo com os dados do RGPH de 2001, havia 58,9% de mulheres activas no comércio, contra somente 41,1% de homens ativos. Tratando-se de uma profissão que não necessita de grandes competências profissionais em termos de especialização, a sua taxa de feminização era de 71%.

As que permaneceram no mundo rural não baixaram os braços e socorreram-se da visibilidade que as associações começaram a ter e dos apoios internacionais de países como o Japão, França, Espanha e organizações como o FIDA, FENU, PLCP, FAO, entre outros, para se

catapultarem e vencerem a pobreza. É assim que tomaram corpo alguns projectos que abaixo mencionámos:

2.2. Associação das horticultoras de Blublú

Blublú é uma zona rural (peri-urbana) nos arredores da cidade de S. Tomé vocacionada para a plantação de culturas hortícolas. Pertenceu à Roça Vigoço e foi, desde os anos 80, uma zona experimental do Projeto de disseminação desse tipo de produtos com a assistência técnica e financeira do Centro de Mesquita, sob a égide do projecto de irrigação do FENU/STP/87/C03, que, para além da referida localidade, englobava a zona de Uba Cabra e a Roça Amparo II. Tratavam-se de zonas com muita carência de água para a rega, apesar da sua potencialidade agrícola.

Assim foi preciso pensar e executar uma rede de captação de água e sua redistribuição que custaria ao projecto cerca de 90000 USD, isto é, 3460USD/hect. (UNCDF/FENU, Programme de Coopération, 1993-1996, p.27).

Com a distribuição de terras foi necessário criar condições para reter o êxodo rural e absorver a mão-de-obra de funcionários licenciados dos vários sectores da função pública, após a aplicação de PAE para as actividades geradoras de rendimento, criando condições para a produção de culturas hortícolas: couve, tomate, cebola, repolho, alface, pepino, malagueta, salsa, quiabo, pimento, milho, batata doce, amendoim, leguminosas, entre outros produtos que deveriam contribuir para uma maior segurança alimentar. As plantações da banana e da matabala complementavam esse circuito produtivo.

As actividades de formação e vulgarização já haviam começado desde os finais dos anos 80, tendo sido criadas 2 associações no terreno apoiadas pela CLUSA para a implementação dos trabalhos do desenvolvimento das culturas que fizemos referência.

Com o início da privatização da terra e a extensão de redes de irrigação na zona, a produção dos legumes aumentou acentuadamente. No entanto, o mercado ficava saturado em certas ocasiões do ano, o que fazia com que não se pudesse evitar um fluxo paralelo de produtos

(enlatados, exportados), que limitava a absorção dos excedentes agrícolas. Assim, os preços dos vegetais estavam em risco de sofrer um declínio duradouro, especialmente porque o poder de compra da população era limitado e afectado pelos efeitos do PAE. O nível de endividamento paralisava as possibilidades de empréstimo e os camponeses estavam comprometidos com o reembolso da extensão de irrigação. No entanto, os membros das associações não abandonaram o dinamismo do momento que os levou à construção de habitações com condições sanitárias e de saneamento (há poucos perímetros das suas lavras), de lojas associativas, bem como apostaram na melhoria do fluxo de produção.

Nesse ambiente é que também emergiu uma das associações, a de Agricultores de Blublú de que Tonha (nome fictício de uma agricultora bastante activa) se tornou Presidente. Foi ela é que nos falou no dia 11/07/2017 sobre as actividades da referida Associação implantada desde 1993, sendo que os agricultores possuíam títulos de posse provisórios entre 20 a 25 anos. Tinha como membros cerca de 50 pessoas, (homens e mulheres), mas pese embora serem apenas uma dezena, eram as mulheres é que ocupavam mais cargos na Associação: Presidente, Tesoureira e Chefe do Conselho Fiscal.

Cada membro possuía 2000 m² de terra e as mulheres receberam uma atenção especial dos técnicos, vulgarizadores e financiadores dada a sua seriedade e dedicação ao trabalho, razões pelas quais recebiam visitas técnicas permanentes, bem como insumos, sementes, fungicidas, insecticidas e pesticidas. Uma das razões de aposta nas mulheres era a forma rápida como honravam os compromissos assumidos com os empréstimos da caixa rural da sua zona, que várias vezes mereceu o elogio dos financiadores da União Europeia como PSA II e MCPA, ambos projectos de apoio aos pequenos agricultores. Para além disso, nos períodos de ponta a mulher executava várias funções tais como registar e analisar os dados gerais da produção que são actividades essenciais para a boa gestão numa exploração rural, nesse caso de culturas alimentares (FAO, 1991).

Para além da construção de suas moradias, algumas membras da associação, com o resultado do trabalho hortícola (trabalho no campo como é localmente classificada a laboração hortícola, localmente), financiaram por completo os estudos dos seus filhos (incluindo universitários, internamente ou no exterior) ou compraram geleiras e transportes próprios.

Lamentavelmente, com excepção da subsistência, toda a produção é muito afectada pelo sistema de comercialização. As mulheres participavam plenamente nesse sistema, que é deveras importante para o bem-estar da família rural quanto a própria eficiência ou ineficiência da produção (FAO, 2010). Partindo desses pressupostos, a nossa interlocutora lamenta a instabilidade do mercado, dizendo que:

“O escoamento do produto é outro grande problema. O nosso mercado aqui de STP está péssimo: quando a coisa está alta nós não temos produção e quando a coisa está baixa temos produção, mas população fica com fraco poder de compra. Quando sobram produtos se não consegue vender hoje, volta-se a vender amanhã. Se não vender deita-se no lixo. Não temos mercado fixo. Tem que se abrir supermercados para ajudar os horticultores. Nós tentamos abrir uma fábrica de transformação com o apoio da União Europeia, não conseguimos. Faltaram algumas coisas para as máquinas entrarem em funcionamento, mas o projecto tinha limite de tempo...acabou. Não temos mercado estável. Gente teve a possibilidade de armazenar produtos na roça Mesquita, onde foi construído um armazém refrigerador para nós. Mas como nossa energia não é estável! Senão ficava ligado 24 sobre 24 horas. Tem gerador, mas não temos meios para comprar combustível! Nós estamos a trabalhar agora para assegurar dia-a-dia, porque fundo não temos. Seja qual for horticultor não tem fundo! Trabalhamos para pagar energia, comprar comida...Mercado não está a nos ajudar!”

Não houve domínio da metodologia de conservação dos produtos sobrados (que se tornam marginais, dependendo da época produtiva), ressaltando-se, ainda, a pouca organização dos próprios horticultores que não estruturam, com o apoio estatal, o escoamento de produtos, por exemplo para a ilha do Príncipe (onde não se massificou esse tipo de cultura, o que encarece sobremaneira a sua obtenção ao chegar às mãos do consumidor na Região).

Nos finais dos anos 90 já havia tendência para o aumento de roubo dos produtos, o que resultou na venda ilegal dos terrenos, onde em vez da prática de horticultura, estranhos construíram casas, fruto de pressão que se vem sentindo com o aumento da população suburbana nos arredores da capital do país. Outros deixaram a horticultura para se dedicarem à agricultura: plantação da bananeira, goiabeira, matabaleira etc; outros ainda se tornaram *motoqueiros* (moto-taxistas).

Segundo Santo(2008:46), especialista agrário das ilhas, deve-se realçar que para esta população a segurança alimentar deve significar, essencialmente a garantia da subsistência mínima quotidiana, o que não está ainda assegurado por questões ligadas à produção, à distribuição e às distorções do mercado. O abandono da agricultura no meio rural está sendo

uma realidade devido a pouca atenção dada a esta actividade, tendo como consequência o êxodo rural da população para as cidades, sobretudo para a capital.

Com efeito, dentro dos esforços de fazer crescer os rendimentos na área hortícola também se torna necessário o investimento nos programas de pesquisa sobre as variedades das culturas que melhor se adaptam aos terrenos de rico potencial com particularidades para o crescimento de determinadas plantas e que exigem grande investimento nas infraestruturas de apoio colocadas ao serviço daqueles que ainda apostam nesse tipo de actividade. Tais estruturas de apoio devem estar munidas de capacidade fitossanitária para o combate às doenças que atacam as plantas, meios técnicos para fazer frente aos constrangimentos ecológicos e mudanças climáticas, soluções para as condições de estocagem e de manutenção com vista à uma maior produtividade de culturas hortícolas (BAD,1990).

2.3.Cooperativa das mulheres agricultoras de Claudino Faro

A Cooperativa das Agricultoras de Claudino Faro é dirigida por Suí-Suí, uma senhora de origem cabo-verdiana bastante dinâmica e respeitada na comunidade, filha de um português e de uma antiga serviçal. Nasceu e sempre viveu na Roça Claudino Faro. O seu dinamismo levou-a já a participar em reuniões internacionais sobre mulheres agricultoras, estando incluída na “Rede das Margaridas”, uma plataforma das mulheres rurais da CPLP, que enfatiza o protagonismo das mulheres rurais na produção de alimentos saudáveis e de qualidade. Tal plataforma já realizou encontros em Maputo, Portugal e no Brasil, tendo a nossa interlocutora representado S.Tomé e Príncipe.

Criada desde os finais de 1990, a Cooperativa é uma emanção da evolução das Associações concebidas com vista à melhoria das condições de vida da população que vive no corredor das antigas dependências da Água Izé.

Conforme já fizemos referência, no âmbito da distribuição de terra as mulheres receberam títulos de posse entre 1 a 4 ha. As mesmas apostaram na produção do cacau biológico, café, banana-pão, prata, matabala, mandioca, fruta-pão, uma vez que por tratar-se de uma zona bastante chuvosa os produtos hortícolas não encontram condições favoráveis de desenvolvimento.

Quase todas as mulheres da zona são produtoras e vendedeiras dos seus produtos no mercado da cidade-capital ou em feiras que eram na altura organizadas. Porém, apesar da acção do PLCP e do PNAPAF que, na ocasião da execução do projecto arranhou a estrada, mulheres, mas também homens produtores enfrentavam vários problemas de deslocação devido ao estado caótico das estradas uma vez que se trata de lugar bastante chuvoso, onde o caminho está sempre esburacado, enlameado e com falta de manutenção.

É partindo desses pressupostos que a comunidade feminina decidiu criar uma cooperativa no sentido de verem resolvidos seus problemas específicos. Organizaram então uma assembleia com 8 candidatas, tendo a nossa interlocutora (apesar de menos instruída que as restantes, pois só possuía a 4ª classe de escolaridade) ficou em 1º lugar pelo seu conhecimento e carisma. Apesar da vacilação inicial, aceitou o desafio. Assim, uma senhora de cada comunidade ficou representada na cooperativa, cujo estatuto já foi legalizado no Cartório.

A Associação/cooperativa saiu do âmbito local, tendo conseguido sensibilizar mulheres de 48 comunidades como membros, tendo simultaneamente construído dois aviários com o apoio da PROPAC (uma ONG camaronesa): Um, na roça Santa Cecília, possuindo 1000 galinhas, outro em Anselmo Andrade, possuindo 350 galinhas. Lamentavelmente, disse a nossa entrevistada, que a falta de transportes comprometeu, o escoamento desses produtos. Ocorre que a produção é também bastante afectada por uma epidemia que ataca os galináceos durante a gravana.

Essas mulheres rurais jogam um papel fulcral no desenvolvimento da economia, sobretudo no abastecimento do mercado com produtos agrícolas mais consumidos no nosso país. Por isso, de acordo com a nossa entrevistada:

“O Governo deve prestar maior atenção ao corredor agrícola de Água Izé, desde Mato Cana à Bernardo e Claudino Faro porque é um dos maiores fornecedores de comida à capital. Têm que fazer obras na estrada porque a situação é gritante. Há carros que nem sequer vão para lá! Já falei com vários ministros, mas ainda não atenderam!”

Segundo ainda a entrevistada:

“Quando distribuíram lote, deram-me 1.5 ha de terra. Achei que não era suficiente, comprei mais 2 ha; agora são 3.5 ha. Posso falar dos resultados do meu trabalho. Tiro 1000 a 1200 Kgs de cacau (anual); 300 a 400 de café bruto (anual). Vendo anualmente 30000 a 40000 Dobras de banana pão e 20000 Dobras⁶ de banana prata, umas 15000 Dobras de matabala, tudo anual. Não é muito mas, nas nossas condições dá para viver. Tenho casa na roça, mas construí outra na cidade para facilitar o estudo dos meus filhos na capital. Na roça ainda não há ensino secundário e as crianças preferem a cidade”.

A nossa interlocutora reclama, porém, o alcoolismo que vem enfermado algumas mulheres da comunidade, situação que até certo ponto perturba os bons resultados da contribuição feminina.

2.4. Associação Mengaí Palaiê de Angolares

Bico-de-lacre foi a nossa principal entrevistada, no dia no dia 1 de Agosto de 2017, sobre a Associação Mengaí Palayê de Angolares. Deputada da nação com vários mandatos em representação do distrito de Caué, é filha de pais cabo-verdianos (vindos para S. Tomé, respectivamente, em 1954 e 1959) e tem sido a voz dos mais desfavorecidos do referido lugar: mulheres pobres, crianças desamparadas, vítima da assimetria face às demais regiões do país, visto tratar-se da zona mais pobre das ilhas. Ela trabalhou na agricultura (aos 16 anos trabalhou na EMOLVE/Centro de Transformação de óleo de palma) seguiu sempre de perto o trabalho das vendeiras de peixe, a maior actividade das mulheres naquele distrito.

Segundo ela, a Associação Mengaí Palaiê, segundo ela, foi uma iniciativa de um grupo de mulheres em torno de um só objectivo que era o de melhorar a vida difícil das mesmas na zona sul de São Tomé. Inicialmente quando se pensou criar a referida Associação foram 64 as mulheres que estiveram na base da sua fundação, sendo todas bastante jovens (na altura algumas tinham dos 18 aos 20 anos e a nossa entrevistada, 21).

A Associação foi criada em 2 de Setembro de 1993 e oficializada no Cartório em 28/09/1993.

⁶Para melhor compreensão dos rendimentos de Suí-Suí, gostaríamos de esclarecer que 1 Euro=24500 Dobras.

Logo de início a organização se deparou com falta de lugar para as suas reuniões, tendo passado a fazê-lo numa das salas de reuniões da Câmara Distrital de Caué. Adiantou a nossa entrevistada que:

“Quando a Associação *Mengaí* foi criada, as palaiês ainda não estavam filiadas na mesma. Acontece que o Ministério das Pescas foi encarregue pelo FIDA de criar associações em todas as praias do país no sentido de ser mais fácil prestar ajuda aos pescadores e palaiês. Partindo do pressuposto que Angolares era uma comunidade bastante pequena, não fazia sentido haver duas associações de mulheres. Foi nessa base é que as vendedeiras de peixe (palaiês) se juntaram à Associação *Mengaí*, que passou a chamar-se por essa via Associação *Mengaí Palaiê*. Porém, grande parte de mulheres palaiês (mais velhas) em termos de idade, não aderira á Associação, alegando que não se tornariam subalternas das jovens *Mengaí*, porque estas tinham frequentado a escola, sabiam ler e escrever e elas não. Preferiam não se submeter à ordem de raparigas que elas viram a nascer e crescer. Nestes termos, só seis dessas mulheres entraram para a associação. Em termos organizacionais não havia grandes diferenças de outras estruturas de carácter rural do país. Funcionava com uma presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira e conselho fiscal. Ao saber da sua existência, a Zatona Adil passou a convidar as membras da mesma a visitarem e receberem mulheres de outras comunidades rurais para troca de experiência. Para além das mulheres de Angolares, outras associações femininas situadas em zonas piscatórias foram também criadas em Pantufo, Santa Catarina, Bengá, Água Tomás, Micoló e Morro Peixe, Praia Messias Alves, entre outras. Desde 1993, o grupo adoptou uma dinâmica de trabalho árduo que começou pela construção de um projecto entregue ao Ministério da Agricultura e, posteriormente ao FIDA (Fundo Japonês), que se prestou muito rapidamente ao financiamento direccionado à pesca Artesanal, uma vez constatada a capacidade de organização dessas mulheres. Acontece que esse mesmo Fundo vinha financiando os pescadores desde os anos 80, sem grandes resultados visíveis”.

Resumindo a opinião de Bico-de-lacre, esta foi uma experiência muito vantajosa e aliciante para as citadas mulheres. Em termos de reembolso, tiveram um período de graça de dois anos para pagarem 50% do valor. Uma vez deveras empenhadas, antes de chegarem ao prazo estipulado, conseguiram honrar o seu compromisso de pagamento de uma parte do crédito. Foi uma forma de servir de exemplo para outras associações que, porventura se viessem a formar e que ainda não tivessem recursos, pudessem beneficiar também dos mesmos”.

Mas havia mulheres que iam, elas próprias à faina, segundo outra nossa entrevistada Munkén (nome fictício da nossa entrevistada do dia 2 de maio de 2017), que recrutada pela Zatona Adil, fazia o seguimento das associações femininas nas zonas rurais, encarregando-se dos grupos da zona sul. Segundo esta entrevistada a associação *Mengaí Palaiê* era bastante dinâmica, sendo que as participantes se encarregavam elas mesmas da gestão do seu negócio. Do dinheiro obtido com a pesca tiravam o capital, pagavam salários aos pescadores, pagavam

as despesas de manutenção e compras de acessórios, enquanto o remanescente, era depositado numa conta bancária. Mais detalhes dessas entrevistas estão no anexo n.º11.

Foram imensas as conquistas alcançadas pela Associação Mengaí Palayê. A nossa entrevistada Munkén informou-nos que para além da venda e transformação do pescado nos finais da década de 90, financiado pelo Governo espanhol, um grupo de mulheres da mesma passou à criação de caprinos. Após reprodução, o F1 (filhotes/cabritos) era entregue à outros grupos associativos organizados por mulheres, que por sua vez, distribuíam o F2, e assim sucessivamente (essa informação foi-nos também confirmada por Maria das Neves Batista de Sousa, Ministra da Economia na altura e Primeira – Ministra num dos Governos do início dos anos 2000 que esteve na base de negociação do referido projecto com o Reino da Espanha).

Lamentavelmente, a Mengaí Palaiê começou a conhecer momentos de declínio a partir da mudança dos grupos de gestão que teve lugar depois das eleições, nove anos após a sua criação. O ignorar da necessidade de prestação de contas, a falta de controlo dos bens patrimoniais postos à disposição das membras, a gestão de forma “doméstica” dos ganhos quotidianos da faina, o pouco tempo de transição entre os projectos que terminam e a apropriação local dos mecanismos administrativos e financeiros, a “fulanização” de gestão sem olhar os interesses comuns, foram alguns dos motivos para a sua fraqueza.

2.5. Outros pequenos projetos rurais femininos

Outros pequenos projectos de carácter rural feminino foram os desenvolvidos pelas Associações de mulheres de Santa Catarina, Micoló e Môrro Peixe, que ao mesmo tempo que faziam a gestão de canoas, começaram a desenvolver petisqueiras e bares locais com base em grelhados de peixe e moluscos, sendo um dos mais famosos, até aos dias de hoje, o da Vila de Micoló que, por via do trabalho dessas mulheres, tem-se tornado um local turístico incontornável da ilha de S. Tomé.

Outro exemplo a ilustrar é o Projecto do Bureau Regional da UNESCO, financiado pelo antigo *cluster* de Libreville (de que S. Tomé e Príncipe fazia parte) que associou a alfabetização das Mulheres do Distrito de Lobata às actividades geradoras de rendimento, tais como a secagem de peixe, a produção de farinha de milho a partir dos campos onde as mesmas têm parcela de terra, a costura de roupas para as crianças locais, entre outras.

Inclusivamente, as palavras introduzidas nas aulas de língua portuguesa estão relacionadas com essas actividades. Do fundo acumulado retirava-se uma parte era destinada ao depósito, outra pagava salários e outra comprava novos produtos e fazia o arranjo das máquinas, caso tivessem problemas (retirado do depoimento de Pomba, coordenadora do projecto em 23 de Abril de 2014).

Houve também projectos femininos no domínio da produção da farinha de mandioca em Bugué e em Margarida Manuel, que infelizmente conheceram algum interregno dados os problemas conjunturais com a economia de escala nas ilhas. Nesta última zona, por exemplo, a construção de uma fábrica de transformação da mandioca em farinha melhorou consideravelmente a condição humana da sua população, nomeadamente, a melhoria dos abastecimentos da energia eléctrica e da água, instalações sanitárias, assim como se construiu uma melhor estrada a fim facilitar a melhor circulação de pessoas e bens. Tornaram-se também melhores as habitações locais, assim como a substituição dos métodos tradicionais pela prensa aumentou a produção e produtividade da farinha de mandioca, cuja comercialização aumentou exponencialmente em direcção aos consumidores, sobretudo, da capital do país e ao estrangeiro.

Ilustração 11: Fábrica de Farinha de Mandioca, Margarida Manuel e Buzina (Mé Zóchi)



Foto: A Autora

2.6. Mulheres e novas formas de financiamento: o crédito, seu retorno e formas de poupança

A privatização, seguida da distribuição de terras aos pequenos agricultores colocou uma das camadas populacionais mais vulneráveis do país perante uma situação económica difícil, sem meios financeiros para gerir, pelo que se tornava necessário encontrar mecanismos para fazer face aos gravíssimos problemas estruturais que deixaram várias famílias à sua sorte, uma vez posto fim à estatização da economia também nos espaços agrícolas.

Fruto dessa difícil situação, o governo e os parceiros (FENU, CIDR, PNUD, PLCP) decidiram pela atribuição do crédito agrícola aos beneficiários de terra.

O crédito agrícola constituiu um projecto de longo prazo com características únicas no que diz respeito à prática da banca nas comunidades locais. Os princípios cooperativos do crédito foram ao longo da sua história preservados e aprofundados num esquema de banca de proximidade, que permite explorar os recursos e potencialidades locais e reinvestir os lucros no tecido produtivo (Pina, 2012). Complementando o que atrás foi dito,

“Les caisses regionales de credit agricole mettent en oeuvre au quotidien leur pacte coopératif et territorial pour contribuer au développement, au dynamisme et à l’accompagnement personnalisé de ceux qui vivent, travaillent et entreprennent sur leur territoires” (Revue Pacte Coopératif et Territorial, ed. 2014/2015).

O crédito agrícola em STP foi assim incluído num Programa de intervenção do FENU (Fundo do Equipamento das Nações Unidas) para o período 1992-1995 com vista a testar soluções realistas que permitissem a fixação das populações nas zonas rurais, criando polos de desenvolvimento participativo aptos a induzir uma dinâmica capaz de contrariar o êxodo rural.

A possibilidade de acesso ao crédito, graças a um (re)fundamento do sistema bancário vigente, permitiria melhorar a produtividade dos principais actores do desenvolvimento rural (homens e mulheres agricultores, palaiês, artesãos) assegurando-lhes as condições de trabalho e oferecendo-lhes a possibilidade de melhorar os seus rendimentos. A criação da Caixa

Nacional de Poupança e Crédito em substituição da antiga Caixa Popular seria o elemento catalisador de emergência desses polos das actividades geradoras de rendimento, emprego para alavancar a economia do país (FENU, 1992)

Mais uma vez, as antigas dependências da roça Água Izé (Bernardo e Claudino Faro, seguido de Mato Cana, que depois se tornou sede da caixa rural), dados os avanços organizacionais conseguidos no âmbito da privatização, serviram de zonas-piloto para a experimentação do crédito agrícola, que depois seriam disseminadas para outras zonas. Uma das questões favoráveis e essenciais para essa instalação foi a existência de um embrião da vida associativa já iniciada pelos pequenos agricultores, estando, assim, criadas as condições preliminares para as operações de crédito. A situação foi evoluindo e nos finais dos anos 90 as caixas rurais eram uma realidade.

Dados de 1998 que conseguimos através do PNAPAF dão conta da existência de 9 caixas rurais que foram enquadradas num esquema de crédito descentralizado, envolvendo 48 comunidades.

Tabela 40: Caixas rurais e sua localização

Designação	Data de abertura	Localização das Caixas
Esperança	01/05/1996	Monte Carmo
Seja Bem Vindo	25/05/1996	Diogo Vaz
7 Comunidades de À.Izé	17/10/1996	Mato Cana
Rei Amador	14/12/1996	Praia das Conchas
30 de Setembro	18/12/1996	Colónia Açoreana
Marcelo da Veiga	08/03/1997	Santo António Príncipe
Progresso	17/05/1997	Neves
Floli Canido	01/11/1997	Plateau
3 Estrelas	26/12/1997	Milagrosa

Fonte:Ministério da Agricultura e Pescas e PNAPAF, 1999, p.21

Os membros individuais das 9 caixas eram 1772, representando 52% da população enquanto os não membros eram 3730 que viviam nas comunidades envolvidas pela referida acção de financiamento tal como a seguir se apresenta:

Tabela 41: Percentagem da população adulta, membros das caixas

N.º de população Adulta das Comunidades Envolvidas	Membros
3730	1.772

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas PNAPAF1999, p.22

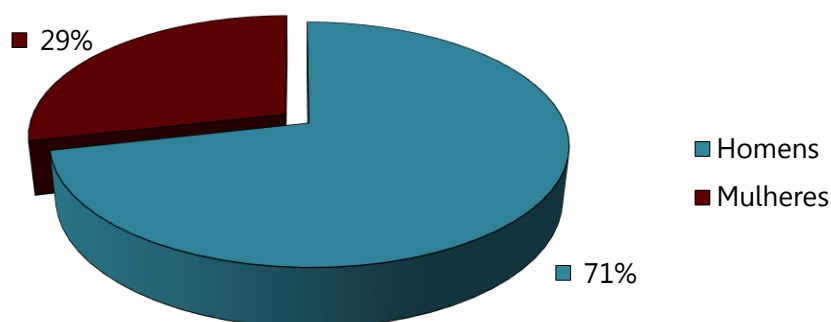
Na distribuição dos membros por sexo, as mulheres representavam 29% entre os membros dessas caixas rurais e os homens 71%, situação recorrente do pouco número da população feminina que beneficiou de lotes durante o processo de distribuição de terras.

Tabela 42: Distribuição dos membros das caixas rurais por sexo

Homens	1266
Mulheres	506

Fonte:Ministério da Agricultura e Pescas e PNAPAF, 1999,p.22

Gráfico 9: Percentagem dos membros das caixas rurais por sexo



Fonte:Ministério da Agricultura e Pescas e PNAPAF, 1999,p.22

Quando analisamos melhor os dados que conseguimos ter acesso não estão muito claros os créditos concedidos particularmente às mulheres. Nestes termos, o montante global dos

créditos concedidos entre 1997-1998 atingiram 59,1 milhões de Doras, distribuídos por 110 membros, uma média de 537,000 Dobras (na altura, 447 FRF) por pessoa.

Tabela 43: Evolução dos créditos concedidos

				Índice 2º Sem/97 =100		
	1997 2º Sem	1998		1997 2º Sem	1998	
		1º Sem	2º Sem		1º Sem	2º Sem
Nº créditos concedidos	175	182	110	100	104	63
Valor (Milhões Dbs)	52	131,9	59,1	100	254	114

Fonte:Ministério da Agricultura e PNAPAF, 1999,p.22

Se considerarmos o ano de 1998, constata-se que a caixa que concedeu o maior número de créditos foi a Progresso de Neves (74) enquanto que na caixa Seja Bem Vindo em Diogo Vaz, registou-se o número mais baixo (2).

A distribuição do número de créditos concedidos durante o ano pode ser observada nos quadros e gráfico que se seguem:

Tabela 44: Distribuição do número de créditos concedidos em 1998

Caixas	Localização	Nº Crédito
Progresso	Neves	74
Rei Amador	P. Conchas	48
Esperança	Monte Carmo	59
As 7 A.Izé	Mato Cana	26
3 Estrelas	Milagrosa	14
30 de Setembro	C. Açoreana	56
Seja Bem Vindo	Diogo Vaz	2
Floli Canido	Plateau	7
Marcelo da veiga	Sto. António	6

Fonte:Ministério da Agricultura e Pescas e PNAPAF, 1999,p.22

Tabela 45: Percentagem de créditos concedidos em 1998

Caixas	Localização	Crédito (%)
Progresso	Neves	25
Rei Amador	P. conchas	16
Esperança	Monte Carmo	20
As 7 A.Izé	Mato Cana	9
3 Estrelas	Milagrosa	5
30 de Setembro	C. Açoreana	19

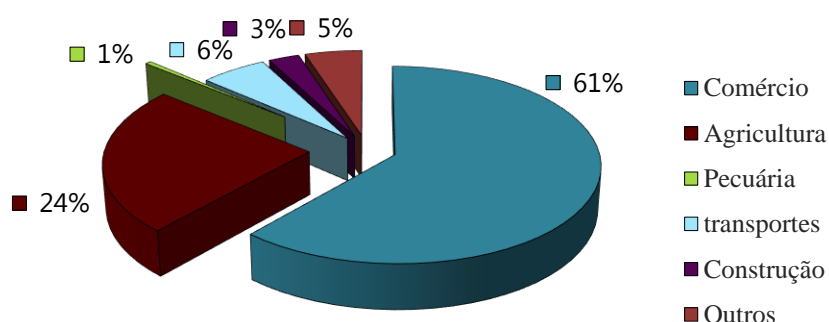
Seja Bem Vindo	Diogo Vaz	1
Floli Canido	Plateau	2
Marcelo da veiga	Sto. António	2

Fonte:Ministério da Agricultura e Pescas e PNAPAF, 1999,p.22

De referir que o baixo nível de créditos concedidos, resultaram, segundo o PNAPAF(1999) das dificuldades de reembolso o que fez com que algumas caixas rurais paralisassem as operações de crédito.

Nos períodos anteriores, o crédito continuou a ser dirigido essencialmente para as actividades de comércio e de aquisição de bens(61% do valor global), demonstrando que, quer as agricultoras, quer os agricultores tinham dificuldades na identificação correcta do objecto de crédito (Relatório PLCP, 1998).

Gráfico 10: Percentagem de crédito concedido por sector de atividade



Fonte:Ministério da Agricultura e Pescas e PNAPAF, 1999,p.23

Nestes termos, os desvios mais significativos foram verificados nas caixas Seja Bem-Vindo e Marcelo da Veiga, respectivamente de Diogo Vaz e da Ilha do Príncipe, cujos créditos concedidos ao sector de comércio representavam 117,7 milhões de Dobras enquanto que, na caixa Rei Amador 46,2 milhões foram destinados às actividades produtivas agrícolas, cujo objectivo deveria ser primordial. O quadro e gráficos que se seguem são reveladores disso:

Tabela 46: Repartição da afectação dos créditos concedidos durante o ano de 1998

<i>Milhões de Dbs</i>	
Comércio	117,7
Agricultura	46,2
Pecuária	1
Transportes	11,1
Construção	5,1
Outros	9,5
	190,6

Fonte:Ministério da Agricultura e Pescas e PNAPAF, 1999,p.23

A seguir ao comércio e agricultura o crédito cobriu os transportes (6%), (outros, 5%), construção (3%) e pecuária (1%).

Segundo o Relatório do PNAPAF e CIDR(1999), as dificuldades de reembolso prenderam-se com o ataque do *rubrocinthus* que influenciou de uma forma negativa os rendimentos dos(as) beneficiários (as)que investiram na recuperação do cacausal, a falta de responsabilidade de alguns e ainda a falta de hábito em receber crédito e proceder ao reembolso como compromisso e boas práticas.

Quando analisamos melhor os dados a que conseguimos ter acesso não estão muito claros os créditos concedidos particularmente às mulheres. Nestes termos, “o montante global dos créditos concedidos entre 1997-1998 atingiram 59,1 milhões de Dobras, distribuídos por 110 membros, uma média de 537,000 Dobras ,na altura, 447 FRF por pessoa” (Relatório, Ministério da Agricultura e Pescas e PNAPAF, 1999,p.25).

Segundo o mesmo relatório, ainda, havia imensas dificuldades de reembolso. Esses impedimentos de retorno estavam relacionados com o ataque do *rubrocinthus*, que influenciou de uma forma negativa os rendimentos dos(as) beneficiários (as)que investiram na recuperação do cacausal, a falta de responsabilidade de alguns e, ainda, a falta de hábito em receber crédito e proceder à sua restituição, quer como compromisso, quer como boas práticas.

A propósito do exposto entrevistamos em 17/04/2017, Viuvinha, coordenadora dos microcréditos dos finais dos anos 90, a 1ª década de 2000, cujo resumo apresentamos de seguida:

“Nos finais de 1998 começaram os microcréditos concedidos pelo CIDR e coordenados no terreno pelo PNAPAF, PLCP, e ONG *Micondó*⁷. Os microcréditos foram fundamentalmente endereçados às mulheres das zonas rurais (antigas roças) e piscatórias, reconhecida que foi a sua vulnerabilidade e pobreza extrema.

As mesmas recebiam no mínimo 500 000 e no máximo 2500 Dobras. Numa primeira experiência era exigida que a taxa de reembolso fosse a 100%. Porém, os problemas estruturais detectados na agricultura fizeram com que se baixasse esse reembolso para 50% de cada vez.

Lamentavelmente, grande parte destes créditos era desviado dos seus objectivos, em vez de ser investido na produção, acabando por servir para compra/construção de casas, melhoria das condições habitacionais, compra de mobiliários, colchão, frigorífico e arca, entre outros.

...Uma consultora do CIDR que veio avaliar o projecto constatou que o erro estava na ausência de planificação e nos mecanismos de seguimento que não eram eficazes.

Havia mulheres que recebiam crédito e investiam na compra de produtos perecíveis (fruta-pão, por exemplo), que não davam lucro e estavam destinados ao lixo. Outras faziam o seu bom uso, conseguiam fazer poupança, mas não pagavam toda a dívida.

Por exemplo, a ONG Micondó enfrentou problemas difíceis no seguimento dos projectos femininos, apesar dos mecanismos de seguimento implantados no terreno. Um caso caricato foi na antiga roça Monte Macaco onde as raparigas que receberam microcrédito deram dinheiro aos homens para gerir, não tendo por isso, cumprido os objectivos. De notar, no entanto, que houve alguns casos de sucesso de mulheres que procediam ao reembolso; havia também existência de favorecimentos políticos, sobretudo em momentos de campanha ...”.

Esta entrevista resumida é reveladora de como é que apesar das regras estabelecidas, a falta de rigor na postura e atitudes cria retrocesso ao desenvolvimento participativo feminino e não só.

Nessa altura, algumas atitudes das mulheres “deve[ia]-se à consciência que tinham das suas menos-valias em termos do domínio de vários instrumentos necessários à intervenção: auto-confiança, autonomia, dinamismo, capacidade de persuasão, experiência profissional, carisma, uma rede de conhecimentos influentes, etc, mas também ao facto de se sentirem ainda socialmente muito limitadas ao seu lugar tradicional e, essa consciência acaba por inibi-las e por facilitar a continua reprodução do velho xadrez das forças”(Frias 2006:253).

A poupança e o crédito constituem, pois, temas de capital importância para STP, pois o sistema de produção baseado em pequenas propriedades não inspira confiança no sector de

⁷Árvore, cujo nome científico é *Adansónia Digital L.*, vulgarmente conhecida em STP como *micondó*, em português imbondeiro e em alguns países africanos baobá; é uma espécie típica das zonas semi-áridas das savanas da África Tropical, aparecendo alguns exemplares na região NE de São Tomé. O nome atribuído à ONG em referência deveu-se à inspiração nessa árvore grande e resiliente.

crédito formal. Neste contexto a micro-finança tornou-se um adequado instrumento de intermediário financeiro para o meio rural. Daí que o individualismo e a instabilidade familiar se traduzam numa ausência de formas tradicionais de criação e mobilização de poupança através de práticas espontâneas interindividuais de empréstimo de dinheiro em alguns grupos e comunidades (FAO,2006 33-34).

No contexto social do período em estudo, os trabalhos, salários e negócios das mulheres são, em geral, muito precários. Neste ambiente de precariedade, os negócios não fluem. Assim, têm que dar muitas vezes fiado[emprestado] os seus produtos aos devedores que nem sempre honram os seus compromissos. Neste caso, vêem-se na necessidade de “ comer a mãe do dinheiro”, a expressão que na gíria santomense se compatibiliza com a corozão do capital ou fundos próprios por imperativos imediatos de sobrevivência. Em tais circunstâncias, muito dificilmente conseguem poupar. Por conseguinte, endividam-se para fazer negócios que não geram lucros e acabam ficando ainda mais pobres.

Para fazer a aquisição de alguns bens necessários e de difícil aquisição por causa das dificuldades que enfrentam, as mulheres rurais (palaiês, agricultoras, mas também vendeiras ambulantes) recorrem-se ao *xikilá*, um dos métodos mais antigos (e talvez mesmo dos mais seguros) de poupança e que, embora obviamente com outros nomes, parece ser comum não apenas em muitos países de África (ROSCA-Rotating Saving and Credit ou ASCRA (Accumulation Saving and Credit), mas também em países da Ásia e da América Latina; em Angola, chama-se *kixikila* , em Moçambique toma o nome de *chitique*, no Gana, o mesmo sistema toma o nome de *susu*(Ducados e Ferreira 1998, Frias, 2006).

Tal como nos supracitados países o *xikilá* enquadra-se num sistema de rotação de créditos, mais característico entre as mulheres, que estabelecem a quantia que cada uma deve dar num dia determinado pelo grupo, normalmente no final de cada mês entre 5-10 mulheres, geralmente amigas e empreendedoras de vários negócios (em STP dificilmente o *xikila* se faz entre familiares) com uma taxa de juro nula ou insignificante. A falha de uma implica falta de palavra, honestidade e severas críticas, sobretudo quando não dá satisfação sobre a razão do incumprimento. Tal pode implicar às vezes, a sua substituição por outra que fica pronta a entrar dadas as vantagens a tirar no sentido de resolver problemas que pareciam de muito longo prazo.

Escolhida a primeira na fila de rotação, se forem 10, só após 10 meses chega de novo a sua vez. Pode-se contribuir com quantias pequenas, mas na maior parte dos casos, as mulheres contribuem com 500/1000 Dobras cada uma (correspondente, respectivamente, a 20 ou 40 Euros), passando de vez em por dificuldades enormes, enquanto esperam sua vez.

Existe uma modalidade mais recente que é o “*xikilá* diário” através do qual um grupo de amigas (10-12) fazem a recolha de 20, 50 ou 100 Dobras e procedem à entrega rotativa do dinheiro recolhidos às mesmas no final de cada dia de negócio à favor de uma membra do grupo. Isto ajuda a equilibrar os dias de pior negócio a fim de ter acesso aos bens de primeira necessidade para o jantar e para o almoço do dia seguinte, que é feito desde o dia anterior a fim de deixar às crianças, enquanto estiverem no mercado na venda.

De salientar que a penhora de objectos valiosos como peças de ouro para aquisição de materiais escolares dos filhos, acabamento de uma casa, em casos de doença entre outras necessidades também tem sido recorrente entre as mulheres.

Capítulo 3: Inquérito por questionário

3.1.Introdução ao capítulo

De acordo com Maciel et all. (2014) a concepção e implementação de um inquérito por questionário é a recolha de informação temática válida e fiável, obtida a partir de respostas individuais dadas a um conjunto de questões por um grupo representativo de respondentes em torno dos quais se produzem conclusões possíveis de serem generalizadas ao universo da população em estudo.

Com este pretexto, consagramos esta parte do trabalho ao inquérito por questionário que realizamos. Nela faremos uma breve análise sobre os dados recolhidos. Trata-se de um instrumento que se tornava necessário a fim de se perceber melhor o impacto retrospectivo da distribuição de terras sobre as mulheres entre 1993 e 1999.

Por que decidimos fazê-lo? Ao analisar as questões inerentes à distribuição de terras, verificamos que esse processo estava comprometido a partida. Tecnicamente mal concebido,

influíram na produtividade, sobretudo, das parcelas atribuídas às mulheres. Tal constatação reforça a opinião de Temudo (2008) quando diz que, a viabilidade económica das novas explorações familiares (particularmente, as que couberam às mulheres) em S. Tomé e Príncipe ficou à partida comprometida não só pela exiguidade da área das parcelas como também pela sua qualidade (não existência, ou má qualidade dos cacaveiros, baixa fertilidade do solo, elevado declive, encapoeiramento das parcelas), para além de que grande parte das nossas inquiridas não tiveram orientações técnicas precisas, nem meios próprios, nem, tão-pouco, recebeu qualquer crédito para investimento inicial e alavancagem das suas produções, como veremos abaixo, na síntese das amostras.

3.2.Breve incursão às amostras

A maior quantidade de partição dos terrenos agrícolas, se verificou nos Distritos de Cantagalo e Caué, cujo peso se fez sentir no inquérito aplicado.

Assim em Cantagalo inquirimos as seguintes comunidades:

Caridade, Santa Cecília, Colónia Açoriana, Castelo, Água Izé, Alto Douro, Mato Cana, Ribeira Praia, Uba Budo, Santo António, Roça Colónia, e Caridade.

Em Caué, inquirimos as seguintes comunidades:

S. João, D. Augusta, Ribeira Peixe, Fraternidade, Mendes da Silva e Emolve; de Lobata: Praia das Conchas, Guadalupe, Santa Luzia e Água Sampaio;

E em Lembá, estivemos em Santa Catarina.

Portanto, numa população de 13713 beneficiários dos anos 90 cerca de 20% de mulheres receberam parcelas de terra para cultivo o que corresponde a um número 2827. Tendo passado mais de 25 anos após a entrega das primeiras parcelas, e considerando que a esperança média de vida das santomenses é de 71,2 anos, estimamos que esta população reduziu-se substancialmente. Considerando este facto e as limitações com que deparamos ao longo desta pesquisa, podemos considerar que 53 amostras são suficientes para o efeito desta tese, muito embora, entendamos elevar o número das amostras nos aprofundamentos futuros.

Destas 53 amostras, fizemos uma breve síntese dos dados que abaixo são apresentados. Porém, todos os detalhes se encontram nos anexos.

Na análise ao referido quadro concluiu-se que a maior parte das mulheres inquiridas (77,35%) são chefes de família, sendo que 54,75% declararam ter um marido; 43,9% são mães solteiras, o que confirma a tendência dos dados estatísticos do INE de que existem muitos lares chefiados por mulheres nas zonas rurais (32% em 2001 à 41,2% em 2012); Só 22,64% das inquiridas têm lares chefiados por homens. Relativamente à terra distribuída, 98% das inquiridas são beneficiárias e 81% das inquiridas dedicam-se exclusivamente aos trabalhos agrícolas enquanto que 19%, para além da agricultura, dedicam-se à outras actividades.

Relativamente aos insumos agrícolas, 77,36% não os recebeu contra 22,64 % que conseguiu ter acesso esporádico aos mesmos, denotando ineficiência nos trabalhos de extensão rural. Só 4% de mulheres recebeu microcrédito contra 96% que não beneficiou de crédito algum. Muitas alegam não terem contas abertas no Banco, nem conhecem os procedimentos administrativos para o efeito. Para além disso, dizem que o dinheiro que ganham é muito pouco para ser depositado.

Quanto a criação de gado, apenas 2% das inquiridas foi beneficiada, enquanto que, 98% não o recebeu. As mesmas alegam que o roubo não estimula à sua criação.

Só 33% das inquiridas possui título de posse contra 67% . Grande parte desses títulos ainda é provisório e muitas das beneficiárias alegaram não conhecer os trâmites administrativos para os tornar definitivos.

Das inquiridas 36,62% praticam a diversificação da produção, enquanto que 60,37% não o fazem. Relativamente ao excedente de produção 43,39% conseguem comercializar o excedente de produção ao passo que 32,75% procedem ao seu consumo (quando não conseguem vender) e 9,3% deitam as sobras ao lixo. Com efeito, dificilmente, as vendedeiras dos produtos dão saldo aos produtos, quando há excedentes.

Relativamente à formação/informação 49,05% de inquiridas beneficiou das mesmas e igual número (49,05%) não beneficiou.

Tabela 47: Síntese do Inquérito por Questionário

Principais perguntas do Inquérito por questionário	Sínteses das respostas obtidas	
Estado civil	54,75% têm marido	43,39% são solteiras
Chefe de família	77,35% chefiadas por mulher	22,64% chefiadas por homens.
Recebeu a terra	98% receberam terra	2% não receberam
Pluriactividade	81% dedicam-se exclusivamente aos trabalhos agrícolas	19% fazem agricultura e outras actividades
Insumos agrícolas	22,64% receberam insumos	77,36 não receberam
Recebeu animais	2 % recebeu	98% não recebeu
Beneficiou de microcrédito	4% Beneficiou	96% não beneficiou
Tem título de posse	33% tem título de posse	67% não tem título de posse
Diversificação da produção	39,62% consideram que praticam a diversificação	60,37% não praticam
Excedentes de produção	43,39% comercializam o excedente de produção,	32,75% procedem ao seu consumo, 9,43% deitam as sobras ao lixo
Acesso à formação e informação	49,05% beneficiou de formação e informação	49,05% não foi beneficiado com qualquer formação
Acesso assistência técnica	45,28% declararam que foram beneficiadas.	49,05 não beneficiaram.

Fonte: Tabela construída a partir dos dados contidos no anexo.

Estas informações, considerámos, servem e auxiliarão uma melhor compreensão do mundo que procurámos trabalhar e interpretar.

Capítulo 4. O que nos diz a pesquisa

4.1.Pretextos para uma reflexão

Durante o estudo exploratório e com base também na literatura científica sobre a matéria, tínhamos construído uma ideia prévia de que as mulheres eram responsáveis por labores

domésticos e que, muito esporadicamente, eram chamadas à realização de trabalhos nas plantações, sobretudo, nos períodos de maior crise e/ou carência de mão-de-obra. E que, os homens, tal como pudemos apurar no período colonial em análise, se responsabilizavam por todos os trabalhos considerados pesados.

Entretanto, no processo de pesquisa, acabámos por compreender seja por meio da análise de fontes documentais complementares, seja por meio das entrevistas a homens e mulheres que haviam trabalhado nas roças no período em observação, que a participação das mulheres nesse conjunto de trabalhos em tarefas agrícolas, foi uma constante. As crises de mão-de-obra foram acentuando a necessidade de importação de mão-de-obra feminina de Cabo Verde, uma vez que de Angola e Moçambique quase que deixaram de vir mulheres. Esse contingente, porém, não vinha senão acrescentar-se àquele que localmente já estava adstrito à realização de tarefas agrícolas.

É um dado novo que, no nosso entender, importará explorar melhor, quem sabe, em futuros trabalhos. Para tal, impõe-se que se continue tão cedo quanto possível a ouvir e registar os conhecimentos que sobre o assunto detêm as populações de camponeses e camponesas ainda vivos e que trabalharam nas roças durante o período colonial, diminuto como vai ficando o referido grupo.

Depois disso, e caso se confirme, com base numa amostra mais alargada de entrevistados e entrevistadas, este pressuposto poderá trazer informação que pode vir, talvez, a sustentar uma releitura sobre o trabalho feminino nas roças.

Importa sobre este assunto sublinhar que em grande parte das leituras que pudemos fazer para o estudo destas matérias, e que foram algumas, parece haver uma interpretação generalizada sobre o lugar “intra-portas”, da mulher em geral, fossem as patroas, ou fossem as empregadas. A literatura neste domínio, está repleta desta abordagem. Os estudos de género remetem continuamente para a ideia de espaço público - espaço dos homens, e espaço privado - espaço das mulheres.

A nossa pesquisa remete-nos, contudo, para uma participação muito pública das mulheres em estudo. E este é um facto que importa valorizar e reflectir em trabalhos futuros.

A repressão e humilhação constante de que eram vítimas, as violações e controlo sexuais quer por parte dos patrões, quer por homens de diferentes grupos em presença (uma vez diminuto o grupo de mulheres) resultava numa permanente insegurança, que nem as suas queixas às autoridades fazia inverter o *status quo* relativamente ao ordenamento social das roças.

Depois da apresentação da informação concernente ao período colonial, apesar dos relatórios sobre as contas relativas ao trabalho e produção das roças, das descrições sobre as diversas atividades que os roceiros desenvolviam, dos horários de trabalho, das tensões suscitadas pela convivência de homens e mulheres em convívio forçado num ambiente também ele fechado, das questões relacionadas com a alimentação e até com a saúde, etc. a consciência que temos é a de que fica aqui todo um mundo ainda por trabalhar, até por descobrir e que importa não negligenciar sob pena de não termos uma leitura mais completa da nossa história.

A documentação e os dados recolhidos por meio de questionários e entrevistas, conversas e observação, forneceram muitíssima informação, pelo que importará a partir de agora, olhar para ele de uma forma diferente. Nós propusemo-nos neste trabalho identificar a modalidade de participação das mulheres, devendo no futuro tomar esse material e complementá-lo como já se disse, a fim de nos podermos iluminar com as suas entrelinhas. De tentar ver o que se esconde por trás dos números, dos planos, dos projetos, do envolvimento de homens e mulheres no mundo do trabalho no intervalo de tempo que procurámos estudar e conhecer melhor.

4.2.O que mudou com a mudança de regime?

Também para o período que sucedeu à independência encontramos muita informação, e pudemos compreender que os arquivos e bibliotecas e alguns ministérios que consultámos em São Tomé, estão relativamente bem apetrechados com documentação sobre a época. Fizemos também, como pudemos dar a conhecer no texto, entrevistas a antigos profissionais de ministérios, de ONGs, associações e mesmo a agricultores e agricultoras e todos nos deram,

de forma muito generosa os seus testemunhos, que junto a outras fontes permitiram-nos obter informação que nos ajudaram a identificar e compreender a natureza e a modalidade das principais actividades laborais adstritas às ex-serviçais e pôr a descoberto quanto era materialmente relevante o trabalho feminino para a estabilidade produtiva das roças, sobretudo, no período estudado.

Como referimos atrás registámos muita informação sobre as atividades e contas das roças até ao período da independência, e depois dela, sobre o entusiasmo das reformas agrárias e das mudanças que se tentaram impor e ainda sobre projetos de desenvolvimento e *empowerment* das populações rurais e alguns especificamente preocupados com as mulheres.

Ainda assim, é-nos possível identificar uma certa continuidade relativamente aos trabalhos e tarefas das mulheres. Na verdade a essência do trabalho roceiro continuou sendo o mesmo (capina, limpeza dos quintais, separação do cacau das cascas e enchimento das tinas, trabalho na estufa, separando diferentes tipos de cacau: nas roças onde o café fosse produto principal a sua recolha dos arbustos para os cestos; naquelas onde fosse a copra, elas continuaram a exercer as tarefas antigas). Porém, mudou o seu status: de indígena, passou a cidadã de pleno direito pela Constituição Política e Lei da Nacionalidade (Diário da República nº 39, de 15 de Dezembro de 1975); passou paulatinamente a ter salário igual ao homem; passou a circular da roça para a cidade sem autorização prévia, alargou o seu circuito anterior de convivência com outras mulheres, trocando experiências, problemas pessoais e laborais; o momento político fez dela participante nas longas assembleias de trabalhadores e reuniões políticas, onde tinha voz e, por isso, dava opiniões. Concorreu para isso uma campanha alargada de alfabetização que tirou muitas delas do analfabetismo. Incentivada pelo salário igual e pelas orientações do Partido único e governo de base socialista de então (que criou a OMSTEP) começou-se propalar a igualdade de direitos e emancipação, mesmo sem ter consciência clara do termo: o que interessava era ter autonomia dos seus actos, fazendo juz à influência dos movimentos feministas exteriores. Sendo época de orientação socialista do Estado, beneficiou de todas as regalias que o mesmo colocou à disposição das populações nos domínios da saúde, do emprego, da educação, dos transportes, entre outros.

Tendo acabado a repressão colonial, as exigências no trabalho diminuíram. Apesar dos inúmeros investimentos em transportes, equipamentos, etc, a gestão das roças ficou aquém do

ideal. Nos meados dos anos 80 acentuou-se a crise: começaram a falhar os salários à tempo certo, a produção e, conseqüentemente, a produtividade ia caindo para os níveis mais baixos e as mulheres (na qualidade de chefes de família) viram sua situação piorar. Não obstante, as assistências no âmbito da APD, do PAM (com a oferta gratuita de alimentos vindos do exterior), da distribuição das primeiras glebas em 1985 (também às mulheres no âmbito da Política do Envolvimento do Cidadão), a situação não melhorou, uma vez não estimuladas políticas de auto-suficiência alimentar e de consumo interno. A entrada em cena do FMI de 1987, em diante, face à deterioração da situação macroeconómica, vai colocar sobre a mesa, a exigência da distribuição das grandes propriedades agrícolas em pequenas e médias parcelas e em unidades agrícolas familiares. Neste processo, apenas (20%) de mulheres receberam terras. Apesar de poucos investimentos, falta de alfaias agrícolas, créditos, de insumos agrícolas, etc, participam no início tenuemente, mas depois activamente nessas UAF e nas associações. Outras mulheres, em tempos dessa mudança optam pelo êxodo rural e nas apostas ousadas do mercado informal na cidade.

PARTE V – Síntese conclusiva

No período pós-colonial, nos anos 80, no país começaram os primeiros efeitos nefastos de uma economia intimamente ligada ao *crash crops* (especializada no cacau) e uma dependência sem precedentes da flutuação dos preços internacionais;. Internamente, a má gestão das empresas agrícolas associada à uma crise de seca que afectou os resultados áureos da produção agrícola num país de clima tropical húmido acabaram por deixar mais frágeis as bases de construção do Estado em clima de “reconstrução nacional”. Assim, em 1987 o governo santomense assinou com o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e o BAD o Programa de Ajustamento Estrutural, “PAE” com o financiamento dessas instituições, ficando sujeito à duras políticas neo-liberais tais como: a estabilização dos equilíbrios macroeconómicos através da adopção de uma política de rigor nos domínios orçamentais, monetário e taxas de câmbio; promoção de um crescimento económico sustentado através da liberalização do comércio e dos preços, o desenvolvimento e diversificação da base produtiva e a privatização da economia; melhoria do sistema financeiro e bancário e a promoção de políticas socioeconómicas que visassem atenuar os efeitos negativos da política de estabilidade.

Nesse clima desfavorável constatamos que a mulher, vítima mais direta da pobreza, começou a passar muito rapidamente por situações de penúria, tendo em conta a ausência do pagamento de salário a tempo certo, a falta das antigas cantinas, entre outros, apesar da política do envolvimento do cidadão que anos antes tinha atribuído algumas lavras, também, às agricultoras. A distribuição de terras que tomou corpo em 1993 atribuiu apenas 20% de terras às mulheres que, sem alfaías agrícolas, nem crédito inicial, algumas acabaram por desistir, fazendo opção pelo êxodo rural.

Considerações finais

“De Serviçais a Funcionárias Rurais: estudo sobre a participação e trabalho femininos na economia agrícola santomense nos anos de 1950 a 1999”, é o objeto de estudo desta nossa dissertação. A pesquisa que realizamos para esse efeito, foi deveras apaixonante. Porém, antes mesmo de passarmos às conclusões a que esta pesquisa nos conduziu, consideramos que um bom passo seria o de, em retrospectiva, recordar o nosso questionamento inicial assim como os objetivos a que nos propusemos alcançar para responder a seguinte pergunta de partida:

- Quais as modalidades da participação feminina na economia agrícola santomense durante o período de 1950 a 1999?

Estes pressupostos exortam-nos a indagar quem eram estas mulheres, donde viam, porque viam, o que faziam e, em que contextos políticos, históricos, económicos e sociais, a natureza e as condições de trabalho para perceber melhor a profundidade do PROBLEMA que o objetivo de estudo nos sugere, sem o qual não haveria esta pesquisa de modo responder a preocupação do nosso questionamento, à partida. Neste sentido, tornou-se imprescindível tomar como impreterível os seguintes objetivos:

a)Objetivo geral:

- Aprofundar o conhecimento sobre a participação da mulher na exploração roceira nos períodos compreendidos entre os anos de 1950 e 1975, e 1975 a 1999.

A ideia principal é de incluir os dois importantes momentos da história laboral da mulher e do arquipélago, a fim de, nos diferentes contextos políticos económicos e sociais, indagar e desvendar muito do que pode ser dito e alçado sobre o verdadeiro papel desta franja populacional na economia agrícola das Ilhas, tanto no período colonial como no pós-colonial de acordo com o horizonte temporal em apreço (1950 a 1999).

Sob pressuposto de que a mulher é uma franja muito importante de qualquer sociedade e que o seu contributo é imprescindível para qualquer formação social e desta feita, para as propriedades agrícolas das ilhas, carentes de mão-de-obra, no período em análise, fixamos cinco (5) objetivos específicos a saber:

b) Objetivos específicos:

- 1. Indagar e analisar as principais abordagens histórico-teóricas no contexto da bibliografia sobre a participação feminina em actividades agrícolas, com particular realce para S. Tomé e Príncipe.
- 2) Analisar os contextos políticos, económicos e sociais que condicionaram o status da mulher serviçal no período colonial em estudo;
- 3) Identificar as principais actividades adstritas às serviçais e compreender em que medida contribuíam para a estabilidade produtiva das roças no período de 1950 a 1975;
- 4) Compreender o que mudou relativamente à situação profissional destas mulheres, quando no período pós-colonial, sob um novo paradigma político, se institui que deixavam de ser designadas por serviçais das roças e passam a designar-se funcionárias rurais / trabalhadoras agrícolas;
- 5) Compreender que mudanças as trabalhadoras das roças assumem ter experimentado nas suas vidas na década de 90.

Estes objectivos, segundo o nosso entendimento, são os mais condizentes com a inquietação da nossa pergunta de partida.

Após a exaustiva análise sobre o que pudemos indagar, averiguar e reunir sobre o nosso objecto de estudo, eis o que se nos oferece concluir:

No que se refere à literatura, começa por haver alguma bibliografia, nomeadamente de autores portugueses e outros, sobre a participação feminina nas actividades agrícolas. Porém, poucas são as que se dedicaram exclusivamente a São Tomé e Príncipe e tentaram acompanhar o percurso da mulher serviçal, no período colonial até a sua ascensão à funcionária rural no período pós-colonial;

Do ponto de vista político, a serviçal vivia o contexto de uma sociedade fascista e colonial sob regime em que o patrão representava o poder e a força dominante e a mulher serviçal a dominada. Apesar da escravatura e o trabalho forçado terem sido abolidos desde o século XIX em 1875, as roças se assemelhavam a propriedades feudais em que o patrão se comportava como senhor feudal e reservava à serviçal a condição de serva. Esta, sujeitava-se, normalmente, a 10 horas de trabalho, podendo se estender um pouco mais, dependendo da época de colheita e do regime de cada propriedade. Havia, por parte das autoridades, uma grande tolerância para com o abuso de poder nas propriedades agrícolas, onde quase sempre o patrão e os seus representantes tinham razão. Havia hora de se deitar e de se levantar para a formatura, manhã cedo. Do ponto de vista económico, tendo passado o período em que era capturada do país de origem, a serviçal fugindo a penúria social como a fome e o desemprego, deixava-se contratar para ir à S. Tomé e Príncipe em busca de sustento para a sua extensa família, ou por outras razões pessoais. Não tinha outro modo de vida e as promessas eram aliciantes, muito embora a prática fosse outra. Entretanto, no solo ilhéu, continuava a viver a penúria económica e social. A sua condição de vida e de trabalho era deplorável e indignificante. O magro salário não lhe permitia qualquer poupança. Socialmente, tal como os demais serviçais, era considerada cidadã de segunda, sem faculdade para gerir sua própria vida, sendo-lhe, por isso, atribuído um curador. Como se não bastasse, tinham, ainda, que se sujeitar ao assédio e aos impropérios dos patrões, das suas gentes e a repressão do seu companheiro;

As mulheres serviçais participavam em dois mundos de trabalho, o feminino e o masculino. Para além dos afazeres laborais dentro de casa do patrão e que consistiam em lavar a roupa, cozinhar, limpar a casa, tomar conta das crianças, eram muito

frequentemente chamadas a realizar trabalhos agrícolas no espaço das plantações, fazendo monda, capinando as bermas dos caminhos principais e secundários; procedendo à quebra das cápsulas, donde tiravam as sementes para encher as 10 tinas que transportavam à cabeça, alguns Kms, até ao terreiro. Em algumas roças as tinas eram transportadas para os vagões *décauville* ou tratores que, por sua vez, faziam a ligação entre o local de trabalho e os quintais. Na estufa ou nos secadores as mulheres eram elementos imprescindíveis no controlo da qualidade do cacau que deveria ser ensacado para a exportação. Neste processo procediam à separação e limpeza do cacau seco e seguiam todo o trabalho tecnológico no *crivo* para separar o cacau mais limpo para a *munha* (destinado ao chocolate) e outros para manteiga, pois que nada se perdia. O ato de costura dos sacos era também, uma tarefa meramente feminina. A contribuição da mulher era semelhante quando se tratasse de copra e coconote. Era, também, à serviçal que competia tratar dos quintais, livrando-os de dejectos. Acompanhadas de seus filhos menores, amainavam animais, davam-lhes de comer, trabalhavam na limpeza das capoeiras e pombais e garantiam a alimentação das aves domésticas. Nos cafezais, as mulheres eram elementos essenciais na colheita e tratamento do café. Isto prova que elas eram também trabalhadoras agrícolas de facto e que o seu contributo era imprescindível ao sucesso e a estabilidade produtiva e social das propriedades agrícolas em S. Tomé e Príncipe. Um outro fator não menos importante, para a estabilidade e o sucesso das roças prende-se ao facto de poderem multiplicar, a prazo, a mão-de-obra, gerando do próprio ventre a força de trabalho, reduzindo custos substanciais às propriedades agrícolas com a sua importação.

No período pós-colonial, os trabalhos continuaram a ser praticamente os mesmos. Mudou entretanto, a cidadania, a participação cívica destas mulheres, a sua integração social, o padrão, as horas e as condições de trabalho. Alfabetizadas e integradas, acabaram-se os preconceitos. A ex-serviçal passou a ser bem quista e cidadã de pleno direito. Logo após a independência, mudou significativamente para melhor o seu salário que, posteriormente, veio a igualar-se a dos homens. Mudou também, a atitude desta perante o trabalho, a sociedade e o lar. A mulher tornou-se social e laboralmente muito mais activa e interventiva, passando, algumas delas, a competir com os homens em tarefas exclusivamente masculinas. Este último facto deve-se essencialmente I-) à influência de um regime monopartidário de orientação socialista que apregoava

direitos iguais entre homens e mulheres; ii) à criação da OMSTEP, Organização das Mulheres de S. Tomé e Príncipe, que mobilizava e defendia a emancipação das mulheres e posteriormente, o seu empoderamento; iii) ao ensino gratuito, à campanha de alfabetização e de massificação do ensino realizada, logo após a independência, pelo governo monopartidário do MLSTP que ajudou a combater o obscurantismo e a criar uma nova mentalidade; iv) e muito posteriormente, aos ideais feministas euro-americanos, ainda embrionários na racionalidade das mulheres roceiras, porém, presentes nas elites femininas que encorajavam estas a assumir a igualdade e sua afirmação, como sinais de novos tempos nas suas vidas. Entretanto, cinco anos depois da primeira reforma agrária que culminou com a nacionalização das propriedades agrícolas, chegou a desilusão da seca, de peste suína africana e de má gestão de todo esse processo por parte das autoridades. Os salários já não eram pagos a tempo. O primeiro programa de ajustamento estrutural não teve em conta a dimensão social de ajustamento. Escasseavam-se os bens da primeira necessidade e os preços começaram a subir. A vida nas roças piorou tão significativamente que, nem a “Política do Envolvimento do Cidadão”, através da qual, timidamente, se atribuiu terras também a trabalhadoras agrícolas para cultivo, conseguiu resolver a situação de penúria que se seguiu até aos finais da década de 80, período após o qual deu-se o desmantelamento, retalhação e privatização das empresas agrícolas;

Na década de 90, a condição da mulher/trabalhadora agrícola, degradou-se substancialmente e a sua participação para o desenvolvimento agrícola deixou de ser tão efetiva. Este facto deveu-se a novos paradigmas decorrentes das transformações políticas, sociais e económicas que se operaram no País. Em termos políticos, em 1990, o regime de Partido único cedeu lugar ao multipartidarismo e a eleições livres. Em termos sociais, num ambiente já de si cada vez mais precário, pairava a incerteza sobre o que trariam novos tempos. Do ponto de vista económico, as instituições de Bretton Woods, FMI e o BM, asseveraram ainda mais as exigências para com a liberalização económica, a retirada do Estado da economia, as reformas estruturais e de estabilidade macroeconómicas impostas aos governos de então, entre outras. Estas medidas incluíam também, a) a profunda desvalorização da moeda nacional, sob o sistema de *crowling peg*, o que fez disparar a inflação, e emagrecer o valor real dos salários dos trabalhadores, em geral; b) Uma reforma agrária baseada na privatização das roças através do desmantelamento de grandes propriedades agrícolas,

privilegiando a sua retalhação e distribuição em pequenas e médias propriedades e unidades agrícolas familiares “UAF”, a partir de 1993. Estas reformas, realizavam-se sob o pressuposto de aumentar a produção, gerar e assegurar o auto-emprego. Entretanto, este facto redundou em desemprego, sobretudo, das mulheres, uma vez que, apenas 20% delas, no total geral do país, tinha beneficiado de terras cujos lotes variavam entre 1 a 5 hectares. Uma das consequências mais notórias dessas mudanças foi o êxodo rural para os subúrbios da cidade-capital, onde entravam em pequenos negócios informais, tendo algumas delas evoluído chegando mesmo ao nível de médias empresárias no sector de comércio e restauração. Porém, como nem todas tiveram a mesma sorte, muitas até aos finais dos anos 90 viveram a indigência e precariedade. Para as que permaneceram nas roças, nem mesmo o associativismo, cooperativismo e os esforços das agências internacionais como FIDA, PLCP, CIDR, FENU, foram suficientes para garantir uma participação plena e condigna destas mulheres na decadente economia agrícola das Ilhas, neste período; c) um outro factor determinante para a qualidade da participação da mulher na produtividade agrícola e para a degradação da sua condição e das pequenas unidades familiares, foi o donativo alimentar. Muito embora, já não se distribuísse, nos anos 90, a ração alimentar gratuita, a sua venda a um preço simbólico, alterou a estrutura da procura interna de consumo alimentar. Passou-se a consumir, muito mais arroz que banana, fruta-pão, matabala, batata doce e inhame. Assim, as produtoras agrícolas não conseguiam escoar os seus produtos e o preço de venda já não justificava o esforço. Como tal, muitas passaram à ilegalidade de vender os seus títulos provisórios e experimentar a sorte em actividades informais.

Em suma, concluímos que constitui uma grande lacuna o facto de a literatura não ter dado a devida atenção e visibilidade à participação feminina nas actividades agrícolas santomenses. Apesar das precárias condições laborais, as mulheres serviçais (1950 a 1975) participavam em dois mundos de trabalho, o feminino e o masculino. Para além dos labores domésticos na casa do patrão e nos quintais, eram muito frequentemente chamadas a realizar trabalhos agrícolas de grande esforço físico no espaço das plantações. A mulher estava em todas as frentes. A sua participação em actividades agrícolas das roças, era imprescindível para a normalidade funcional e produtiva das mesmas, uma vez que delas dependia, no essencial, a boa qualidade do cacau, da copra e do café que eram exportados. No período pós-colonial, compreendido

entre 1975 e 1999 a serviçal ganhou o estatuto de funcionária rural. Pouco mudou em relação a modalidade de trabalho. Entretanto, tanto a condição da mulher como a sua contribuição no desenvolvimento da agricultura nas roças, conheceram momentos áureos e baixos. Na década de 90, a sua condição degradou-se, substancialmente, e a sua participação no desenvolvimento agrícola deixou de ser tão efetiva. Este facto deveu-se a novos paradigmas decorrentes das transformações políticas, sociais e económicas que se operaram no País. Ainda assim, é inegável e indelével a importância da participação e do trabalho femininos para a exploração e o desenvolvimento das propriedades agrícolas em S. Tomé e Príncipe no período estudado.

Considerando a exigência com que nos afoitamos na preparação, elaboração e conclusão desta nossa tese, acreditamos que, poderemos ter dado uma contribuição, ainda que modesta, para;

- a) Demonstrar a imprescindibilidade da participação e do trabalho femininos na economia agrícola santomense nos anos de 1950 a 1999;
- b) Identificar a natureza e a modalidade das principais actividades laborais adstritas às serviçais e pôr a descoberto quanto era materialmente relevante o trabalho feminino para a estabilidade produtiva das roças, sobretudo, no período colonial;
- c) Demonstrar que os contextos políticos, económicos e sociais do período estudado, foram determinantes na definição do status da mulher, na sua condição e na dinâmica da sua participação laboral;
- d) Compreender por que as serviçais passaram a designar-se funcionárias rurais e que factores ou fenómenos concorreram para esse facto.
- e) Evidenciar a importância teórico-histórica e económico-científica da operacionalização do conceito “serviçal”, versus, funcionárias rurais ou ainda trabalhadoras agrícolas enquanto mão-de-obra nos diferentes contextos históricos, políticos, económicos e sociais do período estudado.

❖ **As Limitações da Investigação**

A complexidade do estudo, a escassez bibliográfica sobre o assunto em apreço, as fragilidades e os constrangimentos de natureza estatística, para além de terem sido os nossos maiores adversários nesta jornada, testemunham as reais limitações com que deparamos ao longo desta nossa pesquisa. Acresce-se ainda, a inexistência de ligação

com a Ilha do Príncipe no período planificado e a sua irregularidade posterior, o que impossibilitou a inquirição daquela população-alvo. Depreendemos ainda, aquando do estudo exploratório, que esses factos impossibilitariam uma quantificação sistematizada e fiável da contribuição da mulher, em termos numéricos e monetários, na economia agrícola santomense. Entretanto, esperamos ter superado, em parte, estas limitações, cruzando as fontes e usando a metodologia mais adequada.

❖ **As pistas para trabalhos futuros**

O foco em que nos vimos impelidos nesta tese impediu-nos de abordar com a mesma profundidade todos os temas adjacentes à tão aliciante problemática de interação da mulher com as roças em S. Tomé e Príncipe. Assim, tomamos a ousadia de enumerar aqui as seguintes pistas que, no nosso entender, constituem imperativos inadiáveis:

- Prosseguir com urgência o levantamento arquivístico, bibliográfico e oral mais aturado sobre a interacção das antigas serviçais com as roças, para suprir as falhas das informações escritas e aprofundar o conhecimento sobre detalhes inéditos;
- Indagar e analisar as vantagens, desvantagens e os efeitos de transição do modelo colonial de exploração agrícola para o pós-colonial, baseado nas pequenas e médias empresas e em unidades agrícolas familiares “UAF”;
- Indagar e analisar os efeitos económicos das intervenções das agências internacionais, organizações não-governamentais e de congregações religiosas nas pequenas comunidades agrícolas no espaço das antigas roças;
- Prosseguir com as pesquisas sobre a contribuição da mulher no abastecimento do mercado interno, tendo em conta o seu número significativo na fileira dos pequenos agricultores.
- Indagar a hierarquização, o perfil funcional, as forças e fraquezas do sistema pós-colonial de exploração roceira.

Bibliografia

- 1806-9592, I. (Ed.). (Jan/Abril de 1999). <http://dx.doi.org/101590/S0103-40141999000100018>, eletrónica. (U. d. Paulo, Produtor, & Revista Scielo) Obtido em 21 de Novembro de 2017, de Vol. 13, Nº 35
- HISTÓRIA das Ilhas de S. Tomé e Príncipe*. (1974). Porto: N. Oliveira.
- <http://www.observatório.género.nº39>. (Outubro-Dezembro de 2013 de 6-final(3)). Obtido em 14 de Maio de 2017, de Boletim Observatório Género.pdf.
- ABRANTES, C. (2015). A gestão do trabalho Indígena frente à resistência política em Angola, 1950. *Revista das Ciências Sociais*, V. 46, Nº 2, jul-dez, 2015, pp. 117-140.
- AGRICULTURA, M. D. (Março, 1993). *Recenseamento Agrícola*. São Tomé: FAC/88.
- AGUIAR, A. (2001). A Distribuição de Terra, Factor de desenvolvimento socioeconómico em STP: o caso do Distrito de Lobata.
- AGUIAR, I. (Setembro de 1998). Viabilidade scio-económica das Unidades Agrícolas Familiares das comunidades de Água Izé. Estudo de caso de Desenvolvimento rural em STP. *V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Maputo, Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane.
- ALBUQUERQUE, E. (2009). *Avaliação da Técnica de amostragem "respondent-driven sampling na estimação das prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas"*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca- Ministério da Saúde.
- ALEXANDRE, V. (2000). Situações coloniais. In F. C. Bethencourt, *História da Expansão Portuguesa* (Vol. 4, pp. 143-181). Lisboa: Temas e Debates.
- ALLEN, K. (2002). The social spaces of rural women. (2.-4. Rural Society(12), Ed.)
- ALMEIDA, A. (s.d.). *Segurança Alimentar em S. Tomé e Príncipe: Estudo de caso do Distrito de Água Grande, Dissertação para obtenção de grau de mestre em agronomia tropical e desenvolvimento sustentável, Univers.* Obtido de Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa,
- ALMEIDA, N. &. (24-27 de Nov. de 2014). <https://paradoxoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/07/1957-4759-Pb.pdf>. (1. Redor, Produtor, & Universidade Federal do Pernambuco, Recife-PE) Obtido em 21 de Agosto de 2018
- ALVES, R. G. (Jul/dez 2012 de 2012). De que sofrem os trabalhadores rurais? Análise dos principais motivos de acidentes e adoecimentos nas actividades rurais. *Informe Gepec*, v,16, n. 2, pp. 39-56.
- ANDRADE, M. (1998). *Origens do Nacionalismo Moderno*. Lisboa: Dom Quixote.
- ANTUNES, D. S. (2008). Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia & Sociedade*, Vol 20,1, 2008, pp. 33-41.

- ARAÚJO, A. A. (2017). Os sentidos do trabalho da mulher no contexto de reestruturação produtiva. . *A questão Social no Novo milénio. CES. Coimbra.*
- ASSEMBLEIA NACIONAL, V. L. (Setembro de 2007). Sumário das Legislações publicadas no Diário da República, 1975-2007. (D. e. Direcção dos Serviços de Apoio parlamentar, Ed.) São Tomé.
- AUGÉ, M. (2001). Place. In M. D. Michie (Ed.), *Readers Guide the social sciences* (Vol. 2, p. 1225). Chigago: Publishers, London.
- BALÃO, S. (2001). *A fórmula do poder, Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no pensamento de M. Ostrogorski.* (I. S. Políticas, Ed.) Lisboa.
- BANDEIRA, L. e. (2002). Preconceito e Discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, vol.10, 1.2002, 119-14.
- BARBER, W. (1999). *História do Pensamento Económico* (118/TCS/15 ed.). (L. Oficinas Gráficas N. A., Ed., & E. Ferreira, Trad.) Amadora: Assírio e Alvim.
- BENERIA., S. G. (1981). <http://jstor.org/stable/3173879>. (U. o. Press, Ed.) Obtido em 4 de Abril de 2018, de <http://jstor.org/stable/3173879>
- BENÔT, I. (1981). *A ideologia das Independências Africanas.* Lisboa: Sá da Costa.
- BERNARD, H. R. (2006). *Research Methods in anthropology, qualitative and quantitative Approach.* Oxford: Altamira Press.
- BERTAUX, D. (1980). L'Approche bibliographique: sa validité methodologique, ses potencialités., 69(2), pp. 197-223.
- BERTHET, M. (Set-dez de 2016). *São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos da sua história agrícola no pós-independência.* Obtido em 2 de Fevereiro de 2018, de http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/decep.pt_br.
- BERTHET, M. A. (July/Dec.2012 de 2012). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21862012002000004>. (R. d. Revista Scielo, Ed.) Obtido em 19 de Junho de 2014
- (2000). In F. e. BETHENCOURT, & N. E. Gráfica Estrella (Ed.), *História da Expansão Portuguesa* (Vol. V, p. 499). Lisboa, Porugal: Temas e Debates.
- BIROU, A. (1998). *Diccionário das Ciências Sociais.* Lisboa: Círculo de Leitores.
- BONFIM, F. (Julho-Dezembro de 2008). O papel do sistema pecuniário familiar na qualidade de vida dos agricultores-criadores das comunidades de Monte Macaco e Santa Margarida-Ilha de São Tomé. (S. d. Portugal, Ed.) *Revista de Ciências Agrárias*, Vol XXXI, Nº 2, p. 233.
- BONFIM, F. Implicações dos Sistemas de produção pecuários no Planeamento de Programas de Saúde Animal na RDTSP. *Tese de Doutoramento.* Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Medicina Veterinária, Lisboa, 2002.
- BORSA, J. ., (jan/mar de 2011). Aspectos Psicossociais da Parentalidade: o papel de Homens e Mulheres. *Psicologia e Argumento*, ISSN0103-7013, v.29, n.64, 31-39.

- BOSERUP, E. (1998,1970). *Women's Role in Economic Développement*. London: Earthscan Publication, Lda.
- BOSI, A. (30 de Setembro de 2015). https://issu.com.taiscoimbra/docs/alfredo_bosi_dial_da_colonizacao. Obtido em 7 de Fevereiro de 2018
- BRANCO, R. e. *São Tomé e Príncipe, Os Caminhos da Democracia*. Amadora, 1998.
- BRASÃO, I. (2012). *No Tempo das criadas. A condição servil em Portugal(1940-170)*. Lisboa, Portugal: Tinta da China.
- BRUMER, A. (Janeiro-Abril de 2004). www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699. (R. Scielo, Editor, & F. 3. Estudos Feministas, Produtor)
- BRUNDTLAND, G. (1987). *Our Commun Future*. ONU. Oxford University Press.
- BRYANT, L. P. (2009). Gender, Class and Rurality, Australian case studie. *Journal of Rural Studies*, 25(1), pp. 48-77.
- CAHEN, M. (2015). http://doi.org/10.11606/issn.2526_303.voi35p129-155. (n. 3.-1. África(São Paulo, Editor) Obtido em 27 de Julho de 2818
- CALDEIRA, A. (1999). *Mulheres, sexualidade e Casamento em S. Tomé e Príncipe (sécs XV-XVIII)*. Lisboa: Cosmos.
- CANASTRA, F. H. (Janeiro de 2015). Manual de Investigação Científica da Universidade Católica de Moçambique. Beira, Província da Beira, Moçambique.
- CARMO, H. D. (2008). *Metodologia de Investigação, Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa, Portugal: Universidade Aberta.
- CARRASCO, C. (2017). La economia feminista: un recorrido através del concepto de reproduction. *Revista Economia*, 50-77.
- CARREIRA, A. (1984). *Cabo Verde (Aspectos Sociais, Secas e fomes do séc. XX)*. Lisboa: Ulmeiro.
- CASAL, A. (1999). O problema da terra, o crédito agrícola, o emprego dos jovens e o desenvolvimento rural de Moçambique(premissas para um projecto de investigação). *Revista internacional de Estudos africanos*,Ns 18-22, 1995-1999, p.396.
- CASIMIRO, I. (07-11 de Dez de 2008). "As mulheres estão mais livres, apesar de trabalhar muito". Mulheres camponesas lutam pela dignidade numa aldeia de Moçambique. *12ª Assembleia Geral do CODESRIA, Governar o Espaço Público Africano*. Yaoundé, Camarões.
- CASIMIRO, M. (Agosto de 7-10 de 2011). Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local. *XI Congresso das Ci~encias sociais*. Salvador da Baía, PAF I II.
- CASIMIRO, M. I. (7-10 de Agosto de 2011). Mulheres em actividades geradoras de rendimentos- Experiências de Moçambique. *XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro das Ciências Sociais*. Salvador da Baía.

- CASTRO, A. (1980). *O sistema colonial português em África, meados do séc. XX*. Lisboa, Portugal.
- CATARINO, J. (2014). *Finanças públicas e Direito Financeiro*. Coimbra: Almedina.
- CEITA, A. (1992). *Economia do Cacau em S. Tomé e Príncipe, Crise e Alternativas*. (U. T. Lisboa, Ed.) Obtido em 30 de julho de 2019, de repository.utl.pt.
- CEITA, M. (Agosto de 2006). Para uma História da Curadoria Geral dos Serviços e Colonos de S. Tomé e Príncipe (1875-1926). Lisboa.
- CEITA, M. N. (Novembro de 2001). A reforma Agrária em S. Tomé e Príncipe: Período pós-colonial. (*Agricultura*). (U. d. Faculdade de Letras, Ed.) Lisboa.
- CHENERY, H. (1969). *The process of industrialization*. USA: Harvard University.
- CLARENCE-SMITH, G. (1985). *O Terceiro Império Português*. Lisboa: Teorema.
- CLARENCE-SMITH, G. (1985). *O terceiro império Português (1825-1975)*. (M. J. Pinto, Trad.) Lisboa: Teorema, Lda.
- COELHO, L. (Abril de 2010). Mulheres, Família e Desigualdade em Portugal, Tese de Doutoramento. Coimbra.
- CORREIA, E. (1998). Êxodo Rural e Desertificação humana, o caso de uma freguesia do Alentejo Central. Lisboa.
- COSTA, C. (2010). *Crises financeiras na Economia mundial. Algumas reflexões sobre a história recente*. Coimbra: Almedina.
- COSTA, C. (Novembro de 2010). *Temas de Relações económicas internacionais*. Lisboa, Universidade Técnica: Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas.
- COSTA, M. (1975). *Discursos*. S. Tomé: Imprensa Nacional.
- COUTO, F. (2ª Semestre de 2009). Inovação, Tecnologia e Gestão de Recursos mínimos na sociedade rural de Santiago de Cabo Verde. (C. d. Porto, Ed.) *Africana Studia, N-1, Revista Internacional de Estudos africanos*, 13(Agricultura), 197/53-77.
- CRANG, M. C. (Apr de 2008). *Doing Ethnographies*. Obtido em 10 de dez. de 2015, de <https://www.gees.bham.ac.uk/research>.
- CRESWEL, J. (2009). *Research Design, Qualitative, Quantitative and mixed Approaches*. Nebraska, Lincoln, USA: Sage.
- DEERE, C. (nov de 2001). <https://quod.lib.umich.edu/cgi>tex>. (U. o. Press, Editor) Obtido em 16 de jun de 2019
- DEERE, C. M. (2002). *O empoderamento da Mulher: direitos à Terra e direitos de propriedade na América Latina*. Universidade do Texas: UFRGS Editora.
- DÉPINAUX, L. (1985). Récit de vie et projet de connaissance scientifique. *Recherches sociologiques*, vol. XVI, N-º1, (pp. 243---).

developpement, B. A. (11-15 Juin de 1990). *Poitique Relative au Secteur Agricole*. Abidajan: Conseille d'Administration de la BAD.

DUARTE, R. (N. 24, Curitiba, July/dec.2004 de 2004,pp.213-215).

<http://redalyc.uaemex.mx/sr/inicio/artpdfd.jsp?icive=155017717012>, Electrónica. (S. Analytcs, Editor) Obtido em 31 de Agosto de 2017, de <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.357>.

DUCADOS, H. F. (1998). O financiamento Informal e as Estratégias de Sobrevivência económica das Mulheres em Angola:A Kixikila no Município do Sambizanga(Luanda). *V Congresso Luso Afro-Brasileiro das Ciências Sociais*, . Maputo, Moçambique-, 1-5 de Set.1998: CEsa, Lisboa, Doc. Trabalho n.53.

ERNANI, P. &. (2013). [www.feevale.br/e-book%20metodologia trabalho científico.pdf](http://www.feevale.br/e-book%20metodologia%20trabalho%20cientifico.pdf). Obtido em 11 de Agosto de 2017, de E-book.

ESPÍRITO SANTO, A. (2009). *S. Tomé e Príncipe, Problemas e Perspectivas para o seu Desenvolvimento*. Lisboa: Colibri.

ESPÍRITO SANTO, A. (2010). *É nosso o Solo Sagrado da Terra*. Lisboa: Tipografia Lousanense.

ESPÍRITO SANTO, A. (2012). *Economia de S. Tomé e Príncipe, entre o regime de parido único e o multipartidarismo*. Lisboa: Colibri.

ESPÍRITO SANTO, S. (2008). Programas de Ajustamento Estrutural, Produção Agrícola e <Produção Alimentar na àfrica Subsariana:o caso de S. Tomé e Príncipe. (*Agricultura*). Lisboa: ISA/UTL.

EYZAGUIRE, P. (1986). *Small Farmers and Estates in São Tomé, West África*. Yale: Yale University(University Microfilms internacional.

FAO. (2011). <https://www.fao.org/publications/economic/ESA>.

FARIA, N. (2002). Economia feminista e agenda de luta das mulheres rurais. In A. M. Di Sabbato, *Estatísticas rurais e a economia feminista, um olhar sobre o trabalho das mulheres* (p. 165). Brasília, Brasil: Série NEAD debate 17.

FENU. (1989). *Formulation du Projet " Appui aus petits agriculteurs et Pêcheurs à São Tomé et Principe*. São Tomé.

FENU. (1994). *Mission d'Identification et de Planification de Projets du FENU en RDSTP. Programme de Coopération(1993-1996)*. São Tomé: PNUD.

FERNANDES, A. (!975). www.escoladecontas.tcm.sp.gov.br/images/conteudo-palestras/republica-espanhola/1975.pdf. Obtido em 27 de Março de 2018

FERNANDES, A. (2015). Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo da pobreza.S.Tomé e Príncipe como laboratório. (*Tese de doutoramento*), *Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto*. Porto.

FERRÃO, J. (2008). O cacau em S. Tomé e Príncipe (parteII, pp.48-131). In M. F. Almeida, & I. M. Flor (Ed.), *São Tomé, Pontos de Partida* (p. 214). Lisboa: Chaves Ferreira-Publicações, S. A.

- FERREIRA, M. E. (1990). Pobreza absoluta e desigualdades sociais, Ajustamento estrutural e democracia na RDSTP. In *Revista Internacional de Estudos Africanos 11-12* (pp. 137-166). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos Africanos e Asiáticos.
- FIGEUEIREDO, A. P. (2008). *Crescimento Económico*. Porto: Escolar Editora.
- FILIPAK, A. S. (29 de Setembro de 2012). A política de crédito rural e autonomia das mulheres: um estudo de caso da PRONAF-mulher. Brasil.
- FISCHER, T. M. (set/out de 2006). Perfis Visíveis na gestão social de desenvolvimento. (<https://boos.st>, Ed.) Rio de Janeiro, Brasil: RAP 40(5), pp.789-808.
- FOFANG, G. &. (1992). *Mission d'identification et de Planification de Projets du FENU en Repulique Démocratique de STP, Programme de Coopération(1993-1996)*. São Tomé: UNCDF/FENU.
- FREISSENET, M. (1977). *La Division Capitaliste du travail*. Paris: Ed. Sovou.
- FRIAS, S. (2006). *Mulheres na Esteira, Homens na Areia?* (I. S. Políticas, Ed.) Lisboa, Portugal: Instituto Supetrior das Ciencias Sociais e Políticas.
- FRIAS, S. (2008). Por outros sentidos...apontamentos em redor do percurso etnográfico. *Etnografia & Emoções*. (F. Sónia(organização), Ed.) Lisboa: Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- FRIAS, S. (24 de fevereiro de 2011). *Contributo para um estudo sobre as causas e efitos dos êxodos rurais na Região Susariana*. Obtido em 30 de Março de 2018, de [https://pascal, isec.utl.pt/-cesa files/publicações.pdf](https://pascal.isec.utl.pt/-cesa/files/publicações.pdf).
- FRIIS_JENSEN, K. e. (1992). Une introduction à l'economie des genres:aspects macro et coût de la reforme politique. Compenhague.
- FURTADO, C. (Agosto de 1992). O Subdesenvolvimento Revisitado. In *Economia e Sociedade* (Vol. I).
- FURTADO, C. (2004). Desenvolvimento. In L. e. Sansone, & A. Publicações (Ed.), *Dicionário Crítico das Ciências Sociais* (pp. 91-103). Salvador-Baía, Brasil: Universidade Federal da Baía.
- FURTADO, C. (2005). [http://groups.google.com.br/group/digital source](http://groups.google.com.br/group/digital_source). (S. P. Companhia Nacional, Editor) Obtido de www.ibep.com.br.
- GIUGLIONE, R. M. (1995). *O inquérito. teoria e prática*. Lisboa, Portugal: Ceita.
- GODELIER, M. (1996). *O Enigma da Dádiva*. Lisboa: Ed. 70.
- GOODY, J. (1977). *The domestication of the Savage Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GORENDER. (1989). *A Escravidão reabilitada*. Brasil: Ática, Secretaria de Estado da Cultura.
- GRAÇA, C. (2011). *Memórias Políticas de um nacionalista santomense sui géneris*. (U. N. Santomenses, Ed.) Lisboa: Multitipo-Artes Gráficas, Lda.

- HAAS, P. (1989). *Formulation du Projet "Appui aux Petits agriculteurs à São Tomé et Príncipe"*. São Tomé: Fundo das Nações Unidas para os Equipamentos.
- HARDING, S. (1981). "What is the Material base of Patriarchy and Capital? In in: *Women and Revolution, A discussion of Ow Unhappy Marriage ei Marxism and feminism*. Boston: Ed. Sargent, Lydia, South and Press, pp.135-164.
- HARRIS, H. (2002). *doi:10.1111/j.1467-8535.2007.00788x*, vol.39, N-3,2008, pp.548-551. (U. M. Brunel University, Editor, & B. J. Technology, Produtor)
- HART, R. (1996). Introduction and overview. In N. H. Edited by HALL, *The urban Opportunity, The wok of NGOs in cities of the south* (pp. 1-17). London: Intermediate Technology publication Ltd.
- HARTMAM, H. (1976). " Capitalism, Patriarchy, Job, Segregation by sex". *Spring, vol. 1 nQ*(Mulheres e trabalho).
- HENRIQUES, I. (2000). A sociedade Colonial em África, Ideologias, Hierarquias, Quotidianos. In F. C. Bethencourt, *História da Expansão Portuguesa* (Vol. V, p. 499). Espanha: Temas e Debates, Círculo de leitores.
- HERTZ, T. W. (November de 2008). *www.fao.org/es/esa*, eletrónica. (A. D. Division, Editor, FAO, Produtor, & ESA Working paper No 08-08) Obtido em 06 de Agosto de 2018
- HUGON, P. (1997). O Sector Informal: balanço dos 25 anos. *Ensaio FEE, 18, N°2(Economia Informal)*, 32-63. Porto Alegre, Brasil.
- INE. (2002). *A Mulher em S.Tomé e Príncipe (III Resenceamento Geral da População e Habitação)*. São Tomé: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2002). *Resenceamento Geral da População e Habitação, 2001*. São Tomé: Ministério das Finanças e do Plano.
- JONES, M. (2006). Contexto Histórico da Reforma Fundiária.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, A. (1984). "Travail feminin, travail des femmes. Les enjeux des approches des spécialistes". (P. U.-1. Grenoble, Ed.)
- KEVANE, M. (2014). Women and Development in africa. *ow gender works. Lyne Rienner Publishers, Boulder*.
- KI-ZERBO, J. (1972). *História da África Negra* (Vol. II). Paris: Hatier.
- KNOWELS, W. (Jun. de 2002). *https://doi.org/10.1046/j.13665-294x.2002.0140x*. (D. o. University of Arizona, Editor) Obtido em 20 de jun de 2019
- LAINS e SILVA, H. (1958). *São Tomé e Príncipe e a cultura do café*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- LEAL, J. (2015). Évaluation du genre dans le secteur agricole et développement rural, Rapport. FAO.
- LINTON, R. (1970). *The Cultural bakground of prsonality*. London: Routledge & Kegan Paul.

- LOFORTE, A. M. (1998). "Gênero e Direitos Produtivos". In A. M. Arthur(eds), *Relações de Género em Moçambique, EducaçãoTrabalho e Saúde* (pp. 55-63). Maputo: Departamento de Arqueologia e Antropologia -Faculdade de Letras- Universidade Eduardo Mondlane.
- LOIVA, D. (2011). Alfabetização: o olhar de Paulo Freire. *I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjectividade e Educação* (pp. 3588-3601). Pontifícia UniversiCatólica do Paraná-Curitiba: PUCPR.
- LOPES, C. (1º Semestre de 2012). Papel das Associações no Desenvolvimento Rural. Estudo de caso das associações manjacas na região de de Cacheu, na Guiné-Bssau. (U. d. Centro de Estudos Africanos, Ed.) *Africana Studia,Nº 18, Revista Internacional de Estudos Africanos*(Mundo Rural), 299/83-96.
- MACEDO, M. (August de 2012). Mulheres, Chefes de família e a perspetiva de género:trajetórias de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderrno CRH 21*(53).
- MACIAKEZI-GOMES, C. (2016). (P. S. 115-124, Produtor) Obtido em 25 de Maio de 2019, de [http:// dx.doi.org/101590/1807-03102015v28n19115](http://dx.doi.org/101590/1807-03102015v28n19115).
- MAKINTOSH, M. (1981). Gender and Economics: The sexual Division of labour and the subordination of women. (K. C.-1. Vong, Ed.)
- MANTERO, F. (1910). *Mão dóbra em S.Tomé e Príncipe*. Lisboa: Ed. do Autor.
- MANTEU, C. (Primavera,2008, pp.79-98). Efeitos económicos da globalização, lições de modelos do comércio. *Boletim Económico do Banco de Portugal*. (B. d. Portugal, Ed.) Lisboa.
- MANZINI, E. J. (2006). https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/entrevistasemiestruturada/%20Marilia.pd. Obtido em 05 de Outubro de 2017
- MARTINS, M. &. (2014). Seminário de Metodologia de Estudos Avançados. São Tomé, S. Tomé e Príncipe.
- MARTINS, M. (2008). *Representação Política e Sistemas Eleitorais. Uma introdução*. (I. S. Políticas, Ed.) Lisboa: Colecção Manuais Pedagógicos.
- MARTINS, M. (2010). *Cidadania e Participação política- Temas e perspectivas de análise*. Lisboa: ISCSP.
- MARVAUT, A. (1912). Le Portugal et ses colonies. *Étude Politique et Économique*, p. 208.
- MATA, H. (2013). Reflexões Teóricas sobre Economia de Desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe. In I. MATA, *Olhares Cruzados sobre a economia de S. Tomé e Príncipe* (pp. 111/19-42). Lisboa: Colibri e Universidade Lusíada de S. Tomé e Príncipe.
- MBOKOLO, E. (1992). *Afrique Noire, Histoire et Civilizations, Tome II, XIX-XXéme Siécles*. Paris: Hatier, Aupelf.
- MEDINA, J. (1998). In *História de Portugal* (Vol. XI, p. 303?). Lisboa: Ediclube.
- MEDINA, J. H. (1996). *A Rota dos Escravos. Angola e a Rede do Comércio Negreiro*. Lisboa: Cegia.

- MEILLASSOUX, C. (1977). *Muheres, Graneros y Capytalismo, Economia doméstica y Capitalismo*. Mexico: Siglo Vienteuno Editores.
- MELO. (26-27 de novembro de 2014). Gupo de Mulheres rurais" reciclarte": a fuga do cotidiano. *Perspeyivas feministas de género. Desafio no campo das militâncias e das práticas*. Recife, Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco.
- MELO, L. I. (4-8 de nov. de 2002). [www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/integra-estudo-trabalho-mulher agricola](http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/integra-estudo-trabalho-mulher-agricola). (XIII Encontro da Associação de Estudos Populacionais, Ouro Preto, Minas Gerais) Obtido em 2015 de 01 de 22
- MENESES, M. (2008). Mulheres insubmissas? Mudanças e Conflitos no Norte de Moçambique. *Ex-aequo(on line),n.17, ISSN 0874-5560, pp71-87*. (P. Revista Scielo, Ed.) Lisboa.
- MENESES, P. (23 de 06 de 2010). eletrónica. (F. p. Tecnologia-Portugal(PTDC/CED/64626, Produtor) Obtido em 16 de 07 de 2018, de www.ces.uc.pt/e_cadernos/media/Paula%20%Menezes/2023-06.PDF.
- MLSTP, 1. A. (São Tomé, 7-12 de Julho de 1978). *Relatório do Bureau Político*. Artes Gráficas.
- MOHAMED, F. (Abril de 2013). [www.tese,women-as-drivers of economic-recovery and develppment.pdf](http://www.tese,women-as-drivers-of-economic-recovery-and-develppment.pdf). Obtido em 19 de Setembro de 2018
- MONTEIRO, I. (2012). <https://tede2pucsp.br/handle/17590>. Obtido em 04 de Abril de 2018
- MOREIRA, M. (11-15 de set. de 2010). Aprendizagem significativa Crítica. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- MORENO, J. (1970). *Fondements de la Sociometrie*. Paris: PUF.
- MOYO, D. (21,9 de March de 2009). *Why foreign Aid is hurting Africa*. (A. N. The Wall Street Journal, Ed.) Obtido em 2019, de <http://online.wsj.com/article/SB123758895999200083html>.
- MOYO, D. (2010). *Dead Aid: Why aid makes things worse and how there is another way for Africa*. London, England: Pinguin Books.
- MURTEIRA, M. (2000). Formação e Colapso de uma economia Colonial. In F. C. BETHencourt, *História da expansão portuguesa* (Vol. 5, pp. 108-143). Lis boa: Temas e Debates e Leitores.
- NARCISO, V. H. (04 de 2008). O papel das mulheres no desenvolvimento rural: uma leitura para Timor-leste. (U. d. Évora, Ed.) Évora.
- NASCIMENTO, A. (1º semestre de 1999). O Ethos dos roceiros: pragmático ou escravagista e, ainda e sempre, avesso à liberdade? (M. Silva, Ed.) *Escravos, libertos e trabalho forçado na era das abolições, Africana Studia, Nº 14*(Trabalho forçado), pp. 141-161.
- NASCIMENTO, A. (2000). repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/317/1August_Nascimento,p377-408.pdf. Obtido em 13 de Julho de 2018
- NASCIMENTO, A. (2001). *Mutações Socias e Políticas em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX, Uma síntese interpretativa*. (A. p. APAD, Ed.) Lisboa.

- NASCIMENTO, A. (2001). Representações Sociais e arbítrios nas roças, as primeiras levadas caboverdianas em STP nos primórdios de noventa. *Arquipélago.História, 2ª Série, p.325-370*. Lisboa.
- NASCIMENTO, A. (2002). *Poderes e Quotidiano nas Roças de S. Tomé e Príncipe de finais de oitocentos a meados de noventa*. Lisboa: Lousanense.
- NASCIMENTO, A. (2003). *O sul da diáspora, cabo verdianos em Plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique*. (L. PC-Arte, Ed.) Praia- Cabo Verde: Presidência da República de Cabo Verde.
- NASCIMENTO, A. D. (1990). A importação dos Libertos em São Tomé no 3º quartel de oitocentos. *Revista de História Económica e Social, Nº 25*.
- NASCIMENTO, S. (Junho de 2008).
www.spap.ffich.usp.br/spap.ffich.usp/files/DA_SILVANA_INTEGRAL.pdf. (L. e. Faculdade de Filosofia, Ed.) Obtido em 06 de Dezembro de 2016
- NEGRÃO, J. (1998). Homens e Mulheres na Agricultura, Mitos e Realidades. In A. M. Arthur(eds), *Relações de género em Moçambique Educação, Trabalho e Saúde*. Maputo: Departamento de Arqueologia e Antropologia-Faculdade de Letras- Universidade Eduardo Mondlane.
- NEGRÃO, J. (2001). Como induzir o desenvolvimento em África? *Documento de Trabalho nº 61*. Lisboa: CESA.
- NEVES, C. e. (2008). *História de S. Tomé e Príncipe, Breve síntese*. São Tomé: Dória Design.
- NEVES, D. (2017). *A Verdade*. Portugal: Varzea da Rainha.
- OLIVEIRA, N. (Ed.). (1974). *História das ilhas de S: Tomé e Príncipe*. Boavista: Gráfica Firmeza.
- ORESQUES, N. (1996). Objectivity or Heroism? On the invisibility of woman in Science. *The history of science society, Osiris II séries, 11, 87-113*.
- OWUSU, M. (1998). A agricultura e o Desenvolvimento Rural. In *História Geral da África* (UNESCO ed., Vol. VIII). Paris, Paris-França: UNESCO.
- Pacte Coopérative et Territorial. (2014-15). https://www.credagricole.info_rse/caisses-regionales-2014-2015. Obtido em 16 de Julho de 2019
- PAIVA, L. B. (21-23 de outubro de 2014). https://www.bambui.ifmg.edu.br/jornada_cientifica/2014. (C. B. IFMG, Editor, & C. B. VII semana de Ciência e Tecnologias, Produtor) Obtido em 24 de Maio de 2019
- PASSOS, C. (s.d.). A primeira Geração de feminismo:um diálogo crítico com o pensamento liberal. *Fazendo Género 9, Diásporas, Diversidades, deslocamentos,23.26 de Agosto de 2010*. (U. F. Catarina, Ed.) Santa Catarina, Brasil.
- PATERMAN, A. e. (2011). A review of empirical evidence on gender differences in non land agricultural inputs technology and services in developing countries. ESA working Paper Nº11, March 2011. *Agricultural Development Economics Division Food Agriculture Organization of The United Nation*. .

- PEDREIRA, J. (2000). Comércio Ultramarino e integração Económica. In F. C. BETHENCOURT, *História da Expansão portuguesa, Vol. 4* (Vol. 4, pp. 244-267). Espanha: Temas & debates.
- PEDREIRA, J. M. (2000). Comércio Ultramarino e Integração Económica. In F. C. Bethencourt, *História da Expansão Portuguesa* (Vol. 4, pp. 244-301). Espanha: Temaas e Debates e Autores.
- PIEPOLI, S. (2005). As Mulheres nas análises sobre o desenvolvimento em África. In S. P. BARATA, *África, Género, Educação e Poder* (p. 493). Lisboa: Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- PINA, L. (Setembro de 2012). (L. ISCTE/Business School, Ed.) Obtido em 16 de Julho de 2019, de <https://repositorio.iscte.iul.pt/bitstream/10071/6273/1/tese-final-LP.pdf>.
- PINTO DA COSTA, M. (2011). *Terra Firme*. Porto, Portugal: Afrontamento.
- PINTO, M. (1976). O Direito à Terra, 3º volume. In S. d. Barreto, *A Reforma Agrária*. Europa/América.
- PNAPAF. (Maio de 1999). *Seguimento das Actividades e realizações das componentes do Programa. Relatório 2º Semestre*. São Tomé: CSA-PNAPF.
- PNAPAF. (Out/1998). *Seguimento das actividades e Realizações do programa. Relatório*. São Tomé: CSA/PNAPAF.
- PNUD. (04 de 29 de 2014). Obtido em 24 de maio de 2019, de <https://nacoesunidas.org/papel-das-mulheres-é-discutido-evento-da-fao>.
- PNUD. (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014, Sustentar o progresso humano, reduzir as vulneberalidades e Reforçar a resiliência*. Camões, Instituto da Cooperação Portuguesa.
- PNUD, F. (1997). *Manual de Formação de Mulheres*. Águia Izé: Projecto de Luta Contra a Pobreza, STP/92/004.STP/92/C01.
- POBREZA, P. D. (Maio de 1998). Appui à la diversification des activités productives et generatrices de Revenus. *Manual de Formação de Mulheres*. Águia Izé, S. Tomé e Príncipe: PNUD/FENU.
- PRODANOV, C. e. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico. Métodos e Técnicas de Pesquisa e de trabalho académico*. (2. E. E-Book, Ed.) Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil: Ed. Feevale.
- PROVÌNCIA, G. D. (12 de agosto de 1950). *Boletim Oficial nº 32*. São Tomé.
- PROVÌNCIA, G. D. (27 de jan. de 1951). *Boletim Oficial nº 4*. São Tomé.
- PROVÌNCIA, G. D. (1953). *Boletim Oficial, nº 1*.
- PROVÌNCIA, G. D. (1957). *BOLETIM OFICIAL nº 57*.
- PROVÌNCIA, G. D. (15 de Abril de 1957). *Boletim Oficial nº 52*. São Tomé.
- PROVÌNCIA, G. D. (20 de Maio de 1960). *Boletim Oficial nº 21*. São Tomé.

- QUARESMA, C. (2018). *Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Económico em África. Uma análise empírica*. Beau Bassin, Mauritius: Novas Edições Académicas.
- RANIS, G. (September de 2003). <https://www.economic.yale.edu/-egcenter>. (Y. University, Ed.) Obtido em 3 de Fevereiro de 2018
- REDIN, E. (2013). Trabalho na Roça e organização da produção da família Rural. *Geoingá: Revista do programa de pós-graduação em Geografia*, V.5, nº2(2013), Redin, p. 166-186. (P. E. Maria), Ed.) Maringá, Brasil.
- REPEÚBLICA, G. D. (27 de nov de 1985). *Diário da República n.34*. São Tomé.
- REPÚBLICA, G. D. (30 de Setembro de 1975). *Decreto-Lei, n.24/75*. São Tomé.
- REPÚBLICA, G. D. (31 de Outubro de 1975). *BOLETIM Oficial, nº 33*. São Tomé: Artes Gáficas.
- REPÚBLICA, G. D. (15 de Dezembro de 15 de 1975). Constituição Política, Diário da República nº 39.
- REPÚBLICA, G. D. (16 de Outubro de 1975). Diário da República n. 30. São Tomé.
- REPÚBLICA, G. D. (8 de Dezembro de 1976). *Diário da República n. 53*. São Tomé.
- REPÚBLICA, G. D. (21 de junho de 1976). *Diário da República n. 27*. São Tomé.
- REPÚBLICA, G. D. (16 de maio de 1976). *Diário da República n. 21*. São Tomé.
- REPÚBLICA, G. D. (15 de julho de 1977). *Diário da República n.30*. São Tomé.
- REZENDE, M. (2012). Obtido em 1 de Dezembro de 2017, de <http://www.eses.pt/interacções>.
- RITA, A. (2018). *Introdução à Economia de S. Tomé e Príncipe*. Portugal: Lousanense, Lda.
- RITA, M. &. (Fevereiro de 1996). *Diagnóstico da Situação Socioeconómica da Comunidade Rural de Mato Cana*. São Tomé: STP-Invest, LDA.
- RIVIÈRE, C. (1999). *Introduction à l'Anthropologie*. Paris: Hachette Livre.
- RODNEY, W. (1975). *Como a Europa subsdesenvolveu a África*. (C. d. oeste, Ed.) Lisboa: Seara Nova.
- RODRIGUEZ, J. (2011). Crisis economica, Género e Mercado de Trabajo: luces y sombras. *Feminismo e Deiquilibrios en el mundo actual: Demografia, Trabajo e ciudadanía, XVIII Jornadas Internacionales de Investigation interdisciplinar*, 147-173. Madrid-Espanha: Universidad Autonoma de Madrid.
- ROMANA, H. (1997). *São Tomé e Príncipe, Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Lisboa: Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- ROMEIRO, R. R. (2012). www.scielo.br/pdf/ea/v.26n74/206v26n74.pdf, electrónica. (Revista Scielo) Obtido em 22 de Novembro de 2017, de 26(74)2012

- RUBINI, C. (1965). O conceito de papel psicodrama. *Revista Brasileira de Psicodrama, Fascículos, 3*, pp. 45-62.
- SACHS, K. (1979). "Revisitando Engels: Mulheres, Organização da Produção e propriedade Privada". (M. e. ROSALDO, Ed.)
- SACHS, K. (1979). Sister and Wives: The past of and future of Sexual Equality. In *Critique of Anthropology, vol.3* (pp. 65-95). Westport: Frances Dahlberg, ed. Woman the Gatherer.
- SAMUELSON, P. &. (1999, XVI Edição). *Economia* (XVI ed.). Portugal: McGraw-Hill de Portugal Lda.
- SANTOS, H. (Junho de 1996). *Appui à la Diversification des activités Productrices et generatrices des revenus*. OIT, Département du Développement des entreprises et des coopératives, Bureau International du Travail. Genève: Projet Lutte Contre la Pauvreté pour le Développement Rural, STP/92/04 (1995/1999).
- SANTOS, I. e. (Out-Dez; 17(4), 714-9 de 2008). www.Scielo.br/pdf/tce/v.17n4/12.pdf. (Universidade de Florianópolis- Brasil) Obtido em 16 de Setembro de 2017
- SANTOS, L. *A igualdade de género em S. Tomé e Príncipe: entre a realidade e a Utopia*. Universidade Aberta, Lisboa.
- SANTOS, M. (2010 de 1º Semestre de 1999). A rendibilidade do trabalho escravo e o efeito "tempo"- uma hipótese de explicação. (M. Silva, Ed.) *Escravos, Libertos e trabalho forçado na era das abolições, Africana Studia, Nº 14* (Trabalho forçado), pp. 121-139.
- SANTOS, M. (2009). A compra dos "contratados" para São Tomé- A fase do mercado Livre (1880-1903). In C. d. Porto (Coordenação), *Trabalho Forçado Africano, o caminho da Ida* (pp. 85-157). Porto: Húmus, Lda.
- SCAVONE, L. (2004). Dar a vida: Feminismo e Ciências Sociais. *São Paulo Editora*.
- SCHMITZ, A. S. (16-20 de Setembro de 2013). A Divisão sexual do Trabalho na agricultura familiar. *Anais Electrónicos, Florianópolis, ISSN 2179-510X*. Florianópolis, Brasil.
- SCOTT, P. C. (maio-agosto de 2007). Mulheres Rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 240.
- SEIBERT, G. (20 de Maio de 1998). O Banco Mundial em S. Tomé e Príncipe: Problemas de Política Agrária 1985-1987. *Revista do Centro de Estudos Africanos, ISCTE*. Lisboa, Portugal.
- SEIBERT, G. (2001). *Camaradas, Clientes e Compadres: colonialismo, socialismo e democratização em S. Tomé e príncipe*. (A. Bacelar, Ed.) Lisboa: Vega.
- SEMEDO, C. (2016). Ilusões do contrato? Migrações Sul-sul, evocações do tráfico, contranarrativas e socialidades dos cabo-verdianos em STP. *UFRJ/programa de pós-graduação em Antropologia social*. Rio de Janeiro, Brasil: Museu Nacional.
- SEN, A. (1999). *Desenvolvimento como Liberdade*. (L. Mota, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Companhia de Letras.

- SHUMPETER, J. A. (1997). www.projetos.unigui.edu.br/economia/files/shumpeter.pdf. (L. Nova Cultural, Ed.) Obtido em 5 de Setembro de 2017, de ISBN 85-351-0915-13.
- SILVA, F. J. (1984). *Diccionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Domingos Barreira.
- SILVA, H. L. (1958). *S. Tomé e Príncipe e a cultura do Café*. Lisboa.
- SILVA, J. e. (1997). O novo rural brasileiro, Ocupações rurais não agrícolas. *Oficina de Actualização Temática*. Paraná.
- SILVA, M. (1º semestre de 2012). O Desenvolvimento e a ética, pp. 11-17. (M. Silva, Ed.) *Africa Studia, Revista Internacional dos Estudos Africanos*, p. 299.
- SILVA, M. (Jan-jul de 2019). Género, Desigualdades e Agricultura: A mulher na actividade agrícola familiar. *Braslian Journal of Dévelopment, ISSN2525-8671, Vol.5,Nº3*.
- SILVA, M. (Nº 18, 2º Semestre, 2012). O Desenvolvimento e a Ética. *Ética e Cooperação: Desafios de um Desenvolvimento Inclusivo(Desenvolvimento Inclusivo)*, Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto, pp.11-17. Porto.
- SMIT, J. (12 de agosto de 2013). *Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África*. Obtido em 5 de setembro de 2016, de Pnud.org: <http://www.adatum>
- SOUSA, A. (2009). *Manual de Economia do Desenvolvimento*. Lisboa: ISCSP.
- SOUSA, A. (2014). O impacto da gestão multilateral do Comércio Internacional na 2ª vaga da globalização (ensaio), S. Tomé.
- SOUSA, A. R. (2004). *Da teoria da Relatividade Económica aplicada à Economia Internacional às Políticas de cooperação Internacional* (Colecção Teses ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SOUSA, A. R. (2009). *Manual de Economia do Desenvolvimento, Apontamentos*. Lisboa: ISCSP.
- SOUSA, M. (2017). São Tomé e Príncipe como um Gateway Regional(Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável). (*Tese de Doutoramento em Desenvolvimento Sócio-Económico*). Lisboa: ISCSP.
- TEMUDO, M. (Fevereiro de 2008). *De serviçal a camponês. A persistência das desigualdades sociais em S. Tomé e Príncipe*. (1. Lusotopie, Editor) Obtido em 16 de Outubro de 2017, de www.academia.edu/7027440.
- TEMUDO, M. e. (2004). Obtido em 12 de Novembro de 2017, de www.ces.uc.lab2004/pdfs/Marina_Temudo.pdf.
- TENREIRO, F. (1956). *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, esquema de uma evolução conjunta*. Praia: Imprensa Nacional, Divisão de Propaganda.
- TENREIRO, F. (1961). A Floresta e a ocupação Humana na ilha de São. Tomé. *Garcia da Hoirta*, 9 (nº4), pp. 649-656.
- TENREIRO, F. (1961). *A ilha de S. Tomé*. (J. d. Ultramar, Ed.) Lisboa: Memórias.

- TENREIRO, F. (1962). *O problema das Relações Humanas no ultramar, dados para a sua compreensão*. S. Tomé, S. Tomé e Príncipe: Imprensa Nacional.
- TRINDADE, A. (2006). *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África*. Lisboa: Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas.
- TROVOADA, M. (1991). *Programme de Modernisation de l'Agriculture, Distribution de Terres et Motivation des Travailleurs, Etude Sociologique*. Ministério da Agricultura.
- UNIDAS, C. D. (1945). [http://cm.vixira.pt/uploads/writer-fille.carta das nacacoes unidas. pdf](http://cm.vixira.pt/uploads/writer-fille.carta%20das%20nacacoes%20unidas.pdf), electrónica. Obtido em 21 de Novembro de 2017, de www.portal.pt.
- VEIGA, A. (1955). *A Economia colonial Indígena*. Lisboa: Escola de Administração Colonial, curso de DIREITO.
- VIEIRA, S. (2005). *Caminhos de Ferro em S. Tomé e Príncipe. O Caminho de Ferro em S. Tomé e o caminho- de- ferro nas roças*. S. Tomé e príncipe: União nacional dos Escritores e Artistas de S. Tomé e Príncipe.
- WATS, L. H. (1991). A estrutura orgânica da extensão rural. In B. SWAANSON, *Extensão Rural, Manual de Referência* (pp. (pp.21-41),261 ps). Roma, Itália: FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.
- WiINTERS, P. ., (30 de September de 2008). A comparison of rural wage employment in Ghana, Malawi and Nigeria with other development countries.
- www.parlamento.pt (Ed.). (1933). ACTO COLONIAL, Decreto-lei nº 22:465. Lisboa, Portugal.
- ZAMPARONI, V. (2004). Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas. In n. 7. Revista Studia, *Trabalho Forçado Africano* (pp. 299-325). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ZIMBA, B. (. (2012). *A Mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional, Memórias de um destacamento Feminino*. Maputo, oçambique: Global Eventos.
- ZIMBA, B. (26 de Junho de 2014). A independência construiu a mulher cidadã. *Rev. Moz. Africa View*. Maputo, Moçambique.

Anexo 1: Mapa das Roças (1953)



Anexo 2: Correspondências Coloniais diversas:

Correspondência de 26/04/1955 do Encarregado Domingos Rodrigues da roça Monte Estoril ao Curador Geral comunicando sobre um caso de insubordinação.

Acompanhada do capataz envio a serviçal cabo-verdiana Catarina Correia. Esta mulher não aceita repreensões de ninguém, é malcriada. Se continuar assim, será entregue à Curadoria conforma fez a Roça água Izé. Estando no fim do contrato, o seu comportamento não merece recontrato. Até Dezembro ela portou-se regularmente; depois de ser recontratada começou a dar mostra de quem era. Ontem, andando a apanhar cacau encontrei dois cabo-verdianos e ela a conversarem, mas despreocupadamente como se estivessem em alguma pândega e não de serviço. de seguida chamei atenção. Os homens ouviram e calaram-se, mas ela não. Começou a responder, a falar, a falar com raiva; eu não fiz caso até ao momento em que ela subindo pra outro lado para buscar cacau, o *coal* que ela levava saiu-lhe das mãos perto de onde eu estava. Ela veio apanhá-lo e pronunciou o seguinte: se voltares a me saíres das mãos, racho-te com o machim já que não posso rachar alguém... Esteve há dias de castigo por 10 dias por cortar outro cabo-verdiano com machim, mas depois deu pancada a um moçambicano...”

Sentença: 10 dias de trabalhos correccionais.

AHSTP, Depósito, 3, Caixa 7, Prat. 18

Anexo 3: Depoimentos dos serviçais nas histórias de vida

Aniz:

“ Minha mãe e pai veio de Moçambique. Nasceu em 1950. Tem nove filho.

Gente chamô-mo[chamaram-me] para trabalhar na roça, eu tava com 14 ano. Branco prometeu que ia dar roupa nova e outras coisa,mas quando eu chegou no terrero, gente dê-mu cesto para trabalhar. Eu trabalhava de seis a dezasseis hora: partia caroço, cacau e colocava no tabuleiro com outras colegas-mulher para crivar e colocar na estufa. Cacau era colocado no crivo para mulher colher. Capataz ficava com atenção pá gente não deixá *yága* perder. Para além desse trabalho mulher fazia capina, quebra de côco, cuidava de sacador.Secador tinha bastante de tabuleiro para cacau secá na estufa.Num lado ficava cacau limpo e noutra estufa diferente, outro cacau que patrão dizia pá gente tê muito cuidado porque era cacau pá levá pá fora para fazê chocolate.

Havia muita confusão na roça. Havia gente que bebia, procurava confusão lutava, rachava cabeça de outro; mulher com homem lutava, tinha que apresentá queixa na Curadoria. Havia gente que tomava palmatória...

Antes da independência homem ganhava mais que mulher. Homem recebia 110\$00, nós mulher recebia 75\$00. Depôs da independência salário de homem e de mulher passou a ser quase igual.

Passagem pá independência não foi muito difícil aqui.Única coisa cantina, ficou vazia. É que antes gente dava trabalhador fuba, feijão, peixe salgado, tabaco, banana... Patrão português foi embora, outros branco também, coisa mudou. Veio novo director santomense, trabalho duro ficou mais leve; castigo acabou, gente convivia más. Depôs da independência quando Estado nacionalizô roça bastante mulher começou a vir pá roça Água Izé, elas era desempregada, havia grupo que nunca trabalhou e quando estado abriu essa brecha foi uma manêra (forma) de ganhá dinheiro. Nós habituado com roça é que ensinava elas a trabalhar Mas trabalho era animado. Muita gente de cidade vinha pá trabalho voluntário para ajudá gente.

Depôs salário começou a falhar e estado começo a distribui terra. Àgua Izé foi primêro sitio. Gente deu nós campo, mas muita gente ficou sem ele. No campo gente faz produção de milho, mandioca, matabala, só para dia a dia. Agora que gente tá velha gente não tem aposento(reforma) e gente vive dia a dia”.

Begónia

“ Eu nasci aqui em S. Tomé no dia 5 de Agosto de 1950, meu pai e minha mãe veio de Angola. Eu pari nove filho, seis mulher e 3 homem.

Eu começou a trabalhar na roça com 15 ano, era muito nova. Patrão pôs-mo lavadeira em casa dele. Como eu sô alejada (deficiente) eu fiquei a fazê trabalho mais leve.

Num incêndio que queimou meu quarto na “casa-comboio” todo meu documento queimou. Casa não tinha condições! Depôs Curadoria passou ôtro documento pá mim.

Depôs patrão tirou-mo da casa dele e eu passê a trabalhá no terrero: fazia limpeza varria e limpava toda espécie de lixo.

Depôs da independência meu trabalho passou a ser capina E como sou aleijada, meu trabalho era mais leve.

No princípio tudo estava a corrê bem. Salário melhorou e muita gente (homem, mulher) vinha de cidade para trabalhá na roça, Bastante dessa gente não conhecia trabalho e nós antigo contratado é que ensinava eles a trabalhar. Mas todos não trabalhava. Havia bastante “ mangonhêro” e gente que roubava cacau e começou a saquear coisa de roça. Ano 80, veio crise, gente sofreu bastante. Até salário faltou!

Quando Estado distribuiu terra gente deu-mo 1.5 hec. de terra. É lá onde eu e meus filho tiramos sustento.

Agora eu também faço parte da Associação dos pequenos agricultores que faz cultura de cacau biológico”

Dália

Eu nasci em 1935, mas não lembro data de nascimento. Nasci em Angola e veio muito pequenina para S. Tomé. Nome de meu pai é Quilombo, nasceu em Malange e minha mãe é Bronza, ela disse que é de Celas , tudo de Angola. Eu pari oito filho.

Quando acabou tempo de contrato de meu pai e minha mãe gente deu eles repatriação para Angola, mas patrão não queria dexá filho que nasceu aqui ir com eles. Então meu pai e minha mãe decidiu ficá, preferiu morrê aqui do que ir sem filho.

Começou a trabalhá com 15 ano, de criada em casa de patrão. Lavava prato, colher, tudo de cozinha...;tomava conta de criança, dava elas banho, cortava elas unha, penteava cabelo delas. Mas elas inventava mentira, queixava pai que gente fez assado e cozido e

patrão dava castigo por causa dessas quêxa de criança. Patrão também violô-mu várias vêzi . Eu ia queixá quem? Ele amaeçava para eu não dizê nada e eu ficava com medo.

Passô, passô tempo, gente mandô-mu trabalhar no mato, fazia capina, quebra de cacau, enchia tina de cacau.

Juntei com um moçambicano e eu pari. Ele foi repatriado para terra dele e eu tomei outro homem, pari outros filho.

Quando apanhei uma pancada no pé, gente pôs-mu a trabalhar no terrêro a varrer, capiná...Eu trabalhê nisso até independência.

Depôs de independência coisa melhorou porque salário ficou melhor,mas roubo aumentô demais.

Quando Estado distribuiu terra eu não recebi lote porque gente disse que eu já não tinha idade para receber lote. Ficou abandonada, sem nada, segurança social não chegou aqui e coisa que vizinho dá eu recebo, coisa que madre de igreja dá eu recebo, coisa que filho e neto dá eu também recebo, até um dia...”

Hibisco

“Eu nasci em 6 de Agosto de 1925 aqui em S.Tomé. Minha mãe era moçambicana e meu pai português. Mas ele não me assinou.

Aqui na Roça Água Izé eu trabalhei como pastor dos porcos e boi, cuidava dos cavalo de patrão, cuidava das linhas de comboio (décauville) que ligava uma dependência pá outra,pá levá cacau, trabalhador, muita gente. Trabalhei também guarda-fio e capataz.

Não havia escola, mas com 14 ano eu comecei com minha curiosidade a aprender algumas coisa de letra. Um meu amigo cabo verdiano também ajudou-mo bastante.

Trabalho era assim:

4horas – 1ª sineta para abrir porta e fazer higiene

5horas- formatura e distribuía tarefa

6horas- começa trabalho

7horas-capataz reúne grupo de duas pessoa , um procura fruta-pão, outro junta fogo para assar fruta. Cada grupo que apanhou sua fruta assa para comer sem peixe.

7:30 horas- continuava serviço.

11horas- tinha gente que ia buscar almoço no quintal. Almoço era molho de peixe seco, feijão, soô de fruta, fuba.

12horas – apito para almoço. Cada um tinha que desenrascar porque não havia prato no mato. Prato era folha de bananeira, folha de matabala; colher era choca de bananeira. Se havia chuva era pior, porque água entrava comida e não dava para comer mais..

13horas- gente retomava serviço.

17horas – regresso para território.

21 horas – apagar luz e dormir.

Havia bastante de regra, que se gente não cumprisse sofria castigo. Por ex:

- Chegar atrasado no serviço, tomava chicote de borracha;
- Se capataz ou feitor achar que pessoa está a fazer “mangonha”, tomava chicote na hora;
- Quando serviçal estragava algum material de serviço importante e ainda respondia torto, tomava palmatória. Havia vários castigo.

No domingo gente trabalhava menos tempo, mas gente trabalhava. Gente era obrigado a trabalhar. Depois de trabalho gente era colocado na fila para comer. Às vezes pratos eram colocado no chão.

Feitor, guarda e capataz era gente muito mau. Um guarda de nome Sebastião Ferreira Oliveira, se apanhasse alguém a defecar obrigava essa pessoa a passar porcária na cara. Gente sofreu muito!

Quando aconteceu 25 de Abril os comboio deixou de funcionar.

Depois de independência Água Izé também foi nacionalizado. Trabalhei na estufa e passei trabalhar como guarda de mato também.

Quando Estado distribuiu terra, roça deu-me um lote, onde trabalho com os meus filho. Agora com minha velhice eles é que trabalham. Eu vivo com produto desse lote, mas cozinha social da roça e igreja também me apoiam.”

Margarida

“Nasci no dia 1 de Maio de 1941 na Ribeira Grande, Freguesia de S. Francisco/Santo Antão. Eu vim pá S. Tomé assim: Primero gente deu nome para contrato.Dias depôschamou para dizer quando é que gente ia embarcar. Meu contrato era de três ano. Tinha 17 anos incompleto. Fiz contrato porque meu futuro marido veio contratado pá S. Tomé, vim atrás dele.Foi em 1957.Veio no navio Benguela. Foi oito dias de mar, dia e noite.

Desembarcamos no Porto de Fernão Dias. Veio directamente de Fernão Dias pá Rio do Ouro de camião. O administrador era sô Fonseca. Quando gente chegou foi para hospital. Ficamos 11 dias no hospital. Quando passou 11 dias, há gente que foi para Diogo Vaz, Bela Vista, outras dependência, tantos pra aqui, tantos para lá.

Criou grupo de trabalho. Dia de quebra é quebra, dia de capinação é capinação. Um dia gente deu 11 mulher saco, gancho para ir apanhá cacau. Apanhamos hoje, apanhamos amanhã, mas nós reofilámos porque papel de mulher não era colhê cacau, mas fazê quebra. Por isso, 25 mulher arrumamos, com saco na mão, foi para Cruz[entrada para a roça Rio do Ouro], nós fez formatura para descer pá cidade de carro ou cu pé[a pé]. Ficamos lá, ficámos lá, guarda foi dizer patrão que nós não foi pá trabalho, estava na Cruz para descer pá Curadoria. Patrão mandou chamar obrigatoriamente pra vir. Graças à Deus ele não bateu ninguém. Ele disse que ele é que é patrão e nós devia falar com ele. Naquele dia nós não trabalhou. No dia seguinte, pá vingança, feitor deu nós saco outra vez. Apanhou cacau...quando gente terminou dia, patrão mandou chamar toda mulher que recusou trabalhar e deu ordem que mulher no Rio do Ouro já não faz colhêta de cacau. Nós quebrava cacau, mas colhê na pau[do arbusto], só homem. Todas mulher que veio pá Rio do Ouro depôs de 1957 não colheu cacau más[jamais].

Quando cheguei na roça homem ganhava 50\$00 e mulher 40\$00.

Um trabalho que eu gostava muito de fazê era quebrá cacau. Pá mim era melhor trabalho que havia em S.Tomé. Fazia oito tina de cacau a correr. Se homem fazia dez tina, mulher fazia oito, nove. Mas também trabalhê dois ano na cozinha e dois ano no secador de cacau. Um dia, patrão aproximou e perguntô-me, quantas tina faltava enchê, Eu informê e ele perguntô se eu gostava de galinha. Eu disse que sim, mas quando é minhas galinha que eu crio. Ele disse: “Vira cacau na tina e vai acompanhá sô Tixeira[Teixeira, encarregado do galinheiro]. Eu fui e senhor disse que eu ficava a substituir Sra Joana que foi repatriada para Cabo Verde. Eu trabalhê durante dezoito ano nesse lugar até revolução [Subentende-se, 1974]. Nós era duas mulher naquele galinheiro. Havia cerca de 700 perú, 300 pato, novecentas e tal galinha, sem contar pato-ganso, coelho, pavão...

Quando mulher ficava grávida não tinha descanso. Eu ia pá trabalho, enchia 10 tina de cacau, vinha pra casa, tomava banho, fazia jantar, dava dor de parto, ia pra hospital. Quando binco[umbigo] de bebé caiu, gente saía d' hospital, ia pá trabalho. Até 64 é que tive fêria de parto (meu filho José).

Castigo que eu vi aqui era devido malcriação. Patrão só metia mulher bafatada[bofetada] quando era desafiado.

Quando comecei a trabalhar no galinheiro já não misturê com outros trabalhador. Fazia trabalho-casa.

Quando veio revolução correram com patrão pá fora da roça. Quem ficou no lugar de administrador é sô Bromélio. Eu vi pessoa em dois Jeep (jipão)invadir roça: um jeep era preto e um era verde.Eu não sei quem é era. Entraram no galinheiro, encheram Jeep, foram embora; quem ficou de administrador daqui dizia: Margarida, deixa eles levá para não nos matarem. Eles iam hoje, 4-5 dias voltavam. Ele só dizia.: deixa eles levá. Dona sabe quanto ficou? De 700 perú, fiou só cinco. 18 ano de trabalho! Levaram tudo, não sei quem é. Se homem que era dono, não fez nada o que é que eu ia fazê?

Depois da revolução ainda trabalhê um ano. Pedi fêria, porque fui operada, mas já não voltei. Fiquê a trabalhá em minha casa.

Reforma consegui com padrinho na cozinha. Nós cabo-verdiano que não cumpriu tempo, não conseguiu reforma, Mas eu fui ajudada e consegui. Meu marido como tinha trabalhado muito tempo, conseguiu sem problema”

Rosa de Porcelana, Narciso, Bordana, Magnólia, Petúnia, lírio, Pimenta-da Jamaica, Zínia, Jasmim, Amor Perfeito, Lavanda e Alfazema(Roça Monte Café)

E Monte Café só tinha duas camionete. Não tinha tractor, nada. Tudo vai à mão. Garoto de 7 ano já está com marreta de pau, começa a pisá barro[técnica de obtenção de barro]. Tinha que apanhá dois “qual”[cesto] de barro. Pissoa que não fazia até dois “qual” não trabalhou: não tem matabicho, não tem almoço, não. Barro servia pá fazê construção. Essas escada aqui, essas casa foi construído com esse barro. Havia mulher que só cozinha comida pá essas criança que tem 7 ano. Cabou[acabou]tarefa, presentou[apresentou], ganhou.

Mulher varria quintal, maior parte de nós mulher começô trabalhá com sete ano. Nós capinava aqui n’quintal muito bem; 1 hora gente pára, depois começa. Cinco-seis hora, gente pára serviço.

Magnólia contou o seguinte: “Eu estava com garoto de dois mês nas costa, estava a apanhá cacau com outras colega, gente perdeu no mato, foi parar até Agostinho Neto. Gente andou, andou não sabia onde estava.

Apanhava ferimento, ia ser tratado no hospital, fazia análise.. Mulher paria aqui. Até gente de Santa Catarina vinha tratá aqui. Havia enfermêro, médico, tudo. Agora não tem condições.

Homem ganhava 7 prata, mulher cinco crôa[coroas]. Depôs, homem começou a ganhar 40\$00, homem 50\$00. Dinheiro de pagamento vinha numa caixa de fora pá patrão pagá. Pá recebê salário, patrão colocava condição que cada pissoa devia levá cinco cabeça de rato. Ele tinha razão; era pá diminuir praga de rato que comia cacau. Quando chega dia 30 cada gajo tinha que levá cinco cabeça de rato.. Era tempo de escravo, mas as coisa estava mais ou meno...

Comida, patrão dava almoço e matabicho que ía pá mato. Colher fazia com nervo de folha de bananeira. Prato, dobrava ponta de folha de banana. Dobra, põe comida, come. Janta em casa.

Gente recebia ração: arroz, feijão, fuba, peixe salgado, azête palma, pá pissoa fazê em casa. Recebia tudo numa caixa quadrado que dava gente de 15 em 15 dia. Peixe salgado vinha de Angola; fuba e feijão gente fazia[produzia] aqui.

Antes de vi pá casa, mulher, homem tinha que trazê capim pá gado.

Quando mulher paria, 15 dia só, tinha que ir pá trabalho. Aborto, havia pôco. Não havia caso de violação sexual.

Bordana: “ trabalhou em casa de patrão. Fazia limpeza, engomava, tomava conta de criança”.

Depôs de 1975 trabalho continuou assim mesmo. Patrão foi embora, nós continuou a receber salário. Muitas mulher veio de cidade pá trabalhá aqui. Salário subiu pá 89 Dobra.

Roça começo a cair quando Trovoadá entrou e começou essas coisa de lote. Distribuição de lote começou no Monte Café em 1991-1992. Problema é que Homem e mulher recebeu lote igual (1.5 he). Começou a plantá banana, matabala... Lote que gente recebeu, uns terreno era bom, outros encapoeirado, outros tinha pedra, pedra. Havia lote bem trabalhado.

Reforma, toda gente não tem. Quem recebe, recebe 600 Dobra/mês. Muitas mulher não conseguiu reforma. Problema era documento que faltava, problema de nome errado e outro que não estava na lista...”

Rosa de Porcelana

Trabalhô também na capina, quebra di cacau fazia un[no] máto. Trabalhê bastante, trabalhê muito. Salário era 40\$00.

Depôssaí daqui fui mbora [fui-me embora] pá cidade, tomava conta di criança. Voltê pá roça, minha mãe táva doente, precisô de mim.

Depôs de independência? Quando independência chegô aqui trabalhê no hospital. Fiquei a trabalhá lavadêra[lavadeira].

Não conseguiu lote, náda só, porque era lavadêra e não trabalhava más[mais] na roça. Campo? Não tem campo. Campo, só tem campo di meu filho, que gente tira um bocadinho de coisa [alguns produtos agrícolas].

Conseguí reforma, sim”.

Papoila

Meu nome é Papoila. N’tem[tenho] 78 ano. Na Cabo Verde nasceu na Zorgo. Amim é[eu sou da]Praia.De Cabo Verde veio na Quanza[navio Quanza].Um bem[vim]com 16, 15 ou 18 ano.Na Cabo Verde nós era três irmão; mãe morre dexan piquêno[deixou-me pequena], pai morreu também. Um bem[vim] com namorado. Namorado é que pôs -me [fez-me] conhecê S. Tomé.N’têve[tive] sete filho. Marido morreu. Amim tá sôlê tempo, más de 30 ano[fiquei sozinha/solteira há muito tempo, há mais de 30anos].

Quando chegou Rio do Ouro nhã[meu] trabalho eracapina, tá tirá cacau, colhê café, tira capim de boi, capiná na parque, aqui n’hospital, na jardim, cada dia um trabalho, trabalho só!

Enchia 10 tina de cacau por dia. Por enquanto non cába, non bem, si cacau está na tchon[por enquanto não acabar o trabalho, não sai do mato, não regressa à casa, se houver cacau no chão].

Seis hora gente saía de casa, seis e meia gente encontrava lá n’ armazém pá pega ferramenta. Gente trabalha, duas/três hora, gente bem; cacau não pode ficá na mato. Gente trabalha com chuva. Cai cu[com] tina de cacau, você continua.

Grávida trabalhava até fim, sem férias. E se faltar trabalho 3-4 dias depôs de parir, descontava salário. Gente trabalhava, não tinha sábado, nem domingo. Fazia pano para meter na dedo para tirar cacau[espécie de luva para minimizar as feridas que apareciam

nos dedos]. Cacau não tinha hora d'almoço. Era faca, quebra, faca, quebra. Não tinha tempo de sentá não.

De noite, mesmo com catchupa[comida cabo-verdeana] no fogo a ferver, si ê ta tchiga hora de pagar luz[se chegar hora de apagar a luz], guarda grita: Pága luz, pága luz!

N'tem essa filha, nasceu na Cabo Verde. É alejada, sofre de ataque[deficiente e epiléptica]: banho, eu qui dou, trança cabelo, eu qui faz. Quando lua está um bocadinho grosso [quando surge a lua cheia] começa a dar ataque.

Tomou porrada de branco porque uma tonga dê-mo[me deu] pontapé, lutê cu ela[lutei com ela]. Anton [então], tomou palmatória de capataz.

N'bai pá [Fui para] Cabo Verde um vez. Saí de Àgua Izé prá lá. Agora n'ká tem[não tenho] ninguém lá: nem mãe, nem pai, nem tio, tia. Só tem um sobrinha...

N'tem reforma, mas ê tá tchiga[tenho reforma, mas não chega]. Non dá pá comprá remédio..."

Bromélia

Antigamente gente comia bem, não tinha cacharamba[bebida alcoolizada não saudável] Vinho tinto só, usava bocadinho, 0.5 litro chega.

Tomou porrada de branco. Grávida e mulher com criança nas costa tomava[palmatória] no pé [planta dos pés].

Homem e mulher fazia formatura junto. Depois de independência ficou a trabalhá no mato, salário subiu para 90 conto.

Teve 12 parto, agora só ficou seis.

Não tem reforma. Não tem lote. Eu é carenciada. Cada três mês D. Lurdes (assistente social) dava 300 Dobra. Mas desde ano passado, um ano já não recebe esse dinhêro. Gente não vê para nós!

Anexo 4: Termo de Contrato de 2 mulheres serviçais Cabo-verdianas (1956)

65
Cabo Verde Santa Helena 12 de Dezembro de 1956

N.º 65


TRIPLICADO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Entre:

(a) SOCIEDADE DE EMIGRAÇÃO PARA S. TOMÉ E PRÍNCIPE

(b) Maria Augusta Delgado D.I. 1856/50



Idade . . . 21 anos. Estado solteira

Profissão . . . trabalhada que nasceu em Janela

Ilha de . . . Santa Antão freguesia de S.ª. Pombas

Filho de . . . Augusta Maria Francisca

e de . . .

É efectuado, nos termos do Código Civil, o seguinte contrato de prestação de serviço:

1.º — O 2.º outorgante obriga-se a desempenhar os serviços de trabalhador rural ou outros que estejam dentro das suas aptidões e possibilidades, em quaisquer das propriedades da primeira outorgante em S. Tomé e Príncipe, sob as ordens do Administrador, empregados ou capatazes da primeira outorgante.

2.º — O presente contrato é feito pelo período de três anos; que começará desde o dia do embarque do segundo outorgante no porto da localidade do contrato. Este contrato é sucessivamente renovável no seu termo, por igual período, se ambas as outorgantes assim desejarem.

3.º — A segunda outorgante fica autorizada a fazer-se acompanhar dos seguintes filhos com menos de 14 anos

anos, anos,
anos, anos,
anos, anos.

4.º — Durante o prazo de validade do contrato e enquanto se mantiver ao serviço da primeira outorgante a segunda outorgante tem também direito:

a) — Nos primeiros seis meses de vigência deste contrato considerados de aprendizagem, (100\$00 para homens e 80\$00 para mulheres), e nos restantes meses aos salários de (120\$00 para homens e 90\$00 para mulheres)

b) — A alimentação adequada;

c) — A alojamento condigno;

d) — A assistência médica e medicamentos nos mesmos termos em que é prestada aos outros trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho dos Indígenas;

e) — A enviar os seus filhos a escola mais próxima se assim o desejarem, no caso de o patrão não ter escola na propriedade;

f) — A vestuário constituído por uma calça e um casaco ou camisola para homens, na ocasião do contrato e no dia que iniciar o trabalho, e depois, de seis em seis meses, e uma manta ou cobertor de ano a ano. As mulheres receberão uma saia e uma blusa e lenço nos mesmos períodos de tempo, bem como a manta de ano a ano e nas mesmas condições, dos homens. Os filhos, e nas mesmas condições, receberão um bibe, um fato e um vestido, conforme as idades e sexo. Se as mulheres o preferirem receberão antes os panos necessários à confecção dos seus vestuários, tanto quanto possível a seu gosto. Quando forem repatriados receberão um vestuário completo e uma manta ou cobertor;

g) — A sair em para onde entenderem nas horas de folga, devendo sempre munir-se de uma guia passada pelo patrão ou por quem o represente;

h) — Dispensa de trabalho, com direito ao salário por inteiro e a todas as regalias estabelecidas neste contrato, das serviçais grávidas ou parturientes, nos últimos trinta dias prováveis da gestação e nos trinta dias seguintes ao parto, e nos primeiros seis meses de amamentação de seus filhos só podem ser empregadas em trabalhos moderados, em recinto abrigado ou perto das suas habitações.

S único — Se o segundo outorgante passar a desempenhar quaisquer serviços especializados os seus salários não podem ser, em caso nenhum, inferiores aos dos trabalhadores de idêntica especialidades, naturais de S. Tomé e Príncipe, se outros superiores não forem estabelecidos para trabalhadores de outra nacionalidade, caso em que serão iguais aos destes.

5.º — As importâncias dos adiantamentos feitos em Cabo Verde antes da partida e concedidos em virtude deste contrato, no montante de Escs. cento e sessenta escudos serão descontadas no salário da segunda outorgante, em 24 prestações mensais a partir do primeiro ano da vigência deste contrato.

NOTAS:

(a) — Nome da entidade que contrata.

(b) — Nome do trabalhador contratado.

(c) — Os salários mínimos mensais serão os seguintes:

Para trabalhadores homens (nos primeiros seis meses da vigência do contrato)	100\$00
Para trabalhadores mulheres, idem, idem, idem, .)	80\$00
Nos restantes meses:	
Para homens	120\$00 (cento e vinte escudos)
Para mulheres	90\$00 (noventa escudos)
Para trabalhador menor de 14 a 18 anos do sexo masculino	60\$00 (sessenta escudos)
Para menor de 14 a 18 anos do sexo feminino	40\$00 (quarenta escudos)

(d) — No caso do trabalhador não saber escrever, a assinatura deste contrato deve ser feita a rogo, perante duas testemunhas que assinarão nas linhas indicadas com a letra (d). No caso do trabalhador ser menor de 14 a 18 anos, a assinatura deste contrato deverá ser feita pelo seu representante legal, pai ou mãe e, não sabendo esse representante escrever, será o documento assinado a rogo, nos termos legais.

(f) — Lugar para oposição da impressão digital do indicador direito do trabalhador.

Obs: — Nos impressos dos contratos e enquanto não possa ser exigido o bilhete de identidade, será colada uma

§ único — Na altura do embarque em Cabo Verde o segundo outorgante tem direito a receber um vestuário completo e uma manta para seu agasalho, não podendo estes artigos entrar na conta do adiantamento recebido que será obrigatoriamente entregue em numerário.

6.º — Decorrido o prazo de validade deste contrato, o segundo outorgante, e os seus filhos têm também direito à passagem marítima e terrestre de regresso de S. Tomé e Príncipe a Cabo Verde, ficando a primeira outorgante obrigada a, na Província de Cabo Verde, custear todas as despesas com o regresso do segundo outorgante ao local onde foi contratado a menos que declare desejar fixar residência em S. Tomé e Príncipe, bem como às que o contratado, der lugar por imposições do regulamento sanitário.

7.º — 50% do salário vencido pela segunda outorgante ser-lhe-á entregue em mão, mensalmente até ao dia 10 do mes seguinte àquele a que respeitar. O remanescente, depois de deduzidas as importâncias do adiantamento será depositado em estabelecimento bancário determinado pela autoridade competente e para lhe ser entregue quando regressar à sua terra ou em mão, no caso de prescindir da sua repatriação.

§ único — A importância do aumento dos salários depois dos seis primeiros meses de vigencia deste contrato referidos na alínea a) do n.º 4.º, será também depositada de harmonia com a segunda parte deste número para ser entregue ao trabalhador quando regressar à sua terra ou em mão, no caso de prescindir da sua repatriação

8.º — A 2.ª outorgante compromete-se a cumprir os deveres e obrigações seguintes:

- 1.º — Obedecer às ordens da 1.ª outorgante ou de quem o represente, deste que sejam compatíveis com a sua robustez e saúde;
- 2.º — Desempenhar o trabalho de que fôr encarregado com zelo e pela melhor forma compatível com as suas forças e aptidões;
- 3.º — Indemnizar a primeira outorgante das perdas e danos que causar propositadamente, sujeitando-se aos descontos que pela autoridade competente forem autorizados;
- 4.º — Não abandonar o serviço sem prévia autorização da 1.ª outorgante ou de quem o represente.

A 1.ª outorgante fica igualmente obrigada aos seguintes deveres:

- 1.º — Cumprir as cláusulas do presente contrato;
- 2.º — Não exigir da segunda outorgante mais de nove horas de trabalho diário útil e efectivo;
- 3.º — Não lhe exigir trabalho superiores as suas forças;
- 4.º — Abster-se escrupulosamente de compeli-la a 2.ª outorgante, por meios directos ou indirectos, a comprar-lhe ou aos seus agentes quaisquer artigos de que queiram prover-se;
- 5.º — Não descontar à 2.ª outorgante os dias de descanso obrigatório ou de feriado oficial, nem os dias que não trabalhar por motivo de doença quando não excederem dois em cada mes igualmente não lhe serão descontados os salários dos dias em que não trabalhar por o patrão não ter serviço para lhe dar nem os de licença concedida pela 1.ª outorgante ou pelo seu representante.

9.º — A segunda outorgante, em caso de doença comprovada tem direito ao salário por inteiro pelo menos pelo tempo não excedente a dois dias por cada mes, só perdendo o de alimentação no caso de dieta, recetada pelo médico e fornecida pelo 1.º outorgante.

10.º — Ambas as outorgantes se sujeitam, no caso de falta de cumprimento das cláusulas deste contrato ao estatuto no Código Civil, e mais legislação applicável.

11.º — Fica a cargo da primeira outorgante o pagamento ao estado de todas as taxas ou impostos que incidirem sobre o presente contrato de prestação de serviço, quer em Cabo Verde quer em S. Tomé e Príncipe ou dos recontraos que se venham a efectuar.

12.º — Todas as omissões ou dúvidas que surtir quanto ao presente contrato bem como quaisquer accidentes ou incapacidades de trabalho da 2.ª outorgante, serão reguladas pela legislação em vigor na Província de S. Tomé e Príncipe.

13.º — Quando por sua livre vontade a 2.ª outorgante, findo o presente contrato declarar que prescinde do seu regresso a Província de Cabo Verde e deseja ficar para sempre na Província de S. Tomé e Príncipe tem direito a receber da 1.ª outorgante a quantia correspondente a uma passagem de regresso à terra da sua maternidade.

Continuando o segundo outorgante, findo o presente contrato, a prestar serviço para a mesma entidade patronal, receberá, em vez da passagem de regresso, o valor correspondente a 2 passagens — uma de regresso e outra de ida.

14.º — Antes de terminado o prazo do presente contrato pode ele ser rescindido de comum acordo entre os dois outorgantes, mediante o pagamento das indemnizações que forem estabelecidas pelas autoridades competentes. Este contrato é feito em triplicado, destinando-se o original a ser entregue pela entidade patronal na Administração do Concelho de S. Tomé e Príncipe; o duplicado destina-se a ficar em poder da primeira outorgante; e o triplicado em poder da segunda outorgante.

Assinaturas:

ENTIDADE PATRONAL
por procuração

TRABALHADOR (d)

São testemunhas:

Assinaturas: — (d)

Assinaturas: — (d)

Cabo Verde, Vicente 12 de Dez de 1956

N.º 58

TRIPLICADO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Entre:

(a) SOCIEDADE DE EMIGRAÇÃO PARA S. TOMÉ E PRÍNCIPE

(b) HONORATA SEBASTIANA LOPES B. I. 11.203/56



Idade . . . 21 . . . anos. Estado solteira
Profissão . Trabalhedora rural que nasceu em 10-8-1935
Ilha de . Sanvicente freguesia de Nossa S. da Luz
Filho de . Silvestre Jose da Luz
e de . Sebastiana Marcelina Lopes

fectuado, nos termos do Código Civil, o seguinte contrato de prestação de serviço:

1.º — O 2.º outorgante obriga-se a desempenhar os serviços de trabalhador rural ou outros que estejam dentro das suas aptidões e possibilidades, em quaisquer das propriedades da primeira outorgante em S. Tomé e Príncipe, sob as ordens do Administrador, empregados ou capatazes da primeira outorgante.

2.º — O presente contrato é feito pelo período de três anos; que começará desde o dia do embarque do segundo outorgante no porto da localidade do contrato. Este contrato é sucessivamente renovável no seu termo, por igual período, se ambas as outorgantes assim desejarem.

3.º — A segunda outorgante fica autorizada a fazer-se acompanhar dos seguintes filhos com menos de 14 anos

IRENE 3 meses anos, . . . anos,
. . . anos, . . . anos,
. . . anos, . . . anos.

4.º — Durante o prazo de validade do contrato e enquanto se mantiver ao serviço da primeira outorgante a segunda outorgante tem também direito:

a) — Nos primeiros seis meses de vigência deste contrato considerados de aprendizagem, (100\$00 para homens e 80\$00 para mulheres), e nos restantes meses aos salários de (120\$00 para homens e 90\$00 para mulheres)

b) — A alimentação adequada;

c) — A alojamento condigno;

d) — A assistência médica e medicamentos nos mesmos termos em que é prestada aos outros trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho dos Indígenas;

e) — A enviar os seus filhos a escola mais próxima se assim o desejar, no caso de o patrão não ter escola na propriedade;

f) — A vestuário constituído por uma calça e um casaco ou camisola para homens, na ocasião do contrato e no dia que iniciar o trabalho, e depois, de seis em seis meses, e uma manta ou cobertor de ano a ano. As mulheres receberão uma saia e uma blusa e lenço nos mesmos períodos de tempo, bem como a manta de ano a ano e nas mesmas condições, dos homens. Os filhos, e nas mesmas condições, receberão um bibe, um fato e um vestido, conforme as idades e sexo. Se as mulheres o preferirem receberão antes os panos necessários à confecção dos seus vestuários, tanto quanto possível a seu gosto. Quando forem repatriados receberão um vestuário completo e uma manta ou cobertor;

g) — A saírem para onde entenderem nas horas de folga, devendo sempre munir-se de uma guia passada pelo patrão ou por quem o represente;

h) — Dispensa de trabalho, com direito ao salário por inteiro e a todas as regalias estabelecidas neste contrato, das serviços grávidas ou parturientes, nos últimos trinta dias prováveis da gestação e nos trinta imediatos ao parto, e nos primeiros seis meses de amamentação de seus filhos só podem ser empregadas em trabalhos modelados, em recinto abrigado ou perto das suas habitações.

§ Único — Se o segundo outorgante passar a desempenhar quaisquer serviços especializados os seus salários não podem ser, em caso nenhum, inferiores aos dos trabalhadores de idêntica especialidades, naturais de S. Tomé e Príncipe, se outros superiores não forem estabelecidos para trabalhadores de outra naturalidade, caso em que serão iguais aos destes.

5.º — As importâncias dos aliantamentos feitos em Cabo Verde antes da partida e concedidos em virtude deste contrato, no montante de Escs. 160.00 cento e sessenta escudos serão descontadas no salário da segunda outorgante, em 24 prestações mensais a partir do primeiro ano da vigência deste contrato.

(a) — Nome da entidade que contrata.

(b) — Nome do trabalhador contratado.

(c) — Os salários mínimos mensais serão os seguintes:

Para trabalhadores homens (nos primeiros seis meses da vigência do contrato) . . . 100\$00

Para trabalhadores mulheres, idem, idem, idem, . . . 80\$00

Nos restantes meses:

Homens . . . 120\$00 (cento e vinte escudos)

Mulheres . . . 90\$00 (noventa escudos)

Menor de 14 a 18 anos do sexo masculino . . . 60\$00 (sessenta escudos)

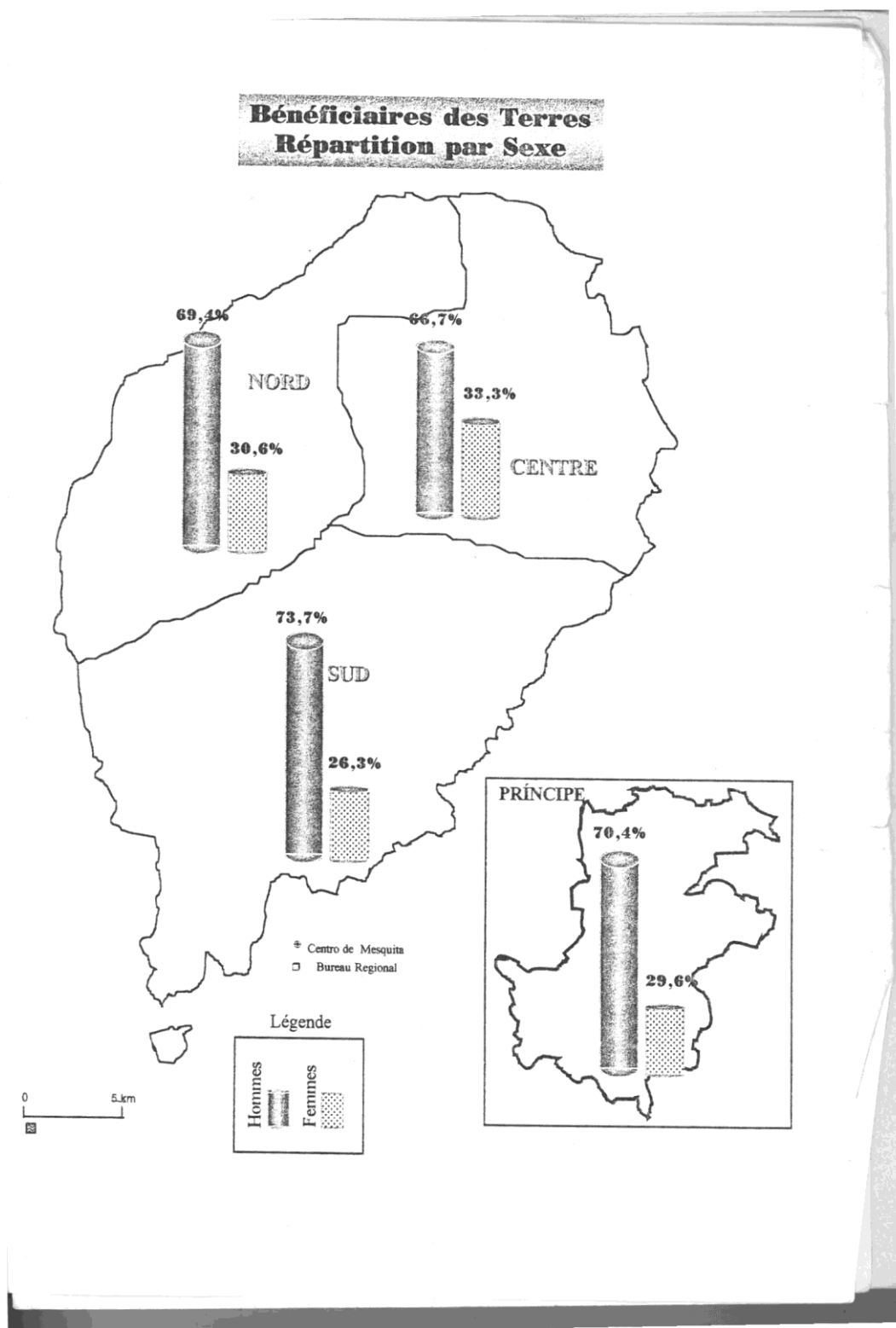
(d) — No caso do trabalhador não saber escrever, a assinatura deste contrato deve ser feita a rogo, perante duas testemunhas que assinarão nas linhas indicadas com a letra (d). No caso do trabalhador ser menor de 14 a 18 anos, a assinatura deste contrato deve ser feita pelo seu representante legal, pai ou mãe e, não sabendo esse representante escrever, será o documento assinado a rogo, nos termos legais.

(f) — Lugar para oposição da impressão digital do indicador direito do trabalhador.

Obs: — Nos impressos dos contratos e enquanto não possa ser colado o bilhete de identidade, será colada uma

Fonte: AHSTP, Documentos avulsos, depósito 2

Anexo 5: Mapa de distribuição de terras por sexo (1995)



Fonte: Ministério da Agricultura, PPADPP

Anexo 6: Dados brutos do Inquérito por questionário sobre as mulheres e distribuição de terras (2018)

Local	Distrito	sexo	idade	tem marido	Religião	etnia	Nº Filhos	Ocupação/profissão	Rendimento no período do inquérito	Chefe de família	Chefe de exploração	Pluriatividade	Recebeu a terra	lote	Campo	Hectares	Mão de obra	tipo de cultura/cultivo	Beneficiou de insumos agrícolas	Recebeu animais	já beneficiou de microcrédito	Tem título de posse	teve acesso a assistência	teve acesso a formação/informação	Onde costuma vender	Venda tudo	O que faz/a às sobras	Diversificação da sua produção				
Caridade	Cantagalo	F	49 s				6 a		\	s	s		s	s			2 filhos	bananeira, cacueiro, cafezeiro	s	n	n	s	n	n	no lote	s	livo	s				
Caridade	Cantagalo	F	75 n			cv	14 a		700 Dobras	s	s		s	s		1,5	filhos	bananeira, cacueiro	n	n	n	s	s	n	lote, mercado	s	dava fado	n				
S. Cecília	Cantagalo	F	52 n			cv	6 a/p			s	s		Encargada limpeza	s	s		2 filhos	bananeira, cafezeiro, mandioca	n	n	s	s	n	n	lote,	n	livo	s				
Colônia A/Cantagalo	F	60 s				tonga	8 a		600	n	n		PI	s	s		2 marido/filhos	cacueiro, bananeira	n	n	n	s	s	n	mercado capital, na C.Agr.	n	no dia seguinte	s				
Colônia A/Cantagalo	F	62 s				angolar	7 a			450 n	s		s	s			3 marido/filhos	cacueiro, bananeira, limão, ban.n	n	n	n	s	n	n	C. Açoreano e arredores	n	alimentação doméstica	s				
Colônia A/Cantagalo	F	64	cat	cv			7 a			400 s	s		Ph, Pl, quiosque	s	s		3 marido/filhos															
Castelo	Cantagalo	F	47 s	cat	cv		d		800 Dobras	s	s		pl	s	s		3,5	os filhos/pai/mãe/maridos	bananeira, mandioca, cacau e café	n	n	n	s	provisório	n	n	Água té e plano de água té	n	venda	s		
Água té	Cantagalo	F	51 s	cat	cv		8 fr		1.500 dobras	pai	pai		pro	s	s		3 filhos/maridos	bananeira, mandioca, cacau e café	n	n	n	n	n	n	s	provisório	s	s	Água té	n	venda	s
Alto Dour/Cantagalo	F	48 s	cat	ag			8 agri		1.400 dobras	pai	mãe		pro	s	s		4 marido/filhos e os irmãos	bananeira, cara de açúcar, mandioca, cacau, café diversos	n	n	n	n	n	n	s	definitivo	s	s	Ribeira Afonso	s	venda	s
Mato Cara/Cantagalo	F	50 s	cat	cv			7 agri			pai	mãe		pl	s	s		3 filhos e maridos	cacau, café, bananeira, diversos	s	s	n	s	provisório	s	s	c. capital	n	comia	s			
Monte Bel/Cantagalo	F	60 n	cat	cv			agri		600 dobras	mãe	mãe		domestica	s	s		3 os filhos e marido	cacau, bananeiras,	n	n	n	n	n	n	n	c. capital e comunidade	n	comia	n			
Castelo	Cantagalo	F	60 s	cat	cv		8 agri		500 dobras	mãe	mãe		domestica	s	s		3 filhos e maridos	café, cacau, milho, limão, bananeira e diversos	n	n	n	n	n	n	s	provisório	n	n	c. capital, campo, água té	n	venda	n
M. da Silva/Cantagalo	F	63 s	cat	cv			9 agri			pai	mãe		pro	s	s	2,5	filhos e irmãos	baunilha, cacau, café, banana, diversos, etc	n	n	n	n	n	n	n	c. capital,	n	venda	s			
Monte Bel/Cantagalo	F	60 s	cat	cv			8 agri			pai	mãe		pl	s	s	2,5	filhos	cacau, café, baunilha	n	n	n	n	n	n	s	provisório	n	n	c. capital	n	venda	s
Ribeira Pri/Cantagalo	F	64 n	cat	for			10 agri			n	mãe		s	s		1 cozinha	mandioca, cacau, milho	n	n	n	n	s	n	n	n	mercado	n	comia	n			
Ribeira Pri/Cantagalo	F	54 n	nova.p	cv			5 d			pai	mãe		pro	s	n		2.840 filhos e maridos	milho, gijumba	s	n	n	s	s	s	s	mercado	n	comia	n			
Uta Budo	Cantagalo	F	65 s	cat	ang		5 refrendadora			n	mãe						2 filhos	bananeira, cacau	n	n	n	n	s	n	n	mercado	s	comia	n			
Uta B. Prai/Cantagalo	F	62 s	cat	for			7 refrendadora			n	mãe						1 filhos	matabela, banana, jaca	n	n	n	n	s	n	n	quintal	n	comia	n			
S. Antonio	Cantagalo	F	86 n	cat	cv		7 refrendadora			pai	mãe						1 paga pesos	cacau, matabela, milho, baunilha, mandioca	n	n	n	n	s	n	n	quintal	n	comia	n			
S. Antonio	Cantagalo	F	63 s	cat	ang		4 refrendadora		300 dobras	pai	mãe		funcionaria de gime	s	s		2 filhos	abacateiro, banana, cacau, matabela, diversos	s	n	n	s	n	s	n	mercado	n	repátia e comia	n			
Pinheira R/Cantagalo	F	62 n	cat	cv			5 camponesa		500 dobras	pai	mãe		pl	s	n	s	3.251	cana, gijumba, milho, mandioca	s	n	n	n	s	n	n	mercado	n	comia	n			
R. Colônia A/Cantagalo	F	60 s	cat	tonga			8 camponesa		600 dobras	pai	mãe		pl	s	s		2 marido e filhos	café, banana preta	n	n	n	n	s	provisório	s	n	C. capital e colônia A. Praia	n	venda no dia seguinte	n		
R. Colônia A/Cantagalo	F	64 n	cat	cv			7 camponesa			mãe	mãe		s	s			3 marido e filhos	banana pão preta, café, mandioca, cacau	n	n	n	n	s	s	n	colônia agulana e arredores	n	venda no dia seguinte	s			
Caridade	Cantagalo	F	65 n				12 agri			150 s	s		pro	s	s		4 filhos	banana	n	n	n	n	s	n	n	mercado	s	comia	n			
Roga S. João/Cauê	F	73 n	cat	cv			10 d		500 dobras	mãe	mãe		domestica	s	s		2 filhas	anacis, cacau, café, limão	n	n	n	n	s	s	s	Empresa santa margarid	n	comia	s			
Dona apas/Cauê	F	55 n	cat	cv			6 agri		700 dobras	mãe	mãe		pl	s	s	2,5	as irmãs e filhos	banana pão café cacau	s	n	n	n	n	s	s	ribeira peixe	n	venda	s			
Dona apas/Cauê	F	61 n	cat	cv			9 agri			pai	mãe		domestica	s	s		2 marido, filhos, as irmãs	bananeira, cacau, limão	n	n	n	n	n	s	s	ribeira peixe dona agusta, angolares	n	comia e venda	s			
Ribeira pe/Cauê	F	60 n	cat	cv			8 d		700 dobras	pai	mãe		pl	s	s		2 filhos	banana, café, mandioca	n	n	n	n	n	n	n	ribeira peixe e emolve	n	venda	n			
Roga Frate/Cauê	F	61 n	cat	cv			7 agri		450 dobras	n	mãe		pl	s	s	2,5	marido, filhos	café, cacau, banana pão	n	n	n	n	s	n	n	angolares	n	venda no dia seguinte	n			
Roga S. João/Cauê	F	63 n	cat	cv			6 agri		500 dobras	n	mãe						3 filhos	cacau, banana pão e preta	n	n	n	n	s	provisório	n	n	angolares	n	venda no dia seguinte	s		
Roga S. João/Cauê	F	64 s	emva	cv			9 agri		400 dobras	n	mãe		pro	s	s		3 filhos	banana, café, mandioca, cacau, matabela	s	n	n	s	provisório	s	s	angra toldo praia	n	venda no dia seguinte	s			
Ribeira pe/Cauê	F	60 n	cat	ang			8 agri		700 dobras	n	mãe		quiosque	s	s		2 filhos	cacau, café, banana	n	n	n	n	s	provisório	s	s	emolve e angolares	n	venda no dia seguinte	ambas		
Ribeira pe/Cauê	F	61 n	cat	cv			9 d		680-700 dobras	mãe	mãe		pl	s	s	3,5	filhos maridos, mõe	mandioca, banana, cacau, diversos	n	n	n	n	s	provisório	s	s	ribeira peixe, angolares	n	venda	n		
Ribeira pe/Cauê	F	61 s	cat	ang			6 d			pai	pai		pl	s	s		2 filhos maridos, irmãos	cacau, banana, café, diversos	n	n	n	n	s	provisório	n	n	ribeira peixe, angolares	n	comia	n		
Roga Frate/Cauê	F	55 s	cv				5 agri		800 dobras	mãe	pai		pl	s	s		3 filhos	banana, café, cacau, diversos	n	n	n	n	s	provisório	n	n	fraternidade, angolares	n	venda no dia seguinte	n		
Mendes do/Cauê	F	57 s	cat	ang			8 agri			pai	mãe		pro, d	s	s		3 marido, filhos, e netos	cacau, banana, diversos	n	n	n	n	s	provisório	n	n	cidade capital	n	venda no comia	n		
Dona apas/Cauê	F	61 s	cat	ang			7			mãe	mãe		trabalho gime	s	s		3 as filhas, marido	limão, cacau, banana, diversos	n	n	n	n	s	provisório	n	n	roga dona agusta	n	venda e comia	s		
Dona apas/Cauê	F	62 n	cat	cv			4			pai	mãe			s	s	2,5	filhos e marido	cacau, café, banana, diversos	n	n	n	n	n	n	n	ribeira peixe, angolares	n	venda e comia	s			
Roga S. João/Cauê	F	63 s	cat	ang			8 agri			pai	mãe		domestica	s	s		3 filhos	banana, café, limão, diversos	n	n	n	n	s	provisório	n	n	angolares	n	venda	s		
Emolve	Cauê	F	54 s	cat	ang		7 agri		600 dobras	pai	mãe		pro, pl, trabalho agri/palma	s	s		3 marido e filhos	cacau, banana pão	n	n	n	n	n	s	s	angolares	n	venda	s			
Ribeira pe/Cauê	F	59 n	cat	ang			8 agri		650 dobras	pai	mãe		pro, pl	s	s	2,5	filhos	banana, café, cacau, diversos	n	n	n	n	s	provisório	s	s	emolve, praia siqueira, ribeira peixe	n	venda	n		
Guadalupe/Lobata	F	53 s		for			7		1500 dobras	n	s		funcionaria de creche de impreza	n	s	7,5	marido, filhos	cacau	s	n	n	n	s	s	n	mercado local	as vezes	consumo em casa	s			
Praia das/Lobata	F	45 s		cv			5 agri		1000 dobras	s	s		pro		s		1 dona e marido	cacau, banana, jaca	n	n	n	n	s	s	s	mercado local			s			
Praia das/Lobata	F	68 n					5 agri		1000 dobras	s	s		pro		s	1,5	filhos, dona, genro, familiares	banana, cacau, jaca, cana	n	n	n	n	s	n	s	mercado local	n	repátia	s			
Guadalupe/Lobata	F	59 s	cat				2 servente de escola		1600 dobras	n	s			s	s		filhos,	cacueiro	n	n	n	n	s	n	n	satoau	n		s			
Guadalupe/Lobata	F	45 s	cat				4 cantineira		1600 dobras	n	s			s	s	500m	filhos	madeira para construção	n	n	n	n	n	n	n	n	nada sobrava			s		
Água Sampa/Lobata	F	47 n	cat				4 agri		1900 dobras	s	s		pro	s	s	s	2,5	familiares e filhos	matabela, milho, mandioca, cacau, etc	s	n	n	n	n	n	n	mercado	s		s		
Santa Luz/Lobata	F	39 s		cv			5 domestica			s	s		pro, pl	s	s		1 pai	banana, milho	n	n	n	n	s	s	s	mercado	s	fiava	s			
S. Catarina/Lembá	F	40 s	nova.p				4 agri			n	s		pro, domestica	s	s		filhos	cacau, banana, café	n	n	n	n	s	s	n	mercado	as vezes	ofertava	s			
S. Catarina/Lembá	F	47 n	nova.p				3 agri			s	n		pro, domestica	s	s		2 parentes	café, cacau, banana etc.	n	n	n	n	s	s	s	mercado	n	ativava ao livo	s			
S. Catarina/Lembá	F	46 n					4 agri			s	n		pro, domestica	s	s		2 parentes	cacau, café, banana, jaca	n	n	n	n	s	s	n	mercado	n	ofertava	s			
S. Catarina/Lembá	F	46 s					4 agri			s	s		pro, pl	s	s		1.500 parentes	matabela, cacau, café, banana	s	n	n	n	n	s	s	mercado	n	ativava ao livo	s			
S. Catarina/Lembá	F	42 s					7 agri			s	s		pl domestica	s	s		1.300 marido e filhos	cacau, café, banana, matabela	s	n	n	n	s	s	s	mercado	n	ativava ao livo	s			

Anexo 7: Dados brutos da Distribuição de Terras por Distrito e por sexo gentilmente enviados por um antigo funcionário do PNAPAF

DISTRICT	Region ou ex-entreprise	Nom de la Communauté	Année de la privatisation	Population	B E N E F I C I A I R E S			Suface distribuée aux petits agriculteurs (Ha)		
					Homme	Femme	Total	Homme	Femme	Total
LEMBÁ	Ponta Figo	A.Morais	1996		26	11	37	79,4	28,9	108,2
		B.Sucesso	1997	74	17	15	32	35,9	29,7	65,7
		C.Santos	1997	50	16	19	35	36,8	45,1	81,9
		Cascata	1996		11	0	11	23,7	0,0	23,7
		Generosa	1996	322	24	32	56	61,4	74,0	135,4
		J.Paulo	1996		11	3	14	32,1	5,8	37,9
		M.Leite	1996		19	11	30	54,8	30,0	84,8
		M.Morais	1996	21	28	11	39	87,2	32,2	119,3
		P.Figo Praia	1997		9	5	14	10,7	8,4	19,1
		P.Figo S.	1997	458	29	16	45	54,0	25,2	79,2
		R.Funda	1994	223	25	12	37	106,5	42,5	149,0
		R.Palma	1994	210	25	9	34	98,5	31,5	130,0
		Rebordelo	1996		19	7	26	42,5	17,5	60,0
		Rosema	1994	124	15	12	27	47,5	40,0	87,5
		Sta.Tereza	1994	101	28	6	34	123,7	27,2	150,9
	Diogo Vaz	Cadão	1994	48	9	5	14	31,0	14,3	45,3
		J.Luis	1994	44	20	4	24	72,4	7,2	79,6
		M.Luisa	1994	131	14	11	25	45,5	34,2	79,7
		Sta.Genny	1994	146	27	14	41	97,0	40,1	137,1
	Santa Catarina	D.Amélia	1996		22	8	30	59,2	18,7	77,9
		Lemba	1997	216	43	31	74	82,1	51,7	133,8
		P.Fogo	1994	92	26	8	34	90,7	25,5	116,2
		P.Furada	1994	83	41	20	61	139,6	59,4	198,9
		Rio Ave	1996		21	3	24	63,0	9,9	72,9
		S.João I	1997	72	44	21	65	90,1	38,2	128,3
		S.Manuel	1996	82	53	19	72	144,5	46,4	190,9
		Sta.Catarina S.	1997	345	68	31	99	116,9	52,9	169,8

DISTRICT	Region ou	Nom de la	Année de la	Population	B E N E F I C I A I R E S			Suface distribuée aux petits agriculteurs (Ha)		
	ex-entrepri	communaupr	privatisation		Homme	Femme	Total	Homme	Femme	Total
		P.Concha	1993	260	73	33	106	171,1	83,5	254,6
		Plancas1	1993	254	31	17	48	125,0	55,0	180,0
		Plancas2	1994	165	44	12	56	156,5	41,5	198,0
		Saltado	1994	30	17	18	35	46,5	48,0	94,5
	Agostinho Neto	A.Coimbr	1994	54	14	4	18	56,1	12,5	68,6
		A.Sampa	1994	190	44	15	59	143,2	40,0	183,2
LOBATA		B.Esperar	1994	66	16	12	28	60,0	35,0	95,0
		M.Carmo	1994	78	18	6	24	60,9	25,0	85,9
		P.Alto	1994	54	14	1	15	49,9	2,5	52,4
		C.Grande	2000		10	4	14	10,8	4,2	15,0
		Caldeiras	2000		77	46	123	121,6	76,1	197,7
		Canavial	2000		114	51	165	116,2	54,5	170,7
		F.Dias	2000		10	11	21	15,1	15,5	30,6
		Sta Clara	2000		45	44	89	50,6	51,4	102,0
		V.Braga	2000		17	13	30	21,2	18,6	39,8
		Sta Luzia	2001		♣	♣	115	♣	♣	255,0
	Bela Vista	Santarém	1999	147	33	19	52	47,1	26,7	73,8
		Água Telh	1999	76	42	18	60	59,3	24,4	83,7
		Boa Entra	1999	190	107	83	190	88,1	81,4	169,5
		Laranjeira	1999	45	70	31	101	♣	♣	155,6
		Maianço	1999	249	30	34	64	43,6	50,0	93,6
		R.Ouro P	1999	61	56	49	105	68,6	62,0	130,6

DISTRICT	Region ou ex-entrepris	Nom de la commune	Année de la privatisation	Population	BENEFICIAIRES			Suface distribuée aux petits agriculteurs (Ha)		
					Homme	Femme	Total	Homme	Femme	Total
ÁGUA GRANDE	Bela Vista	BluBlu	1993		72	8	80	17,7	2,0	19,8
		V.Fernand	1993	32	18	11	29	24,0	7,5	31,5
	Milagrosa	AbadeI	1995	133	24	10	34	67,8	32,6	100,4
		Abade2	1999		9	4	13	12,4	2,2	14,6
		Milagrosa	1996	325	37	34	71	84,3	63,4	147,7
		Plateau	1995	131	41	22	63	91,1	47,2	138,3
		Q.Flores	1996	69	13	9	22	33,1	21,0	54,1
		R.Nova	1995	86	18	2	20	44,0	5,1	49,1
		S.Adelaide	1996	106	25	7	32	39,5	7,9	47,3
		S.Adelaide	1999		18	5	23	19,6	5,5	25,1
		S.Januário	1995	82	35	21	56	137,0	78,2	215,1
		M.Estoria	1999		53	26	79	56,5	22,9	79,4
MÉ ZOXI		Aguas Bel	2000	43	15	9	24	12,4	2,2	14,6
		Total Uba Budo					#REF!			#REF!
	Santa Margarida	Filipina	1997	131	26	20	46	47,6	27,9	75,5
		Gratidão	1997	63	46	15	61	80,0	26,1	106,1
		Q.Palmeir	1996	123	16	15	31	30,2	22,5	52,7
		R.Lima	1996	64	11	18	29	22,2	35,5	57,7
		Vanguarda	1996	101	27	28	55	34,4	40,4	74,8
		Sede			♣	♣	3	♣	♣	4,3
		Benfica			♣	♣	61	♣	♣	106,2
		Queluz		144	♣	♣	85	♣	♣	138,1
		M.Macaco			♣	♣	119	♣	♣	218,1
		V.Alegre			♣	♣	68	♣	♣	124,5
	Monte Café	F.Mantero			♣	♣	27	♣	♣	40,4
		S.José S.			♣	♣	20	♣	♣	34,6
		VanguardaII			♣	♣	35	♣	♣	55,2
		Pedra Maria			♣	♣	33	♣	♣	72,1
		Margão			♣	♣	70	♣	♣	92,3
		Total Santa Margarida			♣	♣	521	♣	♣	885,8
		S.Francisco M.			♣	♣	51	♣	♣	93,6
		Albertina			♣	♣	1	♣	♣	7,2
		S.José M.			♣	♣	49	♣	♣	33,2
		S.Carlos			♣	♣	32	♣	♣	58,0
	Uba Budo	Formosa			♣	♣	27	♣	♣	55,1
		S.Nicolau			♣	♣	11	♣	♣	16,0
		Total Monte Café					171			263,1
		Pinheira	2001		♣	♣	575	♣	♣	477,0
		Laura			♣	♣	63	♣	♣	69,0
		U.Budo Velho			♣	♣	98	♣	♣	185,4
		Vila Celeste			♣	♣	103	♣	♣	154,0
		Apolonia			♣	♣	82	♣	♣	86,5
		Pedroma			♣	♣	93	♣	♣	146,4
		Sta Clotilde			♣	♣	91	♣	♣	176,6
		Clara Dias			♣	♣	105	♣	♣	164,5
		U.Budo Sede			♣	♣	143	♣	♣	234,4
		Guegue			♣	♣	95	♣	♣	197,1
		Alges			9	8	17	♣	♣	56,5

DISTRICT	Region ou	Nom de la	Année de la	Population	B E N E F I C I A I R E S			Suface distribuée aux petits agriculteurs (Ha)		
	ex-entrepris	ommunauté	privatisation		Homme	Femme	Total	Homme	Femme	Total
CANTAGALO	Água Izé	A.Izé S.	1997	2 402	83	69	152	162,4	107,4	269,8
		M.António	1997	89	18	16	34	26,0	22,3	48,2
		N.Olinda	1996	117	14	12	26	40,8	20,9	61,7
		P.Palmeira	1995	52	32	15	47	51,9	20,6	72,5
		Quimpo	1995	183	77	40	117	187,5	119,1	306,6
		Quimpo2	1999		14	5	19	30,1	6,9	37,0
		S.António	1996	112	29	18	47	62,1	34,9	97,0
	SubTotal Empresa Nova						#REF!			#REF!
	Colonia Açoreana	A.Andrad	1995		34	19	53	118,0	64,5	182,4
		A.Douro	1996		27	22	49	80,5	52,6	133,1
		B.Faro	1993		51	21	72	138,2	44,1	182,2
		C.Faro	1993		41	29	70	135,8	90,9	226,7
		Castelo	1997	123	73	37	110	184,2	90,8	275,0
		M.Belo S	1997	195	59	24	83	164,2	57,1	221,3
		M.Cana	1995		59	21	80	178,5	48,9	227,3
		M.Silva	1995		33	9	42	140,9	21,7	162,6
		O.Marim	1995		37	5	42	134,5	16,0	150,5
		V.Formos	1997	6	14	2	16	33,2	4,2	37,4
		A.Vouga	1993		12	9	21	31,9	22,6	54,5
		Amparo1	1993	88	41	7	48	219,0	24,0	243,0
		Beira	1996		17	2	19	44,3	5,0	49,3
		C.Açorea	1995	218	32	20	52	105,7	47,8	153,5
		C.Açorea	1999		19	1	20	♣	♣	18,5
	Colonia Açoreana	Caridade	1995	153	25	13	38	89,3	40,4	129,7
		Caridade2	1999		16	3	19	16,3	1,2	17,5
		S.Cecilia	1995	131	24	23	47	51,8	56,2	107,9
		S.Cecilia1	1999		10	4	14	8,8	3,3	12,1
		Micondó	1997	73	51	11	62	85,0	16,9	101,8
		A.Toldo	1994		51	10	61	147,9	26,8	174,7
		S.Francisco	1993		10	1	11	51,0	3,0	54,0
		S.Lourenço	1995	44	15	11	26	46,7	29,8	76,5
		S.Paulo	1993	43	5	2	7	21,0	5,6	26,6
		Rosalina(C	1999		8	1	9	♣	♣	10,4
		S.Jeronimo	2001		♣	♣	10	♣	♣	34,1
		Cobô Duc	2001		♣	♣	2	♣	♣	5,0

Anexo 8: Foto: Hibisco, entrevistado da Água Izé



Foto da autora

Anexo 9:Foto: Bromélia, Entrevistada da Água Izé



Anexo 10. Fichas das trabalhadoras Contratadas

Nome: **JAMBA**
 N.º em que chegou: **Agua São**
 Primeira colocação: **Agua São**
 Província de origem: **Agua São**
 Naturalidade: **Agua São**
 Idade: _____ anos nesta data. Sexo: _____
 Pai: **Dena** Mãe: **Agua São**
 Estado (a): _____
 N.º do contrato de origem: _____ de _____ da Agência de _____
 N.º de registo da Curadoria: _____ do Livro: _____

FILHOS

TRANSFERÊNCIAS

Recontros ou acordos de Trabalho

Em _____, por _____, com _____
 Em _____, por _____, com _____
 Em _____, por _____, com _____
 Em _____, por _____, com _____

(a) Acasalado ou casado com _____

Bónus, Economias e Indeminizações

SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO
 DA
 Repartição Provincial dos Serviços de Trabalho e Previdência

Nome: **JUSTINA**
 N.º em que chegou: **Roca Agua São**
 Primeira colocação: **Roca Agua São**
 Província de origem: **Roca Agua São**
 Naturalidade: **Roca Agua São**
 Idade: _____ anos nesta data. Sexo: _____
 Pai: **Roca** Mãe: **Roca**
 Estado (a): _____
 N.º do contrato de origem: _____ de _____ da Agência de _____
 N.º de registo da Curadoria: _____ do Livro: _____

FILHOS

TRANSFERÊNCIAS

Recontros ou acordos de Trabalho

Em _____, por _____, com _____
 Em _____, por _____, com _____
 Em _____, por _____, com _____
 Em _____, por _____, com _____

(a) Acasalado ou casado com _____

Bónus, Economias e Indeminizações

SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO
 DA
 Repartição Provincial dos Serviços de Trabalho e Previdência

REPATRIADO pelo n.º **Quarta**
 em **12/3/64** Rel. n.º **2571 3-2**

Anexo 11: Inquérito por questionário

DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

TEMA: DE SERVIÇOS A FUNCIONÁRIAS RURAIS: ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO DESENVOLVIMENTO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE (1950 AOS ANOS 1990).

GUIÃO DE INQUÉRITO

(O presente inquérito adequa-se ao período compreendido entre 1985-1999)

1. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS E DEMOGRÁFICAS

Local_____ **Distrito**_____

Sexo_____ **Chefe de Família** ☐

Idade_____

Tem marido_____ **Chefe de exploração** ☐

Religião_____

Etnia_____

Nº de Filhos_____

Ocupação/Profissão_____

Rendimento no período do inquérito _____

Pluriactividades, quais

- Proprietária _____
- Palayê _____
- Tem quiosque/quitanda _____
- Outros _____

2. SISTEMA PRODUTIVO

Recebeu terra? _____

Lote _____

Campo _____

Quantos hectares? _____

Teve acesso ao capital? _____

Mão-de-obra(quem ajudava nos trabalhos da terra?) _____

Tipo de Cultura/ cultivo _____

Beneficiou de insumos agrícolas? _____

Recebeu animais quando o Estado distribuiu? _____

Já beneficiou de microcrédito? Sim _____

Não_____

Tem título de posse? _____

Teve acesso à assistência técnica? _____

Teve acesso à formação/informação? _____

3. SEGURANÇA ALIMENTAR

Escoamento de produtos:

Onde costumava vender _____

Vendia tudo que levava ao mercado? _____

O que é que fazia às sobras, quando acontecia? _____

Diversificava a sua produção para o consumo ou comprava os restantes produtos para uma alimentação equilibrada? _____

Anexo 12. Transcrição das entrevistas

I) Entrevista à Munkén

Nos anos 90, eu trabalhava justamente com a associação das mulheres palaiês. Essas associações passava por MenGaí na zona Sul, Angolares onde elas tinham um grupo formado por cerca de 15 senhoras (palaiês, havia lá professoras), pessoas de vários ramos.

Essa associação tinha uma estrutura, um Conselho de Direcção, Conselho Fiscal e actividade económica delas, na altura ajudamos com o projecto de Pesca Artesanal na aquisição de uma canoa com os equipamentos apetrechos de pesca, onde elas é que faziam sua gestão.

Lá em Angolares havia mulheres que pegavam mesmo na canoa e iam também ao mar fazendo pescada. Havia senhora com essa valência.

Aquela associação era uma associação bastante dinâmica, elas depois arranjam pescador que ia fazer a pesca, trazia peixe, elas é que controlavam, faziam salário a pessoas, vendiam peixe.

Tiravam uma parte para a manutenção e capital para compra de material necessário para voltarem a fazer pesca onde a outra parte, digamos remanescente era depositada numa conta bancária. Esse é que foi o primeiro projecto. Elas vendiam pescado fresco e também congelado.

Mais tarde conseguiram com o financiamento do Fundo Japão a construção de um Centro, uma Sede. Aquele Centro já tinha compartimento onde se podia fazer a transformação do peixe em farinha de peixe, peixe salgado, nova tecnologia de fumagem de peixe. Todo esse processo elas faziam.

E como resultado dessa actividade elas conseguiram entrar na parte de criação dos animais, na criação dos caprinos. Com a criação dos caprinos conseguiram também um financiamento onde receberam um número de caprinos e com esse número de caprinos a modalidade era um grupo cuidava e posteriormente com a multiplicação desse caprino então ia-se entregar, digamos, o F1 original um grupo geria. Os F1 que são os filhos eram para ser entregues à uma outra associação. Essa é que era a modalidade. Porque o projecto financiou um grupo mas que esse grupo possa expandir para outros grupos também organizados. E assim isso funcionou durante o tempo do projecto.

E quanto tempo durou?

Aquele projecto tinha duração de três, quatro anos. Eu falo em 1990 e pouco né?

Micondó entrou aqui?

Nesse projecto financiou a comunidade de zona sul – Angolares, centro sul – Messias Alves. Messias Alves também conseguiram uma canoa onde faziam gestão e com Fundo Japão conseguiram financiamento para a construção de um bar com seus equipamentos e apetrechos (uma arca, painéis e loiças), onde as senhoras tinham duas actividades económicas que era gestão de uma canoa piroga e gestão de um bar. Na altura com assistência técnica, acompanhamento, seguimento, formação e funcionou.

Quem fazia assistência técnica?

O projecto tinha os seus técnicos. Na altura havia técnicos para dar assistência à associação de pescadores e nós que somos senhoras dávamos assistência, eu mais a outra colega chamada Ermicila Ramos. Ela dava assistência na zona norte e eu dava assistência na zona sul. Trabalhava na altura, o projecto financiou na área de Pantufo, debaixo de Micondó. Lá também tem uma associação das mulheres mas a senhora parece que morreu, a presidente dessa associação, ela morreu. Mas também havia lá uma associação das palaiês de Pantufo na mesma modalidade.

Agora, após o término do projecto, ela foram continuando na medida do possível. Há uns grupos que funcionam activamente, outros um pouco menos. Mas para caso de Angolares e Messias Alves ainda funciona.

Ainda funciona

Funciona e muito bem.

E na zona Norte tem em Santa Catarina, Micoló e Morro Peixe na mesma modalidade. Em Morro peixe também havia exploração de uma canoa e serviço de bar.

Micoló, infelizmente, no processo de gestão da canoa, foi para o mar o pescador mais o seu filho que escolheram, digamos, como funcionário dela e houve um acidente e eles desapareceram no mar. E foi aí a infelicidade da comunidade de Micoló.

Mas em Santa Catarina até agora funciona. Lá existe associação de mulheres. Elas fazem salga, eu me lembro, ultimamente fiz uma consultoria à Zatoná e à Alisei com financiamento de Padru, onde nós demos assistência a esses grupos. Padru ajudou no melhoramento de um centro de transformação do pescado de forma melhorada para a associação das mulheres palaiês de Santa Catarina já com um mercado para esse serviço no âmbito do PAM onde elas tinham a responsabilidade no fornecimento de peixe para as escolas.

Eu ia perguntar mesmo.

Sim

Esse produto que elas fazem, como é que elas depois fazem a distribuição? Depois passa outro problema, o problema da comercialização. Como ficou o factor comercialização? É só aqui dentro ou elas conseguem mandar pra fora, como é eu ela fazem?

bb

Pelo menos, actualmente essas mulheres têm uma cooperação com a Marapa sede onde elas preparam o peixe e enviam para a Marapa já preparado e tratado e a Marapa ali vende. Para outros grupos também têm o mercado que é a escola. Distribuem para as escolas locais.

Por exemplo a Associação “Tlabá só kadá té” fornece à escola de Neves e a Associação de “mulheres de Morro Peixe” fornece à escola de Morro de Peixe no momento escolar. No momento de férias por exemplo, elas salgam, transformam e vendem, têm contactos, vendem internamente. Quanto à parte de exportação eu não consigo dizer porque também já deixei de trabalhar com esses grupos.

Mas tem havido conflitos nessas associações?

Na actividade de exploração de piroga começou a surgir conflito por falta de seriedade. Os pescadores começaram a aldrabá-las. Traziam peixe e vendiam na outra praia, a metade do peixe e depois viam à praia origem com a outra metade ou as vezes sem nada porque “*ozé ê nada nadaxifá ê*” Risos. E São Tomé é pequeno, elas na sua vigilância começaram a descobrir. Esse é um dos conflitos.

Depois, sabe, onde está mulher, muitas vezes, o nível de compreensão, começou a surgir uns conflitos também. Sobretudo em Angolares a Bia foi líder durante muito tempo. A Bia foi líder e mais tarde apareceu outra organização que é GEPA. Havia associação dos pescadores e palaiês e criou-se uma organização nacional que chamava GEPA.

GEPA significa Grupo de Interesse de Pescadores e Palaiês e tinha a sua sede ali em São Pedro. Cada associação ou cada região, digamos, sul, centro, norte tinha um ponto focal e a Bia foi escolhida como ponto focal. Então, quem tinha que vir representar a zona sul era a Bia em todas as reuniões. Depois começou a ter viagens. Aí pronto é motivo de conflito porque as mulheres começaram a dizer: Ah ela vai para a reunião na cidade, ela está a ganhar dinheiro e nós estamos aqui, quer dizer que nós é que estamos a trabalhar pra ela. *Non koiêpa non fé ponxtidé*. E depois Bia tem aquela coisa, bemou mal ela fala, ela dá nas vistas. E as outras sempre : ah ela está a falar em nome dela, ela não está a representar-nos. Ela vai para a cidade quer dizer que ela está a ganhar muito dinheiro. Quando sai viagem e Bia viajou, kidalêôô. Ela é que está a viajar, nós estamos aqui só a lambar dedo pra ela, não temos nada. Fizemos ponte e aí começou a surgir conflito. Mas depois fez a selecção e escolheu-se outra pessoa. Mas esse é um dos conflitos.

Depois a gestão. Normalmente, as vezes o grupo não está preparado para gerir ainda sozinho, porque essa autonomia de gestão leva tempo e o projecto vem pra curto prazo.

Exactamente.

Aquela fase de consolidação, seguimento e capacitação, as vezes o projecto vem executa dois anos e no final é que entrega as actividades económicas. Não há tempo para formar e preparar pessoas para seguir, então o projecto acaba e as pessoas não estão preparadas para gerir e onde entra dinheiro há sempre conflito também. Quando a gestão não é transparente, quando

ela não é boa, ora porque prestação de conta. Quando existe projecto tudo isso é feito de forma regular por um técnico.

Exactamente. Depende também da preparação das pessoas. Do período de transição que não se faz praticamente.

Da preparação das pessoas, o nível das pessoas, tudo isso.

Boas práticas.

Há uma coisa que eu não sei se é da aculturação, quando existe projecto. Por exemplo eu chego numa comunidade as pessoas dizem: eh, minha gente vamos para a reunião, dona Hilária já chegou mas quando são elas mesmas a organizarem reunião elas não dão muita importância. *kengwêkus'kabi fê reunionnaí? Fulana? Fulana só kus'kábi fê reunionnaien?* Está a ver, mas é só questão de dizer dona Hilária só pra ver a importância de quem vem de fora.

A mentalidade

Sim. Mas de qualquer forma as mulheres, quando eu comecei a trabalhar, as mulheres ainda tinham muito receio em participar na reunião, de falarem em voz activa, de reclamar, de questionar, de opinar, tinham muito receio. Eram bastante inibidas, sobretudo quando os homens estivessem presentes, as mulheres mesmo não falam. Os homens é que falavam para elas. Os homens também absorviam toda palavra, eles é que sabem tudo, eles é que sabem opinar e as mulheres sentiam-se receadas e retraídas.

Exacto. Isso é uma grande conquista

Sim. Mas com esse processo de criar grupo só de mulheres, aí elas se sentem mais à vontade a falar, a revelar os problemas delas, discutir, não há receio, não há quem está a rir e havia outra coisa, as mulheres fazem reunião, digamos, meia hora de relógio, kêê, elas nunca têm tempo para assistir reunião. Têm um problema muito grave. Estão a ir cozinhar e nem estão a ir cozinhar, *uns'ká bá fê kumé d'omé.*

Aquela coisa pá. Eu dizia para elas: *n'gá tá antêTindagimagiunsánaikunancê. Un tê kumédiomépambá fê magiunsá ni stluvisu. Tudukwá tê olá dê. Ou n'gálantáplamásedufê kuméfikápêké ôunsebê zá kuma olá ku n'gáxigákétal olá n'gá fê kumépundaola de tlabásatlabá, ola direunionsádireunion.*

Mas hoje elas já assistem, já falam. Nós já temos mulheres mesmo na liderança, mesmo na associação dos homens, dos pescadores ou de agricultores, horticultores, elas já estão lá dentro. Normalmente em grande parte das associações, tesoureira é uma senhora. Confiam mais, dão responsabilidade de dinheiro à mulheres. Independentemente elas já participam nas reuniões mesmo. Outra coisa da sensibilização que nós fazemos, por exemplo quando há um seminário, uma representação que deverão vir duas pessoas, nós sempre estimulamos que deve ser um homem e de uma mulher. Elas já vêm, participam no trabalho de grupo. Mesmo

dd

que fala pouco ou fala muito a gente estimula, ela fala tendo ideias e as coisas já estão a andar mesmo. As mulheres já estão a participar bastante.

Chegamos à comunidade, fazemos exercícios, fazemos por exemplo, quadro de problemas, solução. Elas já fazem, já participam, fazemos diagnóstico rápido de participação, elas já falam dos problemas delas. As vezes os homens é que falam pra elas, elas depois dizem: não mas nosso problema não é esse. Nosso problema é esse, esse, e esse. Deixa-me falar porque nós é que temos que falar para as mulheres. Eu fico satisfeita. Risooooooooos.

No processo de desenvolvimento existem já algumas cooperativas funcionais com características mesmo de uma empresa, onde lá existem homens e mulheres. Temos o Cecaq-11, por exemplo, que é uma cooperativa formada por várias cooperativas de base onde a actividade económica também é visível e sustentável.

Cecaq é...

Cecaq é cooperativa de cacau de qualidade. Começou com onze comunidades mas hoje já tem muito mais do que onze, por isso é que ficou com o nome de Cecaq-11.

Cecab é que substituiu Cecaq?

Não. Cecab é a cooperativa de cacau biológico.

Isto é de cacau de qualidade

Sim de cacau de qualidade. Existe também cooperativa de baunilha e pimenta, também é outra que faz exportação. Essas três já exportam os produtos, em que as pessoas entregam o seu produto e no momento recebe o valor e posteriormente recebem a outra parte. Essa parte vem em retroactivo digamos. Quando as pessoas recebem esse retroactivo animam e sentem que recebem dinheiro duas vezes. Por exemplo eu entrego o meu cacau e o cacau é avaliado agora em goma por tanto e eu recebo. Depois esse cacau é seco lá na comunidade em que eu também tomo parte na secagem do cacau, no tratamento, na conservação, na fiscalização porque eu também tenho lá. Depois o meu cacau é calculado a sua percentagem depois de seco, qual é a margem que eu devo receber e isso pode levar quatro, cinco ou seis meses. Quando vem o dinheiro, eu já tenho dinheiro para comprar minha geleira, eu já tenho dinheiro para comprar minha cama, eu já compro meu colchão, já compro minha motorizada e ponho na praça. Grande parte das mulheres têm moto na praça, têm negócios. Há mulheres que têm carro. Essas lá da roça têm casas aqui na cidade, boas casas

Têm casa aqui na cidade.

Têm casa

Dizem que deixaram roça

Não deixaram roça

Quer dizer, não deixaram a roça?

Acumulam o produto, vão lá mesmo, trabalham e ficam lá. Amanhã carrinha vem e trazem uma carrinha de banana para cidade. Saem de lá uma hora da madrugada, entre três e quatro horas da madrugada estão aqui no mercado. Ficam no mercado e vendem. A tardinha vão dormir aqui em casa delas, há quemtem em Água Arroz. Uma senhora de Angolares tem uma bruta casa em Água Arroz. A outra senhora tem casa em Santo António, outra tem não sei aonde. As senhoras não estão para brincar. Vêm, ficam aqui na cidade uns dias, vendem, recolhem dinheiro, compram cerveja, compram vinho, compram colchão, compram, coisas, sobem e vão lá vender, fazem negócio. É assim

Sim senhor.

Sim. É assim. Relativamente a PNAPAF, trabalhei no projecto PNAPAF e esse projecto também trabalhava com agricultores, trabalhava com grupo de mulheres. Nesse projecto tinha também uma parte que nós chamávamos promoção de género em que nós trabalhávamos com as mulheres concretamente na sensibilização, mesmo na gestão das actividades, mesmo na apropriação dos serviços comunitários, na gestão de parcela. A senhora acredita que ainda havia mulheres com sua parcela de terra? Quer dizer, como se diz, chefe da família mulher, quem tem título de posse de terra é mulher porque ela é que trabalhava. Após o processo da privatização ela é que tem sua terra. O marido considera agregado porque ele não trabalhava, ele não tem direito. Ela vai para o mato, ela parte cacau com os filhos, carrega e põe na estrada e ele é que vende. Roça é dela, ela é que trabalha, ela é que cuida porque ele é para estar no quintal a jogar bisca, na bebedeira, quando vem para a cidade fica com outras mulheres na cidade mas o dia de quebra ela vai ao mato, ela quebra com os meninos, carrega de seja lá onde for até a via de acesso e ele é que vende. Ele é que pára ali e quando chegar o carro de compra ele é que vende porque ela não sabe vender, porque vão enganá-la, ela não sabe ver balança.

Mas francamente...

E depois de vender ela não tem que saber quanto é que deu. Ele só sabe é vir pra baixo. Já vendeu, ele vem pra baixo. Ela é para lavar os baldes, organizar tudo porque ele vem pra baixo e volta amanhã ou depois de amanhã. Isso ainda acontecia mas hoje, hummmm, mesmo se acontece é muito pouco.

Olho já abriu...

Já. Olho já abriu. Toda gente já conhece balança, toda gente já sabe como é que se guarda dinheiro.

Hoje toda gente vai para a escola

É érisoooooooooss.

Elas têm filhas que estudam, investem.

Não, e outra coisa, têm filhos, há centro de formação aí de agronomia, grande parte de alunos lá são filhos de agricultores. Estão a estudar, estão a formar

Exactamente. Estão a investir sério nos filhos para as ajudar

Sim. Muitos agricultores têm bruto carro. Aos domingos os agricultores vão ao lote de carro. Em Bom Sucesso, são vários, carro e moto. Ele vai, estaciona seu carro, põe a sua roupa normal, entra, trabalha. Primeiro o senhor levanta três horas de madrugada e faz uns dois fretes

Hum! Sá djêlo, sámom zá ô...

Exacto. Isso é para comprar combustível. Então, ultimo frete sobe, deixa pessoa na Trindade ou aonde for e vai embora. Estaciona carro, trabalha, toma banho lá, muda roupa e entra carro. Eles trabalham até 13, 14 horas, máximo. Vai pra casa, descansa. Lá pra 16 ou 17 h assim xiii praça. Essa gente a andar a pé assim, uns fazem mas grande parte já vai no seu transporte, motorizada ou carro, táxi. Neste momento estou em Bom Sucesso, Saudade. Há dias o carro foi para Bom Sucesso e foi para Saudade para me apanhar. Terminou a reunião e os meus colegas não vieram, o senhor presidente da associação de agricultor disse: olha, dona eu vou pra baixo porque vou meter o carro na oficina. Homem me deu boleia e eu disse: sim senhor. Deu-me boleia, o agricultor. Muitos têm carro, quer dizer que é sinal de desenvolvimento, muitos já têm uma geleira, têm uma casa organizada, já se vê sofás nas salas, têm energia, quando for uma zona que tem acesso a energia tem energia e uma casa mesmo de um nível razoável, não é aquela coisa de escravidão.

Casa pintada, já não é casa comboio

Não.

Só se for aqueles muito preguiçosos

Sim. Mesmo aquele que for casa comboio já ampliam mais um bocado para trás, reabilita, dá jeito, sala tem sofá, tem geleira, aparelhagem com coluna, quêi bumbum

Com sebúfer

Sim, sim.

Também no âmbito do projecto PDSA – Projecto Descentralizado de Segurança Alimentar é um dos projectos em que eu trabalhei, esse projecto tinha como vertente apoiar os horticultores no processo de transformação de produtos.

Projecto de...

Segurança Alimentar

Segurança Alimentar. A sigla era PDSA, Projecto Descentralizado de Segurança Alimentar “PDSA”. Apoiava os transformadores e os horticultores, Os horticultores, o projecto apoiava na organização

Era financiamento de quem?

Era União Europeia.

PNAPAF era financiamento de quem?

Fida. Pesca foi financiamento do Fundo Japão

O PDSA, projecto que apoiava os horticultores na aquisição de sementes melhoradas, nas novas técnicas de cultura, na organização, na gestão e também tinha como um dos objectivos implementar a cultura de mandioca ao nível de S. Tomé porque uma das vertentes do projecto era transformação de farinha de mandioca em boas qualidades na qual esse projecto apoiou na construção da fábrica de transformação de farinha na comunidade de Margarida Manuel onde existe uma cooperativa denominada Nova Luz. Esta cooperativa tem cerca de 40 pessoas na qual deve ter cerca de 4 ou 5 homens, restante são as mulheres. É uma comunidade genuína de farinha de mandioca onde 90% digamos da família vive da transformação de farinha de mandioca. Na altura, antes do projecto as pessoas faziam farinha de mandioca sim mas de uma forma muito rudimentar através de peque, mulheres levantando pedras pesadas, a ralar leva 2 dias e por no peque leva 1 dia para o outro 2 dias e as condições precárias, a ralar assim a mão, onde elas tinham acidentes, cortavam dedo, as unhas, ferimentos. Mas com a implementação do projecto introduziu-se nova tecnologia de forma semi industrial onde arranjou-se um aparelho chamado prensa. Aquilo que faziam em 2 dias, a prensa fazia digamos em 30 ou 20 minutos. Para prensar 100, 200 quilos de farinha, dentro de meia hora de relógio já estava prensado. Um saco de mandioca que elas levavam 4 ou 5 horas para ralar, o ralador automático já ralava em 10 minutos. Daí que facilitou bastante o serviço daquelas pessoas, independentemente disto vieram os técnicos brasileiros dando a formação do uso correcto da mandioca., onde se aproveitava a mandioca 100%. A começar da primeira casca que servia para fazer ração de animal, a segunda casca dava para fazer palito salgado como aperitivo, a própria mandioca que dava para fazer farinha, dava para fazer o pão com aquela farinha leve, tapioca, bolos, uma série de produtos transformados, até a folha consume-se. Quer dizer, o aproveitamento a 100%. As senhoras já sabem fazer biscoitos com a farinha de mandioca, pão de farinha de mandioca, bolo de farinha de mandioca, vários produtos de farinha de mandioca e vários tipos de farinha de mandioca, várias qualidades de farinha de mandioca.

Esse projecto veio a melhorar essa comunidade, independentemente do apoio directo houve apoios indirectos porque a comunidade não tinha água canalizada e com a intervenção do projecto foi-se buscar água no depósito e canalizou-se água para a comunidade. Com a intervenção do projecto a comunidade não tinha uma boa qualidade de energia, digamos aquela energia que nós chamamos de pau de fogo. Para comerem na mesa tinham que pegar vela mas o projecto ajudou no melhoramento do reforço de qualidade da energia que abrangeu

hh

a toda a comunidade. Hoje em Margarida Manuel já tem boa energia e com a visibilidade do projecto trouxe o projecto também para a construção da estrada de Margarida Manuel que está em curso.

Aquela comunidade foi uma comunidade esquecida segundo eles, ninguém lembrava daquela comunidade mas depois da entrega do projecto já deu uma grande visibilidade.

Aquela fábrica, não sei se a dona conheceu mas é bom ir visitá-la. É uma grande fábrica

Eu tenho que a conhecer.

Mas infelizmente o projecto teve 2 anos, 30 meses de execução e as obras ficaram prontas quando faltava cerca de 4 meses para o término do projecto, não houve tempo suficiente para fazer aquele acompanhamento desejável. Daí que a fábrica funciona mas talvez não com aquela dinâmica, funciona a meio gaz e outra coisa com o aparecimento do projecto as novas tecnologias hoje na comunidade muita gente já tem semelhança daqueles equipamentos em sua casa. As pessoas melhoraram o seu forno, as pessoas adaptaram aquele ralador eléctrico, as pessoas já têm ralador eléctrico, o sistema de forno mais adequado com maior qualidade, mais rápido, algumas pessoas já têm. O sistema de prensa, algumas pessoas já têm, daí que houve desenvolvimento para a comunidade.

Em termos de conflito, existe lá conflito porque é uma comunidade um bocado difícil em termos de relacionamento. São aquelas pessoas que entendem que não devem apresentar os dados por exemplo. Se perguntarem quantos quilos de farinha que a fábrica faz acham que se está a interferir no seu assunto pessoal. *Axiemnen tem kabá fé mandjocapainemtem n'ganhádjêlu. San sé kukabinaísapundá a flákumafablika sé sadjisan. Inenkábitomá non fablika sé.* Quer dizer, portanto, nós que trabalhávamos tínhamos que tirar os dados das informações sobre a produção. Mandioca para entrar na fábrica tem que ser pesada. *Kê, non nakapô pesá fá.*

Outra coisa que nós pensamos introduzir que comprassem a mandioca por quilo. Elas vão ao campo e comprem um saco de mandioca por um preço mas a dona vê esse saco representa 2 sacos. Aquela gente explorava agricultor por isso é que o agricultor não plantavam mandioca. Elas colocam mandioca de pé e o saco vai até lá em cima, 1 saco representa 2

Ou seja, dados reais, nada

Nada. E nunca aceitaram em pesar. Nós tentamos introduzir, tentamos sensibilizar falando da importância, nada. Porque se eu pesar como é que um saco vai até lá em cima? *Inemkápêmunjadu*, vai até lá em cima e agricultor nem tem palavra. Depois elas fazem assim, elas é que comprem aquilo que elas preferem comprar. Aquelas assim pequenininhas elas dizem que não serve, deixam lá no chão. Mas no fundo, no fundo o senhor tem que distribuir pra elas. Elas ainda apanham tudo gratuitamente. A seleccionar para por no saco não serve mas para levar de forma gratuita já serve.

Mentalidade

É. Esse é o problema daquele grupo. O grupo existe, a fábrica está lá, existe a cooperativa, apresentam nas exposições, na feira. Tem lá uma senhora muito activa que é tesoureira, ela chama-se Olinda. Ela é agente de saúde comunitária e tesoureira. Presidente nesse momento é um senhor, mas a secretária é uma senhora, vogal é senhora, conselho fiscal tem lá senhora

Como é que se chama a responsável?

A responsável é a senhora Olinda. Ela trabalha no posto médico de Caixão Grande. Ela é tesoureira do grupo. O presidente chama-se senhor Guilherme.

Portanto, eu na minha opinião de acordo aos resultados eu diria que o resultado é positivo, embora lento mas é positivo.

Sim. Em maios ou menos 20 anos há um progresso que se fez.

Sim. É um progresso que se fez e está se fazendo porque em tudo já se vê mulheres.

Filipina, também lá existe uma associação de pequenos agricultores, tem cacau biológico e tem associação de mulheres, também com mulheres activas. Elas fazem parte do cacau biológico, elas faziam gestão de uma loja comunitária, não sei se essa loja ainda continua ou não mas fizeram vários anos, elas também tinham como actividade económica, criação de cabras. Deixaram devido a questão de roubo. A questão de roubo é que tem perturbado o sistema de criação de animais no seio do grupo de forma colectiva. Mas é um grupo dinâmico, líder é uma senhora chamada Alexandra, ela é professora de matemática na Trindade. Ela é agricultora, muito dinâmica, aquela agricultora activa, trabalha, tira cacau com gancho. Ela é tesoureira daquela organização. Foi naquela altura, agora não sei se ela ainda continua como tesoureira.

Eu vou falar até os finais dos anos 90, então acho que isso abarca bem.

Há também algumas comunidades também com associações que tem mulheres. Temos a comunidade de Blublu.

Estive a ver relatórios e os franceses falam muito de Blublu.

Neste momento a presidente da associação dos horticultores é uma senhora. Ela chama-se Antónia Carlos. É uma senhora dinâmica e todo mundo houve dela. Ela até me dá piada. Ela é ditadora.

Eu não quero ouvir, eu é que tenho que falar ou vocês escolheram-me como presidente ou não. Se não querem ouvir de mim diz-me que a partir de hoje já não sou presidente. Se me escolheram como presidente, eu tenho que falar e vocês têm que ouvir. Essa aí eu tenho até o contacto dela porque trabalhamos recentemente e se quiser falar com ela, ela também tem boas informações porque ela já trabalha há muitos anos. A cerca de 5, 6 anos que ela é presidente. Têm lá até moto carrinha da associação que fazem a gestão, têm conta bancária. Ainda no ano passado tinham cerca de cento e tal milhões na conta. Contaco dela é 9906825, Antónia Carlos mais conhecida por Toninha, ela vive em Bôbô Forro.

Portanto já não é aquela escravidão de só tomar porrada, umas ainda tomam mas a percentagem já é baixa.

Outra coisa, vão à missa aos domingos, socializam e outra coisa importante é que fazem xiquilá entre elas. O xiquilá também tem ajudado bastante. As vezes fazem xiquilá de um milhão cada pessoa, as vezes 2 milhões e o resultado do xiquilá há sempre uma planificação. Eu recebo 10 milhões ou 15 milhões e pego e compro tal coisa.

Dona Hilária, foi formidável.

II) Entrevista à Margarida

A sua terra lá em Cabo Verde, donde é que veio?

Como é que foi recrutada? Quem a recrutou para vir para São Tomé?

Já esqueci o nome de quem me contratou.

Mas não faz mal.

Primeiro a gente deu nome para contrato e dias depois chamaram para saber em que dia a gente embarcava.

Nessa altura tinha quantos anos?

Eu tinha 17 anos mas incompleto. Vim completar 17 anos aqui.

Nasceu em que dia?

Nasci em 1 de Maio de 1941

Qual é a sua cidade, sua zona lá em Cabo Verde?

Ribeira Grande, freguesia de São Crucifixo.

São Crucifixo?

Sim, freguesia de São Crucifixo.

Isso é aonde? Isso é Cidade Velha?

Não

Não é Cidade Velha?

Não. É Santo Antão.

É Santo Antão, ahnahn, ok.

Pode continuar dona Fátima

Depois gente embarcou oito dias no mar.

Oito dias?

Oito dias e oito noites.

Lembra-se do nome do barco em que veio?

Barco Benguela em 1952. Nós viemos e chegamos no porto de Fernão Dias e desembarcamos.

Sabe quantas mulheres vieram?

Não, não me lembro. Eram muitas mas eu não sei.

Desembarcamos e fomos directamente para a roça Rio do Ouro.

E quem foi busca-los?

Foi camião da roça

Lembra-se quem era administrador na altura?

Patrão né

Sim, o patrão

Era o senhor Fonseca.

E como é que foi a recepção?

Fomos para o hospital onde ficamos onze dias

Meu Deus!

Depois de onze dias eles repartiram-nos cada um para seu lugar. Uns para Diogo Vaz, outros para Bela Vista, outros para dependências daqui. Cada um para seu lugar, tantos para aqui, tantos para lá. Depois começou-se a trabalhar.

Como é que foi a distribuição para trabalho?

No grupo de trabalho. Se for quebra é quebra, dia que é quebra é quebra, dia que é capinação é capinação, dia de apanhar cacau é apanhar cacau. Fomos onze mulheres, cada uma com seu saco, gancho para ir apanhar cacau. Apanhamos hoje e apanhamos amanhã e no dia seguinte mulheres refilaram. Refilamos que não podemos apanhar cacau porque não somos homens, nós temos direito de quebrar cacau. Não, onze mulheres não, vinte e cinco mulheres, vinte e

cinco mulheres, tomamos ferro e saco e fomos para cruz. Fizemos uma formatura à espera de carro, ou para ir a pé porque carro não tem. A gente tinha que ir a pé. Ficamos lá, ficamos lá e depois o guarda foi dizer patrão que nós não fomos para o trabalho, que ficamos na cruz à espera para ir para a Curadoria. Patrão mandou guarda ir buscar-nos, obrigatoriamente pra vir mas ele não bateu ninguém. Graças a Deus ele não bateu ninguém. Porque ele nos compreendeu porque se não queríamos trabalhar esse hectar que devíamos falar com ele porque ele é que é patrão. Naquele dia já não fomos para o trabalho. Noutro dia como vingança mandou-nos para esse hectar outra vez, tomamos saco e ferro. Nós trabalhamos, apanhamos cacau. Quando terminamos o dia mandou chamar-nos todas nós mulheres para ir responder no armazém. Deram-nos meio litro de vinho a cada pessoa e mais quê? Tomou ferro e recolheu tudo e pôs no armazém. No outro dia chamam-nos para quebrar cacau. Nunca mais mulher em Agostinho Neto, na roça Rio do Ouro apanha cacau mais.

Nós quebrávamos cacau mas apanhar cacau no pau, mulher não, só homem. Porque dissemos ao patrão, apanhar cacau é homem e nós mulher quebramos. E ele aceitou. Todas as mulheres contratadas que vieram atrás de nós em 57 não colheram cacau mais. Noutras roças não sei mais aqui em Agostinho Neto não. Rio do Ouro não. Continuamos a trabalhar até o contrato acabar.

Qual era o tempo de contrato dona Fátima?

Três anos. Quando o contrato acabou tinha aquelas coisas de acordo, eu e o meu marido tomamos um ano de acordo, acabou e depois liberdade entrou e já não tinha acordo mais. Quem queria ir para Cabo Verde vai e quem não quer trabalha. E nós ficamos aqui na terra até hoje com todo sacrifício. Eu ainda me lembro quando estava grávidadesse rapazinho, esse mulato, de oito meses eles chamaram-me para ir trabalhar lá na galinheira, lá em casa de patrão. Trabalhei 18 anos lá.

Dezoito anos

Dezoito anos lá na galinheira a criar galinha. Tinha cinco, seis repartições de galinha.

Quem mandou levar dona Fátima para galinheira?

Quer dizer, hummmm

Quem é que mandou? O patrão é que mandou?

Por causa da gravidez ou decidiu mesmo?

De nada. Quer dizer havia uma senhora que trabalhava e estava a ir para Cabo Verde então eu a substitui no lugar. Lá trabalhei dezoito anos na galinheira. Lá fiquei particular. Saia de minha casa ia para o trabalho. Trabalhava dentro da minha casa e já não misturei com ninguém nem no trabalho e nem nada até que entrou a liberdade. Veio a independência e não trabalhei mais no mato. Trabalhei no secador, cozinheira de trabalhador, trabalhava particular, chamavam-me para ir apanhar café, para fazer qualquer trabalho, limpeza na porta de

mm

escritório. Nunca mais trabalhei no mato. Trabalhar no mato foi muito pouco. Depois quando tinha 2 filhos, não tive três, nós lá na cocheira, no armazém grande para quebrar cacau. Eles carregavam no tractor e fazia grande monte de cacau. Hoje todas as mulheres vão quebrar cacau. Eu lá a quebrar cacau já com oito tinas a virar no carro chegou o chefe : então, oh Fátima, quantas tinas diz ele? Chefe eu tenho oito tinas e a nove está quase cheia. Era cerca de dez horas e tal eu a quebrar cacau. Melhor trabalho que eu queria em S. Tomé era quebrar cacau, é bom.

Rápido

Então ele chegou.Então dona Fátima?

Chefe

Gosta de comer galinha?

Eu disse: sim senhor. Eu quando crio minha galinha, eu como mas de gente é que eu não como.

Ele me disse: arruma, vira cacau no carro e vai lá responder o senhor Teixeira que fazia trabalho no galinheiro. Então, fui acompanhar o senhor Teixeira e ele me disse: olha, você vai ficar no lugar de Margarida que está a ir para Cabo Verde. Fiquei dezoito anos a trabalhar na galinheira. Quando entrou essa revolução é que eu saí de lá. Porque tinha morrido dois meninos lá e eu já estava angustiado. Havia galinha, peru, pato, coelho, pavão, pato ganso, todos esses bichos, nós eramos duas mulheres que tomava conta deles.

Meu Deus! Vocês eram duas?

Saia, entrava, saia e entrava. Só galinha era novecentas e tal, 700 perus, fêmeas e machos, patos não sei, eram 300 patos. Lá era cheio de animais mas quando entrou a revolução que correram com o patrão na roça, entraram na galinheira, eu não sei quem é. Eu sei que é jeep, um era preto e outro era verde, dois jipão, vinha com aquela tropa de gente ou dos homens, entraram na galinheira, usurpavam só, galinha, peru, pato, tudo, tudo e enchia jeep e iam embora. Eu vim chamar senhor Roncon que ficou no lugar de administrador daqui e senhor Roncon dizia-me: oh Fátima, deixa-lhes levar para não nos matarem.

Doutora, eles iam hoje ...

Dia seguinte voltavam?

Dia seguinte não. Três, quatro, cinco dias, eu chamava senhor Roncon e ele me dia: deixa eles levar. Dona sabe, 700 e tal perus, quanto ficou na galinheira? Cinco perus, um macho e quatro fêmeas. Levaram todo. Levaram todo que eu não sei quem é. Eu só via cara de gente mas quem que é eu não sei. Eu não lhes perguntei nada e nem falei com eles porque homem que era responsável da roça disse para deixar para não lhe matar, eu é que iria falar com eles?

Exactamente

nn

Doutora, eu apanhei um desgosto

Desgosto sim. Trabalho de dezoito anos

Ainda os meus filhos tinha morrido naquele tempo lá e eu ficava com esses meninos lá. Era medo que eu tinha. Eles tinham morrido de um mês. Não sei se a doutora está a lembrar de uma doença que veio para aqui, era sarampo que matou muitas crianças depois fiquei assim. Já com aquele desgosto. O senhor Roncon mandou-me ficar lá a tomar conta das coisas porque eu já não estava para ficar lá.

Um feitor que estava aqui chamado Pastor, ele era homem antigo da roça veio três vezes aqui me chamar e eu não. Doutora até hoje. Naquele tempo, em 75 eu fui fazer uma operação e passei mal, comecei a sentir mal. Desde daquela altura fiquei sem saúde. Eu disse que estava a sentir mal, não estou poder trabalhar. Senhor me dá férias e depois de eu ficar com saúde volto para trabalhar. Fiz papel e entreguei. Doutora, até hoje nunca mais trabalhei nem para Estado, nem para patrão e nem para patroa.

Doutora trabalho em minha casa

Porque era isso mesmo que eu ia perguntar. Depois dessa revolução se dona Fátima ainda continuou trabalhando?

Não. Já não

Depois da revolução, depois daquele problema

Depois da revolução não. Depois de saída de lá ainda trabalhei alguns meses do mesmo ano. Depois que pararam trabalho na roça eu tinha ainda três anos de trabalho e quando fui tomar reforma eles não me deram dinheiro.

Até hoje?

Doutora escuta, eles não me deram dinheiro porque se eu tivesse reforma guardado, se eu tivesse trabalhado muito antes, depois de trabalho eu encontrava dinheiro no fundo mas como trabalhei só três anos, recebi só cento e vinte contos. Antes a gente não tinha reforma, trabalhava até morrer. A gente começou a ganhar reforma depois da revolução.

Xê, esse trabalho todo que se fazia no tempo colonial não havia reforma?

Não. Não tinha reforma. Depois da revolução é que se começou a trabalhar para a reforma. E quando eu fui para Assistência Social, a senhora me disse: a senhora não trabalhou para reforma, só são três anos.

Primeiro veio um grupo que disse que eu não tinha trabalhado para reforma e que eu não tinha reforma.

Seu marido também?

Não. Meu marido não. Meu marido reformou na hora porque ele mais velhos dez anos do que eu. Depois eu disse: eu não tenho reforma depois de tanto trabalhar nesse mundo de S. Tomé, eu não tenho reforma?

A gente deve ter um padrinho na cozinha, dona deve conhecer, filha de dona Alda de Guadalupe, mulher do senhor António.

Sim, sim, sim

Alzi....

Vivi, filha da dona Aida

Dona Aida. Ela veio: oh dona Fátima então? Eu estou aqui porque vim tratar da minha reforma e tem um grupo de homem e mulher disse-me que eu não tenho direito à reforma. Ela me disse: espera, espera. É muito amiga.

É uma pessoa fabulosa

Trabalhamos como família, então ela foi para dentro e veio com dois papéis e chamou-me. Dona Fátima parou trabalho porquê? Eu parei trabalho porque estava doente e pedi uns meses de férias para descanso e já não continuei a trabalhar lá mais. É por isso que eles estão a dizer que eu não tenho reforma, porque quem não trabalhou para reforma não tem reforma. Então ela foi, bateu papel, bateu papel, isso foi em Janeiro e em Março ela disse para eu ir receber e encontrei minha reforma até hoje.

Graças a Deus

Mas eu fui única mulher de Agostinho Neto que tomou reforma por causa disso. Se eu não tratasse não dava, eu não encontrava reforma porque quem eles estão a dar reforma é quem que trabalhou depois da revolução.

Primeira vez que eu tomei consciência disso.

Não tinham reforma, todos os coitadinhos velhos que encontrei aqui a trabalhar, trabalhos juntos não tinham reforma.

Havia uma ordem que quando já não se pode trabalhar manda lá para aldeia, mandava lá para bairro. Nós caboverdianos não tínhamos bairro ficava por aqui até morrer. Antes não havia reforma. Dona pode perguntar qualquer pessoa. A reforma entrou depois da revolução.

Trabalhava até ficar velho e quando não pode

Esses brancos fizeram muita coisa

Muita coisa mas o que é que a gente faz?

O que eu queria perguntar dona Fátima é: as mulheres quando ficavam grávidas como é que o patrão lidava com isso? Vocês trabalhavam até ao parto ou como é que é? Havia assistência médica?

Não tinha assistência médica.

Não tinha.

Eu pelo menos, nunca. Durante as minhas gravidezes, doutora eu ia tirar dez tinas de cacau, vinha para casa, tomava banho, fazia jantar, dava-me dor de parto e eu ia para o hospital.

Credo

Sim senhora. Ou de dia ou de noite ou quê, não tinha nem um dia de descanso

Nem férias, nem nada

Nem férias, nem nada. Férias depois. Doutora sabe eu cheguei aqui em 57, até 64 é que eu tive férias de parto, quer dizer, depois de parto. Antes do parto, não.

Só depois

Depois do parto é que estive um mês em casa que é José. Primeira férias de parto que eu tomei foi no quarto filho. Saía do hospital, sete ou dez dias conforme a caída do umbigo, de seguinte vai para trabalho. É por isso que eu provo que nós todos que criamos e estamos aqui até agora recorda bem isso.

E dona Fátima assistiu nas mulheres castigos corporais?

Não

De que patrão batia mulheres?

Desde que eu cheguei aqui não vi isso. Oh, se eles tivessem ordem de bater, naquele dia que nós formamos grupo para ir para Curadoria eles matavam-nos, mas nem um dedo não pôs. Só que patrão prometia mulher de praia bofetada, essas mulheres bem rebelada, essas negras dizia: patrão dá, dá bofetada aqui na cara. Onde é que patrão dá?, com essa correria, patrão podia ser punido. Naquele tempo era assim. Patrão já não batia. Nem patrão, nem branco e nem nada. Só que malcriação, algumas pessoas malcriadas levavam palmatória, mas sendo outra coisa, não. Caboverdiano que chegou aqui em 57, nem mulher e nem homem tomou porrada porque trabalha. Só se roubar.

Dona Fátima assistiu por acaso algum conflito entre maridos das mulheres que viviam aqui e patrão? Por exemplo se a mulher era muito bonita e patrão desejava mulher do outro. Aconteceu aqui?

Porque eu fiz entrevistas em Água Izé que há mulher que contou que marido foi corrido de lá porque o patrão gostava dela e fez tudo para empurrar marido de lá.

Doutora, isso até aconteceu comigo. Eu não era bonita mas eu era limpinha. Aconteceu comigo mas não deu nenhum escândalo.

Primeiro, senhor enfermeiro, era senhor Alcídio, mas esse nome não precisava pôr

III) Entrevista à Aniz

Porquê que patrão não deixou?

Patrão estava para me levar mas mãe não deixou para me levar.

Ficou sozinha?

Fiquei com mãe mas depois ela morreu. Pai estava para levar, branco não deixou, dono de empresa não deixou pra levar, disse pra ficar

Pequenina?

Sim. Nós eramos 4

Mas como é que se chama?

Alberta

Ficou pequenina e quem tomou conta de si?

É mãe. Pai quando foi era para nos levar mas o branco não aceitou, disse para ficarmos. Outros estão em Lisboa e eu fiquei aqui sozinha

O que é que fazia no tempo de branco?

Fazia trabalho em casa deles mesmos

Trabalhava em casa deles como criada?

Sim. Trabalhava na cidade e vinha da cidade pra aqui. A minha mãe estava doente e vim fazer trabalho dela e não podia ficar na cidade mais.

E, diz-me, fazia o quê em casa do patrão?

Fazia trabalho de limpeza em casa

Tomava conta de crianças também?

Sim Na cidade eu tomava conta de criança e aqui na roça eu fazia limpeza

Ah, eles tinham casa na cidade e aqui?

Quando eles saíram daqui fora se embora para a cidade

Mas nunca trabalho na capina?

Fiz trabalho de capina e tudo e depois saí daqui e fui-me embora

E colheita de cacau, também fazia?

Quebra de cacau fiz bastante. Muito mesmo no mato.

Quanto é que ganhava?

Dinheiro era muto pouco

Quanto é que eles davam na altura?

40 contos ou não sei quanto lá

Dona Fátima disse 40 escudos

É ele mesmo

Vocês conseguiram a reforma?

Agora estão a nos dar reforma

Conseguiram reforma agora?

Sim.

Depois da independência o que é que começaram a fazer?

Depois da independência eu estava a trabalhar no hospital como lavadeira.

Tem lote? Conseguiu algum lote?

Nada, Ninguém. Eu não consegui lote porque eu estava no hospital e não me deram

Nem lote e nem campo?

Não. Campo não tenho. Campo é do meu filho que eu estou a lutar com ele um bocadinho

Alguma vez tomou chapada de branco?

Eu! Não. Nunca. Nem um dia

Graças a Deus. Não, porque em Água Izé há pessoas que me disseram que tomaram chapada.

Há gente que tomou sim mas é muito pouco, eu nunca tomei.

Dona Fátima também disse que aqui era raro. E a minha mamy, como é que se chama? Deixa ela passar para este lado para ela ficar mais perto de mim.

De casa é Ninha.

Não de sair

Meu nome da igreja?

Sim

Germina

Germina mais conhecida por Ninha né?

Germina Mendes Sequeira.

Quantos anos dona Ninha tem? Quando é que nasceu, Sabe? Lembra-se?

78 anos

Lembra-se de onde é que veio? Qual é a sua cidade lá em Cabo Verde?

Vim no barco Quanza

Mas onde é que nasceu lá em Cabo Verde?

Nasci na Praia, lá em Zorgo

Zorgo?

Sim

Esse bairro existe até hoje? Nunca mais foi para Cabo Verde?

Eu? Se não fui?

Sim

Fui sim. Eu trabalhava em Água Izé fui e voltei.

Ainda tem família lá?

Em Cabo Verde? Minha gente já morreu quase toda. Alguma família assim, já não conheço. Só tenho lá uma sobrinha. Não tenho nem madrinha, nem padrinho, nem tia, nem avó.

E veio para aqui muito nova? Quantos anos tinha?

Era com 16 anos ou 15, ou 18 ou quê, eu não sei. Mãe morreu e deixou-me pequena. Nós éramos 3. Pai morreu, mãe morreu é que vim para S. Tomé. Mãe e pai não vieram para S. Tomé

Veio sozinha ou com um irmão?

Não. Com namorado.

Ah veio com namorado?

Namorado é que me fez conhecer S. Tomé

E vocês têm quantos filhos?

5 filhos. Eu tinha 6 mas um foi para Cabo Verde e morreu lá.

7 filhos? E marido ainda vive? E ele está aqui?

Marido morreu. Estou sole há muito tempo. Há mais de 30 anos sole.

E diz-me uma coisa, quando veio começou a trabalhar o quê?

Aqui em Agostinho Neto?

Sim

É capina, é tirar cacau. Cada hora um trabalho. Colhia café, várias qualidades, tirava capim para boi. Tudo eu fazia. Capinei no parque, capinei no hospital, no jardim. Era só trabalho.

Nunca trabalhou em casa dos patrões?

Não. Não

Quantas tinas de cacau tirava por dia?

Por dia eram 10 tinas de cacau. Enquanto não acabar não vem pra casa.

Meu Deus! Grande trabalho.

E a que horas começavam a trabalhar?

Seis horas a gente já saía de casa. 6h30m para estarmos no armazém de ferramenta

Até que horas?

Que a gente sai do mato?

Sim

Até cacau acabar no chão é que saímos do mato e se não acabar não saímos. Se não tira, não se ganha dinheiro inteiro.

Mesmo se fosse escuro?

Não. Se for escuro não. Por volta das 14 h assim ou 15 h a gente vem.

E se chovesse?

Se chover tem que se trabalhar com a chuva, cai com a tina de cacau, nada acontece

E quando ficava grávida, tinha que trabalhar na mesma?

Grávida agora é que é trabalhar próprio

Sem férias?

Férias, quando a gente tem um ano e quitação férias. Mas por exemplo se a gente tiver dias de falta, tudo é descontado.

Meu Deus

Ai, humm, não há descanso. Olha só para os meus dedos, é só por causa de cacau, agora é que está a sair para fora. A gente fazia pano para colocar o dedo e depois para tirar cacau

Meu Deus. Porque dedo já estava todo maltratado.

Foram quantos anos de trabalho?

Já não sei quantos anos

Já não se lembra de quantos anos. Mas foram muitos anos

Muito, muito, muito

Meu Deus! Havia hora para almoço?

Almoço? No cacau não tem hora para almoço, Não havia tempo para se sentar e comer. É só quebra. Trabalhei muitos anos em S. Tomé. Maioria de filhos pari em Agostinho Neto e só um em Cabo Verde. Eu fui grávida dela. Ela é aleijada de mão e pé, fica só sentada. Eu é que lhe dou banho, penteio.

Até agora?

Até agora, eu é que faço tudo. Ela não faz nada, só fica sentada.

Meu Deus! Mas fala?

Ela fala mas nem nome das pessoas do quintal ela consegue falar tudo. Ela sofre de ataque.

Ataque até hoje? E dá comprimidos todos os dias?

Quando a lua já está um bocadinho grossa ela começa a ter ataque

Meu Deus! Uma pessoa vive uma vida..., não é fácil não.

Mas quê que eu queria perguntar?

É, no fundo é isso. Eu queria saber um bocadinho como é que vocês viveram

Dr^a não perguntou se elas tomaram porrada no tempo de branco

Eu perguntei às duas

Ela disse que não tomou porrada de branco? Ehnenn?

Nha Ninha não tomou porrada de branco?

Tomei

Ah tomou?

Apanhei pontapé por causa de uma pequena que está em Portugal. Eu estava grávida. Lutei no mato com tonga e ele me deu pontapé.

Outra vez pôs carroço para eu escolher palha, eu tinha sanga sanga e eu não sabia. Quem sabia colheu depressa e foi-se embora e eu que não acabei, ao amanhecer, tudo na forma formado. Naquele tempo a senhora formava com molho de capina e molho de vassoura. Se não acabar molho de capina e molho de vassoura toma chicote e palmatória de azeitona.

Meu Deus!

Humhum, hummmm. Palmatória de azeitona, furado, furado

E quem é que dava essa pancada?

Capataz. E capataz ajudava branco a dar porrada

Kê meu Deus!

Essas pessoas de agora dizem que conhecem sacrifício

Quando eu trabalhava não tinha domingo, não tinha segunda-feira, não tinha terça, não tinha sexta e nem tinha sábado, tudo de seguida.

Ah, até sábado?

Tudo, até domingo, tem direito de trabalhar primeiro depois é que vem pra casa. Quando vem é que arranja coisa para matabicho e para jantar, matabicho já era almoço

E à que horas é que Ninha dormia?

Ave Maria! ! As vezes 20h, as vezes quando ponho minha cachupa no fogo. O patrão apaga luz com cachupa no fogo a ferver. Credo!

Dona Germina também conseguiu reforma?

Consegui mas não há dinheiro pra nada. Dona, anteontem que tomei dinheiro, paguei petisqueira e ainda fiquei a dever cento e ta conto. Vim pra casa com duzentos e esses duzentos já acabaram. Não chega pra nada

Não chega, não chega mesmo. Está cada vez pior.

Tenho tensão alta, estou sempre no posto médico, fiquei sem saúde.

Enfim. Só com Cristo

Uma senhora comprou remédio e trouxe. Estou em casa sem nada pra comer.

Dona Alberta não me disse quantos anos tem?

Eu tenho 72 anos

E dona Alberta tem quantos filhos?

Seis.

Seis, né?

Os pais da dona Alberta é que vieram de Angola.

Meu pai

Pai. A mãe não. Mãe veio donde?

Minha mãe é daqui

Ah, a mãe é daqui

Governo cabo-verdiano dá apoio?

Dá graças à Deus. Quando dá apoio pago petisqueira onde tomo comida que como. Graças à Deus.

Já é alguma coisa

Nem eu não trabalhei mas graças à Deus está a dar.

Fiquei agradecida, fiquei contente

É algum apoio

Dá jeito.

IV) Entrevista à Bromélia

Essa é dona Domingas

Diz primeiro como é que se chama?

Chamo-me Domingas

Ok.

Eu fazia colheita de cacau e capina.

Senhor Paulino, o que é que homem fazia e o que é que a mulher fazia?

Cada homem tinha sua ferramenta: ferro, machim, lima e saco para cacau. Picareta e pá era para levar estrume para o campo. Por dia apanhava cerca de 26 sacos de cacau. Se ele acabar conta, naquela altura, dez horas ou quê lá, ele tem que fazer rasa e depois chega no fim, sexta-feira vai ao escritório receber só parte da rasa que ele fez. Mas chega altura que tem que apresentar como obrigação, capim para gado. O trabalho começa desde 6,30 h até 16,30 h e depois tem que cortar capim para gado.

Era isso mesmo que eu queria perguntar. Vocês começavam a trabalhar à que horas? Quem quer falar?

O trabalho começava às 5,30 h. Quando tocar 5,30 h você tem que estar no posto de trabalho. Se for para capinar, dizem lá, era só limpar o mato porque a gravana queimava todo capim, capinar caminho, tudo isso. Naquele tempo, estou a falar de Monte Café era só camioneta, não havia tractor nem catrapilha e não tinha nada. Tudo era feito à mão. Essa parede era de barro, garoto de sete anos já andava no serviço pesado. Com um pedaço de pau começava a pisar barro. Havia homem que tinha picareta e trabalho dele era só cavar para criança pisar barro. Cada um tirava dois cestos. Há dias se essas crianças não fizessem esse trabalho não tinham almoço nem jantar, porque havia mulher só para cozinhar para elas que tinham 7 anos. Acabando a tarefa, apresentam-se e ganham.

Esse barro era para quê?

Era para fazer casa

Era para fazer construção.

Essas casas aqui são todas de barro

E as senhoras, quando a gente fazia fileira de manhã, as senhoras também iam para fila?

Sim. Sim

E tinham distribuição de tarefa?

Sim. Sim.

O que é que davam mulher para fazer?

Como nós eramos criança, fazíamos limpeza no quintal, fazia serviço aqui no quintal. Eu entrei com idade de 7 anos e comecei a trabalhar. Capinava aqui no quintal muito bem, quando chega 11 ou 12 h é que vamos almoçar. Quando chega 13 h a gente volta a trabalhar. E quando chega 17 ou 18 h a gente larga.

Isso é mulher criança. E mulher que já era grande, como é que era?

Era trabalhar no mato

Era trabalho de mato. Apanhar cacau também como homem

E depois faziam quebra?

Era mulher que fazia quebra. Homem não. Homem era só para apanhar. Desse balde grande, nós partíamos dez. Era tina de 50 quilos. Cada mulher partia sete medidas. Há dia de dez tinhas, há dia de quinze. Nós já perdemos no mato. Fomos parar até Pouso Alto. Eu tinha garoto de 2 meses, perdemos no mato e fomos até Agostinho Neto. Isso foi no 25 de Abril, a essa hora estávamos no mato a andar, nós perdemos com garoto todo molhado, fomos parar até Agostinho Neto.

Branco dava material de trabalho vocês já disseram mas, dava bota também ou não?

Bota não. Naquela altura não havia bota. Dava machim, faca e saco de quebra. Lugar que tem coco, faca de arrancar coco, saco e cesto.

Algum de vocês já teve algum ferimento?

Sim.

E como é que era o tratamento lá no hospital?

Íamos fazer curativo no hospital. Graças a Deus. Se fosse para dar ponto ou coser

E as mulheres davam à luz também aqui nesse hospital?

Sim. Sim. Tem hora dá lá em casa e depois vai para o hospital

E havia enfermeiros?

Havia enfermeiros e médicos. Aqui fazia-se operação. Gente de Santa Catarina vinha fazer aqui operação de hérnia aqui

Havia condições no hospital?

Tinha tudo mas agora não tem condições

E eu queria perguntar-vos uma coisa. Quanto é que o homem ganhava e quanto é que a mulher ganhava?

Máximo o homem ganhava sete pratas e a mulher ganhava cinco coroa. Eu tenho na mente porque já trabalhei na empresa, juntei dinheiro em vários meses para fazer 47. Mas naquela altura dinheiro variava

O que é que era sete pratas?

É escudo.

Eu sei que é escudo mas correspondia a quanto?

Naquela altura era pouco

Não. Mas no contrato de trabalho havia sete pratas?

Sim. Não. Havia mais

Eu vi no contrato, havia mulheres que recebiam entre 40 e 50 escudos e homem recebia 70 ou 90. Ou não?

Depois. Isso foi depois mas no tempo em que a senhora está a falar o homem ganhava 20 mil dobras e mulher ganhava trinta

Dobras não

Dobras não, escudo. Desculpa a palavra. Homem ganhava 40 e mulher ganhava 30

E depois na lista eu encontrei que havia crianças, como disse que era criança e começou a trabalhar quintal, não é, para capinar, havia criança também que gente dava um bocadinho de dinheiro, as vezes 20 escudos.

São crianças que capinavam. Dava dinheiro sim. Eu trabalhei tomei 47. Uma mulher com filho nas costas, essa criança tem salário todo mês.

Mas esse salário era como? Contrato que a gente assinava convosco? Todo dinheiro ficava aqui ou gente mandava dinheiro para vossa terra?

Aqui havia administrador e dinheiro vinha na caixa e gente recebia aqui. Para receber também tem que levar 5 cabeças de rato

De rato?

Risooooos. Quando chega dia 30 cada gajo tem que trazer 5 cabeças de rato e não trazer não ganha. Manda ir embora. Ele não tem salário. Mas também, eles próprios, os colonos tinham razão, o rato ruía cacau. Naquele tempo as coisas estavam mais ou menos. Era tempo de escravo mas as coisas não estavam mal.

aaa

E diga-me uma coisa. Como é que vocês comiam?

Davam almoço

Como é que era? Tinha ração?

Tinha ração sim.

E como que era essa ração?

Dava arroz, feijão, fuba, peixe salgado, azeite palma, sal

Para cada um preparar em sua casa?

Sim. Gente dava. Faziam uma caixa e depois faz quadrado, quadrado assim e de quinze em quinze dias davam comida.

Quinze em quinze dias

E peixe salgado vinha de Angola

Ah, peixe salgado vinha de Angola. E peixe fresco e carne?

Ah! Isso não mas é peixe seco de Angola, feijão. Fuba, a gente fazia aqui. Aquela coisa de bananeira, corta-se e faz colher, prato de comer é essa ponta de folha de bananeira, dobra e come.

Matabicho e almoço vai para o mato. Para jantar tem que trazer um molho de capim para gado.

Mas as mulheres também tinham que trazer capim para gado?

Sim senhor. Até criança.

Tinham que trazer capim para gado

Para porco, pavão

E quando as mulheres davam a luz como é que era trabalho? Uma mulher grávida como é que fazia?

Vocês são mulheres, responde.

Eu sei que quando minha irmã estava grávida, com oito meses elas vão internar no hospital

Aqui não. No hospital de Santa Margarida vão internar. Quando faz nove meses e pare vai para casa e trabalhavam no quintal.

E se uma mulher sofresse de um aborto?

bbb

Aqui na altura não tinha essa brincadeira de aborto não. Antes não havia aborto. Naquela altura não havia. Aborto nasceu agora que cada uma tenta gravidez. Antigamente não havia aborto.

Aqui não há nenhuma senhora que trabalhou como criada em casa de patrão? Ninguém trabalhou em casa de patrão?

Ultimamente aqui trabalhei no hospital.

Trabalhou no hospital e o que é que fazia no hospital?

Fazia limpeza.

Mas em casa de patrão ninguém trabalhou? Nenhuma de vocês trabalhou em casa de patrão?

Eu já trabalhei.

E o que é que fazia?

Fazia limpeza, tomar conta de criança, lavava e engomava. Trabalhei nove anos

Outra pergunta que eu queria fazer-vos, as mulheres. Vocês não sofriam violação? Não havia violação aqui? Violação sexual?

Não, não. Naquele tempo não havia isto

Não havia né

Não, não

Não. Porque há roças em que havia sim senhora. Meninas que trabalhavam por exemplo em casa de patrão eram violadas.

Não.

Havia roças que sim

Não. Aqui não

Por isso é que estou a fazer essa pergunta

Agora deixa-me avançar. Em 1974 chegou o 25 de Abril. Como é que foi o 25 de Abril aqui até a independência? Como é que a roça ficou? O que é que vocês continuaram a fazer?

Em 1975 continuamos a trabalhar e colono deixou e depois chegou altura, o governo que tomou, Trovoada é que estragou tudo.

Espera. Deixa-me perguntar uma coisa. Quando se deu o 25 de Abril até a independência, vocês tinham salário? Os brancos foram-se embora ou branco daqui não foi embora?

CCC

Foi

Branco daqui foi embora?

Foi sim.

Quem ficou a administrar? Quem ficou a tomar conta da roça?

Era senhor Hilário

Era nativo?

Sim

E esse tempo todo vocês não tinham salário? Ou tinham salário?

Tinha. Tinha salário sim.

Tinha salário. Continuaram a dar salário

Sim

E depois da independência como é que foi?

Gente continuou.

Continuaram, vieram para aqui os regentes agrícolas. Começou a vire muita gente da cidade que vinha pra aqui trabalhar

Sim

Muitas mulheres? Algumas mulheres vieram da cidade nessa altura?

Sim

Há alguém que fixou aqui estabelecido?

Sim, sim.

Há pessoas que vieram e ficaram aqui?

Sim.

Há muitas mulheres que vieram com a independência? Vocês estão a lembrar qual era o salário depois da independência? Depois da independência, em dobras

Eram 89 dobras.

89 dobras por mês?

Sim

ddd

E depois?

Começou assim e depois começou a aumentar

E quando é que a roça começou a cair minhas senhoras? Quando é que vocês começaram a sentir queda?

Quando o meu amigo Trovoada entrou, pronto.

Em 1990?

Sim. Começou a cair tudo. Depois quando distribuíram lote

Quando começaram com a distribuição de terras

Ya.

Quem recebeu lote aqui?

Eu recebi

Quantos hectares?

Isso verdade eu não posso explicar.

Um hectar e meio para cada pessoa? Homens mais do que as mulheres ou mulheres mais do que os homens?

Isso depende. A estimativa é de um hectar e meio.

E o que é que começaram a plantar? A fazer lavra né?

Sim

Que produtos é que começaram a colocar?

Mandioca, matabala, banana, tudo. Cafezeiro.

Quando é que vocês deixaram de receber salário?

Já tem muito tempo

Mesmo nessa altura depois da distribuição de lote.

Naquela altura trabalho já tinha começado a baixar

E os lotes eram terrenos bons ou maus? Os lotes que receberam?

Era só capoeira, capoeira que não é brincadeira. Mas outro estava bom mesmo. Outro era só pedra. Lote dela estava assim, mas nem todos os lotes estavam assim. Havia lotes trabalhados.

eee

Grande problema da roça é que o estado não podia suportar mais com essa questão de pagamento de salário porque a roça já não estava a dar mais porque o objectivo da roça começou em 1980 e foi declinando, eis a razão que em 1990 fez-se a distribuição de terras.

Em 1989 já tinha começado aquela coisa do movimento do cidadão que foram as primeiras distribuições

Exactamente.

Mas aqui, já no caso de Monte Café começou em 91/ 92

91/92?

Sim, sim.

Ok

Toda a gente que está aqui tem reforma?

Não. Todos não mas tem sim. Eu tratei durante dois anos, paguei toda a coisa e não consegui. Está tudo pago lá nas Finanças. Vai diz que não chegou ainda. Vai diz não, espera. Vai diz trabalhou menos. Documento é que manda. Eu tenho tofo documento. Ora vai perguntam: você trabalhou aonde? Isso tem a ver também com os nomes da documentação, porque esse senhor depois de 23 anos depois, aos 85 anos é que ele começou a receber

Meu Deus!

Porquê? Ele tinha um nome e nós íamos pra lá aparecia outro nome. A questão de nome também criava problema nessa questão de reforma.

E qual é a vossa reforma?

600 mil dobras. Chamavam-lhes de três em três meses e davam esmolas de doente

De três meses disseram-me que era qualquer coisa social.

Exactamente.

Desde que papá entrou, hummm, até hoje.

Risooos

V) Entrevista à Bico-de-lacre

Do distrito de Caué mas principalmente na cidade de Angolares. A Associação Mengaí foi iniciativa de um grupo de mulheres naquela altura com vontade de unirem com um só objectivo que era melhorar a vida das mulheres, principalmente da zona sul. Porque na altura quando nós pensamos de criar a associação eramos cerca de 64 mulheres jovens e as pessoas na altura tinham 18, 19, 20 e eu tinha 21 anos.

Foi criada no dia 2 de Setembro de 1993 que nós criamos a associação e foi publicado no Cartório no dia 28 de Setembro do mesmo ano. Então, ao longo desses anos todos e na altura quando nós criamos associação, nós tínhamos necessidade de ter um espaço para nós reunirmos, por as nossas ideias em prática e onde é que nós reuníamos era numa das salas de reunião na Câmara Distrital de Caué em Angolares.

Então, ao longo do tempo apareceu um senhor português, é santomense mas de nacionalidade portuguesa que se chamava Fernando Macedo e ele na altura quando chegou de férias na cidade de Angolares em casa do senhor Fernando Mendes, que é o senhor Fernando branco, o senhor Fernando fez ele saber que em Angolares as mulheres angolares já são inteligentes até porque até pensaram em criar uma associação e ele ficou muito contente porque ele disse: quem diria mulher angolares com associação criada?

E ele perguntou ao senhor Fernando se era fácil encontrar connosco. Então naquela altura o senhor Fernando fez-nos saber que havia um santomense mas que vive muito tempo em Portugal quando soube que lá já tinha associação de mulheres queria ter encontro connosco. Então esse encontro foi marcado e um dia ele encontrou connosco numa das salas da escola primária de Angolares que nós tivemos essa reunião e ele ficou muito contente e disse que quando regressasse para Portugal ele iria levar as informações que na zona sul do país já existe associação de mulheres com o objectivo de melhorar as condições de vida das mesmas.

E naquela altura nós tínhamos o nosso sonho era para termos um espaço onde teria dois sentidos. Primeiro era de salão de beleza e outro também para costura porque naquela altura em termos de moda não se fazia sentir. Então era o desejo de nós as mulheres jovens naquela altura de ter uma nossa actividade própria que era o salão de beleza e um centro de costura.

Depois ele conseguiu ter aquele encontro connosco e disse está bem e que dentro de Portugal ele iria fazer os possíveis para ver se conseguisse padrinho para ver o que é que poderia fazer para nos ajudar a nível da nossa associação. E ele foi.

Quando ele foi nós continuamos em Angolares com a associação fazendo as nossas reuniões e de vez em quando Zatona Adil naquela altura também acompanhava-nos, acompanhava-nos não, ficou a saber da existência da associação e começou a convidar-nos para algumas actividades, visitando outras comunidades.

Depois Direcção das Pescas, lembro muito bem como se fosse hoje já tinha iniciado também a criação de associações ao nível das praias em SãoTomé, caso de praia Loxinga, praia Gamboa, Região Autónoma do Príncipe foi muito depois de nós e em Neves.

As mulheres de Bengá também criaram associação lá e a Direcção das Pescas é que acompanhava essas actividades todas. Em Angolares também havia um grupo daquelas senhoras mais velhas que fazia venda de peixe. Eles na altura disseram: já que nós queremos formar uma outra associação aqui em Angolares só com mulheres de pesca mas como Angolares é uma comunidade pequena não fazia sentido ter duas associações de mulheres.

Porquê que vocês não fundem as duas associações em uma só com o vosso objectivo caso acontecer e depois também aproveitar essa associação que vai se criar porque naquela altura o FIDA passou à Direcção das Pescas uma responsabilidade porque eles disseram que ao longo desses anos, desde a década 80 que Japão apoiava a Direcção das Pescas mas sempre que eles vinham em missão para ver como é que o projecto andava era sempre os mesmos problemas, os pescadores a dizer que cada vez que passa o custo de vida estava difícil, não sei quê, não sei quê e tudo por aí fora.

Então eles colocaram meios para a Direcção das Pescas que era para criar as associações tanto de pescadores como de palaiês ao nível de todas as praias da São Tomé e Príncipe. Então foi naquela altura, como nós já tínhamos a nossa associação que era associação Mengaí, então tendo esse encontro com eles, eles fizeram-nos saber que não fazia sentido Angolares ter duas associações de mulheres então nós fundimos por isso é que a nossa associação passou a denominar Associação Mengaí Palaiê porque dantes era só Associação Mengaí.

E Mengaí em língua angolar é mulher, Associação de Mulheres. E então nós fundimos, só que as outras mulheres por questão da parte de pesca, as palaiês, algumas não aderiram, não quiseram entrar para a Associação Mengaí.

Elas disseram que na Associação Mengaí só tinha gente que sabia ler e escrever enquanto da parte delas não havia quem sabia ler e escrever. Porque elas na altura eram muita mulher grande para ir sentar e ouvir criança a falar e nós já tínhamos nossa direcção criada e não fazia sentido voltar a mexer.

Mas aquelas outras, cerca de seis mulheres que não queriam deixar de fazer parte da associação entraram. E daqui pra frente, desde 1993 que nós começamos mas o apoio provavelmente só chegou em 95. E apoio que eu digo que é do projecto que nós conseguimos fazer na altura e FIDA também estava disposto a apoiar as mulheres tanto palaiês como pescadores e foi assim que nós na altura recebemos os materiais de pesca.

Associação Mengaí Palaiê recebeu um donativo um motor fora de bordo de oito cavalos, recebeu uma canoa mesmo de motor, recebemos redes, anzóis, todos os materiais de pesca. Então nós começamos a gerir a nossa canoa. O que é que nós tínhamos que fazer? Era só contactar dois pescadores que era para ir fazer esse trabalho pra nós.

hhh

Pra dizer que esse trabalho foi uma experiência muito grande pra nós e muito vantajosa porque com aquele valor, e até estava a dizer que é donativo, em termos de crédito porque eles disseram que tinha que ser crédito por forma as outras associações que viessem a ser constituídas posteriormente tivessem também recurso para começar a fazer. Então nós tínhamos obrigação, tínhamos cerca de dois anos como período de graça e só depois é que nós íamos começar a pagar. Já não era aquele 100% do valor, era 50% do valor de crédito.

E como nós todas estávamos empenhadas, menos do prazo estipulado para nós acabarmos de pagar o nosso crédito conseguimos acabar de pagar. Conseguimos comprar mais um motor porque aquele outro também depois começou a cansar e então nós naquela altura compramos um outro. Se esse for para o mar hoje, amanhã não vai, depois de amanhã vai e durante esse tempo que nós conseguimos aquele projecto não parou.

Porque com aquele peixe que os pescadores traziam nós transformávamos porque depois que vieram inaugurar a associação de pescador angular, aparecimento do patrocínio da nossa sede veio através da Associação dos Pescadores onde convidaram-nos da Associação Mengaí para estar no evento e naquela altura havia um programa que passavam na rádio, o programa era denominado Mundo Rural e fazia cobertura de actividades das pescas.

Então quando convidaram, olha, TVS está aqui, Rádio Nacional está aqui, então souberam que em Angolares existe associação de mulheres e nós temos um programa que difunde todas as actividades que tem decorrido a nível São Tomé e Príncipe, eu estava na cozinha a ajudar a preparar almoço para a inauguração. Então uma das minhas colegas da associação vai-me chamar. Bia como você gosta de falar, vem falar para a TVS e Rádio Nacional.

Eu disse: Xê vem falar para Rádio Nacional e TVS como? Então elas não, vem, vem, estão a procurar pessoa para falar, vem e eu disse não, eu não sou presidente da associação, quem é presidente da associação é Joana Blublu, tem que ser ela a falar. Ah não, já entrevistaram ela e ela já fez a sua intervenção mas eles queriam mais pessoas para poder falar.

Depois eu fui e os jornalistas começaram a fazer pergunta e eu fui respondendo. Perguntaram quando é que nós tínhamos começado a associação.

Qual era o objectivo da associação na altura e todas essas coisas eu fui respondendo. Na semana seguinte passaram o programa na Rádio e na Televisão e já havia um japonês cá em São Tomé denominado Fuca que ficou a saber da existência da associação e naquela altura nós não tínhamos sede e era na Câmara que fazíamos as nossas reuniões começaram a saber.

Através das mensagens e publicidade que eles passavam na Rádio sobre a associação, eu fui dizendo que a maior nossa dificuldade aqui é falta de espaço para nós reunirmos e fazer nossas actividades porque nós dependemos da Câmara ou da Escola.

As vezes no período das aulas nós não temos lugar e então se conseguíssemos alguém que nos apoiasse na construção de uma sede seria muito bom. Foi assim que depois apareceu patrocínio para a criação da sede. Em princípio eles até queriam patrocinar sede de madeira.

Era só fazer base porque nas outras associações das outras praias eles fizeram sede só com base de muro e em cima já era tábua. Eu disse não. Se for uma sede de tábua não faz sentido.

Angolares é um distrito que chove todo ano e é uma coisa para pouco tempo. Eu não estou a ver nós as mulheres com condições, pode ser que as condições venham a melhorar mas se nós tivéssemos uma sede com mínimas condições já ia valer muito mais. Então foi a partir daqui que as pessoas que interessaram nas entrevistas, quem deu um pouco, um pouco é que deu para nós conseguirmos a nossa sede. Temos a nossa sede em Angolares até hoje.

É pena que há coisa de nove meses, ainda em Novembro do ano passado a Associação Mengaí conseguiu um crédito de cinquenta mil dólares mas nesse crédito eu acho porque ainda em São for lá Tomé há pessoas que têm má-fé porque se Dr^a Nazaré for lá para ir ver a sede em que foi gasto esse valor, isso é injusta.

É muita injustiça porque eu até no fim eu mostro fotografia. Mesmo depois da entrega das chaves que foi com o financiamento de Japão, a Associação Mengaí não conseguiu ficar com pelo menos três milhões para começar a actividade de transformação.

Com um projecto de cinquenta mil dólares, fazendo nosso câmbio quanto é que não se fez aqui?

Portanto são todas essas situações que ao longo desses anos todos

Mas a sede foi feita quando? Em que ano?

Essa sede foi construída em 96/97 porque quando nós criamos associação em 93 ficamos um bom bocado de tempo sem termos sede e mesmo esse apoio ligado à canoa de motor já era em 97 com todo esse trabalho e toda essa gincana.

Depois também outra coisa que fez com que essa associação não progredisse muito mais foi o problema de substituição porque nós sabemos que qualquer tipo de associação tem um estatuto onde determina o prazo de mandato de cada um e o que deve fazer.

Foi em 2001, porque a primeira pessoa que foi eleita presidente na altura ficou lá nove anos e mesmo assim nunca quis que fosse substituída e depois a nível de Angolares, eu sou filha de cabo-verdianos, eu nasci lá, cresci lá mas por ser filha de cabo-verdiana eles não me acham como angolar, não me acham como santomense.

Muitas vezes dizem que são cabo-verdianos. Não, a minha mãe conheceu o meu pai aqui em São Tomé porque o meu pai veio em 54 e a minha mãe veio em 59. Conheceram-se aqui em São Tomé. Meu pai já quase no final do contrato é que ele conhece a minha mãe por isso é que ele tinha que renovar o contrato outra vez para ficar com a minha mãe.

Ele foi sempre renovando o seu contrato porque cada vez que ele pensava de ir era mais uma criança ...

nascia, risos

E pra dizer que o meu pai foi muito apegado a nós. Por causa de nós é que ele permaneceu toda a vida dele, toda a juventude dele em São Tomé até à morte. Ele está enterrado no cemitério de São João da Vargem. Mesmo em 86 quando Pinto da Costa na altura com o acordo que fez com Cabo Verde de enviar os cabo-verdianos que já viviam em São Tomé que quisessem ir para ficar, o meu pai foi para seis meses mas só fixou dois meses porque não conseguiu adaptar

Veio dele embora de novo

Voltou outra vez e nunca mais foi até 22 de Setembro de 2004 que ele faleceu.

E a mãe?

A minha mãe também veio em 59, ficou aqui todo esse tempo e faleceu em Agosto de 2011.

Luto que vocês estavam há pouco tempo era luto da mãe?

Sim. A minha mãe já vai fazer 6 anos nesse Agosto aqui.

Mesmo assim, as pessoas lá até hoje não nos acham genuíno de angolares.

As pessoas são terríveis

E todas essas coisas, quando a Direcção das Pescas e Zatona Adil assistia-nos naquela altura, porque depois é assim, se for uma coisa em que você é presidente, você tem zelado interesse, tem prestado serviços para a associação, se gente vê que você serve, agora engraçado, ela como presidente da associação já achava que a associação era casa dela.

Não marcava reunião com ninguém, não passava informação porque naquela altura ela como trabalhava na escola como professora era mais fácil contactá-la. Passava a Zatona Adil, à Direcção das Pescas, mesmo Nova Fronteira também ajudou-nos na fase de organização, de formação e de capacitação de nós as mulheres membras da Associação Mengaí, palaiês, todas essas pessoas. Depois veio ficar, a associação funcionava como se fosse algo que ela quisesse que acontecesse é que acontecia.

Essa tal Joana Blubluné?

Então disseram não, nós vamos dar-vos um prazo. Ou que vocês decidem fazer nova eleição, eleger nova pessoa e se for preciso voltar a eleger ela mas prazo de nove anos que ela ficou já é muito tempo. Porque é assim. Desde que nós elegemos ela como presidente da associação, depois tinha vice-presidente, tinha secretário mas por ela ter, naquela altura ela era professora tinha mais conhecimento do que nós.

Porque eu consegui fazer em 1980 no ano lectivo 80-81, com dez anos eu tinha que sair da Ribeira Peixe porque os meus pais viviam na Ribeira Peixe para Angolares para fazer a preparatória, a 5ª classe. Com dez anos vinha e regressava a pé. Quando eu fiz 5ª, 6ª, 7ª, 8ª classe já era aqui na cidade. Os meus pais não tinham onde me colocar. E naquela altura a

kkk

minha irmã Ana que foi também deputada, mãe desses meninos que cantam, ela já estava na Quinta de Santo António na formação para enfermagem. Eu tinha uma minha irmã mais velha também que meu pai já tinha na Quinta de Santo António. Entrou lá com 11 anos, foi muito antes do que eu e meu pai disse que não tinha recurso para voltar a pôr-me. Então eu fui obrigada a deixar de estudar. Com 16 anos eu tinha que entrar para EMOLVE para ir fazer capinação, coroação de pé de plantas, até hoje ainda tem criança lá a fazer esse trabalho para não ficar só em casa.

Coitada, com 8ª classe.

Com 8ª classe naquela altura eu tinha que deixar e depois vim para Angolares já para amigar em 89, dia 6 de Maio de 1989 é que eu vim para casa de homem. Vivemos quatro anos, tínhamos dois filhos, depois em 93 é que nós casamos. Engraçado é que casei e em menos de seis meses nós formamos a associação e eu era única que era casada e até hoje eu sou única que sou casada na associação.

As outras todas, nada

As outras, nada. Naquela altura as pessoas viam nela como professora, dono de saber, então aquilo que ela decidisse e muitas as vezes como eu tinha noção eu dizia: minha gente a associação é de todos nós e cada uma de nós temos uma palavra a dar porque é inadmissível quando há algo que precisa nos informar para nós decidirmos se sim ou não, nós não podemos, as vezes ouviam quem nem fazia parte da associação. Então havia algo já a correr mal. Mesmo em termos de financiamento essas coisas não faltam. Quando nós recebemos canoa e todos os materiais de pesca criamos uma comissão para gerir aquilo. E eu como na altura já tinha noção, estudei até 7ª classe, quando eu ia para a praia porque nós fazíamos piquete, uma semana para cada pessoa. Então naquela semana que eu iria para a praia os pescadores não tinham manobra porque antes das doze eu já estava na praia.

Porque o que é que acontecia com outras colegas? Isso depois veio alarmar por isso é que a associação faliu. Elas não chegavam à praia a tempo.

Para controlar

Dava passo para os pescadores quando chegasse fazer a sua venda, tomava só um bocadinho. Chamavam-me directora de lapiseira.

Risooooooooos

Porque assim que colocam os pés na praia eu já estou lá. Eu vou, ainda ajudo a puxar canoa pra cima e estou lá a controlar. E quando é semana que sou eu a ir para a praia mais recurso entra para a associação.

Mais dinheiro entrava

Sim porque não têm margem de manobra.

Exactamente

E todo esse recurso que entrava eu tinha no meu caderno até hoje. Eu não sei porquê, eu aponto tudo. Mesmo nas reuniões, pequenas reuniões, qualquer coisa eu aponto. As decisões eu fui apontando.

Na altura Zatona Adil, Nova Fronteira e Direcção das Pescas disseram não ao longo desses anos que nós recebemos materiais nós temos que saber, engraçado que nem conta. Quando nós mandávamos para abrir conta para a associação, ah não, gente não pode ir até cidade para ir abrir conta. Se gente tiver a precisar de dinheiro

Agora dinheiro na mão!

Dinheiro na mão. Quando vimos que era demais porque apareceu uma coisa que era para a associação pagar não havia dinheiro. Nós dissemos, como? Nem pensar

Só naquelas semanas que eu consegui controlar, naqueles meses todos no que me tocava, nós conseguimos só com a minha parte, nós tínhamos por volta de nove milhões. Nós não recebemos nenhuma informação que a associação tirou A ou B ou C pagou X ou Y, nada. Onde é que esse valor foi?

Tinha que ser tudo controlado

Raiva dela até hoje da minha pessoa é devido esse controlo. Então o que é que ela fez? Nós fizemos eleição. Elegeram-me como presidente da associação naquela altura. Outro grupo também elegeu vice-presidente e secretário. Depois tinha presidente do conselho fiscal e os vogais e nós começamos a trabalhar.

Em 97 surge a ideia, próprio Japão outra vez já que São Tomé tem associação de pescadores, tem associação de palaiês e não estão a conseguir resolver os seus problemas porquê não criar uma federação com o objectivo de comprar matérias de pesca. Porque o que é que acontecia, quando os projectos vinham para a Direcção das Pescas quem nem era pescador é que era beneficiado. Nós temos exemplos disso com os barcos, esses pequenos barcos carioco que estavam aqui, Japão quando deu para São Tomé era para que as associações apoderassem daquilo e nós até na altura fama que nós tínhamos eles prometeram-nos mesmos que nós iríamos receber uma embarcação. Em vez dos pescadores irem para a pesca todos os dias já ia semanal. Fazia uma despesa e ia porque o barco tinha condições para esse trabalho. Nós ficamos à espera e quando soubemos que os barcos já tinham sido distribuídos a Associação Mengai não foi nem tido nem achado.

Nós soubemos através das pessoas e outros pescadores que levantaram também porque são próprias essas pessoas da Direcção das Pescas que apoderaram daquele barco, pegaram uns 3 ou 4 pescadores e como eles é que são donos puseram esses pescadores tipo sombra para dizer que aquelas embarcações são daqueles pescadores. Mas um dia com a criação do GEPA nós viemos a saber todos os donos daqueles barcos que não eram dos pescadores.

mmm

Então a GIEPPA foi a tal Federação?

Sim. Federação que é Grupo de Interesse Económico das Palaiês e Pescadores Artesanais de São Tomé e Príncipe “GIEPPA/STP”.

Em 97 quando criaram o GIEPPA a Associação Mengaí já existia e nós fomos também e participamos na formação e no mesmo ano que se criou FENAPA e Associação dos Pescadores. Naquela altura quando fizemos voto quem foi eleito presidente do GIEPPA foi Associação dos Pescadores de Angolares porque havia um critério e essa associação tinha melhor critério e depois era uma associação que tinha conta aberta no banco e a movimentação das contas estava dentro da conformidade, os pescadores pagavam as suas cotas, era uma associação em São Tomé com suporte então deram esse direito por ser a melhor a nível nacional, eles é que ficaram com a presidência do GIEPPA. Vice-presidente foi Associação de Pescadores de Neves, Secretário foi Associação de Pescadores de Praia Gamboa, Tesoureiro foi Associação Mengaí Palaiê e para Presidente do Conselho Fiscal da Federação foi Associação de Morro Peixe, Fiscal para Assuntos Técnicos foi Associação de Pescadores de Loxinga e Vogal foi Associação da Região Autónoma do Príncipe que na altura por questões da distância, descontinuidade do território eles viam só de seis em seis meses para a reunião da Assembleia da Associação que era para prestação de conta. Naquela altura GIEPPA reunia de seis em seis meses para prestação de conta.

De 97 pelo menos até 2007 eu fui tesoureira dessa organização porque na Associação Mengaí não havia pessoa disponível nem eu também estava disponível porque eu trabalhava na Área de Saúde de Caué mas como na altura o governo era mais moderado conseguiram através da Direcção das Pescas com Zatona Adil fizeram um documento e entregaram na Área de Saúde que era para pedido de dispensa com assinatura do Ministro de Agricultura que na altura era Hermenegildo Santos. Então consegui dispensa na Área de Saúde duas vezes por semana que era segunda-feira e quinta-feira. Como tesoureira não era necessário eu estar na cidade todos os dias então eu vinha às segundas e às quintas. Nas segundas-feiras quando eu vinha a venda de materiais de pesca, todas essas actividades que a Direcção das Pescas naquela altura fazia passou-se a responsabilidade ao GIEPPA. Mesmo para nós conseguirmos importação dos materiais, porque o FIDA deu-nos todo o poder que também era grande luta com a Direcção das Pescas por isso é que eles criaram Marapa.

Exacto

Porque eles viram com a criação do GIEPPA aquela força toda que a Direcção das Pescas tinha deixou de ter. Então como tínhamos toda autonomia, conseguíamos financiamento. Primeiro financiamento que nós conseguimos, nós GIEPPA foi na altura quando Maria das Neves foi Ministra de Agricultura e Pesca, foi em 98 e Primeiro-ministro era DrPosser. Ela é que nos ajudou bastante através da China Taiwan com o fundo para a Direcção das Pescas.

Ela era Ministra da Economia né?

nnn

Sim. Ela era Ministra da Economia na altura. Houve um financiamento em dólar onde a Direcção das Pescas recebeu quatrocentos e tal mil dólares. E com esse valor nós conseguimos importar os materiais que os pescadores reivindicavam que algumas peças sobressalentes para os motores porque muitos desses motores que tinham recebido com financiamento de Japão já não funcionavam. Não havia peças em São Tomé. Os nigerianos só que vendiam mas muito caro. Então falamos com os homens do FIDA e como eram próprios pescadores e palaiês dentro da associação e sabiam quais eram os materiais que faziam falta e não era aquilo que acontecia com a Direcção das Pescas. A Direcção das Pescas chegou a importar alguns materiais que ficou aqui e está lá até hoje e nem sei como ficou.

Eles passaram para perto de Polícia, eu nem sabia. Lá havia bastante de peças que era um dinheiro gasto. Mas com a criação do GIEPPA era as necessidades que pescadores sentiam porque semanalmente o GIEPPA ia para o terreno sem transporte e sem nada. Nós as vezes mesmo a venda dos materiais com aquele donativo que Taiwan tinha dado, uma parte para a agricultura e outra parte para pesca e como os agricultores são mais até hoje do que os pescadores então eles receberam cerca de seiscentos mil dólares e GIEPPA recebeu quatrocentos e tal.

E nesse quatrocentos e tal nós pedimos facturas pró-formas com ajuda também porque nós tivemos acompanhamento da Zatona Adil durante dois anos. Eles ajudaram-nos como se fazia para pedir factura pró-forma. Naquela altura quem era presidente de Zatona era Benjamim.

Ele agora deve estar em Moçambique. Ele ao nível dos serviços ajudou GIEPPA bastante mesmo na capacitação, formação, todas essas coisas. Eu recebi formação de tesouraria durante seis meses e foi muito proveitoso pra mim porque hoje eu ainda consigo, então eu estou a fazer formação aqui na cidade. Estou agora no primeiro ano e se Deus quiser irei para o segundo ano do curso. Estou a fazer Administração e Contabilidade

Boa! Isso é nessa escola daqui?

StPSercon

Ah no Sercon. Ok.

Fui para Sercon por ser mais barato e depois com tanta despesa que eu já tenho

Tinha que ser Contabilidade mesmo. Já tem base

Então a nível da disciplina Contabilidade eu tenho tido boas notas graças à Deus. E eu digo mesmo foi bom ser tesoureira ao nível de controlo, ao nível de saídas, registo das coisas todas. Eu as vezes vejo as minhas colegas lá que nunca trabalharam na tesouraria e têm muita dificuldade mesmo quando o professor começa a explicar. Mas eu as vezes nesse nosso português terra a terra tenho ajudado bastante. Risos

Hummm, de certeza que não é pouco

Então lá consegui ficar dez anos. Fiquei lá como tesoureira do GIEPPA durante dez anos, não tinha salário, era só subsídio de transporte para esses dois dias. Mas pra dizer que eu fiz isso com gosto e hoje tenho tido resultado positivo. Porque o meu pai sempre ensinou-nos que se você cai o dinheiro não te levanta. Dignidade, boas relações, comportamento, todas essas coisas é que vale. Então quando chamam-te para qualquer trabalho não vai ver o que vais ganhar, vai ver aquilo que mais tarde vais ganhar. E hoje eu dou meu pai razão por nos dar porque todas de nós graças à Deus

Isso foi tal ajuda da mente que a mente está disciplinada nesse sentido

É verdade.

Mesmo esse país com tanta corrupção, tanta corrupção, coisas que a gente vê

Trabalhei lá durante dez anos como tesoureira daquela organização para dizer que naquelas semanas, naqueles meses quando nós recebemos os materiais, eu ia para o banco com duzentos, trezentos milhões, ia depositar. Só que eles também deram cabo porque aquele governo não demorou. Caiu com a entrada de Fradique.

Bia sabe que eu acho que se gente deixasse esse governo continuar nós teríamos alavancado naquela altura.

É verdade

A sensação que eu tenho deste governo é esta.

Eu também. Naquela altura nós com pouco, com muito pouco em relação ao que nós ouvimos hoje, milhões, enquanto naquela altura era com quatrocentos mil dólares nós conseguimos abastecer o mercado

Nunca mais houve nem financiamento, pessoas animadas para o trabalho. Isto foi uma queda...

E depois de aquele governo cair nós conseguimos ainda vender os materiais, os pescadores tinham recebido crédito porque vinham a pagar seus créditos regulamente. Entregavam no GIEPPA que por sua vez ia depositar. O banco exigiu que o GIEPPA que responsabilizasse pelos créditos. Então semanalmente ou mensalmente os pescadores iam pagar, cada um com o seu caderno. O valor que eles davam nós também registávamos no documento do GIEPPA e eles também nas suas cadernetas.

Quando o governo cai na semana seguinte eu vou ao banco fazer depósito com o número da conta e tudo o gerente do banco me diz que essa conta já não existia. Eu fiquei doente. Liguei para o representante de pescadores mesmo de Angolares porque cada Associação que foi eleita, a nível das associações os membros elegeram uma pessoa para representar a Associação no GIEPPA. Então o representante de pescadores de Angolares, Joaquim é que era presidente do GIEPPA. Eu liguei pra ele e disse-lhe: epa, estamos com problema.

E ele disse: problema?

Naquela altura não havia telemóvel e GIEPPA tinha telefone fixo. Então eu pedi: pode dar-me telefone emprestado para poder fazer ligação e ele estava em Angolares, foi naquela segunda-feira que eu vim como é possível a conta não existir mais.

Exacto.

Depois quando puseram Evaristo criaram um governo de iniciativa presidencial e quem ficou com a pasta de Economia era Júlio Silva. Esse desgraçado lá, que Deus me perdoe porque não sou eu a condenar ninguém mas naquela altura muito dinheiro, muito dinheiro. Só cálculo que eu fiz dos dados que eu tinha porque nesses quatrocentos mil dólares todo valor não saiu pra fora para comprar os materiais não. Se a memória não me falha, cerca de cem mil dólares ainda tinha ficado. Se não for cem mil são setenta e cinco porque o valor da factura pró-forma com quantidade de material que nós precisávamos naquela altura veio dar trezentos e setenta e pouco mil dólares.

Quando eu liguei para Joaquim e disse: Joaquim, olha dizem que a conta em que a GIEPPA tem estado a depositar dinheiro de pesca, dinheiro de venda de materiais já não existe porque a conta tinha três assinaturas e uma delas era de Joaquim mas como fizeram documento com duas assinaturas conseguiam levantar. Os homens deram sumiço naquela conta até santo dia de hoje.

GIEPPA foi obrigado a criar uma nova conta no Banco Equador e quando fechou ficaram com um monte de dinheiro do GIEPPA lá. A primeira vez que o Banco Equador fechou GIEPPA tinha conta lá, porque depois eu já tinha saído quando o Banco fechou era uma outra colega. Fizeram eleição e outra colega é que foi substituir-me. Porque depois eu disse: durante dez anos aqui quando nós tivéssemos encontro com os ministros, eles diziam: não porque nós estamos lá a representar as associações, cabe as nossas associações resolver os nossos problemas em caso de um subsídio de gratificação mas nada. Eu digo que durante tempo que eu fui tesoureira do GIEPPA, a minha associação nunca perguntou-me como é que você faz para chegar cidade, como é que você vem. Nunca.

Francamente!

Naquela altura com todas essas coisas depois nós fizemos eleição como eu estava a contar, elas conseguiram eleger-me presidente, foi num sábado. Fizemos reunião numa sexta-feira, sábado e domingo eu estou em casa. De manhã cedo, por volta das cinco : gente daqui, gente daqui e depois eu disse: essa voz é de fulana e depois ela também ficou fria comigo. Quando fizemos eleição, no dia que Zatona marcou ela sabia do encontro, algumas colegas da associação foram informá-la que tal dia e tal hora nós iríamos fazer reunião e que seria bom que ela aparecesse mas ela não apareceu. E como havia cerca de 2/3 dos membros reuniu-se, fez-se a eleição e durante a semana que nós fizemos eleição pelo menos duas portas principais eles tiveram que comprar fechadura. Dissemos não. Por enquanto nós não vamos comprar fechaduras, vamos lá dela e pedi-la as chaves porque tínhamos encontro às 14 horas.

qqq

Quando fomos, a mulher está mesmo dentro de casa não quis sair e nem dar as chaves para abirmos a porta. Depois dissemos não a associação é de todas nós como é que uma pessoa só apodera da chave da associação e não quer entregar? Os homens já estavam lá à nossa espera, nós ficamos pior do que criança. Quer dizer, deixou de ser coisa colectiva e passou a ser coisa individual. O marido dela era director da escola naquela altura, chegou no quintal, porque eles vivem mesmo na estrada, lá para Nezó. É irmão de Nezó, Firmino é que é homem dela. Então quando ele chegou e viu-nos lá e perguntou: o que é que se passa?

Nós dissemos: A fulana tem conhecimento da reunião que estava marcada para 13 horas e 12,30 horas para estarmos lá e como ela não apareceu nós viemos pedir para ela nos dar as chaves. Alguém disse-nos que ela estava dentro de casa. Depois ele entra e ouvimos ele a falar: você tem que entregar chaves da associação, eles querem fazer reunião. Então ela deu as chaves e já não foi preciso tirarmos as fechaduras. Disseram se ela não entregasse as chaves tinha que arrebentar as portas. Nós não queríamos ir até esse extremo e o marido fez com que ela entregasse as chaves. Ela própria não veio, ele é que trouxe, esticou a mão e eu peguei e fomos para a associação.

Quando fomos para a associação esta reunião começou às 12,30 e prolongou até às 14. Eles disseram mesmo que for até à noite esta reunião tinha que ser feita. Porque se não fosse nesse dia já não seria tão rápido porque eles tinham um programa porque não era só a Associação Mengai que eles assistiam. Assistiam outras também. Domingo de manhã como eu estava a dizer, eu estava na cama cedo ainda. Eu estava a ouvir: gente daqui, gente daqui por volta das 5 horas e eu levantei.

Eu disse: essa voz é voz de fulana. Quando saio para varanda – ah desculpa-me, bom dia e eu disse: bom dia.

Eu vim ter consigo, era outra fulana que vive perto e deixávamos chaves lá mas como tínhamos trabalho para continuar na segunda-feira das orientações que nos deixaram então eu fique com as chaves. Então ela chega e diz – ah eu fui lá de fulana para ir tomar chave ela me disse que chave está contigo e eu vim pegar nas tuas mãos. Como tenho muitos documentos da associação eu queria as chaves para ir pôr todos esses documentos lá.

Dr^a dá ou não dá?

Dá sim

Eu sei o que é que está dentro de coração da mulher? Entrei em casa tomei chave e entreguei mulher. Mulher foi fazer o contrário. Alguns documentos que estavam lá ela raspou tudo.

Creeedo!

Raspou tudo e levou, nem estatuto da associação que nós tínhamos na pasta de arquivo mulher carregou todo e levou coisa dela.

rrr

No domingo ela disse que só ia pôr as coisas que ela tinha em casa lá na associação e não devolveu as chaves. Na segunda-feira tínhamos activade para ir fazer e quando fomos a criança dela saiu e disse-nos que ela foi para lote e ficamos sem reunir. Na terça-feira colega foi até casa dela e disse-lhe: você tomou chave e ela: eu sou presidente da associação, vocês não podem fazer eleição na minha trás. Risooooos. Vocês querem ou não, eu sou presidente da associação.

Depois eu disse: xê, então ele foi buscar as chaves nas minhas mãos com intenção. Toda gente a virar pôr em minha cima: ah não, você fez mal, você não podia dar ela chaves e eu disse: xê, minha gente, uma ex-presidente da associação vai até minha casa, acorda-me na cama e diz: ahn como fizeram eleição eu gostaria de devolver todos os documentos da associação eu não dou chaves?